UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

JOSÉ MAURÍCIO SANTIAGO DE MELLO

O POSITIVISMO E A EDUCAÇÃO PROVIDA PELAS MULHERES COMO FATOR DE TRANSFORMAÇÃO EPISTEMOLÓGICA OPERADA ENTRE OS SÉCULOS XIX E XXI

Londrina
2007

JOSÉ MAURÍCIO SANTIAGO DE MELLO

O POSITIVISMO E A EDUCAÇÃO PROVIDA PELAS MULHERES COMO FATOR DE TRANSFORMAÇÃO EPISTEMOLÓGICA OPERADA ENTRE OS SÉCULOS XIX E XXI

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora:
Prof.ª Dr.ª Leoni Maria Padilha Henning

Londrina
2007

Catalogação na Publicação Elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M527p Mello, José Maurício Santiago de.
O positivismo e a educação provida pelas mulheres como fator de transformação epistemológica operada entre os séculos XIX e XXI / José Maurício Santiago de Mello. – Londrina, 2007.
196f. : il.

Orientador : Leoni Maria Padilha Henning.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação, Comunicação e Artes. Programa de Pós-graduação em Educação, 2007.
Bibliografia: f. 159-164.

1. Educação – Filosofia – Teses. 2. Educação – Pós-modernidade – Teses. 3. Positivismo – Mulher – Teses. I. Henning, Leoni Maria Padilha. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação, Comunicação e Artes. Programa de Pós-graduação em Educação. III. Título.

JOSÉ MAURÍCIO SANTIAGO DE MELLO

O POSITIVISMO E A EDUCAÇÃO PROVIDA PELAS MULHERES COMO FATOR DE TRANSFORMAÇÃO EPISTEMOLÓGICA OPERADA ENTRE OS SÉCULOS XIX E XXI

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Banca examinadora:

_____

Prof.ª Dr.ª Leoni Maria Padilha Henning
UEL – Londrina – PR

_____

Prof. Dr. Sérgio Tiski
UEL – Londrina – PR

_____

Prof. Dr. Cezar de Alencar Arnaut de Toledo
UEM – Maringá – PR

Londrina, _____ de _____ de 2007.

Uma flor coloriu minha estrada
Minha alma reluziu
Uma estrela despontou no horizonte
Um caminho se abriu
Vejo que a vida não nos esconde nada
Só sua luz se revelou
Quando uma porta se encontra fechada
Do outro lado alguém chorou
Em vão
Um alento veio na madrugada
Cativou meu coração
Quando vi sua imagem do nada
Percebi a transição
Da angústia veio a esperança
Do mistério a canção
Não há mais o que tema ou valha
Um sinal de hesitação
Amor, amor
(J. M. Santiago de Mello, 2006)

Dedicado à Débora (Flor) e Júlia (Estrela),
e à Josélia, a incrível mulher que as gerou.

AGRADECIMENTOS

A Deus, porque tem descortinado caminhos inimagináveis dentro de mim.

À minha esposa e filhas pela cooperação irrestrita e pelo carinho sentido mesmo à distância.

Às mulheres de maneira geral e às minhas mães em especial, a biológica, a madrinha (*Godmother*) e a sogra (*Mother-In-Law*).

À Maria Eugenia Cardoso, grande educadora, da vida pública e do espaço do lar, que fez mais dos bastidores do que muitos sob a luz dos holofotes.

À Família Santiago, por ter me acolhido, me apoiado e me assistido na etapa carioca desse estudo.

À Professora Doutora Leoni Maria Padilha Henning, que confiou em mim desde o princípio, e que me abriu portas quando todas pareciam se fechar.

À CAPES, por fomentar de maneira decisiva a pesquisa e os pesquisadores do País.

Aos Professores do Programa de Mestrado em Educação da UEL, aos Professores componentes das Bancas Examinadoras, porque construíram, cada um, um pouco do Pesquisador que serei.

Ao Grupo de Pesquisas “Pragmatismo e Positivismo e suas relações com a Educação”, da UEL, pelas discussões enriquecedoras.

Aos colegas em geral, e em especial ao Emani, ao Rinaldo, ao Walace e à Adriana, pela ajuda inestimável e sempre prestada de coração.

À UEL e seus funcionários, além do povo de Londrina, os quais me acolheram nestes dois anos de caminhada.

Ao Ricardo (Gerente) e funcionários e ao Hotel Cedro, por ser a minha casa fora de casa!

Ao Professor José Frederico de Mello, diretor do IEPPEP, por ter me incentivado como Professor durante o ano em que lá estive, por ter viabilizado a pesquisa nas dependências de sua tão estimada Escola e por ter me motivado desde a etapa de seleção para o Mestrado.

Aos funcionários da Biblioteca Pública do Paraná (setor de documentação histórica paranaense), representados por Daniele Alves (que me deu um desconto providencial no valor das fotocópias).

Ao CPP, ao CPFC, aos voluntários depoentes na pesquisa, à Professora Maria da Luz Portugal Werneck, ao Professor Donizete Fernandes e ao colega pesquisador José Domingos da Silva Junior, porque tudo tem “um começo, alguns meios, e principalmente, um fim”.

MELLO, José Mauricio Santiago de. **O positivismo e a educação provida pelas mulheres como fator de transformação epistemológica operada entre os Séculos XIX e XXI.** 2007. 196f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

RESUMO

O século XIX foi um tempo de utopias calcadas no cientificismo e de delineamento das esferas de poder e dominação cabais da sociedade burguesa. Nesse cenário, positivismo e marxismo desempenharam um papel de grande importância. Enquanto o marxismo buscava subverter a ordem de forma revolucionária, o positivismo queria manter a ordem e reforçá-la por meio de reformas. No Brasil, o positivismo chegou com grande força, bem no momento da guinada republicana, alojando-se em instâncias diversas como a bandeira nacional e componentes políticos e educacionais. Dessa forma, tornou-se natural sua preponderância em detrimento do marxismo, que só no século XX ganhou mais fôlego em terras brasileiras. É em meio a esse cenário oitocentista que a Educação começou a ceder espaço para um agente social novo, ao menos no tocante à vida pública, qual seja, a mulher. Por meio de uma combinação de elementos como a tradição católico-cristã, os ares republicanos que refletiam uma ânsia de identidade pró-européia, o progressivismo positivista e a Educação, que aos poucos introjetou caracteres do feminino na coletividade, começou-se a configuração de uma nova ordem, por muitos intitulada de Pós-Modernidade. Para sociólogos como Michel Maffesoli, o Brasil é o laboratório da Pós-Modernidade, assim como a Europa o foi para a Modernidade. Se assim o for, tal encadeamento decorreria das especificidades a pouco citadas? E, em caso afirmativo, seria essa uma situação consistente? Algumas evidências parecem mostrar que “sim” e que “não”, em resposta às perguntas acima. “Sim”, para o caso da alquimia pós-moderna das especificidades brasileiras, e “não”, para a postulação de perenidade das facetas pós-modernas. Até mesmo se pode pensar na coexistência da Pós-Modernidade de comum acordo com a Modernidade, a primeira a servir apenas como retórica apaziguadora. Este trabalho propõe mostrar como a Educação, a mulher, o positivismo e o Brasil – em especial Curitiba e o Paraná – podem ter extrema significância no atual estado de coisas mundial, através de construtos eminentemente políticos.

Palavras-chave: Educação. Mulher. Positivismo. Pós-Modernidade. Paraná.

MELLO, José Mauricio Santiago de. **The positivism and Education provided by women as a factor of epistemological transformation operated between the 19th and 21st centuries**. 2007. 196f. Dissertation (Master's degree in Education) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

ABSTRACT

The 19th century was a time for utopias based on scientificism and for the establishment of the limits of power and massive domination of the bourgeoisie society. In this scenario, positivism and Marxism developed a very important role. While Marxism tried to subvert the order by revolutionary means, positivism wanted to keep the same order and, in addition, reinforce it by the use of reformations. In Brazil, positivism arrived with great back ups, at the very moment of the republican settlement, finding room in various instances, such as the national flag and political and educational components as well. Thus, it became natural its preponderance in comparison to Marxism, which only got more energy in the Brazilian lands later, throughout the 20th century. Within this 19th century scenario was that Education started to give some space to a new social agent, at least in terms of public life, that is, the woman. Through a combination of elements such as the Christian-catholic tradition, the republican atmosphere that reflected an identity claim in favor of European traits, the positivist progressivism and the Education, which inserted little by little the feminine in the collectivity, a new order starts its configuration, called Post-Modernity by many. For sociologists such as Michel Maffesoli, Brazil is the laboratory to Post-Modernity as well as Europe was for Modernity. In case that is true, would this event have anything to do with the specificities above mentioned? And in case the answer is affirmative, would that be a consistent situation? Some evidences seem to show a "yes" and a "no" to the questions presented. The "yes" would be suitable for the post-modernist alchemy of Brazilian specificities, and the "no" for the claim of everlasting life to the post-modernist facets. We can even think of a consensual Post-Modernity/Modernity coexistence, in which the first one is meant to be a peaceable ideology. This work has as a purpose to show how Education, the woman, positivism and Brazil – in special Curitiba and Paraná – may have extreme significance in the current world affairs, all through an intensively political arrangement.

Keywords: Education. Woman. Positivism. Post-Modernity. Paraná.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Alguns integrantes do Centro Positivista do Paraná, reunidos no interior de sua Sede 89

Figura 2 – Imagem de Clotilde de Vaux segurando uma criança e simbolizando o instinto maternal inerente a todas as mulheres. Acervo Centro Positivista do Paraná 90

Figura 3 – Capa da Revista Pedagógica do IEP em sua edição comemorativa do Centenário (1976). À direita, fachada da sede do CPFC. As duas instituições parecem ter um passado razoavelmente atrelado 115

Figura 4 – Matéria do Jornal Folha de São Paulo defendida em sessão do C.P.F.C. por uma centrista. Uma centrista do C.P.F.C. defendeu a idéia de que a inclusão do termo "Amor" na bandeira nacional representaria uma homenagem a todas as mulheres da nação 120

Figura 5 – Detalhe de um trecho dos novos Parâmetros Curriculares Nacionais que mostra como o discurso hegemônico fomenta a tal rede de solidariedades 127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pergunta 1 direcionada às voluntárias do CPP e respectivas respostas 92

Quadro 2 – Pergunta 2 direcionada ás voluntárias do CPP e respectivas respostas 94

Quadro 3 – Pergunta 3 direcionada às voluntárias do CPP e respectivas respostas 96

Quadro 4 – Pergunta 4 direcionada às voluntárias do CPP e respectivas respostas 98

Quadro 5 – Pergunta 5 direcionada às voluntárias do CPP e respectivas respostas 101

Quadro 6 – Pergunta 6 direcionada às voluntárias do CPP e respectivas respostas 103

Quadro 7 – Pergunta 7 direcionada às voluntárias do CPP e respectivas respostas 105

Quadro 8 – Questionário endereçado ao presidente do Centro Positivista do Paraná e respectivas respostas 107

Quadro 9 – Pergunta 1 às voluntárias do CPFC e respostas 116

Quadro 10 – Pergunta 2 às voluntárias do CPFC e respostas 118

Quadro 11 – Pergunta 3 às voluntárias do CPFC e respostas 121

Quadro 12 – Pergunta 4 às voluntárias do CPFC e respostas 123

Quadro 13 – Pergunta 5 às voluntárias do CPFC e respostas 125

Quadro 14 – Pergunta 6 às voluntárias do CPFC e respostas 127

Quadro 15 – Pergunta 7 às voluntárias do CPFC e respostas 129

Quadro 16 – Questionário destinado à Presidente do CPFC 131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPFC Centro Paranaense Feminino de Cultura

CPP Centro Positivista do Paraná

IEP Instituto de Educação do Paraná

IEPPEP Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

CAPÍTULO I

1 O PERFIL HISTÓRICO E FILOSÓFICO DE UMA CONDIÇÃO (APARENTEMENTE) IMUTÁVEL 22

1.1 KANT E AS MULHERES 36

1.2 A DESCOBERTA DA EDUCAÇÃO COMO VIA EMANCIPATÓRIA 38

1.3 AS TENDÊNCIAS FILOSÓFICAS DO "FIM DA MODERNIDADE" ENTRAM EM CHOQUE 40

1.4 A SITUAÇÃO DA MULHER NESSE CONTEXTO 43

1.5 A LITERATURA COMO RELATO DE ÉPOCA: UM RECURSO PARA VIABILIZAR A ANÁLISE EM QUESTÃO 48

1.6 AS ESPECIFICIDADES NACIONAIS E LOCAIS 54

CAPÍTULO II

2 O POSITIVISMO DE COMTE E SUAS PREMISSAS RELACIONADAS À CONDIÇÃO DA MULHER 59

2.1 AS CONVENIÊNCIAS E ADAPTAÇÕES DO POSITIVISMO À BRASILEIRA 62

2.2 A INTERPRETAÇÃO QUE SE FAZ DA MULHER EM COMTE 65

2.3 A MULHER EM COMTE E POR COMTE 69

2.4 A SITUAÇÃO DA MULHER A PARTIR DO CATECISMO POSITIVISTA 70

2.5 A EDUCAÇÃO IDEALIZADA POR COMTE E A INSERÇÃO DA MULHER NESSE CONTEXTO 76

2.6 A EDUCAÇÃO E A MULHER EM COMTE SOB A LUZ DAS INFORMAÇÕES DE SERGIO TISKI 77

CAPÍTULO III

3 AS MARCAS DO POSITIVISMO EM LEIS, ESCOLAS E MENTES 84

3.1 O UNIVERSO POSITIVISTA COM A PALAVRA 89

3.2 O UNIVERSO FEMININO COM A PALAVRA 113

3.3 CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE ANÁLISE DOCUMENTAL 134
3.4. A ESCOLA NORMAL DO PONTO DE VISTA NORMATIVO E DO PONTO DE VISTA DA MEMÓRIA 138
3.5. ENTREVISTAS COM VOLUNTÁRIAS DO C.P.F.C.....141

CONCLUSÃO 153

REFERÊNCIAS.....158

APÊNDICES 164
APÊNDICE A –Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....165
APÊNDICE B – Questionário endereçado às voluntárias do CPP.....166
APÊNDICE C –Questionário endereçado ao Presidente do CPP 167
APÊNDICE D – Questionário endereçado às voluntárias do CPFC.....168
APÊNDICE E – Questionário endereçado à Presidente do CPFC.....169
APÊNDICE F – Registros fotográficos da pesquisa na Igreja Positivista do Brasil. Rio de Janeiro, outubro de 2006. Fotos: J.M. Santiago de Mello & Maria Higina Santiago de Moraes 170
APÊNDICE G – Registro fotográfico da pesquisa no C.P.F.C. Curitiba, 2006. Fotos: Josélia Mello.....171
APÊNDICE H – Roteiro de Entrevistas com voluntárias do C.P.F.C. 172
ANEXOS 173
ANEXO A – Estatuto do Centro Positivista do Paraná.....174
ANEXO B – Ficha Técnica do Centro Paranaense Feminino de Cultura.....176
ANEXO C – Lei nº 456 de 12 de abril de 1876. 177
ANEXO D – Regulamento orgânico da Instrução pública da província do Paraná.....179

INTRODUÇÃO

O desafio de produzir uma dissertação é algo sério. A necessidade de trazer para o meio acadêmico um tema relevante, que sirva para acrescentar a todo o conhecimento estabelecido ao longo de séculos uma nova luz, chega a ser amedrontador.

Foi por isso que decidimos partir de uma inquietação que teve lugar na experiência vivida, naquilo que emerge das discussões que se impõem em nosso tempo. Assim sendo, declaramos ter tomado como ponto de partida a nossa pesquisa empreendida em meio a uma especialização *lato sensu* em história do Brasil, a qual versou sobre a polêmica inclusão de mulheres no curso normal do Instituto Paranaense em Curitiba. O fato de as mulheres estarem associadas tão fortemente à imagem de normalista e só terem obtido acesso a esse meio com muita luta e em um momento histórico relativamente recente, fez-nos buscar com mais clareza as origens e desdobramentos sócio-educacionais da questão.

Por sua vez, uma palestra proferida pelo sociólogo francês Michel Maffesoli, no ano de 2005 na cidade de Curitiba, trouxe-nos outros subsídios teóricos que mais tarde vieram a ser percebidos como atinentes ao processo por nós analisado.

Naquela oportunidade, percebemos que muitas das prerrogativas defendidas pelo sociólogo poderiam ter a ver com aquilo que acabávamos de estudar, e que o papel exercido por aquele rompimento de barreira social tinha potencialmente mais desdobramentos do que aquilo que se pensaria numa análise superficial. Então começamos a querer juntar algumas informações e construir uma interpretação que não descartasse o incerto ou o emocional.

Maffesoli (2005), ao defender o Brasil como o “laboratório da pós-modernidade”, ao defender o uso do “senso comum” e ao perceber o filósofo francês Michel Foucault como um delineador do tipo de pesquisa pertinente aos “novos tempos”, abriu um caminho e mostrou o meio de percorrê-lo.

A questão levantada de que o positivismo teria representado o fim da modernidade como marco de um recorte epistemológico iniciado em Santo Agostinho (354-430), mais especificamente em sua obra “A Cidade de Deus”, levou-nos imediatamente a pensar no que teria mudado depois de sua concretização sistemática.

O positivismo foi a corrente filosófica que acabou por constituir-se, entre outras atribuições, em método científico, ditando normas rígidas que pareceram insuperáveis durante boa parte do século XIX e mesmo em meio ao século XX. Segundo o entendimento de Michel Lallement (2003), o encaminhamento geral do positivismo de Auguste Comte era este:

> No intuito de resolver a crise social, Comte não propugna, e nisto vai se opor aos contra-revolucionários, uma volta da história sobre si mesma. E igualmente ao contrário dos socialistas, ele não procura tampouco transformar o mundo por alguma atividade revolucionária qualquer. Comte augura, isto sim, uma nova ordem social, com base não em 'crenças teológicas' mas nas conquistas da filosofia positiva [...]. Esse positivismo é declinado em duas regras elementares: observar os fatos sem emitir quaisquer juízos de valor e enunciar leis. (LALLEMENT, 2003, p. 71)

Com base no assinalado, compreende-se que tal paradigma epistemológico não se enquadra, ou ao menos parece não se enquadrar, em um universo como o atual, dominado por um relativismo contra-militante:

> Nas últimas décadas, tornou-se moda, principalmente entre pessoas que se julgam de esquerda, negar que a objetividade seja acessível, uma vez que o que chamamos de 'fatos' apenas existem como uma função de conceitos e problemas prévios formulados em termos dos mesmos. O passado que estudamos é só um construto de nossas mentes. Esse construto é, em princípio, tão válido quanto outro, quer possa ser apoiado pela lógica e por evidências, quer não. Na medida em que constitui parte de um sistema de crenças emocionalmente fortes, não há, por assim dizer, nenhum modo de decidir, em princípio, se o relato bíblico da criação da terra é inferior ao proposto pelas ciências naturais: apenas são diferentes. Qualquer tendência a duvidar disso é 'positivismo', e nenhum outro termo desqualifica mais do que este, exceto empirismo. (HOBSBAWM apud DUARTE, 2005, p. 88)

Com base no assinalado acima, verificamos que o positivismo é uma corrente filosófica que caiu em desgraça no meio acadêmico, passando de corrente hegemônica a paradigma do anacronismo histórico em quase toda a parte. Assim mesmo, o historiador Eric Hobsbawm parece usar de um forte recurso à ironia ao se referir aos novos conceitos sobre a relativização da verdade historicizada. Pretendemos compreender um pouco mais a fundo algumas razões que teriam se somado para que tal panorama se configurasse.

No caso brasileiro, há uma curiosa ligação entre a última etapa da fase incontestavelmente moderna e o tal ingresso das mulheres na vida pública. É que ele se deu

por via do magistério, para contornar uma dificuldade contextual: conciliar a "vocação da mulher para a vida doméstica", apregoada por Comte, e os ideais republicanos de propensa emancipação feminina (MELLO; SILVA JR, 2005).

A construção parece ter sido vitoriosa, pois conseguiu unir duas premissas aparentemente contrastantes. Mas o que se seguiu a isso? Ou melhor, qual foi o preço disso? Seria esse o embrião de uma nova sociedade que ainda se avizinha, mas que começa a acenar com uma proposta de inclusão do *feminino* por sobre o racionalismo desgastado do mundo unilateralmente masculino? Ou seria apenas a fachada de um mundo ainda mais sectário e totalitarista que fez da inclusão da mulher uma cooptação final de valores tradicionais? A Educação teria se tornado, a partir daí, um terreno aberto para as futuras concepções pós-modernas?

Segundo João Henrique Rossler (apud DUARTE, 2005), que, por sua vez, utiliza-se do pensamento da filósofa húngara Agnes Heller, existiriam relações importantes entre o que se vê hoje em dia em termos de "modismos educacionais", e o versátil sistema capitalista, sempre ávido por "atualizações". Em certo momento, aquele autor afirma que

> Segundo a filósofa húngara, as sociedades pré-capitalistas orientavam-se para o passado. Numa estrutura social como aquela, portanto, a tradição adquiria uma maior importância. E, deste modo, a vida das gerações daquela época orientava-se, essencialmente, pelas atitudes, pelos valores, dos seus antepassados. Com o advento da ascensão da burguesia e a conseqüente modificação nas estruturas sociais, começa a se impor uma nova forma de orientação: o futuro é quem passa a guiar a vida dos indivíduos. Com o capitalismo, a produção humana se torna indefinida, não se limitando mais ao essencial, à satisfação das necessidades imediatas dos homens. Isto, por sua vez, determina nos homens uma necessidade de modificarem, renovarem, transformarem continuamente, tanto a si mesmos quanto a própria sociedade, e esta necessidade de transformação, segundo Heller, seria uma das maiores conquistas da humanidade. Todavia, com a crescente alienação, fenômeno este intrínseco às relações capitalistas de produção, deu-se também a alienação desta forma qualitativamente nova de guiarmos nossas vidas. A orientação para o futuro aliena-se e transforma-se em moda, na necessidade de não ficarmos atrasados em relação àquilo que esteja na moda, ao que existe de novo na nossa sociedade. Portanto, a moda e os modismos são sempre e necessariamente fenômenos de alienação. Em outras palavras, um olhar alienado para aquilo que se apresenta como o que há de novo na sociedade. Para Heller, esse processo teria relações diretas com a estereotipia dos sistemas funcionais de nossa sociedade, com a conversão de certos tipos de comportamentos, na sociedade burguesa, em 'papéis'. (ROSSLER apud DUARTE, 2005, p. 6)

O fato de a sociedade, hoje, estar se acostumando a uma participação muito mais efetiva do gênero feminino em diversos âmbitos da vida, em uma realização quase sem

nenhum paralelo detectado pela pesquisa social e humanística, também foi, então, um forte incentivo para encaminhar uma pesquisa que contemplasse tais entendimentos.

Agora, partamos para uma elucidação acerca de nossa linha investigativa.

Torna-se inegável, neste ponto, o fato de que a história, para nós, se torna um dos principais instrumentos nessa "caixa de ferramentas" da pesquisa social, arqueológica e humanística, como asseverou, por diversas vezes, o filósofo francês Michel Foucault. O tipo de pesquisa que empreendemos tem muito a ver com a busca de indícios "arqueológicos" nos discursos. É algo que vai além das entrelinhas, numa acepção que dá grande força à subjetividade.

A história esteve assentada, desde o século XIX, sobre bases que vieram a ser desconstruídas por Foucault. A mesma história, como se sabe, consolidou-se como ciência naquele século, quando passou a ser vista como um instrumento cabal de elucidação e consagração da verdade, posto que era feita com o auxílio "indiscutível" e irrevogável de documentos oficiais. Esses assumiam, assim, o *status* de objeto neutro, deixado inocentemente por seus autores, como pegadas de dinossauros que não pensavam em ser estudados por paleontólogos, mas apenas pensavam em se mover.

Tal entendimento era fruto da doutrina positivista, que acabou por ver na história o método de estudo dinâmico das sociedades, isto é, da sociologia. Como se pode ver hoje, os documentos oficiais estão todos recobertos por um forte grau de intencionalidade, de seleção daquilo que deve ou não pertencer a uma posteridade construída sobre a égide de um poder instituído. A visão da história positivista já não mais resiste a tamanhas evidências.

A linguagem, aliás, também é feita de elementos sofisticados, que expõe e embute em discursos aquilo que só pode ser descoberto "arqueologicamente". Há os aspectos semânticos de complexa configuração e abrangência, os usos inconscientes que remetem a traços de natureza psicológica, simbologias diversas e "interpositividades" [1] sistemáticas. Um historiador já não tem como ficar alheio a nada disso.

Assim sendo, é inegável a atração que ainda hoje se faz sentir no limiar das preocupações de Foucault por pesquisadores que desejam ir além da superfície das coisas, entendendo o mundo do ponto de vista do ser humano, embora seja esse um reflexo de tantas circunstâncias sociais determinantes.

[1] Termo foucaultiano.

O conhecimento do passado não deve ser um mero exercício de aprofundamento cultural, mas um canal para que se esclareçam impasses de abrangência múltipla na vida do ser humano, com suas preocupações íntimas, que ainda lhe conferem *status* como pessoa. É essa motivação que nos move.

Tal qual colocado por seu comentador Paul Strathern (2003), é admirável a percepção foucaultiana de que

> O aparecimento de qualquer sistema de conhecimento está sempre relacionado com uma modificação no poder. Economia, sociologia e até ciência: o surgimento e o desenvolvimento de tais sistemas de conhecimento sempre são acompanhados por modificações significativas no poder. (STRATHERN, 2003, p. 32)

Na base de tal asserção pode residir a própria erupção de um advento político como o do pós-modernismo.

No desenvolvimento desta pesquisa voltada à área da Educação, tomamos por base metodológica, até certa instância, o procedimento arqueológico foucaultiano, tal qual procuraremos explicitar nesta oportunidade.

Com o correr das presentes investigações voltadas ao desenvolvimento desta Dissertação de Mestrado, com o uso do referencial teórico que se mostrava como o mais pertinente e a reflexão que se delineou por meio das análises de dados exploratórios, foi-se denotando uma aproximação discursiva entre elementos filosóficos contrastantes, até certo ponto distantes, e até rivais.

Ocorre que, em meio a uma inflexibilidade verificada no ambiente positivista religioso e ortodoxo da cidade de Curitiba, tradicionalmente ligado à demonstração purista da doutrina comtiana, conseguiu-se captar elementos do pensamento hoje tido como pós-moderno, em meio a uma circunstância por nós entendida como o impacto educacional feminino.

Para fazer uma melhor descrição do evento relatado, faz-se necessário que nos embrenhemos mais a fundo no teor da pesquisa que nos impulsiona: começamos a lidar, no princípio, com a idéia de que o positivismo teria, de alguma forma, embora não abertamente, influenciado o sistema educacional brasileiro e moldado, com isso, a inclusão

das mulheres no mundo do trabalho e na esfera pública, feito esse de grandes proporções na esfera nacional.

Acontece que, em virtude das nuances e especificidades do espaço social brasileiro, no qual a República, por exemplo, se consolidou a partir de pactos entre correntes político-filosóficas contrastantes, toda e qualquer pureza ideológica é digna de suspeitas e de contradições.

Assim sendo, vimos cruzarem-se influências do positivismo tido como mais puro, radical, com aquelas de origem mais recente, ligadas a uma sociologia em voga, a qual insiste no advento do fim das utopias e no incremento de uma rede de solidariedades pessoais, grupais e até globais. Estamos falando de conceitos como o do pós-modernismo e até, com ligeiras diferenças, do cosmopolitismo, que se distingue do conceito de globalização pelo viés da aceitação, em bases iguais, das culturas de toda a parte, sem triagens econômicas ou políticas. A idéia em questão é a de uma relação processual, quase alquímica, entre a Educação com inclinação positivista e as teses de emancipação feminina, aliadas aos novos preceitos advindos do relativismo, impulsionado primeiramente pela Física einsteiniana.

Para ilustrar com um pouco mais de exatidão o que descrevemos acima como uma espécie de explosão de novos parâmetros sociais, faremos uso das palavras de Foucault:

> Foi a vida, muito mais do que o direito, que se tornou o objeto das lutas políticas, ainda que estas últimas se formulem através de afirmações de direito. O ‘direito’ à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o ‘direito’, acima de todas as opressões ou ‘alienações’, de encontrar o que se é e tudo o que se pode ser, esse ‘direito’ tão incompreensível para o sistema jurídico clássico, foi a réplica política a todos esses novos procedimentos de poder que, por sua vez, também não fazem parte do direito tradicional da soberania. (FOUCAULT, 1993, p. 136)

Entendemos, assim, que o contexto da atualidade tem, de alguma forma – e isso não quer dizer que corroboremos a noção de época pós-moderna, mas, talvez, algumas de suas prerrogativas histórico-filosóficas – o perfil de possibilitação de uma nova *epistemè*, de um período de inovações ainda não perfeitamente assimiladas ou digeridas em toda a sua gama de potencialidades.

Tudo isso nos remeteu, mais uma vez, à discussão teórica proposta por Foucault, ou seja, a de um possível entrelaçamento de interesses, de atitudes, e por que não

dizer, de fenômenos, sem que esses estejam inscritos claramente no nível simbólico ou, como ele gostava de dizer, numa simples leitura nas entrelinhas.

A comparação que se faz entre uma e outra coisa no caso descrito, isto é, na aproximação de discursos através, e contraditoriamente, do afastamento radical entre eles, conduz à investida arqueológica foucaultiana. Em suas próprias palavras,

> ... a descrição arqueológica dos discursos se desdobra na dimensão de uma história geral; ela procura descobrir todo o domínio das instituições, dos processos econômicos, das relações sociais nas quais pode articular-se uma formação discursiva; ela tenta mostrar como a autonomia do discurso e sua especificidade não lhe dão, por isso, um *status* de pura idealidade e de total independência histórica; o que ela quer revelar é o nível singular em que a história pode dar lugar a tipos definidos de discurso que têm, eles próprios, seu tipo de historicidade e que estão relacionados com todo um conjunto de historicidades diversas. (FOUCAULT, 2000, p. 189)

Decidimos empreender, por conseguinte, um contato direto, porém diversificado, com dois núcleos institucionais de caráter primordialmente cultural, localizados na cidade de Curitiba, cidade mais populosa e capital do Estado do Paraná. Desses contatos, travados com o Centro Positivista do Paraná e com o Centro Paranaense Feminino de Cultura, vieram respostas a questionários respondidos à distância, ou seja, sem nenhum tipo de pressão imediata e que possibilitavam uma reflexão mais detida.

Somada a eles, fez-se uso de uma entrevista, a qual procurou obter respostas mais espontâneas, ou seja, retiradas de forma menos confortável no que se refere à reflexão e compilação de dados possivelmente disponíveis em um acervo pessoal do entrevistado. A intenção era a de se produzir respostas por vezes não esperadas pelos entrevistados, que talvez até as refutassem em uma segunda análise – fato que, felizmente, não ocorreu, exceto por algumas retificações posteriormente concedidas, contudo não alteraram o conteúdo exposto – mas que revelassem elementos processuais novos subliminarmente intelectualizados.

Os questionários foram entregues, primeiramente, às mulheres integrantes do Centro Positivista do Paraná, as quais foram localizadas por intermédio de seus componentes atuantes – com exceção de uma, a qual pôde ser contatada diretamente em uma reunião protocolar – e que perfazem o total do contingente feminino em questão, bastante reduzido atualmente, segundo declaração feita. O presidente da instituição também recebeu

um questionário, ligeiramente diferente e mais abrangente, em razão de indagações acerca de dados oficiais.

As perguntas foram formuladas tendo sempre como aspecto norteador a possível comparação entre elementos do positivismo e de outras influências, fossem elas culturais, filosóficas ou religiosas.

Em seguida, voltamos nossa atenção para o Centro Paranaense Feminino de Cultura, instituição que nos chamou a atenção por acaso, uma vez que não tem nenhum vínculo oficial com quaisquer iniciativas de cunho positivista. Mesmo assim, tivemos a impressão de que suas propostas organizacional, estética e cultural tinham algo de positivista, o que foi suficiente para a busca de um conhecimento mais aprofundado.

Um dado que logo foi apreendido e que denotou a pertinência da investigação foi a procedência comum de muitas das “centristas” (alcunha a qual as integrantes do “centro” normalmente se atribuem) em termos de ambiente educacional. Muitas delas eram ex-alunas do curso de magistério do Instituto de Educação do Paraná e, em conseqüência disso, tiveram longa carreira como professoras, formadas como foram em uma escola de muita tradição e relevância cultural e política. Da análise de suas respostas por escrito foi que nos propusemos a uma investida referente à história oral. Assim vieram as entrevistas.

Com relação a todo o processo de obtenção de dados, faz-se necessário afirmar que, ou contamos com uma adesão geral do contingente alvo (como no caso das mulheres relacionadas ao Centro Positivista do Paraná), ou partimos de um coeficiente mínimo de amostragem percentual, como no caso das integrantes do Centro Paranaense Feminino de Cultura. Naquela instituição, a situação verificada é um pouco mais complexa em relação à participação, que se divide entre efetiva, distanciada e extra-oficial. Dessa maneira, contamos com um número de voluntárias que responde por cerca de vinte por cento do contingente efetivo. Precisamos, então, nos basear em uma série de dados fornecidos pela presidente da instituição para concluir que a amostragem era até certo ponto confiável.

Insistimos também em afirmar que todo o processo referente à pesquisa com seres humanos seguiu os procedimentos éticos pertinentes, tal qual indicado pela universidade mantenedora desse Programa de Mestrado em Educação, por ocasião de uma mesa-redonda organizada para esse fim. E não nos restringimos somente a isso.

Para ampliar nossa gama de entendimentos acerca do vivido à época, recorremos a alguns recursos culturais, como a literatura e o cinema. Acreditamos que isso pode ter sido de grande valia, uma vez que o próprio Foucault (1999) tirou grandes resultados de uma experiência análoga. A história tem se servido de tal expediente, que não pode obviamente ser usado com ingenuidade.

A análise do *Dom Quixote* de Cervantes em seu *As Palavras e as Coisas* é o que temos de mais pertinente para incitar a perda da ingenuidade frente a um construto literário:

> A verdade de Dom Quixote não está na relação das palavras com o mundo, mas nessa tênue e constante relação que as marcas verbais tecem de si para si mesmas. [...] Na outra extremidade do espaço cultural, mas totalmente próximo por sua simetria, o poeta é aquele que, por sob as diferenças nomeadas e cotidianamente previstas, reencontra os parentescos subterrâneos das coisas, suas similitudes dispersadas. (FOUCAULT, 1999, p. 66-68)

Se só podemos ver aquilo que é óbvio, então é provável que não vejamos jamais coisa alguma, pois o óbvio, assim mostra Foucault (1999), tem muitos disfarces. Esse é o caso, por exemplo, de instituições públicas surgidas em determinados momentos da história, e que assumem contornos de eternidade, de terem estado sempre aí.

O mundo da escola nos parece, a partir de uma reflexão acerca do assunto sobre o qual nos debruçamos, ter sido e ainda ser espaço de cooptação dos valores femininos. O que tentamos fazer neste trabalho, sem deixar de lado nem por um instante o referencial foucaultiano, é algo não muito simples: enxergar o mundo através de frestas. Entretanto, como disse o próprio Foucault (1999), talvez não com essas palavras, “a verdade é resultado de uma violência sobre o pensamento”.

Estamos, portanto, diante da seguinte tarefa: queremos entender o atual estado de coisas da Educação no Paraná e no Brasil do ponto em que as mulheres adentraram suas fronteiras em grande número, tentando, em decorrência disso, mensurar de que maneira a Educação repercutiu na vida da sociedade e de alguma forma balizou os seus horizontes.

Trilhou-se, entrementes, um caminho natural, ao menos assim acreditamos. A partir do momento em que buscamos entender o positivismo e suas especificidades observadas no Brasil, percebemos que a mulher ocupou um espaço relevante em seu percurso

histórico-social. Fez-se necessário, então, observar sua entrada no universo do magistério e passar a estabelecer relações entre sua atuação e as transformações já operadas e aquelas em processo nas sociedades brasileira e paranaense.

Dessa forma, fizemos uso de amplo referencial teórico, através de bibliografia pertinente, palestras e uma longa pesquisa de campo, cujas informações e respectivas análises acabaram por fundamentar os nossos dados. Parece-nos importante frisar que empreendemos um trabalho em que os textos, coletados através de questionários e entrevistas aplicados a pessoas que tiveram papel representativo no processo em questão foram, muitas vezes, percebidos em sua dimensão mais sutil, como que numa busca "arqueológica".

As pessoas que mencionamos acima são, numa descrição mais específica: as mulheres ligadas mais diretamente ao movimento positivista da cidade de Curitiba; o presidente do Centro Positivista do Paraná; as mulheres integrantes do Centro Paranaense Feminino de Cultura, as quais são, em grande parte, ligadas à Educação da cidade e, em alguma extensão, do próprio Estado do Paraná, como ex e atuais professoras com formação em grande parte proveniente do Instituto de Educação do Paraná; e a presidente da instituição.

Ao findar este trabalho, pretendemos contribuir para tirar um pouco a idéia acerca do positivismo cristalizada por uma visão preconceituosa; temos também como intuito mostrar que a Educação e a atuação da mulher nessa área têm muito a ver com o que somos e, provavelmente, com o que seremos nas cidades do Paraná, no país e no mundo, uma vez que entendemos que a Educação é parte de um processo que se retro-alimenta.

CAPÍTULO I

1 O PERFIL HISTÓRICO E FILOSÓFICO DE UMA CONDIÇÃO (APARENTEMENTE) IMUTÁVEL

> Somente a partir do momento em que a razão humana age é que se torna possível o estudo da história, que não é realizado como um fim em si mesmo, mas na tentativa de elucidação dos progressos humanos.
>
> (GUIDO, 2004)

Ao iniciar este capítulo, entendemos que se faz necessária uma explicação de por que remontar a épocas tão distantes, quando o que se tem como proposta é a abordagem de uma transformação epistemológica recente. Acontece que, para denotar uma transformação com sentido palpável, é preciso que se perceba o que era passível de ser transformado. As páginas que se sucederão dentro do presente capítulo se prestam a mostrar, historicamente, que, até recentemente, a mulher viveu preponderantemente em estado de submissão ao homem.

Sabemos que, correntemente, a caracterização de um perfil linear da história é seriamente combatida, e assim tentaremos amenizar essa configuração – que não nos soa como totalmente desprezível – com o estabelecimento daquilo que chamaríamos de recorrências históricas, que podem se dar em meio a rupturas, mas que ilustram uma tendência. Apesar dessa atenuação que fazemos acerca da linearidade, concordamos com o historiador Ciro Flamarion Cardoso (2005) quando este diz:

> É factível perguntar, então, se, num mundo onde o pensamento neoconservador e neoliberal, hegemônico entre os governos, insiste na globalização e na formação de blocos plurinacionais (Europa, ALCA), onde, além do mais, o pós-modernismo tudo fez para enfraquecer a noção de uma temporalidade linear e orientada (que mostramos estar centralmente vinculada ao desenvolvimento da História-disciplina), ela poderá conservar-se no interior das estruturas profissionais fortemente institucionalizadas – cuja manutenção depende de um financiamento que muitos governos já não se dispõem a garantir – herdadas do século 19. (CARDOSO, 2005, p. 147-148)

Uma primeira asserção a respeito das dificuldades enfrentadas historicamente pela mulher são as seguintes palavras de Leonardo Boff (2005):

> Há dez ou doze mil anos atrás o ser humano inaugurava o neolítico. Abandonou as cavernas e se aventurou na conquista do mundo exterior. Transformou-o por sucessivas revoluções que podemos chamar de revoluções do neolítico. A primeira delas, a mais universal de todas, foi a 'revolução agrícola'. Domesticaram-se animais e plantas, irrigaram-se campos, criaram-se vilas e cidades e garantiu-se a infra-estrutura da subsistência material dos seres humanos. A partir desta época lançaram-se as raízes do patriarcalismo, quer dizer, da dominação do princípio masculino e dos homens sobre as mulheres na organização da vida humana. Em termos tecnológicos foi uma grande libertação. Mas a que custo? 14 mil anos após, fez-se a 'revolução industrial'. Criou-se a máquina que incorporou a si a força física do ser humano. Este não precisa mais fazer grandes esforços, carregar pesos e gastar sua saúde na produção. A máquina o substitui. Manteve-se e até se reforçou o patriarcalismo, pois aumentaram os meios e as formas de dominação sobre as pessoas e a natureza. Não obstante, com relação às carências humanas foi uma considerável libertação. Mas a que custo? Nos nossos dias, trezentos anos após, fez-se a 'revolução do conhecimento' e da 'comunicação'. Criou-se outro tipo de máquina que incorporou a si a força mental do ser humano: o cálculo, o trabalho intelectual, a invenção através do computador, do robô e da informática. Avançou-se para dentro do coração da matéria, tirando informação das partículas subatômicas e das energias primordiais. Penetrou-se para dentro do mistério da vida, colhendo as informações do código genético e revolucionando o futuro pela biotecnologia e pela co-pilotagem da evolução. É uma libertação tecnológica inimaginável. Mas a que custo? Importa, entretanto, reconhecer que assistiu-se à emergência do feminino, desmascarando a presença do poder masculino em todos os campos da vida familiar e social, nas expressões da linguagem, na formulação dos saberes e na instituição de ritos e tradições, denunciando o patriarcado como poder opressor da mulher e do próprio homem. Especialmente o ecofeminismo obrigou o masculino e toda a cultura a uma redefinição no sentido de mais equilíbrio e de relações mais inclusivas e participatórias. (BOFF, 1998, p. 27-28)

É dessa acepção de raciocínios e reflexões que surge este capítulo. Do ponto de vista da Educação, também há estudos sérios encaminhados com uma visão ampla e tomada em retrospectiva. Das palavras de Jane Soares de Almeida (1998), entende-se que

> Na concepção que vigorou no mundo civilizado ao longo dos séculos, a culminância da existência feminina sempre se resumiu em amar, ser amada e cultivar-se para a vida em sociedade. Os anos iniciais do século XX continuaram mantendo essa tradição, apesar das indiscutíveis conquistas da ciência, do progresso da vida social e da ampliação do conhecimento humano. Dentre as atribuições femininas não estava prevista a concorrência com os homens em termos profissionais e intelectuais, o que possibilitaria a ultrapassagem dos limites de segurança social. Para a ordem estabelecida, a liberação econômica das mulheres por meio do trabalho remunerado e sua autonomia intelectual, representada por uma Educação não diferenciada da dos homens, significava a ruptura com os acordos tacitamente estabelecidos desde outras épocas e poderia promover desordem social ao alijar do sexo dominado essa subordinação. Portanto, tornava-se necessário que fossem educadas, porém somente

> se o lar, o marido e os filhos fossem com isso beneficiados. Mantida dentro de certos limites, a instrução feminina não ameaçaria os lares, a família e o homem. Essa Educação, que a princípio e de acordo com a tradição portuguesa, fora negada sob o pretexto de que conhecimento e sabedoria eram desnecessários e prejudiciais à sua frágil constituição física e intelectual, acabou por revelar-se desejável a partir do momento em que a mulher passou a ser vista, na sociedade da época, como a principal mantenedora da família e da pátria, conforme pregava o discurso eugênico e positivista. Nesse contexto, o magistério de crianças configurou-se bastante adequado ao papel da mulher como regeneradora da sociedade e salvadora da pátria e tornou-se aceitável, em termos sociais, familiares e pessoais, que ela trabalhasse como professora. (ALMEIDA, 1998, p. 32-33)

Passamos, assim, a fazer esse enfoque, em que momentos diversos da história de várias partes do mundo ocidental são descritos. Há, também, um contraponto, uma descrição de uma sociedade ligada ao mundo oriental, que é encontrada em suas nuances e vem reforçar, por meio da própria fonte bibliográfica utilizada, a regra na qual não se enquadra. Voltemo-nos, então, a essa tarefa.

Para pensar numa iniciativa de arrojo em relação à equiparação de direitos educacionais de homens e mulheres, poderíamos ser tentados a pensar, sem muitas vacilações, no período do Iluminismo. Essa foi a época em que tudo, ou quase tudo, convergia para a primazia da razão, e não seria de se estranhar que as mulheres fossem vistas à época como passíveis de acolhimento social mais intenso, uma vez que a razão é prerrogativa assegurada a ambos os sexos.

Não é isso o que ocorre no âmbito de Portugal, por exemplo, país que tem uma ligação fundamental com o construto social brasileiro. Segundo uma pesquisadora da história e da Educação setecentista, naquele país,

> A reforma pombalina, de 6 de novembro de 1772, foi omissa no que se refere ao ensino feminino. [...] Naquela época, muitos portugueses resistiam ao fato de se oferecer, às mulheres, erudição. As poucas que alcançaram uma educação mais aperfeiçoada foram motivo da crítica e deboche de homens e mulheres que as rodeavam. (RIBEIRO, 2002, p. 34)

O relato acima nos conduz a duas pistas interessantes. A primeira é a que dá conta de que unificar o termo “mulher” seria arriscado do ponto de vista conceitual, uma vez que as mulheres, como, aliás, tudo o mais, dividem-se em ordens de posicionamento e

aspirações diferentes. A segunda é a de que, como prenunciado nos estudos de Michel Foucault (1999), o discurso reflete na ordem do dia a extensão sutil e imperceptível do poder.

Entretanto, tenhamos em mente que o termo “mulher” significará a maioria dos indivíduos do gênero feminino, dentro de uma tendência estrutural de normas e padrões de cunho geral. Assim sendo, admitimos que a dicotomia básica da sociedade do ocidente configura uma realidade teatral:

> Emerge nessa cena teatral, a função, a representação social construída para o gênero feminino: a ausência de estudos. A mulher que fugisse aos padrões estabelecidos tinha dificuldade de manter sua individualidade. Sua capacidade de resistência e de transformação foi, freqüentemente, testada, mormente, entre as próprias mulheres. (RIBEIRO, 2002, p. 35)

Assim sendo, entendemos que o poder já se via de tal forma instaurado por entre os aspectos de subjetivação referentes aos meandros sociais, que nem mesmo era necessário qualquer tipo de repressão por meio direto da parte dos mecanismos tradicionais. Não se fazia uso do governo, mas da governamentalidade. [2] O século XVIII foi, dessa maneira, diverso da imagem que se poderia fazer dele. O espaço público foi cerceado às mulheres, espaço esse “que se constitui [...] a partir das sociabilidades masculinas, e depois, com a Revolução, a rejeição de sua cidadania” (CHARTIER apud RIBEIRO, 2002, p. 57).

E o século XVIII não foi o único a configurar, no seu decurso, essa linha de conduta para as mulheres:

> A importância da mulher tem sido minimizada em muitas culturas e povos. Ela surge, no percurso histórico, reduzida a elemento reprodutor, a mera força de trabalho, sem direitos nem poderes, inferior nos planos físico e intelectual. [...]. Mas nem sempre esse ideal de mulher reinou absoluto. (RIBEIRO, 2002, p. 67)

É isso que buscaremos demonstrar no decorrer das linhas e reflexões seguintes.

Para encadear o raciocínio que nos dispusemos a fazer, recorreremos a situações alternadas da trajetória social humana, estabelecendo, dessa maneira, um âmbito de recorrência de atributos sociais.

---

[2] Termo foucaultiano.

Uma coleção de livros pioneira na história dos estudos filosóficos brasileiros nos servirá de parâmetro inaugural. Na obra “Os Pensadores”, mais especificamente no volume “Pré-Socráticos”, indícios interessantes de exacerbação sexista na gênese do ocidente podem ser constatados. Na *Teogonia* de Hesíodo consta que

> Zeus [...] determina a criação de um ser à imagem e semelhança das deusas imortais [...] Pandora – a mulher – leva em suas mãos uma jarra que, destampada, deixa escapar e espalhar-se entre os mortais todos os males [...] E a mulher deixa de ser exaltada, como na visão aristocrática de Homero, para ser caracterizada por esse camponês como mais uma boca a alimentar e a exigir sacrifícios: ‘Raça maldita de mulheres, terrível flagelo instalado no meio dos homens mortais’ (SOUZA et al., 2005, p. 12-13).

E a explicação para tal enfoque é desconcertantemente simples: a mulher era considerada um ser tão inferior que a elas só restava a missão automática, mecanicamente desempenhada, de reprodutora e serva do homem, ficando o amor, o respeito, a afeição e o carinho como prerrogativas naturais e exclusivas dos homens: “[...] a fêmea não devia ser mais do que terra fértil a ser fecundada pelo macho. Segundo Aristóteles (384-322 a.C.), era o homem que insuflava alma, vida e movimento à matéria inerte produzida no útero pela mulher” (DEL PRIORE, 2004, p. 82).

Fazemos aqui, ainda, uma inserção a qual julgo ser válida. O professor Antônio Joaquim Severino, em um texto acerca da cultura ocidental, afirma que “Voltamos às origens da cultura ocidental porque não é possível compreender o significado da cultura contemporânea sem o resgate de significados de momentos de articulação que a antecederam” (SEVERINO, 1992, p. 43). Esse é, sem dúvida, nosso viés. Além disso, acrescenta o autor:

> ... nos diversos campos da cultura, as formas de consciência assumidas nos vários momentos da história de uma sociedade contribuem para o entendimento das formas atuais e da própria vida social contemporânea. Isso se torna ainda mais marcante no caso do pensamento filosófico, dado exatamente o fato de que as perspectivas explicativas da filosofia se expressam com pretensão de abrangência significativa da totalidade, procurando explicar todos os aspectos da existência do homem e do mundo. (SEVERINO, 1992, p. 44)

Assim, poder-se-ia dizer que o recurso a essa descrição histórica é plenamente justificável, mas é preciso fazer uma derradeira apropriação. Severino diz:

> O capitalismo é o modo de produção que encontra no naturalismo e no racionalismo não só sua expressão epistemológica como também a sua justificação ideológica. Por isso, nunca fomos tão gregos como atualmente... Como teremos a oportunidade de constatar na análise de vários aspectos da realidade sociocultural do ocidente, mesmo na sua atualidade, nossas concepções de mundo continuam profundamente marcadas pelos pressupostos da filosofia grega. E isso explica muitas coisas... (SEVERINO, 1992, p. 53)

Ao findar essa exposição, necessária para que se compreenda o que ocorreu com a mulher no período da Antigüidade histórica, resgatando as raízes do pensamento ocidental a partir da posição da mulher no helenismo, podemos nos direcionar com um pouco mais de atenção para a mulher medieval.

É de domínio geral que, na Idade Média – período de aproximadamente mil anos segregado historicamente por muitos como um interregno cultural –, as mulheres sofreram perseguições intensas, assim como, em certa medida, sofreram os cientistas e ateus, ou seguidores de crenças não cristãs de fora da Europa.

O Medievo, período em que a Igreja Católica teve um papel preponderante, para o bem e/ou para o mal – dependendo da forma que se encarem os fatos e que se entenda filosoficamente o significado de bem e de mal –, foi uma época dura para todos. Porém, considerando o lugar comum de chamar a Idade Média de uma época dura, poderíamos atentar para o fato de que todas as épocas o são. É fato que a umas se elege como paradigma invertido para que se tenha como alardear as premissas de outras épocas. Orlando Fedeli, por exemplo, diz:

> O século XX tem por ideal a absoluta democratização do saber. Qualquer proibição ou limitação neste sentido parece-lhe uma violação da liberdade de pensamento e da igualdade dos homens. Todas as verdades – e todas as opiniões, mesmo erradas – deveriam ser livremente, e sempre, ensinadas a todos. Não pode haver qualquer delimitação ou censura ao pensamento. Esta é a ficção. Na realidade, muitas verdades e conhecimentos são mantidos sob chave, como – para dar um exemplo apenas cuja existência ninguém pode negar – os segredos da pesquisa atômica. (FEDELI, 2004, p. 150-151)

Porém, o que importa lembrar é que, criando em torno de si uma rígida estrutura, a Igreja escolheu seu caminho e sua sorte histórica. Embora tenha perseguido tudo aquilo que representasse ameaça à organização social que mantinha, exclusivamente, desde a

queda de Roma, fator de autopreservação, preservou uma série de obras fundamentais da Antigüidade que, lamentavelmente, se teriam perdido.

Aliás,

> Foi a doutrina cristã que gerou as escolas paroquiais e abaciais. Foi a Idade Média – Idade das Trevas e da ignorância, no dizer dos repetidores de 'slogans' e de mentiras – que instituiu as universidades. [...] Na Idade Média, o saber era aberto a todos, mas não era igualitário, nivelador, como o quer o século XX. [...] Eco bem representou a imagem caricata que os 'slogans' da propaganda anticatólica forjaram e difundiram sobre a Idade Média como Idade das Trevas, da ignorância esclerosada e do terror. (FEDELI, 2004, p. 153-156)

No tocante às mulheres, no entanto, o catolicismo, assim julgamos ser, só deu continuidade ao entendimento aceito desde tempos imemoriais. Utilizando a argumentação de Ronald Raminelli, diríamos que

> No final do século XVI, vários teólogos reafirmavam que o sexo oposto era mais frágil em face das tentações por estar repleto de paixões vorazes e veementes. No entanto, esse sentimento em relação ao sexo oposto não era característica apenas dos teólogos quinhentistas e seiscentistas. A Bíblia já havia representado a mulher como fraca e suscetível. Desde Eva, as tentações da carne e as perversões sexuais surgem do sexo feminino. Os eruditos do final da Idade Média partem comumente da falta de autocontrole para explicar as perversões sexuais das mulheres. (RAMINELLI apud DEL PRIORE, 2004, p. 42)

Esta era a regra geral, não a exceção, no que concerne ao papel social feminino. Como se não bastasse serem presentemente oprimidas, havia uma espécie de prescritivismo que assinalava a tendência em se manter indefinidamente tal estado de coisas.

> São Paulo, na Epístola aos Efésios, não deixa dúvidas quanto a isso: 'As mulheres estejam sujeitas aos seus maridos como ao Senhor, porque o homem é a cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja... Como a Igreja está sujeita a Cristo, estejam as mulheres em tudo sujeitas aos seus maridos'. De modo que o macho (marido, pai, irmão etc.) representava Cristo no lar. A mulher estava condenada, por definição, a pagar eternamente pelo erro de Eva, a primeira fêmea, que levou Adão ao pecado e tirou da humanidade futura a possibilidade de gozar da inocência paradisíaca. [...] Nunca se perdia a oportunidade de lembrar às mulheres o terrível mito do Éden, reafirmado e sempre presente na história humana. Não era de admirar, por exemplo, que o primeiro contato de Eva com as forças do mal, personificadas na serpente, inoculasse na própria natureza do feminino algo como um estigma atávico que predispunha fatalmente à transgressão, e esta, em sua medida extrema, revelava-

> se na prática das feiticeiras, detentoras de saberes e poderes ensinados e conferidos por Satanás. Tal pensamento misógino é expresso cruamente no 'Malleus maleficarum', célebre tratado de demonologia escrito por dois dominicanos alemães, Heinrich Krämer e Jakob Sprenger, publicado em 1486 (ARAÚJO apud DEL PRIORE, 2004, p. 46)

Tal como previsto histórica e miticamente, além de seguido religiosamente, se possuíssem cultura formal ou tentassem dominar segredos da natureza, como que observando as propriedades curativas e medicinais das plantas e ervas, bem ao estilo indígena, os indivíduos do gênero feminino credenciar-se-iam a uma imputação severa, relativa às práticas de bruxaria, geralmente associadas ao destino de pena capital. Como afirma Michelle Perrot (1998, p. 59): "A idéia de que a natureza das mulheres as destine ao silêncio e à obscuridade está profundamente arraigada em nossas culturas".

Em certo sentido, os primeiros tempos no Brasil foram de um medievalismo patente, ou seja, vivia-se atrelado à *epistéme* da Idade Média, refletindo mesmo uma realidade que a Igreja Católica já não podia concretizar plenamente na Europa, por motivos que vão desde o advento do protestantismo, passando pela onda renascentista, que varreu as mentes em larga escala, até chegar a um desgaste natural após mil anos de radicalismos. Na nova colônia de domínio luso – de tradição ibérica, ou seja, católica –, tal desgaste não ocorrera por razões óbvias, deixando margem à repetição da fórmula.

A ciência médica medieval, herdeira de uma defasagem de cunho também religioso, uma vez que atrelada ao ideário lusitano e, além do mais, dedicando uma atenção secundária ao espaço colonial, também levou os brasileiros, e especialmente as brasileiras, a uma situação crítica. Para Mary Del Priore,

> Nos primeiros tempos da colonização, homens e mulheres acreditavam que a doença era uma advertência divina. [...] Num cenário em que doença e culpa se misturavam, o corpo feminino era visto, tanto por pregadores da Igreja Católica quanto por médicos, como um palco nebuloso em que Deus e Diabo se digladiavam. Qualquer doença, qualquer mazela que atacasse uma mulher, era interpretada como um indício da ira celestial contra pecados cometidos, ou então era diagnosticada como sinal demoníaco ou feitiço diabólico. [...] Em Portugal, fisiologistas e médicos estudavam anatomia e patologia tentando, sobretudo, entender a natureza feminina. Eles se perguntavam sobre os fins para os quais Deus teria criado a mulher. (DEL PRIORE, 2004, p. 78-79)

Em meio a tanto desconhecimento, tomar alguma atitude por iniciativa própria era perigoso. Del Priore informa:

> Além de investir em conceitos que subestimavam o corpo feminino, a ciência médica passou a perseguir as mulheres que possuíam conhecimento sobre como tratar o próprio corpo. Esse saber informal, transmitido de mãe para filha, era necessário para a sobrevivência dos costumes e das tradições femininas. Conjurando os espíritos, curandeiras e benzedeiras, com suas palavras e ervas mágicas, suas orações e adivinhações para afastar entidades malévolas, substituíam a falta de médicos e cirurgiões. Era também a crença na origem sobrenatural da doença que levava tais mulheres a recorrer a expedientes sobrenaturais; mas essa atitude acabou deixando-as na mira da Igreja, que as via como feiticeiras capazes de detectar e debelar as manifestações de Satã nos corpos adoentados. (DEL PRIORE, 2004, p. 81)

No Brasil colonial, no entanto, as punições, de uma maneira geral, não eram tão severas.

Em contrapartida a esse estado de coisas, no entanto, podemos citar um exemplo de uma cultura distante da ocidental, embora amplamente estudada e sempre em voga: a cultura egípcia.

Segundo estudos da historiadora Christiane Desroches Noblecourt, o Egito foi o lugar da negação de um panorama drasticamente generalizado. Diz ela que “o Egito é o único país que verdadeiramente dotou a mulher de um estatuto igual ao do homem. Isso é, sem dificuldade, constatado durante todo o período do Antigo Império e, naturalmente, com clareza no Novo Império” (NOBLECOURT, 1994, p. 207).

Do ponto de vista jurídico, ao contrário do que ocorria na Mesopotâmia do mesmo período, segundo as afirmações dessa autora “No Egito faraônico, a mulher com certeza agia sob sua própria responsabilidade, sem consentimento de um terceiro ou, se fosse casada, de seu esposo” (NOBLECOURT, 1994, p. 214).

E, ainda, ao contrário do fenômeno ocorrido no ocidente, no qual as conquistas das mulheres foram provenientes de movimentos de militância e ativismos extremados, no Egito tudo pareceu advir de um direito consuetudinário. Nas palavras da pesquisadora,

> A igualdade inconteste dos dois sexos, no Egito, não era o resultado de uma luta encetada pela jovem do Nilo para obter uma 'promoção' ambicionada. Deus a fizera mulher, não se tratava de renegar esse estado. Ser esposa, mãe e dona de casa ao lado de um ser querido, que sabia corresponder ao esforço consentido: esse era o ideal. Mas a instrução e a educação continuavam essenciais para a formação daquela que – de acordo com o destino – seria chamada a fazer face a responsabilidades. Com efeito, nenhuma barreira parece ter se oposto a uma ascensão, qualquer que tenha sido. Na medida em que nos chegaram os exemplos, das mais baixas camadas até os níveis mais elevados da sociedade, esse fenômeno foi constatado. (NOBLECOURT, 1994, p. 335)

Assim sendo, mostramos o Egito Antigo como contraponto – não único, mas, talvez, mais relevante – de um panorama complexo:

> O lugar da mulher, na sociedade egípcia de então, constitui, pois, uma das mais belas demonstrações da modernidade dessa civilização que soube fazer da mãe, da esposa ou da filha, o objeto da mais perfeita igualdade, dentro da mais lógica das diferenças, estado que a européia do início do século XX estava, em muitos pontos de vista, bem longe de ter atingido. (NOBLECOURT, 1994, p. 336)

Mas façamos uma nova ruptura temporal. Acreditamos ser pertinente abordar, nesse momento, um momento histórico dotado de importância epistemológica marcante, que é o da Idade Moderna. [3]

O preconceito, a "reserva de mercado" e, em grande parte, o medo de seus rompantes característicos de ser que gera a vida e tem medo de comprometê-la, fazem com que o homem moderno continue a cercear a atuação mais intensa da mulher na sociedade. Nas palavras de Michelle Perrot, "Na França, foi necessária uma lei para autorizar as mulheres a advogarem: Jeanne Chauvin foi, assim, a primeira advogada a ser admitida no tribunal de Paris, em 1895" (PERROT, 1998, p. 67). No entanto, o contato com correntes políticas começava a ser um ponto mais e mais comum às mulheres, por difícil que fosse o acesso às informações e marginalizadas aquelas que o admitissem abertamente. Em nota explicativa de ilustração, Michelle Perrot afirma que "Em 1848, algumas mulheres, muitas vezes ligadas ao saint-simonismo, como Eugénie Niboyet, Jeanne Deroin, Désirée Gay, abriram clubes para defenderem seus direitos, principalmente o direito de voto, de que haviam sido, mais uma vez, excluídas" (PERROT, 1998, p. 69).

[3] Entenda-se Idade Moderna como o recorte temporal histórico entre a Idade Média e a Contemporânea. Modernidade, por sua vez, seria um traço epistemológico do pensamento ocidental regido preponderantemente pela Escola Iluminista. A Pós-Modernidade seria uma alegação de ruptura com essa tradição.

Mais uma vez recorrendo às analogias, procuraremos, com a citação a seguir, montar um paralelo, ao menos parcial, entre a mulher francesa do século XIX e aquela da cidade-estado grega. Com base em Michelle Perrot,

> [na França oitocentista] As mulheres não eram consideradas indivíduos, mas sim membros de uma família, a qual era representada pelo pai, que o Código Napoleônico transformou no pilar da sociedade civil. Sieyès, grande organizador do sufrágio, não punha as mulheres, juntamente com os menores, os estrangeiros e os pobres, entre as categorias de cidadãos 'passivos' que tinham direito à proteção de sua pessoa e de seus bens, mas não à gestão da cidade, que cabia exclusivamente aos cidadãos 'ativos'? (PERROT, 1998, p. 71)

Ainda citando Perrot (1998), voltemos, também, a nossa atenção a mais um momento da luta travada pelas mulheres da Europa do século XIX.

> Podemos [...] achar exemplos de epistológrafas preocupadas com a política, que diziam sua opinião sobre o assunto. É o caso das organizadoras de salão em Berlim – Henriette Herz, Rahel Varnhagen, Bettina Brentano... – que, aliás, prolongam uma tradição das Luzes, cujos fogos persistirão durante muito tempo ao redor das cortes principescas alemãs, ou das mulheres dos meios reformadores ingleses, de que saíram uma Mary Wollstonecraft ou uma Harriet Taylor. Ou ainda das mulheres saint-simonianas, cujas cartas foram reencontradas nos arquivos de Enfantin, discípulo de Saint-Simon. É sobretudo na área educativa que as mulheres – avós, mães ou tias – dão sua opinião, conscientes do desafio que isso representa agora para seus filhos e às vezes para suas filhas. [4] (PERROT, 1998, p. 74)

Deixando um pouco de lado os exemplos referentes à constante luta por emancipação travada pelas mulheres no período da Modernidade, façamos agora uma consideração teórica a respeito da engrenagem que se opera no seio da sociedade.

Segundo os estudos, as observações feitas no trato dos acontecimentos e os depoimentos de historiadores, vemos que a situação da mulher está envolta em sutilezas. Compreender o que ocorre, portanto, não é tarefa das mais simples. Michelle Perrot define que "As frentes de luta das mulheres, suas tentativas de atravessar os limiares muitas vezes provocam a violenta reação dos homens. [...] Trata-se menos de guerras do que de escaramuças, menos de frentes do que de linhas quebradas ou deslocadas" (PERROT, 1998,

[4] A educação é vista, como de costume, como a panacéia social, mesmo que se ressalte o pequeno potencial transformador que sustenta no caso da mulher.

p. 91). Em outras palavras, as mulheres lutam, sendo que, no embate estratégico de larga escala, muitas vezes se frustram porque não conseguem romper de uma hora para outra com toda uma estrutura prevalente há séculos. Outras vezes obtêm êxito, sem ter a dimensão exata do que realmente conquistaram, pois, "sem dúvida, as mulheres, assim como os homens, não sabem a história que fazem, segundo a famosa frase de Marx" (PERROT, 1998, p. 92-93). Outras vezes, ainda, recuam com o sentimento de haver avançado.

A chave para a obtenção de seus principais intentos, não obstante, pode ser multifacetada. Michelle Perrot, mais uma vez, deixa um aviso:

> Lembremo-nos [...] da diversidade dos acontecimentos que a assinalam: rupturas políticas, sem dúvida, como revoluções, guerras, lutas nacionais..., mas também científicas ou técnicas, ou ainda filosóficas. [...] O pensamento feminista – Simone de Beauvoir ou outras – exprime e precipita ao mesmo tempo a subversão dos limites. (PERROT, 1998, p. 92)

Há também que se citar, neste momento, um pequeno choque de opiniões. O historiador Eric Hobsbawm (1995 apud PERROT, 1998) assinala o momento das Grandes Guerras como um divisor de águas entre o chamado "eterno claustro" feminino e a inserção das mulheres no mercado de trabalho de forma irrevogável, a que é objetado pela argumentação de Michelle Perrot. Na visão dela,

> Quando a guerra acabou, auxiliares e substitutas devolveram o lugar e voltaram àquele lar que lhes pintavam como um ideal e um dever urgente. Longe de serem instrumentos de emancipação, as guerras, profundamente conservadoras, recolocam cada sexo em seu lugar, reiterando as representações mais tradicionais da diferença dos sexos. Para não falar do desastre das violações, não mais exceções, mas quase armas de guerra, a partir do primeiro conflito mundial. Instrumentalizado, o corpo das mulheres é então assimilado ao patrimônio. O privado dissolve-se no público. (PERROT, 1998, p. 97)

A escaramuça engendrada pelo mundo dos homens também pode ser constatada a partir de uma observação e de uma reflexão mais atenta. Pode-se considerar *a priori* que um determinado grupo não tenha a capacidade de se articular com perfeição, e que tais mecanismos sejam apenas sobreposições de posturas individuais atuando no campo da aparência. Tal crença deve ser refutada ao constatarmos que

> A admissão das mulheres nos escalões mais baixos permitiu que os homens subissem na hierarquia dos empregos mais qualificados e mais bem remunerados; isso é muito visível nos empregos do correio, por exemplo, ou nas fábricas têxteis, cuja direção é composta por eles. (PERROT, 1998, p. 100) [5]

O caso descrito acima é o europeu oitocentista, francês mais especificamente, mas que denota uma tendência ampla, que vai desde a região próxima, até abarcar toda a faixa de influência européia mais contundente, como no caso da América Latina e do Brasil.

Do lado britânico, por exemplo, o que se via era que

> O ideal vitoriano é o de um pai de família que seja o único assalariado e de uma mãe dona de casa. Esse ideal é compartilhado por muitos operários franceses, com Proudhon à frente, mas não é realizado [...] é preciso acrescentar a situação econômica de uma pequena burguesia em crise, que se converteu ao trabalho de suas filhas, às quais o progresso do terciário – ensino, banco, escritórios... – vai fornecer mercados aceitáveis. 'Se você não pode dar um dote às suas filhas, mande-as à Escola Pigier' (escola profissionalizante de estenodatilografia), dizia uma propaganda da Belle Époque. (PERROT, 1998, p. 101)

No Brasil, surpreendentemente, e até com algumas semelhanças intrigantes,[6] o trajeto de acesso ao ensino e, conseqüentemente, ao mercado de trabalho terciário, se deu para as mulheres num período histórico muito próximo daquele da "vanguarda mundial", ou seja, os países do hemisfério norte. Aproveitando-nos dos dados disponíveis, podemos afirmar que

> A maior parte dos países europeus criou o ensino secundário para as moças entre 1880 e 1920. A Alemanha concedeu-lhes o Abitur em 1891. Na França, onde Julie Daubié conquistara com muito esforço, em 1861, o direito de fazer o exame de bacharelado (foi necessária a intervenção da imperadora Eugénie), os programas só se tornaram realmente mistos em 1924, pela unificação do bacharelado. (PERROT, 1998, p. 104)

---

[5] No caso paranaense, por exemplo, à medida que as mulheres adentraram o curso "Normal", em fins do século XIX, os homens que dele participavam passaram a aspirar a cargos administrativos, e não mais de professores. (cf. MELLO; SILVA JR., 2005).

[6] Júlia Wanderley foi a primeira mulher a ser admitida no curso Normal do Instituto de Educação do Paraná, após séria celeuma política, justamente no ano de 1890 (cf. MELLO; SILVA JR., 2005).

Assim, temos um panorama da posição da mulher no mercado de trabalho das sociedades ocidentais no decorrer dos últimos séculos. Entretanto, não se deve jamais esquecer a característica segmentária que cercou, e cerca – ao menos conceitualmente ainda –, a área de atuação voltada à profissional do gênero feminino. Sua aceitação foi muito mais com o intuito de auxílio provisório à sociedade e à família do que com vistas à emancipação feminina compulsória. E seu perfil tinha a configuração que convinha ao ideário masculino, ou seja, a de um "trabalho doméstico externo". Michelle Perrot afirmou que

> O prestígio das professoras primárias, principalmente, foi considerável entre as moças das classes populares. Mestras da infância, elas foram muitas vezes pedagogas atentas, como a italiana Maria Montessori, as francesas Marie Pape-Carpantier, a primeira mulher a dar uma conferência na Sorbonne, ou Pauline Kergomard, que fundou verdadeiramente a escola maternal. Assim, elas exerciam em público as qualidades maternais das mulheres. [...] As escolas normais foram as primeiras universidades das mulheres. [...] Com claras diferenças entre a saúde e o direito. Na cabeceira dos doentes, as mulheres substituem as religiosas, que tradicionalmente cuidavam dos doentes e cujo véu elas usam. Maternais e angelicais, elas consolam, imagem magnificada durante as guerras, principalmente a Primeira, que exalta 'the greatest mother in the world' (título de um cartaz da Cruz Vermelha para o alistamento de mulheres). (PERROT, 1998, p. 108)

Poder-se-ia dizer que, infelizmente para as mulheres, a mudança dos tempos, sob sua perspectiva, assinalava quase que pura e simplesmente uma mudança nos ditames da moda, nada mais. Para reforçar o que afirmamos, assinalamos que

> Na família do Código Napoleônico, célula básica da sociedade civil, a mulher não passa de uma menor. Membro subordinado da família, ela não pode alcançar nem a individualidade nem a cidadania. A família é gerida e representada pelo pai, pilar da cidade. (PERROT, 1998, p. 113)

E tudo isto se reproduzia com ares de transformação radical das instituições. Mas, quanto à tal situação de "menor" frisada acima, há algo a respeito, da obra de Immanuel Kant (1985), que pode ser de bom préstimo neste ponto, até para que se reflita com mais subsídios teóricos sobre a questão.

1.1 KANT E AS MULHERES

Em 1783, o filósofo alemão Immanuel Kant escreveu um pequeno texto acerca da situação humana frente ao desafio de viver. Publicado no Brasil numa compilação que foi intitulada “Textos Seletos” (1985), esse trabalho se refere a uma reflexão do maior vulto da cidade de Königsberg a respeito da estranha tendência do ser humano, em todos os tempos, a viver tutelado por outrem, em virtude de ganhos periféricos que se pode obter sob essas circunstâncias.

Essa tese sucinta é, no entanto, um argumento polêmico, controverso e complexo, sobre o qual se pode discutir por horas a fio, uma vez que os desdobramentos que ele suscita abrangem áreas diversas do conhecimento e da práxis societária em dimensões atemporais.

Trata-se do “Resposta à Pergunta: Que é ‘Esclarecimento’? (Aufklãrung)” (*in* KANT, 1985), traduzido com a ressalva pertinente de ser esse um termo não plenamente traduzível, devido à amplitude semântica do vocábulo no seu idioma original.

Nele, Kant faz considerações obstinadas no sentido da letargia humana, dos danos que são causados aos indivíduos e aos grupos desde a mais tenra idade, com a simples justificativa de que se deve trilhar o caminho mais conhecido sob quaisquer circunstâncias, muito embora não seja ele que levará ao destino mais gratificante, ou seja, o mais “iluminado”.

Agora, chegando de fato àquilo que nos instiga abordar no momento, far-se-á impositivo recorrer a um trecho do texto de Kant: “A imensa maioria da humanidade (**inclusive todo o belo sexo)** [7] considera a passagem à maioridade difícil e, além do mais, perigosa, porque aqueles tutores de bom grado tomaram a seu cargo a supervisão dela” (KANT, 1985). A frase do pensador certamente aborda a questão da opressão frente às mulheres no século XVIII, mas não explicita de que forma o gênero feminino se rende à tutela da sociedade patriarcal. Seria a utilização da expressão “de bom grado” uma pista em direção a uma inclinação natural das mulheres à submissão?

“A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma tão grande parte dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma direção estranha (‘naturaliter

[7] Grifo nosso.

maiorennes'), continuem, no entanto, de bom grado, menores durante toda a vida" (KANT, 1985). Essa afirmação, presente no mesmo texto, carrega consigo pormenores dignos de uma interpretação mais aprofundada. Antes de qualquer coisa, a recorrência da expressão "de bom grado", dando a certeza de que aqueles que não se emancipam não o fazem por que não o querem fazer.

Mas, e quanto às mulheres? Seria preciso acusá-las de preguiçosas e covardes? Haveria mesmo algo em sua trajetória histórica que desse margem para tal? Vejamos um pouco o que a historiografia comprometida com a questão nos diz a esse respeito.

> O lugar das mulheres no espaço público sempre foi problemático, pelo menos no mundo ocidental, o qual, desde a Grécia antiga, pensa mais energicamente a cidadania e constrói a política como o coração da decisão e do poder. Uma mulher em público está sempre deslocada, diz Pitágoras. (PERROT, 1998, p. 8)

Não nos parece ser este um cenário muito auspicioso para o desenvolvimento de uma militância feminina mais arrojada,

> O corpo das mulheres, seu sexo, esse poço sem fundo, apavora. E, deste ponto de vista, as ciências naturais e biológicas, em pleno florescimento a partir do século XVIII, nada resolvem. Ancoram um pouco mais a feminilidade no sexo e as mulheres em seus corpos, escrutados pelos médicos. Estes as descrevem como doentes perpétuas, histéricas, à beira da loucura, nervosas, incapazes de fazer abstração, de criar e, acima de tudo, de governar. Elas inquietam os organizadores da cidade, que vêem nas multidões, onde elas estão tão presentes, o supremo perigo. Os psicólogos das multidões (Gustave Le Bon, Gabriel de Tarde, Hippolyte Tayne...) atribuem a elas os excessos da Revolução. Autoras dos massacres de setembro de 1792, incendiárias da Comuna, capazes de qualquer excesso, são as megeras e as fúrias de todas as insurreições. Teme-se, por conseguinte, a intrusão das mulheres na política, ou até sua mera influência. (PERROT, 1998, p. 8-9)

Esse quadro, da forma que aqui foi pintado, não parece levar a crer numa tendência feminina à passividade, muito menos numa cumplicidade com a menoridade tal qual entendida por Kant, mas, sim, numa tendência histórica do homem a subjugá-la, o que leva a reações de um tipo ou de outro. Isso a levaria a ser chamada de passiva, quando de seu recolhimento – para reforçar o mito –, e de destemperada, quando de sua ação – para refrear o

ímpeto que por ventura nascesse. Podemos, assim, seguir adiante na demonstração das nuances da divisão social entre os sexos.

> Essas demonstrações, esses medos atravessam a espessura do tempo e se enraízam num pensamento simbólico da diferença entre os sexos, cujo poder estruturante foi mostrado pelos antropólogos. Mas assumem formas variáveis conforme as épocas, assim como a maneira de geri-las. Nas sociedades que pensam o político, isso se traduz por uma divisão racional dos papéis, das tarefas e dos espaços sexuais. É o que acontece com a cidade grega ou com a República romana. (PERROT, 1998, p. 9)

Segundo a autora que aqui se converte em referencial teórico, a posição defensiva adotada pelas mulheres no decurso da história é apenas aparente. Sua luta se dá em várias frentes, e mesmo quando parece submissa, há um componente de rebeldia sendo gestado, o que incomoda ao homem pura e simplesmente por ser algo com que ele não sabe lidar, e que rapidamente toma ares de bruxaria.

1.2 A DESCOBERTA DA EDUCAÇÃO COMO VIA EMANCIPATÓRIA

Se levarmos em conta que

> O militar, o religioso, o político, como as três ordens da Idade Média, constituem três santuários que fogem às mulheres. Núcleos de poder, são os centros de decisão, real ou ilusória, ao mesmo tempo em que símbolos da diferença dos sexos. Na França, em 1789, a legitimidade republicana afirmou-se reforçando ainda mais a exclusão das mulheres. (PERROT, 1998, p. 117)

veremos que se torna mais uma vez imprescindível aludir à tomada de rumo argumentativo pelo qual se optou. Falar da Europa, e mais fortemente da França, nos assuntos que esboçam os contornos da Modernidade, é quase como falar da Grécia ao se querer generalizar acerca da Antigüidade ocidental. Ao se tocar em tais assuntos, além de se obter um panorama relevante do contexto internacional da situação da mulher, também se enfoca a questão do

desenvolvimento dos paradigmas afins, que, afinal de contas, confluem quase sempre para o mesmo ponto, com crescente repertório de sutilezas. Senão, como negar que

> A exclusão das mulheres é particularmente severa, pois, ligada ao sexo, ela não pode ser modificada, como a idade, a nacionalidade ou o nível de riqueza. Assim como as crianças, as mulheres foram feitas para ser protegidas. Portalis, redator do Código Civil, dirá que a elas se deve 'uma proteção perpétua, em troca de um sacrifício irrevogável'. Em razão de sua irresponsabilidade, serão pouco punidas – daí a indulgência dos tribunais –, mas também serão tidas como nada na cidade. 'Todos os seres humanos nascem livres e iguais em direito e em dignidade', dizia a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Então, as mulheres não eram 'seres humanos'? (PERROT, 1998, p. 120)

Na verdade, o antropólogo francês René Girard, em seu livro "A Violência e o Sagrado" (1990), traz algo de análogo entre o vivido pela mulher na citação acima e a situação das vítimas sacrificais em várias das culturas antigas, tidas como primitivas. Trata-se do conceito de ambivalência, desenvolvido por Hubert e Mauss (apud GIRARD, 1990), e que serve tão somente de ponto de partida para a reflexão de Girard. Para nós, no entanto, ele é suficiente. É que a vítima, preferencialmente uma mulher bela, jovem e pura – para aumentar o componente de oferenda – era extremamente protegida por uma circunstância paradoxal: não poderia ser tocada porque seria morta, e só seria morta porque não era tocada (GIRARD, 1990). Assim também ocorria com a mulher na França recém tornada republicana e ávida em proclamar direitos. Os direitos eram alcançados, mas, em sua maioria, privilegiavam os homens.

Tudo o que se viu até este ponto tem uma peculiaridade digna de nota. Apesar dos regimes políticos mudarem, com a eminência de imperadores, reis, tiranos ou presidentes, a situação da mulher mantém um perfil quase estático. Invariavelmente,

> ... só o homem é digno, em sua virilidade original. A sagração do cidadão só pode ser feita sobre sua cabeça e para seu proveito. A legitimidade republicana afirma-se reforçando ainda mais a exclusão das mulheres, como se fosse preciso afastar qualquer suspeita de frivolidade, lavar-se de toda sujeira. (PERROT, 1998, p. 122)

Nessa maneira conservadora e quase monolítica de encarar a sociedade, parece que a religião ocidental tem um destaque ímpar. "O catolicismo contribui para essa sacralização do político, de que as mulheres são indignas por sua própria feminilidade"

(PERROT, 1998, p. 132). E tais diretrizes datariam do início do cristianismo, na verdade, de instruções de um dos próprios apóstolos, posteriormente reconhecido como santo. " 'Calem-se as mulheres nas assembléias', diz São Paulo na célebre Epístola aos Coríntios" (PERROT, 1998, p. 138). Mas as mulheres, mais e mais no contexto da vida moderna, ou mesmo pós-moderna, têm-se recusado a manterem-se caladas. Seu caminho mais freqüente, para não se calar, tem sido a Educação.

Porém, a forma com que a Educação teria se tornado o caminho para a emancipação, ao menos parcial, da metade feminina da humanidade, continua sendo um ponto controverso, cheio de dúvidas, preconceitos, mitos e obscuridades. Para nós nitidamente se sobressai uma influência, resultante da convergência entre interesses de toda ordem – econômica, social, política, etc. – que é a filosófica. O mundo teria mudado pela disseminação de idéias, lidas e incorporadas pluralmente, surtindo efeitos talvez não imaginados por seus próprios formuladores. É o que tentaremos verificar a seguir.

1.3 AS TENDÊNCIAS FILOSÓFICAS DO "FIM DA MODERNIDADE" ENTRAM EM CHOQUE

O século XX foi um século breve na visão do historiador inglês Eric J. Hobsbawm. Tal brevidade se deve, em sua ótica, ao que esse período representou em termos de dinâmica cultural, ou em termos de *epistemè*, como ficaria mais a gosto de Michel Foucault (2000). Segundo Hobsbawm (2004), o mundo teria sido impulsionado até a eclosão da 1ª Grande Guerra, em 1914, por um entusiasmo cientificista consagrado no século anterior, o século XIX, período em que a humanidade acreditou estar emancipada, livre finalmente das amarras teológicas. O ano de 1914 seria, então, o primeiro de fato do novo ciclo, uma "Era dos Extremos", [8] que se prolongaria tão somente até 1991, ano marcado pela derrocada do império soviético:

> O roteiro deste livro segue esse preceito. Ele começa com a Primeira Guerra Mundial, que assinalou o colapso da civilização (ocidental) do século XIX. Tratava-se de uma civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica;

[8] A "Era dos Extremos" é o título de um livro de Eric Hobsbawm publicado pela primeira vez no Brasil em 1995.

> exultante com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação e também com o progresso material e moral. (HOBSBAWM, 2004, p. 16)

Na pesquisa que empreendemos, os dois períodos de tempo acima mencionados têm importância vital, uma vez que o primeiro período delineia filosoficamente as estratégias potencialmente viáveis para o futuro da sociedade ocidental, enquanto o seguinte se configura numa "maquete" pragmática das teorias esquadrinhadas.

Se quisermos, entretanto, compreender mais pormenorizadamente a dinâmica estabelecida na época delimitada para este estudo, precisaremos nos reportar ao período precedente.

Uma série de filósofos dedicou seu tempo e estudos de uma vida inteira para se colocar na vanguarda dos acontecimentos políticos, sociais e econômicos desencadeados a partir da década de 1760, quando se iniciou a chamada Revolução Industrial. O ápice de tamanha efervescência intelectual, no entanto, ao menos se levarmos em consideração os aspectos ressaltados acima, foram os anos 1800, quando duas correntes de pensamento contrastantes, embora interdependentes, rivalizaram no tocante à indicação do mote prático que deveria ser encampado pela maioria da população, primeiramente ocidental e, eventualmente, mundial.

> ... a dinâmica da maior parte da história do mundo no Breve Século XX é derivada, não original. Consiste essencialmente das elites das sociedades não burguesas de imitar o modelo em que o Ocidente foi pioneiro, visto como o de sociedades que geram progresso, e a forma de poder e cultura da riqueza, com o 'desenvolvimento' tecno-científico, numa variante capitalista ou socialista. (HOBSBAWM, 2004, p. 199)

Tratava-se, assim interpretamos, do positivismo, escola inaugurada e consagrada pelo francês Augusto Comte (1798-1857), de um lado, e do comunismo, primeiramente chamado de "Socialismo Científico" pelo seu principal teórico e fomentador, o alemão Karl Marx (1818-1883), principalmente.

A iniciativa de aproximá-los neste ponto da pesquisa tem o seguinte intuito:

> ... E. Durkheim, A. Comte ou K. Marx são protagonistas de uma mesma epistemologia – não chegando a surpreender o fato de que seus remotos descendentes, aparentemente separados pela força de suas opções ideológicas, estejam efetivamente tão próximos na defesa dos mesmos valores culturais. (MAFFESOLI, 1985, p. 53)

O contraste e a interdependência entre ambos, por sua vez, podem ser explicados de forma clara e sucinta, bastando, para isso, que ressaltemos o caráter puramente didático da simplificação que, certamente, leva a omitir pontos importantíssimos de cada doutrina. O positivismo tinha, ou tem, como lema, a expressão "Ordem e Progresso", que pressupõe uma interação ordeira entre todos os segmentos da sociedade, com vistas à superação dos obstáculos que bloqueiam o progresso linear da humanidade, fadada a um futuro pleno de paz, harmonia e brilhantismo racional. Para ilustrar essa idéia, vemos que "[...] doutrinas positivistas [...] pregavam o amor à Humanidade, o advento de uma república científica e o fim do império das 'incertezas metafísicas' típicas de um sistema monárquico" (SILVA; BENVENUTI; SAID, 2001, p. 10).

Ou, para ser ainda mais claro:

> O lema da Igreja Positivista é: 'O amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim'. Sua regra básica: 'Viver para outrem e Viver às claras'. A divisa política: 'ORDEM E PROGRESSO'. Ainda hoje valem as palavras: 'Ser Positivista é amar, conhecer e servir à Família, à Pátria e à Humanidade'. (SILVA; BENVENUTTI; SAID, 2001, p. 16)

O comunismo, por sua vez, após encontrar, por meio do materialismo histórico, as causas para todo o desequilíbrio que permeia os diferentes segmentos populares naquilo que foi chamado de "luta de classes", estabeleceu que, para desintegrar a dominação de uma minoria frente a uma maioria, seria necessária a união proletária em escala global, que desembocaria numa revolução eficaz, capaz de estabelecer a predominância de um mundo igualitário e sem divisões de classes.

> A burguesia vive em luta contínua; no início, contra a aristocracia; depois, contra as partes da própria burguesia cujos interesses entram em conflito com os progressos da indústria; e sempre contra a burguesia dos países estrangeiros. Em todas essas lutas, vê-se obrigada a apelar para o proletariado, a solicitar seu auxílio e arrastá-lo assim para o movimento político. A burguesia mesma, portanto, fornece ao

> proletariado os elementos de sua própria educação, isto é, armas contra si mesma. (MARX; ENGELS, 2003, p. 54-55)

Em outras palavras, enquanto o positivismo preconizava a não confrontação, pois essa era sinônimo de perda de tempo, de falta de razão e de retrocesso, o comunismo via na revolta armada a única maneira de consagrar a inevitabilidade do devir histórico, construído sempre à custa de convulsões e heroísmo coletivo.

Note-se, no entanto, que o próprio uso da palavra "científico" logo em seguida da palavra "socialismo", por parte do filósofo Karl Marx, é por si só uma prova de que uma tendência dialogava com a outra, buscando respaldo, embasamento, mecanismos de aperfeiçoamento a partir das críticas e assim por diante.

1.4 A SITUAÇÃO DA MULHER NESSE CONTEXTO

Podemos, então, nos concentrar em um aspecto que é fundamental no desenvolvimento da análise aqui sugerida. Quando da virada do século XIX para o século XX, no momento em que as mentes integradas ao processo em curso se indagavam sobre qual seria a proposição a se tornar predominante e a se infiltrar definitivamente nos poros do tecido social nacional – no caso brasileiro, acreditava-se que

> ... quaisquer que fossem os objetivos conscientes ou inconscientes dos que moldavam a história do mundo atrasado, a modernização, ou seja, a imitação de modelos derivados do Ocidente, era o caminho necessário e indispensável para atingi-los. (HOBSBAWM, 2004, p. 202)

– e até mesmo global (com a ressalva de que o comunismo sempre foi visto como uma tendência marginal, por ser de esquerda, enquanto o positivismo era visto com menos alarde, por ser apenas reformista), uma questão se impôs com bastante intensidade e de forma irreversível, embora poucos tenham, então, se dado conta da relevância da transformação surda que lentamente se operava: havia que se pensar em uma nova dimensão social para a

inserção da mulher na vida pública – no caso, o magistério –, acarretando, com isso, uma alteração substancial de paradigma no tocante à estrutura vigente, ao *status quo*.

A estratégia de inserção se deu, então, de forma análoga ao que ocorrera, por exemplo, na Inglaterra. Segundo relatos do historiador da literatura inglês, Terry Eagleton:

> A ascensão do inglês [língua inglesa] na Inglaterra processou-se paralelamente à admissão lenta e relutante das mulheres às instituições de educação superior; e como o inglês era uma matéria mais ou menos leve voltada para os altos sentimentos e não para os tópicos mais viris das 'disciplinas acadêmicas' sérias, ele parecia ser um assunto conveniente para se oferecer às senhoras, que de qualquer modo estavam excluídas da ciência e das profissões liberais. (EAGLETON, 1997, p .37-38)

No decurso da implementação do novo perfil social brasileiro, em que as mulheres teriam que estar presentes fora do âmbito do lar para demonstrar o "avanço" que se lograra com o novo sistema político, a opção natural de profissionalização foi o magistério, forjado como prolongamento do mundo das letras, ao qual a mulher já estava acostumada devido à necessidade de aprofundamento de uma cultura geral, vista com bons olhos e imposta pelos homens por afastá-las do ócio perigoso e, de certa forma, santificá-la.

> A mãe tutelar e pacificadora é figura mítica do imaginário universal, tornada extrema no transcorrer do século XIX e prolongada até meados do XX, sob uma roupagem cada vez mais simbólica, religiosa e poética. Oriunda do arquétipo da Grande Mãe, descrito por Newmann e Klein, ela encontra sua expressão no culto católico da Virgem Maria, no sonho saint-simoniano da mãe salvadora ou na mulher geratriz da representação republicana; em uma figura materna que é, enfim, ponto geométrico de todos os cultos e de crenças diversas. (TRINDADE, 1996, p. 33)

Tal transformação se verificou, no Brasil, justamente na fase da implantação do regime republicano em substituição à monarquia, na qual

> [...] vozes surgiam para argumentar [...] que as mulheres tinham, 'por natureza', uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e 'naturais educadoras', portanto nada mais adequado do que lhes confiar a Educação escolar dos pequenos. Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava de certa forma, 'a extensão da maternidade', cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha 'espiritual'. O argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário,

> poderia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação (LOURO in DEL PRIORE, 2004, p. 450)

Essa fase foi de muita importância para a realidade brasileira, como um todo, pois é a partir dela que tudo começa a tomar ares de transformação, como concluímos em nossa interpretação. Podemos reforçar tal premissa na idéia de que

> A instituição familiar era vista sob o ângulo da socialização que ela produz sobre seus membros, sendo a disciplina familiar um prenúncio da disciplina coletiva. Ela seria o local das afeições sociais e também da aprendizagem da subordinação e do comando; do poder espiritual e marital. Em oposição a essa participação quase de bastidores, o positivismo não deixou de incentivar o sexo feminino para uma atuação pública – cultural ou até profissional – desde que não entrasse em desacordo com sua face privada. Por esse motivo, não poderia haver estímulo ao aprendizado técnico-profissional da mulher, dando-se privilégio ao das humanidades e à prática de atividades 'ditas femininas'. O magistério era então visto como a ocupação em que as mulheres cumpririam sua 'missão' privilegiada pelo ideário positivista. (MARTINS; TRINDADE, 1997, p. 53)

Isso é admitido mesmo em documentos oficiais do governo brasileiro, sintomaticamente naqueles que estão diretamente ligados à questão educacional. É exemplo disso o que contém uma versão dos PCN's mais recente:

> O regime republicano, nascido sob a marca do positivismo, instituindo 'Ordem e Progresso' como lema, iniciou um redimensionamento do papel das Ciências Naturais no ensino do país, rompendo com a tradição 'bacharelesca', na promessa de introduzir na escola secundária os conhecimentos voltados para a solução de problemas práticos, que levassem a superar o nosso 'atraso', como se dizia (BRASIL, 1999, p. 281).

Na ânsia positivista de estabelecer os parâmetros de uma sociedade ideal, serena, fraterna e justa – ao menos dentro de sua cosmovisão –, a mulher se tornou um ícone de reputação inatacável, pois sua situação de reclusão histórica lhe havia poupado de naturais desgastes casuísticos, ao custo de uma séria nulidade representativa.

> Nesse contexto, escola e mulher são utilizadas como veículos de reprodução dos objetivos maiores da Nação: a escola, sobretudo a primária como transmissora da

> mensagem patriótica a todos os cidadãos; e a mulher, como simbologia e como elemento formador das futuras gerações. (TRINDADE, 1996, p. 87)

Além disso, o amor e a admiração que Auguste Comte havia nutrido por uma senhora chamada Clotilde de Vaux, acabara por espalhar por quase todo o seu séqüito a mesma convicção em um novo tempo, calcado em valores de ascendência feminina, como a fidelidade, a lealdade, e, principalmente, o valor positivista por excelência, o altruísmo.

> Inspirado pela pureza moral e a acuidade de espírito de uma mulher excepcional, Mme. Clotilde de Vaux, sente a falha do filósofo quando, levado pelo orgulho, despreza o sentimento e a moral desenvolvida na Idade Média. Concebe e elabora então o seu Sistema de Política Positivista, no qual institui a Religião da Humanidade, a sua obra capital. (MENDONÇA, 2000, p. 2)

Foi assim que, apesar de certo anacronismo histórico, uma vez que, em 1889, o Brasil continha, em grupos de ascendência política, muito de fé positivista, enquanto, na Europa, o recrudescimento dessa vertente era dramático, as mulheres brasileiras começaram a criar sua trajetória inconteste de "professorinhas", invadindo os cursos normais antes destinados aos homens e se sentindo, pela primeira vez, seres produtivos e sujeitos de sua própria existência (MELLO; SILVA JR, 2005). [9]

A identificação que o brasileiro possui com certas características da doutrina positivista, embora muitas vezes autocombatida – mas que é inevitável, pois está presente desde a inscrição na Bandeira Nacional até os jargões cotidianos, como "país atrasado", "país adiantado", "cidade progressista", entre outros –, acaba por explicar o triunfo desta vertente frente à sua concorrente direta, quer seja a socialista ou a comunista:

> O imperialismo do positivismo acha-se tanto mais enraizado quanto nada parece ficar fora de sua esfera de influência. É ele parte deste 'burguesismo' que, auxiliado pelo desenvolvimento da técnica e da ciência, vai enquadrar e quadricular toda existência social. Tudo é submetido à razão; cada coisa deve fornecer suas razões. A esse respeito, a obra de Michel Foucault lavrou um tento, ao mostrar a estreita conexão existente entre a injunção de saber e o controle social (MAFFESOLI, 1985, p. 55)

[9] Trata-se de uma monografia apresentada à Especialização em História do Brasil das Faculdades Integradas "Espírita", sede Curitiba, cujo título é: A mulher na Escola Normal em Curitiba – século XIX e início do século XX, de Júlia Wanderley Petriche a Annette Clotilde Portugal Macedo.

Mesmo assim, a determinação das influências de cada uma ficou mais ou menos assim disposta: indivíduos comprometidos com a seqüência não-traumática dos desígnios sociais, além de interessados em consolidar sua posição pessoal frente ao mundo a partir de sua comunidade, aderiram ao positivismo; já aqueles interessados em romper com toda uma tradição longínqua, aproveitando a brecha aberta pelos novos ares da era industrial para expandir seus direitos indefinidamente, optaram por uma luta solitária e obscura em direção ao comunismo, doutrina de cunho aparentemente muito mais radical em seus preceitos.

> Para os educadores da época, leigos ou religiosos, a mulher da sociedade é alguém que deve brilhar pela amplitude dos conhecimentos, sem aprofundá-los em demasia. E nem mesmo os defensores da causa feminista contestam a validade de um comportamento apropriado às exigências da sociabilidade, sem maiores ambições políticas ou manifestações públicas. Desejando-se produzir uma mulher apta à vida social, rejeita-se a intelectual capaz de questionar os valores do sistema. (TRINDADE, 1996, p. 71)

Quando se diz que existe uma mulher que pode estar apta à vida social, desde que não aprofunde seus conhecimentos e lutas em demasia, infere-se que tal pensamento está em consonância com o esperado da mulher a partir do ideário positivista. Quando se fala de uma mulher intelectual capaz de questionar os valores do sistema, infere-se que se trata de uma socialista, como o foi Júlia Wanderley. [10]

No entanto,

> Procedendo a um resumo, diremos que os protagonistas dos grandes sistemas explicativos, no século XIX, conheceram a mesma necessidade de legitimação e de justificação científicas. De K. Marx a E. Durkheim, passando por A. Comte e S. Freud, todos eles manifestaram, compreensivelmente, seu entusiasmo pela atitude que, por força dos conceitos, supera a contradição. Assim fazendo, reinvestiram a matriz religiosa ou, antes, fideísta que, em função de seu objetivo finalista, esquece a incoerência do presente, a imperfeição da estrutura mundana. [...] Tivesse sido possível dominar-se quantitativamente as leis do devir social, ter-se-ia chegado a realizações inegavelmente melhores. Ora, sem serem necessariamente piores, não trouxeram elas uma melhora qualitativa à existência; provocaram apenas a reproposição dos eternos problemas que temos enfrentado. É com esse ceticismo bem trivial que devemos temperar (ou relativizar) as loucas esperanças de um Marx, de um Comte ou de um Durkheim, para ficarmos somente com estes reformadores sociais. (MAFFESOLI, 1985, p. 60 e 65).

[10] Cf. MELLO; SILVA JR., 2005.

1.5 A LITERATURA COMO RELATO DE ÉPOCA: UM RECURSO PARA VIABILIZAR A ANÁLISE EM QUESTÃO

Para demonstrar que os estereótipos, tais quais assinalados no tópico anterior, não são de teor inteiramente verdadeiro, apesar das evidências que apontam nesse sentido e das consolidações paradigmáticas, utilizaremos de um recurso relativamente novo da pesquisa histórica, que indica a literatura e o cinema – assim como as manifestações artísticas em geral – como evidências fidedignas e auxiliares ao trabalho científico.

Para fazê-lo, é preciso que

> ... passemos, neste momento, a uma [...] característica marcante do texto literário [...] Trata-se da 'visão de mundo' que geralmente aparece ou transparece na obra literária. E diga-se, de passagem, que visão de mundo não é entendida, aqui, apenas como um conjunto de idéias sobre o próprio mundo, os homens, as sociedades, as coisas materiais e imateriais, mas também como uma gama de atitudes, posturas e sentimentos, portanto, valores que se atribuem a tudo isso. E por que a obra literária, e por extensão praticamente toda a obra de arte, expressa uma visão de mundo? Ora, se o homem, como bem o sabemos, é um sujeito de idéias, que concebe sistemas racionais, científicos e filosóficos, ele é também um sujeito de emoção e ação, quer dizer, dono de uma sensibilidade e de uma vontade, ele ama, quer e luta porque é livre. Mas ele é mais: um sujeito de crenças, sonhos e desejos, portador de um imaginário individual que se nutre de um outro, o coletivo, pois, como ser social e histórico, interage com os seus parceiros. Em resumo, se o homem é tudo isso e até algo mais, é porque ele é essencialmente o sujeito criador da cultura. E ao produzi-la, bem como a própria arte, uma das manifestações da cultura, no conjunto das relações sociais e históricas, isto é, junto com os outros homens, certamente que o fazer artístico refletirá as idéias, os sentimentos, os valores e o imaginário não só de um homem (criador ou autor da obra de arte), mas também será revelador daqueles de uma classe ou grupo social situados historicamente. (BRAGATTO FILHO, 1995, p. 26)

Podemos inferir que certos vestígios, principalmente culturais, deixados pelo homem de forma espontânea atingem de maneira até mais eficaz o intento de transmitir e fornecer para debate o legado e as construções teóricas das variadas épocas.

Como se tem procurado demonstrar desde o momento introdutório da pesquisa em questão, buscamos enfocar um assunto limitado ao espaço municipal e sempre dentro do ambiente educacional, porém destacando, de tempos em tempos, a pertinência dos acontecimentos nacionais e mundiais no desenrolar dos fatos locais. Esta é uma ocasião propícia para a tarefa.

Com o filme “O Sorriso de Mona Lisa”, produção da Columbia Pictures, estrelada pela atriz Julia Roberts, esperamos demonstrar, ao menos em parte, que a questão educacional – mais especificamente a emancipação profissional da mulher – é um elemento de profunda alteração paradigmática no cenário ocidental, que ainda luta de forma intensa para assimilar, definitiva e integralmente, as interpenetrações epistemológicas geradas pelo novo estado de coisas ora forjado.

Vivendo em uma época em que mulheres disputam ombro a ombro com os homens vagas ambicionadas no mercado de trabalho em geral, podemos cair facilmente numa armadilha criada pela falta de conhecimento histórico, qual seja, a que dá a noção de as coisas terem sido sempre assim. Acontece que, numa sociedade de base nitidamente patriarcal, que orgulhosamente diz ter como berço os princípios da civilização grega antiga, as coisas só começaram a mudar no sentido de se permitir alguma participação feminina nos meios públicos, muito recentemente.

De fato, somente algumas décadas atrás, numa vida em sociedade que data de alguns milênios, o Ocidente – e, em alguns aspectos, o Oriente de forma até mais intensa – passou a adotar um estilo social crescentemente abrangente, compreendendo as mulheres como agentes históricos e participativos.

O que nos parece ser de importância vital no momento é o fato decorrente de que, ao se elaborarem novas teorias paradigmáticas nos terrenos da racionalidade ocidental – principalmente aquelas ligadas ao humanismo liberal e ao positivismo, fontes de estruturação e adequação da nova ordem capitalista mundial –, tornou-se praticamente inevitável a incorporação da figura feminina no meio da existência prática cotidiana, fosse por exigências logísticas e mercadológicas, como no caso das Grandes Guerras, ou fosse para simplesmente conferir legitimidade a um discurso que deveria soar mais condizente com os tempos de “progresso” derradeiro.

Em ambos os casos, notar-se-ia uma semelhança: apesar de ser impelida ao ambiente exterior ao lar, algo de “doméstico” permaneceria atado às atuações femininas. No caso da guerra, ir para a linha de montagem das indústrias bélicas significava permanecer no “lar”, ou seja, na pátria, enquanto que os homens, transformados pela contingência da guerra em soldados, partiam para o estrangeiro, ou seja, para a “rua”, como alega a historiadora das mulheres, Michelle Perrot (1998). Já no caso da legitimidade a ser conferida aos discursos de dentro do sistema capitalista, em suas versões reformistas, lançou-se mão do mesmo expediente estratégico: partiu a mulher do interior das salas de estar para o interior das salas

de aula. Neste novo ambiente, vale ressaltar que, apesar de exercendo ocupação profissional remunerada, a aptidão que se buscava nas mulheres era aquela mesma de educadora, à qual ela já estava acostumada por encargo dos filhos. [11]

Algo que chama a atenção em toda a problemática invocada é o fato de que, estranhamente, num mundo em que o capital e a tecnologia causam descompassos sistemáticos entre nações e povos nos mais variados vieses institucionais, este fator cultural obedeceu a um ritmo uniforme, colocando, por vezes, inclusive, os países mais pobres à frente dos mais ricos.

É aí que entra nosso recurso cinematográfico. Vislumbra-se observar como as mulheres são muitas vezes vítimas de um jogo que lhes impõe a missão social ao mesmo tempo em que lhes cobra a manutenção da função pessoal, dando-lhes atribuições repressivas com ares de concessão, e fazendo com que, penosamente, se conscientizem da complexidade de mecanismos que, um dia, chegaram a parecer tão frágeis e ineficientes. Mais que isso, o filme em questão mostra como os aspectos culturais são importantes termômetros da existência coletiva, da interdependência entre os povos, do delicado equilíbrio que se impõe entre a prevalência de um modelo e a ascensão de outro.

Diálogos como:

> – Seu marido está num momento chave de sua carreira. Disputa uma promoção com dois rivais. Para ajudá-lo, você decide convidar o chefe e a esposa dele para jantar às 19:00. Você planejou o cardápio, pôs a mesa e contratou uma babá.
>
> – Temos filhos.
>
> – E eu, gêmeos.
>
> – Aí a surpresa! Às 18:15 um telefonema avisa que os casais foram convidados a pedido do chefe. Sendo uma Wellesley [nome da escola em que estuda e na qual recebe esta formação], você mantém a calma e sabe que o chefe deve estar testando-os. O que vocês fazem?
>
> – Pedimos o divórcio?
>
> – Muito engraçada, mas saibam que não é piada.
>
> – Sua única responsabilidade será cuidar do marido e dos filhos. Podem estar aqui para tirar uma nota máxima fácil, mas sua nota mais importante será a dele, não a minha.
>
> – É só não sentar a esposa do chefe junto do seu marido.
>
> – Por quê?
>
> – Ela está transando com ele.

[11] Cf. MELLO; SILVA JR, 2005.

Ou como este outro:

> – ... e prepara-se para cursar Direito. Onde pretende estudar?
>
> – Nem pensei nisso. Vou me formar e aí, me casar.
>
> – E depois?
>
> – Vou ser casada.
>
> – Pode fazer as duas coisas. Supondo que pudesse cursar qualquer faculdade de Direito, qual seria?
>
> – Yale. Eles mantêm cinco vagas para moças. Uma não oficial para uma aluna do Wellesley.
>
> – E não pensou muito nisso?

Ou ainda como este:

> – Falei com a senhora Jones. Não haverá divórcio. Sempre há um período de ajustes. Garanti a ela que você tentará por um ano.
>
> – Olhe isso, mãe [mostrando a figura da Mona Lisa].
>
> – Spencer também tentará. Segundo ela, ele está consternado. Ligue para ele.
>
> – Ela [Mona Lisa] está sorrindo; mas está feliz?
>
> – O importante é não contar a ninguém.
>
> – Ela parece feliz, então o que importa?
>
> – Não deve lavar a sua roupa suja em público.
>
> – Vou lhe dizer uma coisa. Nem tudo é o que aparenta ser...

são demonstrações incontestes de que, em meio à recente década de 1950, o matrimônio era a única função plenamente desejada e aceita para a mulher, enquanto o magistério era uma saída honrosa para aquelas que, desgraçadamente, fracassassem no objetivo maior. Isso nos Estados Unidos da América do Norte, país em pleno desenvolvimento e rumo à hegemonia total do continente e do globo dali a curto espaço de tempo. Que se dirá do Brasil?

Do Brasil se dirá, muito a propósito – apesar de, neste próximo recurso auxiliar cultural, o recorte temporal recuar em algumas décadas em direção ao final do século XIX –, que a situação era notadamente a mesma.

Apesar de haver extensa historiografia apontando as nuances do processo de inserção da mulher na vida pública nacional e internacional apontadas em obras de autores

como Michelle Perrot, Terry Eagleton, Mary Del Priore, Etelvina Maria de Castro Trindade, entre outros, torna-se imperioso ressaltar mais uma vez a necessidade de fazer, neste instante, uma incursão pelo universo artístico-cultural propriamente dito, com vistas a enriquecer a escala apreciativa da investigação.

Para tanto, escolhemos a obra "Triste Fim de Policarpo Quaresma", de Lima Barreto, para elucidar ao presente leitor, com o olhar da intelectualidade da época, qual seja, anos imediatamente posteriores à Proclamação da República no Brasil, a visão que se tinha acerca da sociedade, dos papéis destinados a homens e mulheres pelo enfoque do positivismo existente no país nos anos 1890, e o lugar da Educação, na medida do possível. Constatemos as seguintes passagens:

A respeito da personagem Ismênia, uma coadjuvante importante e emblemática, Lima Barreto conseguiu externar os seguintes pensamentos: "Na vida, para ela, só havia uma coisa importante: casar-se; mas pressa não tinha, nada nela a pedia. Já agarrara um noivo, o resto era questão de tempo..." (BARRETO, 2004, p. 28); "... de tal forma casar-se se lhe representou coisa importante, uma espécie de dever, que não se casar, ficar solteira, 'tia', parecia-lhe um crime, uma vergonha" (BARRETO, 2004, p. 40).

Acerca do construto teórico que alicerçava a sociedade brasileira de então, o autor da obra pincelou: "Não sei por que, pois tudo hoje não vai pela ciência?" (BARRETO, 2004, p. 45), no que foi assim complementado pela pertinente nota de rodapé da comentadora, Maria Tereza Rangel Arruda Campos: "A segunda metade do século XIX viveu forte influência do Positivismo, corrente filosófica criada pelo francês Auguste Comte (1798-1857), que afirmava a importância da ciência na sociedade moderna e a idéia de que, através dela, a humanidade alcançaria a felicidade material" (BARRETO, 2004, p. 45).

Num espaço narrativo, Barreto deixa escapar uma alusão ao universo feminino bem ao gosto de seu tempo: "... uma guerra bibliothèque rose, guerra de estampa popular, em que não aparecem a carniçaria..." (BARRETO, 2004, p. 84), sobre a qual também não pôde faltar a explicação no rodapé: "Biblioteca rosa. Título de coleções de romances adocicados dirigidos às moças da época" (BARRETO, 2004, p. 84).

Mais adiante, usa um grande trecho do romance para atacar, sem meias palavras, a doutrina criadora da insígnia "Ordem e Progresso":

> ... adeptos desse nefasto e hipócrita positivismo, um pedantismo tirânico, limitado e estreito, que justificava todas as violências, todos os assassínios, todas as ferocidades em nome da manutenção da ordem, condição necessária, lá diz ele, ao progresso e também ao advento do regime normal, a religião da humanidade, a adoração do grão-fetiche, com fanhosas músicas de cornetins e versos detestáveis, o paraíso enfim, com inscrições em escritura fonética e eleitos calçados com sapatos de sola de borracha!... Os positivistas discutiam e citavam teoremas de mecânica para justificar as suas idéias de governo, em tudo semelhantes aos canatos e emirados orientais. A matemática do positivismo foi sempre um puro falatório que, naqueles tempos, amedrontava toda gente. Havia mesmo quem estivesse convencido que a matemática tinha sido feita e criada para o positivismo, como se a Bíblia tivesse sido criada unicamente para a Igreja Católica e não também para a Anglicana. O prestígio dele era, portanto, enorme. (BARRETO, 2004, p. 112-113)

A morte da personagem Ismênia, que era a porta-voz do autor para a abordagem da situação da mulher, gerou o seguinte comentário de rodapé: “Com a morte de Ismênia, o narrador critica a educação, que vê o casamento como única realização para a mulher, esvaziando-lhe o sentido da vida” (BARRETO, 2004, p. 148). E ainda houve mais, a seguir, como na descrição:

> A esse tempo, na vizinhança, alguns pombos imaculadamente brancos, as aves de Vênus, ergueram o vôo, ruflando estrepitosamente; deram volta por cima do coche e tornaram logo silenciosos, quase sem bater asas, para o pombal que se ocultava nos quintais burgueses... (BARRETO, 2004, p. 150),

que incitou mais explanações literárias, sempre no rodapé: “Os pombos brancos representam o sonho burguês do casamento, transformando-se em clichês de uma união amorosa idealizada. Através deles o narrador ironiza esse sonho: Ismênia está morta por ter acreditado demais nele” (BARRETO, 2004, p. 150).

Já a personagem Olga, representando a mulher mais consciente e inconformada, vez por outra respondia ao marido com arroubos do tipo: “Não sou nada, nada! Sou alguma coisa como um móvel, um adorno, não tenho relações, não tenho amizades, não tenho caráter? Ora!...” (BARRETO, 2004, p. 167).

E, concluindo a incursão pela saga de “Policarpo Quaresma”, vale mais uma vez lançar mão da nota de rodapé da comentadora:

> Ao referir-se aos selvagens e depois a bondes, carros e locomotivas, Olga se lembra de que existe História, de que as coisas mudam, se transformam. Com isso ela

> insinua esperança em um país mais justo no futuro, em que outros ‘Quaresmas’ possam lutar por seus sonhos sem encontrar o mesmo triste fim de seu padrinho. (BARRETO, 2004, p.168)

E, então, retomamos nossas argumentações. É esperado, louvável e altamente recomendável que grandes feitos, de qualquer segmento, literário ou não, deixem uma mensagem para a posteridade e se convertam em legado cultural. Neste sentido, a obra de Lima Barreto parece ter se credenciado pluralmente, uma vez que esmiúça e atinge em cheio alguns temas-tabu com impressionante lucidez e profundidade crítica, temas esses que não podem ser todos enunciados aqui por razões óbvias de manutenção do foco pertinente ao estudo, mas que podem facilmente ser notados por um leitor razoavelmente iniciado.

No que tange aos subsídios à pesquisa fornecidos por esses recursos culturais recém empregados, principalmente o livro da literatura nacional ao qual acabamos de nos referir, vejo que a confrontação é algo iminente, embora apenas literariamente. Ao encerrar a trama de maneira levemente otimista, aventando a possibilidade de que os novos tempos tragam mudanças de mentalidade – altamente desejáveis, ao menos quanto à maioria constantemente oprimida – o autor se esquece de que, para alguns, a mudança é algo complexo e, em alguns casos, até traumatizante. Poder-se-ia rebater dizendo que, quando tal ocorre, é porque se desfez uma ordem que beneficiava injustamente a alguns; mas nem sempre é assim.

Pretendemos discutir, nos próximos capítulos, se isso, ou seja, o desmantelamento de uma ordem instituída, de alguma forma realmente aconteceu e, em caso afirmativo, com que implicações para a Educação na cidade de Curitiba e, por extensão, no Estado do Paraná.

1.6 AS ESPECIFICIDADES NACIONAIS E LOCAIS

O Brasil tem demonstrado possuir essa característica de importador de tendências filosóficas, como fica atestado através das análises de Otaíza de Oliveira Romanelli: “Foi a família patriarcal [mais uma vez] que favoreceu, pela natural receptividade, a importação de formas de pensamento e idéias dominantes na cultura medieval européia,

feita através da obra dos jesuítas" (ROMANELLI, 2005, p. 33) e de Pedro Leão da Costa Neto: "Desde seu início, a história da filosofia no Brasil – como observou João Cruz Costa – foi a história do processo de recepção, adaptação e transformação (e mesmo deformação) das idéias filosóficas européias, comandadas por interesses pragmáticos" (COSTA NETO apud PIERONI; DENIPOTI, 2004, p. 239).

É importante, porém, frisar que o país não absorve de modo homogêneo toda essa carga cultural, pois se trata de um território de proporções continentais, com formação étnica variada, influências culturais díspares, condições infra-estruturais determinadas por fatores climáticos, políticos e econômicos diversos, etc., o que contribui para uma disseminação carregada de especificidades consoante às particularidades de cada região. "A ânsia civilizatória, como força centrífuga, chegou às periferias. Enquanto o Rio de Janeiro desejava refletir Paris ou Londres, nossas capitais de províncias almejavam reproduzir o Município Neutro" (DIEZ; HORN, 2005, p. 1).

No ponto inerente ao positivismo entranhado na nossa região alvo, qual seja, o Estado do Paraná, representado mais diretamente por sua capital, a cidade de Curitiba, a descrição que fizemos anteriormente parece casar-se, sendo mesmo um retrato dos mais fiéis do apelo discursivo e do desdobramento prático desta doutrina, junto a elementos intrínsecos que enriquecem a investigação por nós assumida.

Senão, vejamos: tratava-se da época da emancipação política paranaense – o ano de 1853 foi o que marcou a desvinculação da província do Paraná da de São Paulo. Tendo característica eminentemente agrícola, com preponderância até mesmo de culturas extrativistas como a da madeira e da erva-mate, a Província do Paraná se encontrava afastada dos centros decisórios da nação e carente de elementos que constituíssem sua identidade cultural.

> O Paraná, ao ser promovido de comarca a província, possuía apenas duas cidades, sete vilas e seis freguesias, contava com cerca de 60 mil habitantes, dos quais 10% residiam em Curitiba. Esta, quando passou a capital, em 1854, era um pequeno aglomerado 'quase circular' de 338 casas dispostas em 27 quarteirões, servida por duas escolas de primeiras letras, uma masculina e outra feminina. A população de 5819 pessoas era constituída por lavradores, artesãos, comerciantes, trabalhadores nos engenhos de mate, nas fazendas de gado e proprietários. Cidade de 'poucos homens ricos' e com 'tantos homens brancos', como Saint Hilaire nunca havia visto em nenhuma região do Brasil. (DIEZ; HORN, 2005, p. 2)

Assim sendo, aspectos contraditórios assomavam. Uma irrelevância incômoda, no que se refere ao peso de suas opiniões políticas, contrastava com uma liberdade atípica propiciada pela ausência de pressões e pelo isolamento.

> A Curitiba do último quartel do século XIX, até então uma pacata vila de passagem com uma população que não chegava a vinte mil habitantes, ao receber o Imperador D. Pedro II, em 1880, recebeu um sopro de modernidade, despertando sua consciência sobre as condições que lentamente foram constituídas para que se configurasse como capital. (DIEZ; HORN, 2005, p. 4)

Além disso,

> Para Newton Carneiro, a visita imperial foi o importante marco da transição que dotou capital e estado de importância política em relação ao país, inaugurando um novo tempo. Aí foi detonada a paixão civilizatória, o desejo de elevar o padrão local ao nível das modernas metrópoles. (DIEZ; HORN, 2005, p. 4)

Esse cenário parece ter levado os paranaenses, e os curitibanos mais fortemente, a uma cristalização de conceitos que, primeiramente apregoados em escala nacional, acabaram por se tornar úteis aos anseios locais, configurando talvez a identidade tão ardorosamente perseguida.

A Educação, por sua vez, cumpriria um papel de amplo destaque. Além de significar o ponto de partida para o impulso modernizador pelo qual o Estado ansiava – uma vez que o positivismo assegurava que a instrução era a alavanca do progresso –, significaria também um traço de uniformização cultural do povo e uma possibilidade de tomada vanguardista, pois a emancipação das mulheres alavancada por ela, seria concomitante com o mesmo acontecimento verificado nas regiões politicamente privilegiadas do país.

Uma vez tendo se fundado sobre preceitos heterônimos, consubstanciados na premissa de que o mundo tendia ao positivismo como uma “estação final” (convicção esta advinda da ênfase que os seguidores de Comte davam e dão aos pensamentos do mestre), e na comprovação prática, atestada por décadas, de que sendo positivistas os dividendos sociais e políticos – como a tão necessária formação da identidade local, por exemplo –, seriam infinitos, como lidar com a mudança dos ventos a partir das novas tendências? E tais tendências, por sua vez, representariam de fato rupturas de alguma ordem, ou apenas

adequações sutis de uma estrutura ágil de poder, sempre pronta a mudar sua roupagem nos momentos de desgaste?

Seja como for, o importante a se ressaltar é que o mundo das mulheres e, conseqüentemente, o dos homens, no cenário ocidental, jamais foi o mesmo a partir daquela inserção profissional lograda a partir do ideário positivista, que se apropriou do magistério como porta de entrada para indivíduos até então alijados do mundo público, salvo raríssimas exceções.

Levando-se em consideração que a Educação é, certamente, uma das áreas da atuação humana de caráter mais controverso e de ressonância social mais contundente, resta-nos perguntar o quanto isso tudo se deve ao fato de residir nela uma linha de enfrentamento quase invisível, que coloca de lados opostos homens, historicamente preponderantes no aspecto de dominação política desde o início do desenvolvimento das relações de coletividade humanas, e mulheres, representantes de uma alternativa histórica de reencaminhamento estratégico, e por que não dizer, filosófico, da humanidade.

Nas palavras do historiador José Carlos Reis,

> O século XX se deu historicamente conta dessa crise da Razão, já percebida e formulada por aqueles autores do século anterior, em meio às tragédias que acompanharam a derrota da Europa. [...] Tudo o que ela havia reprimido é valorizado: o homem selvagem, a loucura, a criança, a mulher, o delinqüente, o doente, o analfabeto... Descobrem-se outras lógicas, a pluralidade cultural. (REIS, 2005, p. 45)

Diante de tudo isso e estarrecidos com tamanha mudança, profunda e abrupta, propomos algumas perguntas que, ao longo do trabalho, devem ser respondidas, ao menos parcialmente. *Como se deu tal alteração paradigmática em relação às mulheres? O positivismo teria influência no processo? Por que tal fato se deu?* e *Quais suas principais conseqüências?* parecem ser as principais.

Confiantes de que contribuiremos ao fim do trabalho para elucidar uma parte das nuances que ainda reverberam no núcleo da sociedade curitibana e paranaense, imbricadas como estão com elementos de desdobramento educacional, político, econômico e social de alcance regional e nacional, lançamos as bases de nosso processo dedutivo,

amparado pelo método qualitativo de aferição de resultados e com pretensão não outra que a contínua reformulação e aperfeiçoamento dos conhecimentos previamente estabelecidos.

CAPÍTULO II

2 O POSITIVISMO DE COMTE E SUAS PREMISSAS RELACIONADAS À CONDIÇÃO DA MULHER

Positivismo
A verdade, meu amor, mora num poço,
É Pilatos lá na Bíblia quem nos diz.
E também faleceu por ter pescoço
O infeliz autor da guilhotina em Paris.

Vai, orgulhosa querida,
Mas aceita esta lição:
No câmbio incerto da vida
A libra sempre é o coração.
O amor vem por princípio, a ordem por base,
E o progresso é que deve vir por fim.
Desprezaste esta lei de Auguste Comte
E foste ser feliz longe de mim.

Vai, coração que não vibra,
Com teu juro exorbitante
Transformar mais outra libra
Em dívida flutuante.
(ROSA, 1982, p. 42)

Noel Rosa foi, sem dúvida, um dos maiores compositores da música popular brasileira de todos os tempos. A epígrafe acima, na verdade uma reprodução na íntegra de um dos seus grandes sucessos musicais, só vem comprovar, mais uma vez, a influência que o positivismo teve, e tem, no universo cultural brasileiro.

Apesar de bem-humorado ao brincar com questões históricas mundiais como a Revolução Francesa e as crises econômicas do início do século XX, relacionando-as com suas frustrações amorosas, Noel Rosa demonstra que Auguste Comte e o positivismo têm uma relação promíscua com a sociedade brasileira.

Num país tão avesso às leituras, de uma forma geral, e no qual a filosofia chega a ser um “elefante branco”, desprezada pela esmagadora maioria da população desde a gênese da nação, a inclusão do nome de um sistema filosófico complexo junto ao nome de seu criador francês em uma peça popular é, e sempre será, manobra causadora de impacto.

Certamente que apenas essa escola – ou, talvez, também o comunismo, por ocasião de alguma obra do período de Ditadura Militar – seria capaz de tal façanha.

Mas o que é verdadeiramente o positivismo? Quais foram suas reais aspirações práticas e de que forma foram levadas a cabo no espaço político-educacional brasileiro? De que forma ele colaborou, direta ou indiretamente, pela emancipação profissional feminina, apesar de todos os impeditivos para tal, contidos na própria doutrina? Este capítulo que ora se inicia tem como propósito mostrar que a filosofia comtiana presta-se a um papel de sistematização do universo feminino de forma tão abrangente, que pode, ela mesma, ter representado o germe da mudança.

Assim explicaríamos, por exemplo, o porquê de se pensar que o positivismo representa o marco do fim do pensamento moderno, tal qual pensado por Michel Maffesoli (2005). Em certa ocasião, durante palestra proferida na cidade de Curitiba, ele afirmou que o pensamento moderno ainda persistia em nossa sociedade "como a luz de uma estrela que ainda se vê, embora seu foco irradiador já tenha sido extinto" (MAFFESOLI, 2005). É dessa forma que imaginamos que o positivismo tenha sido a matriz da pós-modernidade, com elementos seus aproveitados em meio ao uso social, aproveitados pela vida, como diria Foucault (2000). A Educação, não se pode esquecer, teria desempenhado um papel preponderante no processo em questão.

Tamanhas indagações são, talvez, grandes demais para serem inteiramente esmiuçadas, mas faremos o possível para elucidar muitas de suas principais especificidades. Para começar, recorreremos a diversos expoentes filosóficos, para somente depois nos debruçarmos com a merecida ênfase sobre a obra de Auguste Comte, propriamente dita.

Ao tentarmos entender a construção desse tipo de linha de pensamento, devemos ter em mente que

> O horizonte metodológico do Classicismo estivera centralizado na noção de 'ordem'; a fidelidade a esse ideal e a formulação da própria noção de verdade exigiam um modelo no qual aquela ordem se manifestasse perfeitamente realizada. Eis porque a ordem inerente à construção da matemática e das ciências ditas exatas constituiu o modelo principal da filosofia clássica. (ABRÃO, 2005, p. 200-201)

Schelling (1775-1854) viveu em um tempo quase que inteiramente coincidente com o de Comte, e teve muitas dificuldades para impor, ao longo de seu trabalho,

uma visão filosófica diametralmente oposta à dele. Ser um filósofo do Romantismo não foi nada fácil. Diz-se isso uma vez que

> O pensamento filosófico das últimas décadas do século XIX e do começo do século XX esteve em grande parte dominado pela tendência positivista e cientificista: somente seria legítimo o conhecimento construído à semelhança das ciências consideradas positivas; científicos seriam apenas os dados empírica e diretamente observáveis, passíveis de mensuração e capazes de serem situados numa cadeia rigorosa de causas e efeitos. O edifício todo da ciência aparecia regido por férreo determinismo, não dando margem a qualquer arbítrio (divino ou humano) ou ao imponderável. (ABRÃO, 2005, p. 249)

Bergson (1859-1941), posteriormente, também enfrentou tal dilema, pois "Numa época em que o avanço e o êxito das investigações científicas ditas positivas pareciam tornar obsoletas as indagações e sobretudo a forma de resposta filosóficas, Bergson exalta e inova a metafísica" (ABRÃO, 2005, p. 246).

Porém, fossem como fossem as diferentes acepções filosóficas da era oitocentista no ocidente, e mesmo em relação às repercussões que adentraram o século XX, em termos de permeabilidade social, além do neotomismo, o positivismo e o marxismo sempre foram os grandes paradigmas, como, aliás, já dissemos.

No intuito de termos tal idéia corroborada, recorremos a algumas inferências baseadas em Jean-Paul Sartre (1905-1980):

> O marxismo, para Sartre, é a filosofia insuperável do século XX, 'é o clima de nossas idéias, o meio no qual estas se nutrem... a totalização do 'saber contemporâneo', porque reflete a 'praxis' que a engendrou. Na mesma linha de idéias, Sartre afirma que, depois da morte do pensamento burguês, o marxismo é, por si só, 'a cultura, pois é o único que permite compreender as obras, os homens e os acontecimentos'. Sartre, contudo, não quer se referir ao marxismo oficial, tampouco pretende revisar ou superar as obras de Marx, pois para ele o marxismo supera-se a si mesmo, sendo uma filosofia que, por conta própria, se adapta às transformações sociais. Por outro lado, também não pretende voltar ao materialismo dialético puro e simples, pois este – pensa Sartre – não conseguiu dar conta das ciências, que permanecem ainda no estágio positivista. (ABRÃO, 2005, p. 279)

Já falando de Auguste Comte, embora ainda não partindo diretamente de sua própria obra, podemos afirmar que "Para aqueles que entendem a filosofia como um documento de sua época, o positivismo de Auguste Comte representa um caso exemplar. [...]

Comte representa a sobrevivência e a afirmação do ideal iluminista adaptado à era industrial" (ABRÃO, 2004, p. 395).

E com absoluto sucesso, durante muito tempo, pôde-se pensar em sociedade ideal, marchando rumo a algo que poderia ser entendido como uma espécie de "Éden Racionalista", em grande parte em virtude da sistematização perfeccionista lograda pelo pensador de Montpellier.

Comte entendia, nas palavras de Abrão (2004), que

> Quanto às questões que há muito tempo vêm constituindo o objeto próprio da filosofia em seu sentido metafísico, é preciso repensar, historicamente, seu significado diante do saber positivamente delineado. Do desenvolvimento do saber assim entendido e do lastro histórico que é dado à reflexão devem fluir as propostas positivas de organização moral e política da sociedade. (ABRÃO, 2004, p. 396)

Nas esteiras da "Reforma Moral da Sociedade", pretendida por Comte, o Brasil encontrou a possibilidade de "lançar-se às águas da prosperidade", respaldando-se sobre suas inclinações então incontestes de latinidade moralista exacerbada. Foi aí que se deu um casamento ideológico, cujo alcance já ouvimos falar, e mesmo pudemos sentir de perto a abrangência:

> O positivismo exerceu grande influência sobre os principais líderes republicanos brasileiros, quase todos ex-alunos da Escola Politécnica de Paris. [12] Entre eles destacam-se Luís Pereira Barreto, Raimundo Teixeira Mendes, Miguel Lemos (fundador da Igreja Positivista do Brasil) e Benjamin Constant, responsável pela divisa 'Ordem e Progresso' (ideal comteano) inscrita na bandeira do Brasil. (ABRÃO, 2004, p. 398)

2.1 AS CONVENIÊNCIAS E ADAPTAÇÕES DO POSITIVISMO À BRASILEIRA

Recorrendo à obra "A Formação das Almas", do historiador José Murilo de Carvalho (1990), encontramos importantes subsídios para o nosso trabalho.

[12] Escola onde se deu parte da formação intelectual de Comte.

> A versão positivista da república, em suas diversas variantes, oferecia [uma] saída. O arsenal teórico positivista trazia armas muito úteis. A começar pela condenação da Monarquia em nome do progresso. Pela lei dos três estados, a Monarquia correspondia à fase teológico-militar, que devia ser superada pela fase positiva, cuja melhor encarnação era a república. A separação entre Igreja e Estado era também uma demanda atraente para esse grupo, particularmente para os professores, estudantes e militares. Igualmente, a idéia de ditadura republicana, o apelo a um Executivo forte e intervencionista, servia bem a seus interesses. Progresso e ditadura, o progresso pela ditadura, pela ação do Estado, eis aí um ideal de despotismo ilustrado que tinha longas raízes na tradição luso-brasileira desde os tempos pombalinos do século XVIII. Por último, a proposta positivista de incorporação do proletariado à sociedade moderna, de uma política social a ser implementada pelo Estado, tinha maior credibilidade que o apelo abstrato ao povo e abria caminho para a idéia republicana entre o operariado, especialmente o estatal. (CARVALHO, 1990, p. 27)

Mais uma vez ficam evidentes, após tudo o que lemos acima, os meandros da aproximação conflituosa entre o positivismo e o marxismo, mas, sobretudo, entre o positivismo e a sociedade brasileira.

A corrente ideológica que surgiu na Europa como um Humanismo, refletindo tudo aquilo que a sociedade européia vivia em termos de intensificação do processo industrial, de eliminação de impeditivos históricos de interação, como o aprimoramento dos transportes e das comunicações, foi rapidamente assimilada no Brasil, mas em outros termos.

Por aqui, longe de estarmos vivenciando uma intensificação industrialista, vivíamos uma fase pré-industrial, agrário-exportadora, monocultora, baseada em produtos primários, ou seja, sem nenhum beneficiamento agregativo de valor. A tendência positivista era, portanto, ao contrário de um reflexo do vivido na sociedade, uma tentativa de projeto de sociedade, calcada em moldes estrangeiros.

Roberto Schwarz (2000), a propósito, em um texto que produziu a respeito das “idéias fora de lugar” aplicadas à literatura nacional, é um precursor da idéia que acabamos de defender:

> O ritmo de nossa vida ideológica, [...] foi outro, também ele determinado pela dependência do país: à distância acompanhava os passos da Europa. Note-se, de passagem, que é a ideologia da independência que vai transformar em defeito esta combinação; bobamente, quando insiste na impossível autonomia cultural, e profundamente, quando reflete sobre o problema. Tanto a eternidade das relações sociais de base quanto a lepidez ideológica das ‘elites’ eram parte – a parte que nos toca – da gravitação deste sistema por assim dizer solar, e certamente internacional, que é o capitalismo. Em conseqüência, um latifúndio pouco modificado viu passarem as maneiras barroca, neoclássica romântica, naturalista, modernista e

> outras, que na Europa acompanharam e refletiram transformações imensas na ordem social. (SCHWARZ, 2000, p. 25)

É claro que tal projeto de sociedade não era desta maneira eleito apenas para comungar com um pensamento em voga no mundo modelar europeu, mas porque potencialmente preenchia os requisitos almejados pela tal "elite" rígida, que já não queria mais nem um rei ou imperador carismático, mas simplesmente um regime autoritário a serviço de seus interesses.

E assim foi. Apoiada pelas elites ávidas por centralizar o poder da nação em suas mãos, a República chegou, legitimada pelas adaptações ideológicas proporcionadas pelo positivismo, uma vez que necessárias a um regime recém-instaurado, não proveniente de movimentos populares significativos.

Encontrando em Benjamin Constant seu principal representante teórico-militante, o republicanismo positivista teve mais ou menos o seu perfil:

> Era o catequista, o apóstolo, o evangelizador, o doutrinador, a cabeça pensante, o preceptor, o mestre, o ídolo da juventude militar. Benjamin não aparece em primeiro lugar como representante da classe militar, como vingador e salvador do Exército. Aparece como o professor, o teórico, o portador de uma visão da história, de um projeto de Brasil. A ele se deveria o fato de o 15 de novembro ter ido além de uma quartelada destinada a derrubar o ministério de Ouro Preto, de ter se transformado em mudança de regime, em salvação da Pátria. (CARVALHO, 1990, p. 40)

Interessante notar que, nesse caso, falar do homem é como falar da própria filosofia positivista, "heróica", "íntegra", "portadora de uma visão de mundo", "capaz de dar ao país um rumo seguro", mesmo porque as adaptações eram desconhecidas para um público majoritariamente despreparado intelectualmente.

Além disso, para um positivista comtiano convicto, a capacidade de adaptação não devia ser passível de grande repreensão, posto que o próprio Auguste Comte, apesar de radical, era um intelectual em contínuo processo de aprimoramento. Podemos constatar isso ao observarmos que

> ... a partir do encontro com Clotilde [de Vaux] [...] Comte desenvolveu os elementos utópicos e religiosos de seu pensamento. O sentimento foi colocado em primeiro

> plano, deslocando a razão, base de sua obra anterior, para uma posição subordinada. Em vez de uma simples filosofia ou uma filosofia da história, o positivismo comteano evoluiu na direção de uma religião da humanidade, com sua teologia, seus rituais, sua hagiografia. Pretendendo ser uma concepção laica, fundia o religioso com o cívico, ou melhor, o cívico se tornava religioso. Os santos da nova religião eram os grandes homens da humanidade, os rituais eram festas cívicas, a teologia era sua filosofia e sua política, os novos sacerdotes eram os positivistas. Na base da nova humanidade, Comte colocou o sentimento do altruísmo, substituto da caridade católica. Ainda na esteira do comunitarismo católico, salientou as instituições de solidariedade, hierarquizando-as. Na base, ficava a família, seguida da pátria e, como culminação do processo, a humanidade. (CARVALHO, 1990, p. 130)

Seguindo este viés de pensamento adaptativo, autoconsciente de uma superação gradativa de suas próprias premissas fundamentais e básicas, podemos começar a estabelecer uma relação entre o caráter dogmático da escola filosófica e seu alastramento, talvez incontrolável, por apropriação coletiva.

A situação panorâmica da mulher ocidental, como conseqüência aguda do processo, pode ter sido inteiramente alterada. É o que agora passamos a abordar.

2.2 A INTERPRETAÇÃO QUE SE FAZ DA MULHER EM COMTE

Auguste Comte foi um intelectual surpreendente. Apesar de extremamente radical e firme de propósitos, transmitia suas idéias com uma persuasão envolvente, que dava sempre a sensação de se estar lidando com o mais terno e flexível dos mortais.

Assim era, por exemplo, quando tratava do papel de cada grupo humano na sociedade que idealizava, e que considerava inevitável, construída a cada dia em virtude de um devir histórico sinalizado pelos acontecimentos.

No que tange especificamente às mulheres, teceu considerações rigidamente restritivas de seu papel social, enaltecendo virtudes de um conservadorismo patente, ao mesmo tempo em que as projetava como seres superiores, inatingíveis.

Foi justamente esse caráter “superior” que confirmou uma tradição claustrofóbica para o sexo feminino, ao mesmo tempo em que acenava com possibilidades de acesso a bens culturais há muito ambicionados, como a cultura formal e a arte.

Tal acesso, no entanto, não deveria, de forma alguma, representar uma via de emancipação para o sexo feminino, e sim uma maneira mais sofisticada de reclusão, calcada no sacrifício valoroso de “santa mãe” e “rainha do lar”.

Uma santa erudita, é bem verdade, mas acima de tudo, uma santa. Era isso que Comte projetava para toda uma existência feminina. Ele queria seres obstinados na sagrada função de zelar pela família e, conseqüentemente, pela sociedade em geral. Sua sociedade seria “perfeita”, posto que seria forjada por homens íntegros, formados desde cedo por mulheres afáveis, incorruptíveis e honradas.

Quanta responsabilidade para as mulheres. Mas Comte achava tudo isso coerente e lógico, além de confortável e vantajoso para todas as partes:

> A guinada ‘clotildeana’ foi indiscutível na elaborada visão da mulher e de seu papel na evolução social. No ‘Cours de philosophie’, sua posição em relação à mulher não discrepava da visão tradicional de inferioridade em relação ao homem. Agora, misturando descobertas da biologia e visões católico-feudais, ele terminou por afirmar a superioridade social e moral da mulher sobre o homem. Tal superioridade se basearia no fato de a mulher representar o lado afetivo e altruístico da natureza humana, ao passo que o homem seria o lado ativo e egoísta. A mulher, como o demonstraria a biologia, seria o principal responsável pela reprodução da espécie, enquanto o homem se prestaria mais à transformação do ambiente, à atividade industrial. Na preservação da espécie, o papel da mulher não se limitaria à reprodução, mas se daria especialmente na família, em que, como mãe, ela teria a responsabilidade da formação moral do futuro cidadão. (CARVALHO, 1990, p. 130)

Interessante “superioridade” essa, que põe sobre os ombros das mulheres uma responsabilidade “antidegenerativa” da espécie, e que a joga para um nicho de ação circunscrito ao espaço do lar, indefinidamente.

Todavia, há que se notar, também, a possível abertura que começa a ser proporcionada para um tipo de ascendência feminina na sociedade a partir daí, numa inculcação de valores operada subliminarmente, principalmente no caso de uma sociedade influenciada por uma fidelidade filosófica significativa, ao menos nos meios interessados.

E, retornando uma das premissas anteriores, uma imbricação teórico-prática voltada a associar indivíduos com grandes corpos coletivos não se dava de maneira ocasional ou fortuita. Ao ambicionar uma humanidade homogênea em relação aos princípios, à forma de agir, e mesmo de projetar as dinâmicas vindouras, o filósofo acabava por idealizar os indivíduos e cercá-los em uma redoma delimitadora de procedimentos.

Isso tanto é procedente que

> A República entrava nessa concepção como fator essencial da transição orgânica para a fase final. Ela marcaria o início da transição, por superar a metafísica em que elementos externos (monarquias hereditárias com base no direito divino dos reis) ainda perturbavam a evolução humana. Repúblicas deveriam ser verdadeiras comunidades, extensões da família. Comte, na esteira de Rousseau, queria repúblicas que não excedessem 3 milhões de habitantes e se aproximassem do tamanho da Bélgica. A própria França deveria ser dividida em dezessete repúblicas diferentes. Na fase final, o mundo contaria com quinhentas repúblicas. Estas seriam as 'pátrias normais', que o filósofo preferia chamar de 'mátrias', para salientar os aspectos comunitários e afetivos, voltando, ao mesmo tempo, ao imaginário feminino. Daí também a possibilidade de representar a pátria republicana por meio da figura da mulher. (CARVALHO, 1990, p. 131)

Esta complexa justaposição de conceitos, que vão do individual ao coletivo, do pessoal ao social, do micro ao macro, do familiar ao político e do científico ao religioso, acabam por mexer na conformação estética do universo humano, como também não passou despercebido a outros olhares:

> A estética foi outra área desenvolvida pelo comtismo após a 'renascença' clotildeana. O primeiro volume do 'Système' propunha-se a estabelecer, num capítulo intitulado 'Aptidão estética do positivismo', uma teoria geral da arte. Segundo a estética positivista, a imaginação artística deve ter por inspiração o sentimento, por base a razão, e por fim a ação. [...] Trata-se de uma estética naturalista, em que o belo se subordina a uma noção de verdade e se põe a serviço do bem. [...] O estilo neoclássico revolucionário podia dar lugar ao romântico, sem, com isso, quebrar a visão da natureza e finalidade da arte. (CARVALHO, 1990, pp. 131-132)

Talvez por um prisma de certa forma paradoxal, as preocupações estéticas de Comte já esboçassem uma visão de quebra de *epistéme*, uma transformação entendida e sentida por muitos filósofos e sociólogos da atualidade, como teremos a possibilidade de atestar.

Um desses estudiosos que nos servem como parâmetro de análise é o sociólogo Michel Maffesoli que, em muitos momentos de sua construção teórica intensa e contínua, alega ser o positivismo um divisor de águas do pensamento até então tido como moderno.

Esse pensamento apolíneo, que constrói utopias complexas e açambarcadoras das perspectivas e dos horizontes dos homens, realizando sociedades perfeitas em meio a contínuas exposições de caos, iria, segundo Michel Maffesoli (2005), desde a “Cidade de Deus” de Santo Agostinho até a sociedade positivista de Comte.

Se este sistema filosófico tem características de ponto-final epistemológico, é preciso que contenha e, ao mesmo tempo, lance em seu bojo elementos potencialmente transformadores.

E Michel Maffesoli (2005) insistentemente acena com a indicação de que a sociedade está se alterando, muito embora o processo se dê de forma silenciosa e, para muitos, até imperceptível.

Há que se salientar os sintomas da mudança percebida por ele, entendida e explicada por meio de uma analogia:

> O cristal cresce a partir de um germe muito pequeno, estendendo-se em todas as direções, em uma solução supersaturada. Em seguida, cada camada serve de base para a nova camada que irá se formar. O resultado é uma estrutura em forma de rede. O mesmo acontece, como acabei de dizer, com a constituição do mito e, portanto, do estilo que ele expressa. É por camadas sucessivas, a partir de um germe já existente, que adquirem forma e que se difundem pouco a pouco. Observemos que sua formação e difusão são feitas quando já existe, e porque existe, saturação de um estado já existente. (MAFFESOLI, 1995, p. 45)

Dessa forma, poder-se-ia afirmar – reiterando-se que aqui lidamos com algo que carece de comprovação – que o mundo regido pela lógica apolínea e masculina enfrenta um ponto quase que de saturação terminal.

Ao lidar com pressupostos inerentes à valorização – mesmo que relativa – do elemento alternativo à situação social preponderante, qual seja, da mulher, o positivismo elaborado por Auguste Comte pode ter se configurado no tal germe da transformação estética mundial, no ponto de partida da instauração do *feminino* como amálgama societário.

Maffesoli afirma:

> A saturação do político, que é, por essência, longínquo e projetivo, recupera toda a sua importância no quotidiano e nas relações de ‘proxemia’. O que estava no futuro, o que era unicamente esperado no quadro do devir de uma sociedade perfeita, ou a ser feita, torna-se visível, possível e até mesmo palpável. É isso que chamei de

> ‘transfiguração do político’. Esta dá lugar ao doméstico, com a cultura do sentimento, que é sua expressão mais visível. (MAFFESOLI, 1995, p. 46)

E a cultura do sentimento, cultivada e assistida pela mulher, é algo a que nos acostumamos a observar nas indicações comtianas acerca de um futuro que, quiçá, pode estar em vias de confirmação, embora não exatamente da mesma maneira idealizada pelo filósofo francês do século XIX.

2.3 A MULHER EM COMTE E POR COMTE

Para falar do papel da mulher na concepção de Comte, é preciso salientar que seu raciocínio, nesse sentido, se desenvolve de forma gradual.

Ao entender que os proletários preservavam em sua natureza um quê de crianças puras, ingênuas, sonhadoras e belas, começa a ser gestada – pelo menos em teoria – uma proteção “de mãe para filho”, que, depois, se tornaria explícita e voltada a todos os indivíduos.

Tal visão, no entanto, sempre foi um mecanismo poderoso, voltado a engessar o espaço de manobra política do proletariado. Comte pensava em acolher e amparar os proletários, com ideal provavelmente não outro que o de controle – nos moldes patriarcais – da classe por parte dos industriais.

E o processo começa a se desencadear bem antes da elaboração do Catecismo Positivista (COMTE, 1983), de 1852. Já no discurso preliminar sobre o conjunto do Positivismo (COMTE, 1983), de 1844, e até muito antes, sua sistematização pode ser acompanhada. Há, na passagem que agora será reportada, uma nítida sinalização em relação a isso:

> É impossível que tal coordenação [de seu sistema filosófico], desenvolvendo familiarmente as idéias de ordem e de harmonia sempre ligadas à Humanidade, não tenda a moralizar profundamente, não apenas os espíritos de elite, mas também a massa das inteligências, que deverá participar, em maior ou menor grau, dessa grande iniciação, conforme um sistema conveniente de educação universal. Uma apreciação mais íntima e mais extensa, ao mesmo tempo prática e teórica, representa o espírito positivo como sendo, por natureza, o único suscetível de desenvolver

> diretamente o sentimento social, primeira base necessária de toda moral sadia. (COMTE, 1983, p. 76)

Mais adiante, e seguindo ainda dentro de tal preceito unificador e apaziguador, fundado talvez sobre uma lógica de conscientização em longo prazo do caráter *mais* ou *menos* habilitado de cada indivíduo na "colméia" humana, Comte volta a reforçar discursivamente seu ponto de vista. O autor salienta:

> O espírito positivo [...] é diretamente social, tanto quanto possível, e sem nenhum esforço, precisamente por causa de sua realidade característica. Para ele, o homem propriamente dito não existe, existindo apenas a Humanidade, já que nosso desenvolvimento provém da sociedade, a partir de qualquer perspectiva que se o considere. [...] O conjunto da nova filosofia sempre tenderá a salientar, tanto na vida ativa quanto na vida especulativa, a ligação de cada um a todos, sob uma multidão de aspectos diferentes, de maneira a tornar involuntariamente familiar o íntimo sentimento de solidariedade social, convenientemente desdobrado para todos os tempos e todos os lugares. (COMTE, 1983, p. 77)

Isso posto, podemos nos ater à condição da mulher de forma mais direta, mas, sem esquecer, como relatado acima, que há uma tendência explícita a *tornar familiar o íntimo sentimento de solidariedade social*, o que leva a crer que os positivistas brasileiros não estavam longe da verdade comtiana ao escolher a mulher como educadora-mor. Sua vocação ou habilidade em tornar pública a virtude doméstica parece-nos também de inteira pertinência, e poderá ser confirmada – ou não – até a conclusão da presente investigação.

2.4 A SITUAÇÃO DA MULHER A PARTIR DO CATECISMO POSITIVISTA

Após fazer menção à inclinação protetora de Auguste Comte em relação à classe proletária, ou seja, aquela classe de homens rústicos, preservados de certas complexidades teológicas e metafísicas, e, portanto, conservadores de uma pretensa pureza natural, eis que chegamos a tratar da situação da mulher no Catecismo Positivista.

É bem verdade que já fizemos alusão a um "matriarcado conceitual" de Comte, que espera envolver o proletariado em uma aura de dependência benéfica, ou

benévola, assenhoreando-se dessa camada assediada pelos ativismos anarquista e socialista. Tal envolvimento assume ares de persuasão feminina que, mais tarde, explicita-se completamente.

O texto responsável por tal explicitação, em parte, é a obra Catecismo Positivista, que de tão completa e sistemática, parece não deixar quaisquer brechas para pensamentos antagônicos, o que de fato viria quase a se concretizar.

O século XIX, de fato, viu a sociedade burguesa estruturar-se de forma rígida e eficiente, delimitando papéis sociais de extrema nitidez, e fazendo com que a verdade da época assumisse ares de verdade atemporal.

No início do prefácio dessa obra, por exemplo, Comte cita a si próprio dizendo:

> Em nome do passado e do futuro, os servidores teóricos e os servidores práticos da humanidade vêm tomar dignamente a direção geral dos negócios terrestres, para construir, enfim, a verdadeira providência, moral, intelectual e material; excluindo irrevogavelmente da supremacia política todos os diversos escravos de Deus, católicos, protestantes ou deístas, como sendo, ao mesmo tempo, atrasados e perturbadores. (COMTE, 1983, p. 119)

Sendo assim, Comte tomava para si a tarefa – por ele assumida como lógica e atinente à sua estatura intelectual – de determinar quais seriam os caminhos viáveis para a humanidade dali por diante.

E ele foi adiante em obstinação na sua assertiva, como fica atestado nas linhas a seguir, seqüência direta e imediata da anterior:

> Tal foi a declaração decisiva com que terminei, no Palais Cardinal, no domingo, 19 de outubro de 1851, após um resumo de cinco horas, meu ‘terceiro Curso Filosófico sobre a História Geral da Humanidade’. Depois desse memorável encerramento [sic], a publicação do segundo tomo do meu ‘Sistema de Política Positiva’ acaba de comprovar diretamente quanto convém semelhante destino social à filosofia capaz de inspirar a teoria mais sistemática da ordem humana. (COMTE, 1983, p. 119)

Dentro de uma visão clara e decidida como a delineada acima, ressaltam às vistas as expressões ‘destino social’ e ‘teoria mais sistemática da ordem humana’, uma vez que era a isso mesmo que a filosofia comtiana se prestava.

O que se queria era vislumbrar um destino comum, voltado a todos os integrantes deste corpo maior chamado de Humanidade, pois havia total segurança de que um só homem (ele mesmo) era portador da derradeira esperança, revelada não por desígnios místicos – como o fora desde os tempos mais remotos – mas pelas "infalíveis" experiências científicas.

O instrumento para tal realização seria uma sistematização filosófica intensa, profunda e "sem falhas", que deixasse o papel de cada um muito bem definido e explicado, para que não surgissem desconfianças ou dúvidas.

Logrou-se tal intento com o famoso Catecismo. No tocante à mulher, principalmente, isso é evidente. Partamos, no entanto, de mais uma passagem do prefácio do Catecismo – trecho, aliás, a que recorremos por diversas vezes – para demonstrar como a ligação entre a proteção ao proletariado e a escolha das mulheres para guiar sentimentalmente a sociedade positivista era realmente de alguma forma delineada:

> Em virtude de semelhante instituição do novo ensino religioso, dirige-se ele de preferência ao sexo afetivo. Esta predileção, já conforme ao verdadeiro espírito do regime final, convém sobretudo à transição extrema, em que todas as influências peculiares ao estado normal devem sempre funcionar com mais intensidade, porém menos regularmente. Posto que eu creia que este opúsculo decisivo há de ter em breve um grande acolhimento entre os dignos proletários, ele convém mais às mulheres, principalmente as mulheres iletradas. Só elas podem compreender assaz a preponderância que merece a cultura habitual do coração, tão comprimida pela grosseira atividade, teórica e prática, que domina o Ocidente moderno. É só no santuário da alma feminina que se pode hoje encontrar a digna submissão de espírito exigida por uma regeneração sistemática. (COMTE, 1983, p. 128)

Tal pensamento exprime a proximidade de caráter entre os dois segmentos sociais, quais sejam, o das mulheres e o dos proletários, cuja "dignidade" e "iletramento" se apóiam e se complementam mutuamente. Essa complementaridade se enuncia com uma primazia das mulheres, que, afinal de contas, permeiam também o grupo dos proletários, podendo se constituir – e devendo se constituir sob essa ótica – em seu principal esteio moral.

A mulher é, para Comte, uma inspiração iniciada pela ligação e pelo apego a três mulheres muitíssimo marcantes em sua trajetória de vida. Trata-se de sua mãe, de sua filha adotiva, e, sem dúvida alguma a mais importante, Madame Clotilde de Vaux, sua musa, objeto intangível de desejo e interlocutora fiel. O contraponto a elas é a esposa legítima de Comte, que representa para ele um tormento a maior parte do tempo de seu casamento.

Agora, justificativas retóricas à parte, o que parece mesmo é que o minucioso filósofo pretendeu, desde o princípio – e suas capacidades não devem jamais ser menosprezadas, uma vez que sabemos estar diante de um intelecto complexo –, utilizar-se de um traço razoavelmente padronizado em todas as mulheres, ou seja, a afetividade, para vedar o único ponto, a seu ver, permeável numa doutrina sem falhas: a falta de apelo instintivo. E são muitas as formulações textuais que se convertem em pistas nesse sentido, como observaremos: "Assim, a própria composição deste catecismo logo indica a principal concepção do positivismo: o homem pensando sob a inspiração da mulher, para fazer sempre concorrer a síntese com a simpatia, a fim de regularizar a sinergia" (COMTE, 1983, p. 128). Esta é uma indicação clara no que se refere ao argumento desenvolvido acima, mas há outras talvez ainda mais consistentes, como a seguinte:

> Sem a digna intervenção do sexo afetivo, a disciplina positiva não conseguiria rechaçar para as últimas fileiras esses pretendidos pensadores que decidem peremptoriamente em sociologia conquanto ignorem a aritmética. De fato, o povo, partilhando ainda a muitos respeitos os vícios principais de tais chefes, conserva-se até agora incapaz de coadjuvar o novo sacerdócio contra esses faladores perigosos. Pelo menos, não posso esperar desde logo um concurso coletivo senão por parte dos proletários que se têm conservado alheios aos nossos debates políticos, posto que espontaneamente apegados, como as próprias mulheres, ao fito social da grande revolução. Tal é o duplo meio preparado para este catecismo. (COMTE, 1983, p. 129-130)

É um notável contraste esse que vai pouco a pouco se configurando dentro da doutrina positivista. A aceitação da proposta e a filiação a ela são mais prováveis e consistentes à medida que há maior distanciamento em relação ao debate político operado. E essa pode ser, também, uma chave definidora da sistemática a ser aplicada à mulher em termos gerais.

Mas, finalmente, poderemos nesta etapa resumir o projeto de vida idealizado por Auguste Comte para o gênero feminino, esse "ser superior" trancafiado na redoma da antiignomínia social. Contamos então com o recurso de fazer uma longa incursão pelas palavras do filósofo, as quais, não obstante, consideramos da maior importância na construção de nosso alicerce teórico:

> A fim de incorporar melhor as mulheres à revolução ocidental, cumpre conceber a última fase desta como devendo oferecer-lhes um profundo interesse especial,

> diretamente relativo ao próprio destino delas. [...] Sem [uma] emancipação universal, complemento necessário da abolição da servidão, a família proletária não poderá ser realmente constituída, pois que a existência feminina fica, assim, habitualmente entregue a uma horrível alternativa entre a miséria e a prostituição. O melhor resumo prático de todo o programa moderno breve consistirá neste princípio incontestável: o homem deve sustentar a mulher, a fim de que ela possa preencher convenientemente seu santo destino social. Espero que este catecismo faça apreciar a íntima conexão que existe entre esta condição e o conjunto da grande renovação considerada sob todos os seus aspectos: moral, mental e mesmo material. Sob a santa reação da revolução feminina, a revolução proletária purificar-se-á espontaneamente das disposições subversivas que até aqui a têm neutralizado. O sexo afetivo, tendendo a fazer justamente prevalecer por toda parte a influência moral, reprova especialmente as brutalidades coletivas, e ainda suporta menos o jugo do número que o da riqueza. Mas seu latente impulso social produzirá em breve modificações não menos preciosas, posto que mais indiretas, relativamente às outras duas faces da revolução ocidental. Ele secundará o advento político do patriciado industrial e do sacerdócio positivo, dispondo-os a se desprenderem irrevogavelmente das classes heterogêneas e efêmeras que dirigiram a transição negativa. Por este modo complementada e significada, a revolução ocidental há de tender firme e sistematicamente para o seu pacífico termo, sob a direção geral dos verdadeiros servidores da humanidade. O impulso orgânico e progressivo afastará, onde quer que estejam, os retrógrados e anarquistas, tratando todo prolongamento do estado teológico ou metafísico como uma enfermidade cerebral que inabilita para o governo. (COMTE, 1983, p. 131)

Após isso, sugerimos observar atentamente a extensa gama de informações, diretas e indiretas, contidas em semelhante passagem:

Primeiramente, precisamos entender que, na visão de Comte, o recolhimento doméstico da mulher, encarregada que seria indefinidamente das questões organizacionais, administrativas, afetivas e agregativas do ambiente do lar, representava uma alternativa digna e honrada a uma existência muitas vezes passível de rápida e irreversível degeneração. Como não pode deixar de ser, aludimos à moral implícita em tal pensamento, qual seja, a de que a mulher acabaria por permutar sua liberdade existencial por uma honradez artificial e opressora. O direcionamento invariável em busca de uma acomodação doméstica retiraria da mulher a sua própria condição humana, reverenciada pela doutrina, transmutando-a de ser naturalmente voltado à vida a um ser profissionalmente engajado numa tarefa de subsistência.

Segundo, as mulheres são conclamadas a, sub-repticiamente, empreenderem um movimento de repressão dos caracteres agressivos dos homens proletários, já que sua tendência amorosa e sentimental ajudará a criar um panorama de *ordem*, fundamental para o seguimento da instituição positivista. Em outras palavras, a mulher terá seus instintos naturais instrumentalizados em relação ao assentamento de uma sociedade estatutária, imóvel, avessa aos pluralismos e às contestações. O futuro, então, eliminaria o perfil guerreiro e combativo,

responsável pelo *status* da humanidade até aquele ponto. É como se se destinasse a testosterona ao banimento.

Por terceiro, e talvez último, ficaria a noção paradoxal de candura imposta em meio à arrogância, posto que todos os adversários ideológicos do líder em questão eram sobejamente destratados e considerados pensadores nocivos. Quando se trata de construir uma sociedade baseada em laços humanitários e altruísticos, amalgamados pela inata benevolência feminina, tratar interlocutores argumentativos dessa forma não parece ser um bom começo; ou um bom indício...

Para ilustrar o ataque pesado e sistemático que ora afirmamos, faremos uso de mais uma passagem do prefácio do Catecismo Positivista:

> Desde que a situação afasta toda tendência puramente negativa, as únicas escolas filosóficas do último século que caíram em verdadeiro descrédito são as seitas inconseqüentes, cujo predomínio não podia deixar de ser efêmero. Os demolidores incompletos, como Voltaire e Rousseau, que julgavam poder derrubar o altar conservando o trono, ou vice-versa, estão irremediavelmente decaídos, depois de terem dominado, segundo o destino normal que lhes cabia, as duas gerações que prepararam e que levaram a termo a explosão revolucionária. [...] nunca esperei senão óbices, espontâneos ou propositais, por parte dos atrasados destroços das seitas superficiais e imorais oriundas de Voltaire e de Rousseau. (COMTE, 2005, p. 99)

Essa é uma entre as muitas oportunidades nas quais Comte é ríspido e se vale de sérias acusações contra seus opositores ideológicos.

Contudo, antes de encerrar o tratamento da idéia que surge da mulher em Comte, julgo necessário recorrer a uma parte do memorável diálogo que se dá entre ele e sua mais honorável discípula, Clotilde de Vaux. Neste trecho, que por ora iremos observar, mais que conteúdo captaremos tom, imagem e até mesmo som. Se nos concentrarmos na tarefa, visualizaremos um Comte autoconfiante, irascível, porém sutil. Aí podem ser constatadas as vacilações femininas – extraídas de sua postura frente àquele gênero – e as imposições de um espírito egocêntrico. Senão, vejamos:

> A MULHER – Ao primeiro aspecto geral do quadro sociolátrico, apenas descubro nele, meu pai, uma única dificuldade grave, que diz respeito à domesticidade, cuja importância parece-me ter sido aí exagerada, colocando-a entre os seus laços fundamentais. O SACERDOTE – Tal objeção, minha filha, recorda-me que nascestes no norte, se bem que felizmente preservada do protestantismo. Porquanto

> os ocidentais do Meio-Dia conservam melhor, neste particular, os verdadeiros sentimentos humanos, tão nobremente desenvolvidos na Idade Média. Longe de dever desaparecer algum dia, a domesticidade há de ir sempre aumentando, purificando-se mais de toda servidão primitiva. Tornando-se plenamente voluntária, ela fornece a muitas famílias o melhor meio de servirem dignamente ao Grande Ser, prestando uma assistência indispensável aos verdadeiros servidores dele, teóricos ou práticos. Este concurso para o bem público, conquanto indireto, é mais completo e menos incerto que o da maioria dos cooperadores diretos. Ela pode também cultivar mais nossos melhores sentimentos. Limitar a domesticidade a certas classes é ter dela uma noção muito estreita. Em todas as categorias sociais, e sobretudo entre os proletários, cada cidadão passou por semelhante situação, enquanto durou sua iniciativa prática. Cumpre, pois, idealizar a domesticidade como o complemento dos laços de família e o início das relações cívicas. (COMTE, 1983, p. 193)

2.5 A EDUCAÇÃO IDEALIZADA POR COMTE E A INSERÇÃO DA MULHER NESSE CONTEXTO

O positivismo não influenciou apenas politicamente o Brasil – embora nele haja preponderância –, mas a América e boa parte da Europa. Sua incorporação na esfera educacional não pode de forma alguma ser subestimada. Ao lado de outras tendências filosóficas, a doutrina comtiana marcou seu espaço nessa que é uma das mais relevantes expressões da atividade humana.

A Prof.ª Dr.ª Leoni Maria Padilha Henning de certa feita, afirmou que

> O pragmatismo e, especialmente, o positivismo são doutrinas que foram absorvidas na formação do pensamento brasileiro a partir do século XIX, influenciando, desse modo, as políticas sociais, como, por exemplo, no que diz respeito à esfera educacional. (HENNING, 2005, p. 1663)

Tal fato não nos é de todo ignorado correntemente, mas certamente nos faltam alguns subsídios com relação a em que direção esta influência se precipita. É mais uma vez em recurso a uma passagem textual de Henning (2005) que nos apegaremos para iniciar a configuração desta presença marcante. Ela nos diz que

> Propondo uma doutrina constituída pelos princípios da atividade, da mudança e do dinamismo, Dewey [um dos ícones do pragmatismo] defende uma postura mais disposta a se flexibilizar, garantidora da democracia. Em contrapartida, combatendo toda a sorte de promoção da desordem, os positivistas querem um progresso garantido pela liderança espiritual dos cientistas numa sociedade construída materialmente sob a égide estabelecida pelos industriais e com o apoio e a

> participação indispensáveis do proletariado e das mulheres. Tudo assentado na Ordem, movido pelos princípios estabelecidos pelo Amor, para que se possa encontrar o Progresso. Para ambos um projeto educacional de formação é indispensável. Para os pragmatistas, é preciso uma mentalidade ágil e ativa para atuar no mundo e promover as soluções para os problemas que surgem no cenário das transformações incessantes; para os positivistas, uma mentalidade engrandecida pela consciência do pertencimento em uma Humanidade que progride para um estágio de alcance máximo de sua capacidade racional, de organização social perfeita e de conquista da paz ordeira pelo cumprimento de um nível de conhecimento inquestionável, seguro e embasado na observação dos fatos. Ao enfatizar as Leis como eixo orientador absolutamente confiável, o positivismo promove a Ciência como baluarte do mundo positivo exatamente por ser o único conhecimento capaz de apreendê-las. (HENNING, 2005, p. 1669)

Mais uma vez verificamos que tudo o que é previsto por Comte passa por uma adesão em massa das mulheres, que são definitivamente a força centrífuga de sua doutrina. A aceitação da idéia geral por parte dos proletários passa pela persuasão feminina em suas fileiras – elas que também devem ser incorporadas –, enquanto o amor estabelece princípios que facilitam a conformação de uma sociedade ordeira – que, ao que parece, deve ser ordeira a qualquer custo, mas com o amor se convertendo no caminho preferível para tal –, o que já é, por si só, uma espécie de Educação doutrinária incipiente.

Em contrapartida, a Ciência, que é uma das vigas de sustentação da Educação positivista, não é vista por ele como campo compatível para a atuação feminina. No entanto, iremos, agora, nos concentrar em ver como a Educação é entendida por Comte, sob sua própria ótica, e com a ajuda de um de seus maiores estudiosos no meio acadêmico do Paraná.

2.6 A EDUCAÇÃO E A MULHER EM COMTE SOB A LUZ DAS INFORMAÇÕES DE SERGIO TISKI

Embora seja indispensável, em qualquer caso, fazer a leitura do texto original quando se pretende enfocar a obra de um autor específico e de peso inegável, há alguns casos em que o recurso a obras de analistas se torna um auxílio deveras valioso, em virtude do esmero no trato da obra do autor em questão.

O professor Sergio Tiski, por exemplo, vai muito além das implicações religiosas de Comte em um de seus livros, [13] nos deixando importantes subsídios para a análise do ponto-de-vista de Comte acerca da Educação e da mulher.

Em tal obra ele assevera, por exemplo, que Auguste Comte realmente passou por estágios de aperfeiçoamento de seu pensamento e, conseqüentemente, de sua sistematização filosófica, o que torna mais e mais importante sua fase derradeira, religiosa.

É também ali que verificamos uma crescente preocupação de Comte em estabelecer a primazia do sentimento em seu vislumbre de sociedade positiva, contando, para isso, com a intensificação do valor subjetivo (TISKI, 2006). Tiski nos lembra de que é em Clotilde de Vaux que Auguste Comte se dá conta da importância do valor do feminino, o que o faz lançar sua interlocutora mais privilegiada como um símbolo da Humanidade (TISKI, 2006).

A associação entre a mulher e a sociedade como conceitos análogos é um forte indício de inculcação de princípios posteriormente tidos como pós-modernos. Esta é uma interpretação que fazemos, eximindo o professor Tiski de qualquer responsabilidade, a não ser como fonte. De qualquer forma, procuramos lembrar que já despertamos a curiosidade no presente trabalho para a possibilidade de o positivismo ser, ao mesmo tempo, página final da modernidade – seguindo os preceitos de Michel Maffesoli – e gérmen da pós-modernidade, justamente em virtude de tão apurada sistematização, que faz com que as complexas relações sociais existentes no mundo sejam mais claramente “lidas” e, em decorrência, posteriormente reformuladas e projetadas.

Mais adiante, Tiski (2006) desenvolve a idéia de que, na seqüência da influência de Clotilde de Vaux, a anteriormente ambicionada “supremacia da moral” é açambarcada pela dita “supremacia do sentimento”. Digo açambarcada pois, diferentemente de ser suplantada, a moral é envolvida por algo ainda mais intenso – na visão de Comte – e no qual a própria moral está, de certo modo, contida, ou seja, no sentimento (TISKI, 2006).

Tal qual observado, o que se diz pode ser entendido numa perspectiva pós-moderna como o campo das solidariedades em detrimento dos ativismos ou, dentro de pressupostos como o do *scholar* norte-americano David Hansen, como o cosmopolitismo, que

[13] Este livro, intitulado “A Questão da Religião em Auguste Comte”, foi recentemente lançado pela EDUEL (2006). Sergio Tiski tem demonstrado um conhecimento tão aprofundado dos temas comtianos que o uso de seus estudos como bases teóricas se fez praticamente obrigatório.

também se assenta no campo das solidariedades. [14] No nosso entender, tudo isso nada mais é do que uma tendência reformista do sistema político vigente, ambientado em meio ao clima de *fim da história*.

Da maneira como nos atemos a essas passagens comtianas, começamos a deixar clara uma inquietação que já nos instiga há algum tempo. Parece haver algo da doutrina, contra a qual muitas vezes se colocam os intelectuais brasileiros, nas idéias mais fortemente em voga.

Em uma outra ocasião, Tiski diz que, de acordo com o encadeamento proposto por Comte, a moral e os fundamentos desenvolvidos primeiramente por ele não foram abandonados ou suplantados, ao contrário. O que passa a acontecer em sua sistematização é que a moral, e, em conseqüência, toda a sociedade, passa a ser amorosa (TISKI, 2006).

Assim podemos concluir que Comte é realmente um prescritivista. Talvez, de forma bem mais completa do que o marxismo, o positivismo tenha englobado as principais feições da sociedade em seu sistema. Sua ousadia se deu no sentido de tentar incluir em sua "fórmula" o elemento mais volátil jamais pensado por qualquer ciência como amálgama, e, sim, somente pelos subversivos líderes pacifistas: o amor. Não que ele tenha realmente se "apaixonado pelo amor", como em diversos momentos nos faz querer acreditar, mas, certamente, ao menos se convenceu da eficácia de tal instrumento de apelo, mostrando a sensibilidade vanguardista de quem já percebe o que deve preponderar após o embate de intrincadas forças em contenda permanente. Na seqüência do mesmo assunto, capta-se a idéia de que o amor passa a ser o princípio fundamental da doutrina comtiana (TISKI, 2006).

Conforme salientado anteriormente, o amor é característica predominantemente feminina, e a mulher, para Comte, como se sabe, é um ser superior, reserva moral da sociedade. Para que se tenha uma sociedade alicerçada no amor, por conseguinte, é preciso uma elevação do *status* da mulher, ao menos virtualmente, aspecto ao qual Auguste Comte passa a empenhar esforços a partir de um determinado momento, mais especificamente a partir de 1845, segundo Tiski (2006).

Ou seja: estamos diante de um intelectual afeito às conveniências, disposto mesmo a encontrar tudo aquilo que ofereça ajustes capazes de aprimorar sua obra até que se chegue a algo próximo da perfeição. Com nada menos do que isso se contentaria Comte.

---

[14] Tal idéia ficou clara a partir de uma resposta dada pelo Dr. Hansen diretamente a nós em um diálogo durante disciplina especial para o Mestrado em Educação da UEL, no ano de 2006.

Temos, até aqui, à guisa de observação, nos atido muito mais em considerações acerca da pós-modernidade do que naquelas a respeito do cosmopolitismo, quando iniciamos uma investigação de caráter até certo ponto comparativo entre o passado "utópico" e o momento atual, mais "realista". Falemos, então, um pouco sobre este último.

Tivemos a oportunidade de assistir a uma aula na Universidade Estadual de Londrina, em 2006, com o Professor Doutor David Hansen, da Universidade de Columbia – NY, sobre este tema. À ocasião, ficou claro que o principal foco do cosmopolitismo é a Educação – uma vez que o cosmopolitismo, envolvendo a Economia, a Política, a Religião e outros assuntos mais polêmicos, seria do desagrado de certas nações que exercem o papel de potências, provavelmente –, no que diverge conceitualmente da globalização, que seria uma maneira de uniformização do mundo a partir de uma matriz, preponderantemente norte-americana. Com o cosmopolitismo, aprender-se-ia a enxergar o mundo como uma só célula, na qual o problema de um é o problema de todos. Eliminar-se-iam de uma vez por todas as distinções já superadas entre países de primeiro, segundo e terceiro mundos, para que se vissem as crises e soluções de uma forma solidária e abrangente. A Educação calcada sobre esta base levaria a uma orientação voltada a um mundo interligado e harmonioso.

Sem querermos enxergar o positivismo mais bem acabado em tudo, confessamos que ficamos atraídos pela idéia de que, um mundo interligado e harmonioso, constituído por uma tendência em se respeitar as diferenças, os aspectos culturais distintivos de povo para povo, é algo que lembra o cuidado de mãe em não privilegiar um ou outro filho, que invoca a solidariedade familiar, sentimental e, por que não, feminina...

É importante lembrar, no entanto, que Hansen (2006) fez questão de separar de sua fala tudo aquilo que tivesse uma nomenclatura que sequer lembrasse o aspecto religioso, como "comunhão de pensamentos", por exemplo.

Quanto ao cada vez mais recorrente termo "solidariedade", há que se entender que ele é parte relevante da "existência social" em Comte, e, em relação à preocupação estética, vimos que Comte reservava à mulher sua instituição no mundo, posto que o positivismo deveria passar, com o amadurecimento logrado ao longo dos anos, de um estágio dito filosófico a um poético, por meio de uma fundamentação religiosa concernente à mulher (TISKI, 2006).

A pós-modernidade também reclama uma nova dimensão estética para o mundo, algo que já estaria em nova conformação, mas que só pode ser notado com sensibilidade, algo bem feminino.

Já no que se refere à Tese de Doutorado de Tiski, intitulada “A Questão da Moral em Augusto Comte” (2005), muitos subsídios importantes também foram encontrados.[15] Tal qual nos referíamos na conclusão do tópico anterior, a Ciência é uma das vigas de sustentação da Educação no positivismo, mas há que se considerar que a moral é ainda mais importante. Aí se pode entender como é que Comte estrutura sua noção de superioridade da mulher frente ao homem, pela forma com que submete a ciência à moral na Educação.

Retirando um trecho de Comte já utilizado por Tiski, lembramos que se pensa como “[...] um princípio imperecível, a preponderância da moral sobre a ciência em toda verdadeira educação” (COMTE apud TISKI, 2005, p. 95). Podemos ainda acrescentar, acerca disso, que a moral é tão fundamental para Comte – e, portanto, a Educação e a mulher também o são – que, através dela, se podem corrigir todas as “disfunções” ocasionadas por uma espécie de “hereditariedade cultural viciosa”, chamada por ele simplesmente de “herança”, capaz de comprometer todo o seu projeto de sociedade perfeita.

Em carta a Pierre Laffitte, datada de 27 de agosto de 1850, Comte assinala que “Combinada com a regeneração da educação, a responsabilidade moral resultada de uma tal liberdade [de testar e de adotar, em vista da transmissão] comporta uma profunda eficácia prática para remediar os principais inconvenientes da herança” (COMTE apud TISKI, 2005, p. 95). Daí se infere que a Educação, gerida pela mulher e em conformação com uma moral rígida e previamente estabelecida pelos estatutos do positivismo, tem a missão de homogeneizar a sociedade e torná-la terna, solidária. Pensamos corroborar tal dedução com o pensamento comtiano de que “... as mulheres, [...], retomarão, [...], a presidência geral de uma educação na qual a moral dominará sempre, [...]. Os homens não são indispensáveis senão para a instrução, tanto teórica quanto prática” (COMTE apud TISKI, 2005, p. 96).

Após algumas apropriações de escritos de Auguste Comte previamente colhidos pela pesquisa de Tiski, recorreremos novamente às suas interpretações, consideradas de grande valia. Ele chama a atenção para a questão que tratamos:

---

[15] Esta Tese foi desenvolvida e defendida na Universidade Estadual de Campinas, e aprofunda os estudos desenvolvidos na Dissertação, além de ampliá-los. Nela, a Educação é enfocada de maneira mais constante, o que permite uma apropriação mais intensa de nossa parte.

> Note-se a imbricação da educação. Trata-se, aqui, da educação moral da espécie. Mas há também a educação intelectual e a educação prática. E o indivíduo também recebe estas três educações, como já vimos. A educação recolhe, faz a manutenção, aumenta, transmite, enfim, cultiva, moralmente, intelectualmente e para a atividade. Mesmo que só no nível de opinião ou conhecimento a respeito do sentimento, do próprio conhecimento, e das técnicas e artes, isto é, atividades ou práticas. Mas Augusto Comte obviamente propõe o próprio exercício do sentimento, do amor e da prática. Enfim, a educação é construção do homem e da divindade, e do seu habitat. A educação também é base para a solução política [...] (TISKI, 2005, p. 153)

Embora Comte pense mais efetivamente na Educação gerida pela mulher dentro do espaço do próprio lar, parece-nos bastante claro que a interpretação que levaria ao passo posterior, qual seja, o do aproveitamento desta mão-de-obra na vida profissional, era bastante insinuante e quiçá até óbvia. Ele mesmo chegou a se aproximar de tal preceito quando, em um momento intermediário de seu pensamento, colocou-se como um intelectual anti-religioso. Tiski relata esta fase da seguinte forma:

> Como mostramos [...], a moral (e a filosofia moral ou ética) está presente na obra de Augusto Comte do início ao fim. Ela é, a nosso ver, a possibilitadora da continuidade no seu pensamento e obra, superando todas as descontinuidades. Ela é o núcleo da continuidade, rodeada, por um lado, pela religião (ou, pode-se alargar, pela sociologia e religião), e, por outro lado, pela educação (ou, pode-se dizer, pela educação e política). Trata-se da quase sinonímia, por um lado, entre religião e moral, e, por outro, entre moral e educação. Durante o tempo no qual Augusto Comte foi anti-religioso, a moral era o que restava de legítimo e necessário da religião. Ele era anti-religioso, mas reivindicava e propunha um novo poder espiritual, justamente encarregado do âmbito espiritual, teórico, moral. Como se negava a religião, o lugar mais natural que restava para o cultivo desse setor era a educação, a instrução, a escola. Literalmente, se não se podia cultivar a moral no templo, devia se fazer isto na escola. (TISKI, 2005, p. 197)

Se era possível imaginar a moral partindo do templo para a escola, em virtude de uma impossibilidade circunstancial, por que não imaginá-la personificada na figura da mulher, partindo do interior do lar para o interior da escola?

Finalizando esta parte, invocamos a presença da parte conclusiva de sua última obra citada, pelo caráter aproximativo com uma de nossas hipóteses fundamentais, qual seja, a influência do positivismo no processo de emancipação das mulheres via magistério e suas diluições como doutrina em meio às filosofias atuais. Diz ele:

> Quanto à educação, ela é viabilizadora prático-concreta do homem. Ela é moral prática, arte. Ela é a moral enquanto arte... e técnica (no sentido de fabricante do artista e do técnico...). A moral é a ciência dos indivíduos em geral porque a sociologia não desce até os órgãos, os agentes... Do mesmo modo ela é a ciência do sentimento. O altruísmo, síntese dos instintos altruístas, sociais, ao qual os instintos pessoais devem ser conduzidos, e que é, ao mesmo tempo dever e felicidade, deve acontecer na prática e no concreto [...], e para tanto é necessária a inteligência [...]. Sendo a preocupação com a realização (caráter) do altruísmo (sentimento), a moral envolve também o conhecimento. Quanto à extensão à moral positiva, positivista ou altruísta é privada [...] e pública, social ou universal. Enquanto pessoal ela trata do direcionamento dos instintos pessoais no sentido da sociabilidade. Ela desenvolve a veneração, o apego e a bondade. Enquanto familiar ela desenvolve a filiação, a fraternidade e a paternidade. [...]. Enfim, a moral, como ciência e como arte, é o conhecimento do homem e da humanidade (teoria) e a construção do homem e da humanidade (prática). Para poder ser, ao mesmo tempo, teoria e prática, ela é o núcleo da religião e, na sua parte prática, identificada com a Educação. (TISKI, 2005, p. 212)

Pensamos estar diante de algo que deve ser investigado a fundo, pois estabelecer um padrão social universalista assentado nas regras de sociabilidade fraterna não soa estranho.

Mais urgente, no entanto, é entender o que propusemos anteriormente sobre o crescimento de *status* social das mulheres, de alguma maneira pretendido por Comte. Ele se deu, ao que parece, certamente não da maneira idealizada por Comte, o que não o torna menos responsável.

CAPÍTULO III

3 AS MARCAS DO POSITIVISMO EM LEIS, ESCOLAS E MENTES

O que procuraremos estabelecer neste capítulo será a idéia de que aspectos marcantes em sociedade podem ter se alterado com o ingresso da mulher no espaço educacional. Nossa abordagem continuará sendo alicerçada pelos construtos teóricos de Maffesoli e Foucault, pois terão sintonia com subsídios fornecidos pelo "senso comum" e pela "arqueologia" discursiva. Isso se configura no pressuposto de que

> [...] se há um domínio em que a redução do conhecimento à ciência é abusivo, este domínio é o da existência social [e que] [...] É importante reconhecermos que a ciência positivista é apenas uma das modulações do conhecimento. Isto porque, tal como observa J. Habermas, um cientismo que repousa na pretensão hegemônica do século XIX não se acha adaptado para apreender a desordenada e contínua 'atividade comunicacional', que, de múltiplas maneiras, eclode em nossos dias. (MAFFESOLI, 1985, p. 56-57)

Além disso,

> [...] o ceticismo popular – que, pejorativamente e de um modo leviano, qualificamos de 'senso comum', 'bom senso', 'falsa consciência', 'pensamento alienado' etc. – deve [...] ser levado em conta em nossa abordagem às sociedades. Somente com tal precaução evitaremos que o 'fato sociológico' venha a se separar demasiadamente do 'fato social'. (MAFFESOLI, 1985, p. 66)

Dito isto, devemos explicar o que fizemos a seguir em termos de encaminhamento da pesquisa, incursão a campo e sucessivos instrumentos. Primeiramente, lançamo-nos à tarefa de aprofundamento de um tema, o qual já havia sido por nós estudado por ocasião de nossa especialização *lato sensu* em História do Brasil. Na ocasião, exercíamos a função de professor de História e Fundamentos Históricos da Educação no Instituto de Educação do Paraná – IEP, o que nos levou a ter acesso a uma importante documentação retida no acervo interno. Aquela nos chamou por demais a atenção, principalmente no tocante

a assinaturas de próprio punho de ex-educadores como, por exemplo, Júlia Wanderley. A partir daí, travamos contato com uma bibliotecária, que nos falou de uma parenta sua que poderia nos dar informações acerca de seu tempo de estudo no IEP, que remontava à primeira metade do século XX. De uma entrevista realizada com ela, passamos, por indicação sua, a uma conversa com uma ex-professora do mesmo IEP, a qual fazia parte de uma entidade chamada Centro Paranaense Feminino de Cultura, integrada por muitas outras mulheres com o mesmo perfil que o seu. Desse ponto até estabelecermos uma relação entre aquela entidade e o universo positivista bastaram algumas observações *in loco*.

A escolha de instituições a serem consultadas, portanto, foi feita com base em critérios distintos. O Centro Positivista do Paraná foi selecionado por questões óbvias. Ele é o "foco irradiador" da tradição positivista na cidade e no Estado desde as primeiras décadas do século XX, e representa a versão oficial, legítima e inescapável. Dele, talvez, seja proveniente a formação dos dados mais científicos do nosso trabalho.

Já o Centro Paranaense Feminino de Cultura foi encontrado quase que por acaso, em virtude de um contato feito na época da pesquisa empreendida em meio à especialização *lato sensu* previamente mencionada. Dos depoimentos consentidos por voluntárias acerca das personagens históricas do meio educacional, Júlia Wanderley e Annette Macedo – depoimentos estes conseguidos através de contatos feitos no Instituto de Educação do Paraná, onde tivemos o privilégio de trabalhar –, chegamos a um convite para uma participação em um evento do C.P.F.C., o qual nos chamou a atenção por contar com certos meandros por nós vistos e entendidos como de "ascensão positivista". Como se pode ver, nada mais intuitivo e empírico.

Por causa disso, somos obrigados a ressaltar que algumas considerações que fazemos, embora não sejam do tipo afeito às comprovações tradicionais, têm todo o lastro de veracidade que só pode ser conferido por meio de uma ambientação significativa, lograda através do convívio e da confiança em nós depositada. Passemos, então, à análise de aspectos introdutórios.

Tal qual descrito em uma passagem deste trabalho, o Paraná só deixou de ser uma comarca da Província de São Paulo no ano de 1853. Neste ano, o Paraná conquistou sua emancipação política e iniciou seu chamado período provincial. É daí por diante que a então declarada Província começa a contar com presidentes – cargos equivalentes ao de Governador de Estado –, que começam a se notabilizar por suas administrações e iniciativas políticas, dentre as quais se destacam as atitudes relacionadas ao campo da Educação.

Note-se, entretanto, que o ano de 1853 marca a fase de conclusão da obra intelectual e filosófica de Auguste Comte, criador do sistema filosófico conhecido como positivismo, em meio ao seu qüinqüênio final de vida.

É assim que esperamos demonstrar, fazendo uso de dados pesquisados e compilados pelo historiador David Carneiro (1904-1990), vulto paranaense de conhecida ligação com o positivismo, entre outros, as imbricações desta corrente filosófica com o universo educacional paranaense e, principalmente, curitibano.

Em seu livro intitulado "História do Período Provincial do Paraná" (CARNEIRO, 1994), o historiador relata – e acertadamente, como fica provado diante de uma documentação preciosa examinada por nós e exposta nos anexos constantes do fim desta publicação –, que a criação do Instituto Paranaense, futuro Instituto de Educação (IEPPEP), se deu em meio à administração do pernambucano Dr. Adolfo Lamenha Lins, presidente de província de 1875 até 1877. Vale lembrar que o movimento positivista da época estava em franco desenvolvimento, vindo inclusive a repercutir decisivamente na Proclamação da República, menos de duas décadas depois. Mesmo sendo um liberal – facção concorrente e rival dos positivistas, no que tange principalmente à preponderância frente ao movimento e ao próprio advento de implantação do regime republicano – parece inegável que certos clamores sociais eram provenientes da órbita comtiana.

A lei n.º 456, de 12 de abril de 1876, é a que determina, entre outras especificidades, e já no Art. 1º de seu regulamento orgânico, que "A instrução na província do Paraná se dividirá em instrução primária, normal e secundária". Mais adiante, no tocante à instrução primária pública e em seu Art. 7º, a lei versa sobre a necessidade de se instituir uma cadeira pública de ensino elementar para "cada povoado em que verificar-se a existência de quarenta meninos em condições de aprender", não se fazendo qualquer ressalva em relação à demanda das meninas. O Art. 9º, parágrafo 5º, dispõe sobre a necessidade de inclusão "De prendas domesticas para o sexo feminino", além das matérias comuns a todos e de caráter generalista. No referente ao Capítulo III, *Da instrução pública secundária*, diz-se em seu Art. 11, Parágrafo 1º, que "A instrução pública secundária será dada: Em um estabelecimento público de línguas e ciências preparatórias, o qual fica desde já criado nesta capital [Curitiba] com a denominação de – Instituto Paranaense".

É interessante notar o encadeamento de cunho visivelmente enciclopédico, talvez aos moldes positivistas, da grade curricular do curso em questão. Ali se vê uma seqüência que passa da Aritmética à Álgebra, da Geometria à Trigonometria, e a inclusão de

Filosofia Racional e Moral, compreendendo a Estética e a História da Filosofia. Com relação à instrução normal, é de interesse mencionar que, só se faz alusão ao termo “alunos” [no masculino], o que dá a entender que as mulheres não estariam presentes.

É, porém, em fins do governo do Dr. Antônio Luís Afonso de Carvalho, algumas gestões antes, que surge a lei n.º 238, de 19 de abril de 1870, a qual dá direito às mulheres de ingressarem como estudantes do curso Normal (ainda não criado à época), fato que daria notoriedade à paranaense de Ponta Grossa, *Júlia* Augusta de Souza *Wanderley* Petriche, vinte anos mais tarde. [16]

Na seqüência do governo do Dr. Lamenha Lins, governou o Dr. Joaquim Bento de Oliveira Júnior, um mineiro, responsável pela gestão de curto período entre agosto de 1877 e fevereiro de 1878. Oriundo do Partido Conservador, também demonstrava ligações, ainda que circunstanciais, com a doutrina de Comte. Era especialista em direito positivo. No tocante à Educação, teve como uma de suas principais realizações o fomento à Escola Normal.

Agora, dando um salto de cinco anos até 1883, e estendendo-se até 1884, entramos na fase de um provável positivista, que usa e abusa de termos como “Humanidade” – assim mesmo, com “H” maiúsculo –, “progresso”, “civilização”, “leis da história”, “ordem moral”, “ordem física”, entre outros. Trata-se do Dr. Luís Alves Leite de Oliveira Belo. Proveniente do Rio de Janeiro, principal centro político e financeiro da nação à época, Oliveira Belo é um entusiasta pela Educação. Acreditando que a Educação era “a chave para um país melhor”, de certa feita declarou que

> Em primeiro lugar é necessário instruir o povo. Já se vai fazendo lugar comum esse grito: – instruir o povo! – no entanto, é ele o mote do século XIX [sic] e não para declamação, senão como aspiração. Instruir é dever para o povo, para o governo e para o cidadão. A instrução é o elemento primordial da regeneração! (CARNEIRO, 1994, p. 353)

E esta instrução não era para ser obtida de qualquer modo, muito pelo contrário. O papel das mulheres era bem claro na missão e no contexto, bastando para essa constatação observar as indicações deixadas pelo “Mestre” no capítulo anterior. Isso leva a entender que os ensinamentos de Comte eram entendidos e seguidos à risca:

[16] Para mais detalhes, cf. MELLO; SILVA JR, 2005.

> Considerava indispensável que as mães fossem instruídas e que a elas coubesse sempre, como é normal, a educação dos seus rebentos. Desde que as crianças tivessem boa escola doméstica, mãe suficiente [sic] e bons exemplos em casa, tudo tenderia a dar certo: 'A regra é que o homem é fruto de sua infância e assim reproduz a semente da educação que recebeu, boa ou madrasta, sã ou traiçoeira. (CARNEIRO, 1994, p. 353-354)

Desta maneira, fica insinuada a idéia de que o manual do positivismo comtiano, mais veemente, está próximo de um dirigente que governa a província às portas do advento da República, a qual, por sinal, acena com promessas de um porvir muito mais arrojado, tudo para jogar a Monarquia numa espécie de "teia de aranha" política. E assim vai se delineando a expansão educativa em moldes positivistas, ou seja, uma Educação forjada nos limites do lar, proporcionada por uma mãe instruída – com saberes pré-determinados pelos homens, porém instruída –, prendada, muitíssimo polida e, entretanto, social e politicamente excluída. Como se pode ver, tal combinação não tem uma estruturação muito sólida, uma vez que tais atributos se tornam, com o passar do tempo, cada vez mais incompatíveis. É aí que, achamos, está o "elo perdido" da transição *educação-no-lar*/ *educação-na-escola.*

Ainda dissertando acerca de Oliveira Belo, lembramos que este homem era positivista em seu amor pela pátria, pelo continente – dizia ele que "A Europa é a velhice e o passado. A América, a mocidade e o futuro" (apud CARNEIRO, 1994, p. 354) – pela literatura e por conceitos como o de civilização, entre outros. Entrementes, sua passagem por este Estado (província) serviu para, ao utilizarmos as declarações de David Carneiro, demonstrar mais uma vez a situação de reclusão que era típica do local. Afirmou David Carneiro que

> [...] (neste Paraná ainda tão parco em real cultura, tão pouco elevado em nível de arte política e de sabedoria) no terceiro quartel do século passado [século XIX], quem poderia compreender o jovem presidente que o império nos mandava? Certamente, ninguém! (CARNEIRO, 1994, p. 357)

Assim entendemos que, muito embora seja precipitado dizer que a Educação positivista ditou as normas educacionais em todo o período provincial do Paraná, muitos elementos de sua fundamentação estiveram presentes no ambiente educacional paranaense, seja por meio da motivação intrínseca de cada governante, direta ou indiretamente

influenciado pela obra e pelos ideais de Comte, seja pela ação efetiva que resultou na criação de leis e de escolas, que têm em sua configuração algo de positivista, ao menos em atitude difusa, como originalmente exposto por João Cruz Costa:

> É sabido que há uma espécie de constante na vida intelectual do nosso país: as idéias não são repensadas com suficiente vagar e não as prende, como muito bem observava Sílvio Romero (embora apenas observasse), um fio lógico que as ligue. As idéias, geralmente de importação, sofrem as vicissitudes da moda, do aparecimento de certas obras no mercado livreiro e são submetidas ao capricho da novidade. O positivismo não escapa à regra embora se mantenha, de modo difuso, em virtude de diversas razões, a influir sobre a inteligência brasileira. (COSTA, 1956, p. 13)

3.1 O UNIVERSO POSITIVISTA COM A PALAVRA

Ao atentar para o fato de que muito tem sido dito e feito a respeito dos positivistas, muito do que são críticas severas, como aquelas ironias nem um pouco sutis desferidas pelo escritor Dalton Trevisan: “Viajo Curitiba das conferências positivistas, eles são onze em Curitiba, há treze no mundo inteiro;[...]” (TREVISAN, 2003), [17] nada mais justo do que conferir o direito de expressão ao grupo que se mantém fiel aos preceitos comtianos até hoje.

Para empreender esta tarefa, no entanto, é preciso lembrar que o contato com os indivíduos que se assumem como positivistas – o que hoje já é visto como um ato de bravura, embora para eles seja um aspecto merecedor de grande orgulho e satisfação – é altamente enriquecedor, tanto do ponto de vista do alargamento dos conhecimentos sob a ótica interna, como do lado da receptividade respeitosa inerente a eles.

Falamos, evidentemente, do círculo que envolve o Centro Positivista do Paraná, instituição quase secular que “mantém a chama do movimento acesa” (segundo as palavras dos próprios integrantes). Localizado no centro de Curitiba, em uma sede mantida com muito zelo e alguma dificuldade pela instituição, que viveu dias de glória em uma edificação bem mais compatível anos atrás, o Centro Positivista é a expressão mais fiel dos laços racionalistas que uniam os positivistas em outros tempos, assim como de sua capacidade de adaptação

[17] Extraído do conto “Em busca de Curitiba Perdida”, de Dalton Trevisan, 2003.

sugerida em linhas anteriores deste trabalho, além é claro da convicção quase que inabalável de perfectibilidade de uma doutrina.

Fonte: Foto de J.M. Santiago de Mello (2006)

Figura 1 – Alguns integrantes do Centro Positivista do Paraná, reunidos no interior de sua Sede

Para chegar a estas conclusões, contudo, foi preciso conceber e aplicar um questionário a alguns componentes efetivos que, gentilmente, se colocaram como voluntários para a contribuição a um trabalho acadêmico, e é necessário que se diga que não se pode contar com muitos, mesmo que se apele para todo o seu contingente.

Por sua vez, o questionário ao qual nos referimos procurou contemplar algumas nuances pessoais, ao mesmo tempo em que engajadas com o todo da mentalidade positivista. A intenção foi a de aferir evidências que levassem à constatação de homogeneidade ou heterogeneidade de pensamentos, conhecimento profundo ou superficial da própria doutrina encampada, recorrência ou nulidade de posições que pudessem ser tidas como “subversivas” ao centro gerador, entre outros, o que levou a alguns resultados intrigantes.

Antes de qualquer coisa, vale notar a consistência das respostas de todos os integrantes, que demonstram ser conhecedores do pensamento que acolheram, diferentemente do que possam pensar seus detratores.

Em um segundo momento, salta à vista a maneira criteriosa e responsável com a qual o questionário e, conseqüentemente, toda a pesquisa é tratada, pois todos demonstram muita seriedade no cumprimento dos prazos sugeridos pelo aplicador e, até, surgem críticas quanto à pertinência ou relevância de determinadas questões.

Por último, revela-se uma disparidade entre o que as mulheres têm vivenciado e, portanto, projetado para o seu futuro, e aquilo que os homens acreditam que elas porventura pensem. Isto, nos parece, é sinal de algum dinamismo se operando à margem da estrutura tradicional, muito mais do que reflexo de um cisma incontornável.

Fonte: Foto de Leoni Maria Padilha Henning (2006)

Figura 2 – Imagem inspirada em Clotilde de Vaux segurando uma criança e simbolizando o instinto maternal inerente a todas as mulheres. Acervo Centro Positivista do Paraná

Observemos, então, o quadro que montamos com os dados que obtivemos e as conclusões a que chegamos:

Qual a visão mais ampla do Positivismo com relação ao papel da mulher na sociedade?			
Cód. 638254	**Cód. 427303**	**Cód. 073828**	**Cód. 429631**
O positivismo, a meu ver, trata a mulher como o esteio da sociedade. Com seus aspectos femininos, diferenciados dos do homem, ela traz a sensibilidade, o amor, a dedicação e todos os sentimentos considerados mais elevados na sociedade. Ela precisa educar os filhos, acompanhá-los, oferecer afeto e compreensão, e faria isto melhor, segundo o positivismo, se não tivesse que trabalhar fora do espaço de seu lar. Ela seria representante do Amor por princípio.	Principalmente a valorização da função materna como pilar moral, visando uma sociedade mais fraterna e altruísta.	A mulher como sendo a grande educadora, começando pela mãe, em seguida a esposa, e depois a filha.	A mulher tem o papel de transmitir o exercício da bondade, mas isto só é possível se houver exemplo dos demais membros da família.

Quadro 1 – Pergunta 1 direcionada às voluntárias do CPP e respectivas respostas

COMENTÁRIOS QUADRO 1:

Note-se nesta indagação destinada a uma sondagem do conhecimento da doutrina por parte das mulheres integrantes do C.P.P., uma consistência de idéias e ideais, certamente estabelecida por conta de um aprofundamento teórico logrado à custa de estudos, aplicação pessoal e crença nos propósitos da instituição.

A homogeneidade de pensamento demonstrada pelos depoimentos livremente concedidos, sem estabelecimento de número mínimo ou máximo de linhas para o tratamento dos assuntos, como se pode verificar pela diferente configuração estrutural dos

textos, evidencia uma real comunhão de entendimentos, da qual os principais aspectos podem ser facilmente arrolados.

O primeiro ponto a ser ressaltado é a compreensão de ser a mulher “o esteio da sociedade” (termo cunhado por uma das voluntárias). De uma maneira ou de outra, tal noção se consolida em todas as vozes em questão, o que não deve ser desprezado como dado.

A mulher é vista como um ser bondoso, altruísta (palavra criada por Comte e de uso freqüente entre as pesquisadas), que coloca os seus nobres sentimentos em prol de uma sociedade que, se vislumbra, um dia será perfeita.

É bom que não se perca de vista tampouco, de forma alguma, a recorrência do termo Educação como sendo uma função tipicamente feminina, a qual se exerce perante os filhos e segundo um padrão de afeto, compreensão e doação, que, ao menos assim deduzimos, forjará uma aglutinação social fraterna.

É também digna de nota a importância dada ao conceito de família, o qual é representado, ou diretamente pelo emprego do termo, ou por expressões como “o espaço do lar” – em contraposição ao frio termo residência – e laços de parentesco como os de mãe, esposa e filha.

Ocorre, também, e isto deve ser visto como sintomático, ao menos um apelo ao desdobramento mais amplo da tarefa educadora encampado pela mulher positivista. Naquele caso (Cód. 429631), a depoente acena com a necessidade de que todos se encarreguem do mesmo espírito educativo, fraterno e altruísta, não importando se se trata, no ambiente familiar, de componente masculino ou feminino.

Entendemos que isto se deve ao fato de que a mulher não mais se sente totalmente responsável por tal tarefa, que pode ser irremediavelmente comprometida na ausência de exemplos construtivos advindos de uma de suas partes constitutivas. Pode ser um sinal de que o lado industrial (o homem) e o lado sentimental e moral (a mulher) tendem a uma simbiose, a uma aproximação de fundamentos.

Há uma inteira concordância sua a este respeito ou você manifestaria algum tipo de idéia reformista, caso achasse possível implementá-la?			
Cód. 638254	**Cód. 427303**	**Cód. 073828**	**Cód. 429631**
Eu acredito que a mulher necessita responsabilizar-se pela Educação dos filhos como parte do casal que gerou este filho. A função materna e a função paterna são necessárias para que uma criança seja educada e se desenvolva como um ser inteiro. A função materna é a da sobrevivência, do aconchego, do carinho, e a paterna é a função da lei e da ordem. Acredito que tanto o pai como a mãe podem desempenhar estas funções. Estamos vivendo a falta tanto de amor, quanto de lei.	Percebo que o papel feminino é de suma importância, mas como co-participante de toda estrutura social, não só no que se refere à moral, mas também à esfera intelectual e material.	Sim, pelo fato de que a forma de ação da mulher positivista é extremamente natural. A mulher está sempre educando e reeducando, sendo esta uma lei natural.	A grande reforma seria a atualização dos conceitos positivistas (principalmente do catecismo). Todavia, as bases humanistas de bondade e de valorização do próximo seriam mantidas.

Quadro 2 – Pergunta 2 direcionada ás voluntárias do CPP e respectivas respostas

COMENTÁRIOS QUADRO 2:

Nesta pergunta desenvolvida com o intuito de averiguar o aspecto individual em contraposição ao doutrinário, se ele sobrevive, de que maneira se apresenta, se revela uma predominância de satisfações ou contrariedades, muito também pôde se constatar.

Primeiramente, apreende-se o fato de que há, majoritariamente, uma tendência a ver alargado o campo de atuação feminino. Embora compreendido unanimemente como um campo da vocação materna, afetiva e educacional, vê-se claramente o esboçar de uma consciência pró-ativa, que se interpõe ao ideário passivo e complacente da esfera de atuação feminina prevista pelo positivismo tradicional.

Apesar de uma das voluntárias ter se mantido dentro do arcabouço teórico positivista de forma hermética e profundamente arraigada (Cód. 073828), sobressaem as novas dinâmicas veiculadas na sociedade em geral, que dão conta de “gestões participativas”

no universo familiar. Mesmo entendendo que há tarefas de cunho eminentemente masculino e tarefas femininas por excelência (Cód. 638254), defendeu-se o pressuposto de que tais tarefas são intercambiáveis, não se gerando, com este intercâmbio, qualquer tipo de demérito para as partes, assim como se descartaria qualquer tipo de prejuízo familiar, aberrações sociais ou coisa que o valha.

Além disso, há uma alusão clara, direta e objetiva, à intenção da mulher, mesmo positivista, de fazer parte de dimensões sociais mais complexas, anteriormente corporativizadas pelos homens, como é o caso da participação na esfera intelectual e material da sociedade (Cód. 427303).

Num dado momento ainda mais polêmico – aproveitando-se do item "reformista" contido na pergunta em questão –, uma das voluntárias (Cód. 429631) chegou a falar em "grande reforma", entendida esta como "a atualização dos conceitos positivistas". Apesar de depois se reportar a uma manutenção das "bases humanistas de bondade e de valorização do próximo", inerentes ao próprio positivismo, a etapa inicial do depoimento soou como um desabafo, um clamor de alguém que ainda acredita em algo, mas que se incomoda com o convencionalismo doutrinário.

Precisamos nos reportar complementarmente a uma questão que poderia lamentavelmente nos escapar a esta altura. A idéia do desenvolvimento da criança "como um ser inteiro" (Cód. 638254) através da Educação empregada, estabelece um critério de uniformização do ser humano – contrário à dicotomia homem x mulher – que não é estranho ao construto positivista, como tivemos a oportunidade de verificar através de acompanhamento de sessões do culto positivista.

Você considera que, ainda hoje, a mulher pode ser considerada o baluarte moral da sociedade?			
Cód. 638254	**Cód. 427303**	**Cód. 073828**	**Cód. 429631**
O desenvolvimento da moral na sociedade depende do equilíbrio e da complementaridade entre o feminino e o masculino. O feminino como representante da sensibilidade, da continência, da compreensão e do amor; o masculino como representante da ação, da força, da capacidade de luta. A meu ver, homens e mulheres devem conter dentro de si esses dois elementos, e quando os elementos mais elevados do feminino se sobressaem dentro de alguém, podemos dizer que essa pessoa, seja ela homem ou mulher, destaca-se como uma pessoa moralmente desenvolvida, capaz de representar dignamente a vida humana. As mulheres, por terem a oportunidade de gerar a vida, em muitas culturas sobressaem-se como pessoas que destacam os sentimentos elevados do feminino, quase sagrados, ao se doarem incondicionalmente aos filhos. Acredito, no entanto, que não basta ter um filho para experimentar o altruísmo. A cultura interfere, e hoje, a cultura da vantagem, a pobreza, o uso das drogas, a lei do ter para ser, têm inibido em homens e mulheres o desenvolvimento dos sentimentos elevados do feminino e traçado um caminho de ação marcado pelo individualismo e pela corrupção.	Eu atribuo tal função a um modo feminino de encarar problemas e encontrar soluções e não excluo a possibilidade dela ser exercida por um homem. Penso que homens e mulheres maduros podem, além da contribuição moral, participar igualmente no pensar e no agir em prol da evolução da Humanidade.	Sim, pela sua resistência sentimental de união familiar, lutando para sobreviver dentro da sociedade.	Nesta questão ocorre uma afirmação que não concordo. Há necessidade de uma “leitura” adaptada. O baluarte moral da sociedade se faz a partir da harmonia entre homens e mulheres. Lembrar que os homens são educados por suas mães e pais.

Quadro 3 – Pergunta 3 direcionada às voluntárias do CPP e respectivas respostas

COMENTÁRIOS QUADRO 3:

Esta pergunta versou sobre a capacidade de adequação da doutrina em questão aos entremeios e vicissitudes dos tempos atuais. Pareceu-nos pertinente analisar este tipo de aspecto, tendo em vista que todas as ideologias parecem se revitalizar em meio às

crises ao encontrar maneiras de se reformular, mesmo que mantendo alguma coisa de primordial em suas premissas. O resultado a que chegamos remete a algumas especificidades de algum modo surpreendentes.

Antes de qualquer coisa, vale citar a consciência que se tem no grupo consultado acerca dos conceitos de feminino e masculino. Muito mais do que atribuições concernentes a conformações anatômicas, estímulos hormonais e motivações de ordem puramente sexual, tais conceitos já são bem compreendidos no âmago da especificidade cultural, como elementos formadores de uma identidade comportamental e psicossocial, diferença esta determinante para a interpretação mais acurada da pesquisa.

Assim sendo, tornou-se natural a exposição de argumentos que se apóiam na integração racional e sistemática dos atributos culturais inerentes a ambos os gêneros. A idéia de “equilíbrio” e “complementaridade” entre estas duas forças da natureza humana, com capacidade e potencial para estabelecer aquilo que se pode chamar de “ser humano híbrido”, com os dois lados de sua natureza bem desenvolvidos e adaptados às novas exigências da vida em sociedade, ganha, então, contornos de plausibilidade e sintonia com as demandas prática e teórica da contemporaneidade.

Mesmo não abrindo mão de terminologias nitidamente alicerçadas no positivismo tradicional e dogmático, como a expressão altruísmo ou Humanidade, por exemplo, fica clara a movimentação intelectual e cultural de uma mulher que, via de regra, vive balizada por uma expectativa estrita, rígida, não flutuante.

O componente educacional é abordado com muita firmeza e disposição por uma das investigadas (Cód. 429631), que também absorve a expressão “baluarte moral” – contida na pergunta – como um elemento cultural, e não como uma taxionomia pseudo-simbólica.

A partir disso, inferimos que a mulher positivista, ou apenas criada com base em estrutura educacional-filosófica positivista – como teremos a oportunidade de atestar em alguns dos casos expostos na seqüência –, lida de forma bastante dinâmica com suas crenças e princípios há muito incutidos, realizando uma alquimia entre aquilo que considera prós e contras de seu arcabouço moral, teórico e prático, com uma habilidade fina, que leva a resultados contundentes, tanto para a tradição a que está associada, como para a sociedade que a engloba.

Do ponto de vista educacional, qual influência positivista você considera ainda ser plenamente identificável na vida contemporânea?			
Cód. 638254	**Cód. 427303**	**Cód. 073828**	**Cód. 429631**
Pensando na mulher, como uma representante do feminino, percebo que a maioria dos educadores de crianças pequenas são ainda mulheres e uma grande parte exerce a premissa do amor por princípio; no entanto, a ordem por base impera e o conhecimento ainda é ensinado de forma muito compartimentada. Acredito que as premissas deveriam ser diferentes: O amor por princípio; o conhecimento, o limite e a ação no mundo, por base; e o desenvolvimento humano por fim. A palavra ordem dá a idéia das coisas separadas, estanques, guardadas, sem relação; e a palavra progresso, hoje em dia, dá a idéia de que o capitalismo deve ser venerado devido ao progresso material e tecnológico que ele produz.	Correndo o risco de ser simplista, percebo que se acerta mais quando se tem o "amor por princípio" e infelizmente, muitas vezes, na vida contemporânea, o 'intelectual' e/ou 'material' são priorizados, facilitando uma verdadeira anarquia "Moral-espiritual". Por outro lado, quando se prioriza o afeto e a religiosidade, há naturalmente uma ordem moral que facilita a evolução humana e isto ainda é identificável, porém com pouca freqüência, infelizmente.	"O saber para prever a fim de prover" é um bom referencial da valorização que o Positivismo prega na Educação	A busca da integração das ciências. Ao Positivismo foi atribuído o método de estudo das partes, mas é importante que seja discutida a sua evolução, a qual se dá pela integração científica, pois o Positivismo culmina com a Sociologia.

Quadro 4 – Pergunta 4 direcionada às voluntárias do CPP e respectivas respostas

COMENTÁRIOS QUADRO 4:

Ao inquirir as voluntárias acerca de uma questão complexa, que envolve interpretação de códigos do mundo atual e construção de relações com a doutrina que lhes é familiar, talvez as mais importantes contribuições foram extraídas, como teremos agora a oportunidade de comprovar.

Primeiro, o reconhecimento de que a mulher-educadora é a grande referência no campo da instrução infantil, mesmo fora do espaço do lar (Cód. 638254), com a devida implicação positivista no fato, é aspecto digno de nota. Como podemos nos lembrar devido à menção anterior, a mulher como educadora fora do espaço do lar foi uma adaptação bem-sucedida dos positivistas brasileiros à época do movimento pela República no país. Ocorre que, ao reconhecer o fato como legítimo, as positivistas brasileiras parecem consagrar uma primeira transgressão ao prescritivismo comtiano, sempre fielmente observado na tradição brasileira.

Uma segunda afirmação importante, ainda devida à mesma voluntária, é a que dá conta de que o princípio da "ordem" por base está desatualizado, pois mantém uma fixidez de compartimentos incompatível com a atual tendência de inter-relacionamento entre os conhecimentos. De antemão, temos a impressão de que se trata da retórica do "conhecimento holístico", tão em voga hoje nas discussões pós-modernas. Além do mais, aí se constata uma segunda contestação de princípios comtianos, este umbilicalmente ligado à estruturação da doutrina.

Mais adiante, há a derradeira contestação do princípio do "progresso" como um fim em si. A voluntária acima identificada – para fins organizacionais apenas – declara que o "desenvolvimento humano" ilustra melhor o propósito da Religião da Humanidade, uma vez que o "progresso" parece ser, no limite, um estandarte de feitos capitalistas menos elevados. Não se pode negar que, mesmo ao tentar sintonizar as idéias positivistas mais basilares com as correntes mais amplamente aceitas no pensamento globalmente disseminado, a depoente se coloca num terreno de subversões delicadas, próxima talvez da iconoclastia.

Atendo-nos, porém, e mais uma vez, ao ponto central da questão em foco, ressalta-se a idéia de que, toda vez que se aborda o lado "moral-espiritual" da Educação (Cód. 427303), se logra um efeito subliminar nos corações positivistas, como se este fosse uma prerrogativa exclusiva deles. Longe de se recriminar tal sentimento, fica a ressalva de que este aspecto pode ter implicações mais amplas do que as de abrangência tipicamente positivista.

Um outro ponto a ser comentado é aquele mais circunscrito ao campo metodológico, que atesta a tendência histórica do "saber para prever a fim de prover" (Cód. 073828). Esta idéia realmente parece ser de uma recorrência sistemática na vida educacional do país, além de estabelecer uma intercorrência de escala mundial.

Finalmente, consta a afirmação de que a compartimentação das ciências é um aspecto positivista que ainda impera na configuração escolar contemporânea (Cód. 429631). Daí retiramos deduções relevantes, ao menos para nossa compreensão *a priori*. O tipo de configuração a que a voluntária se refere teve realmente um incremento devido ao ideário positivista, mas já seguia esta tendência desde Descartes (1596-1650) – que, aliás, é um dos expoentes da ciência mais respeitados pelo comtismo – e, até mesmo, desde Comenius (1592-1670). O fato não passa despercebido pela interrogada, que acena com o termo "atribuído" à sua abordagem da questão. Mesmo assim, vale notar que certas coisas passam a fazer parte da história de uma maneira que se consagra, apesar de não ser a mais indicada (caso do nome de nosso continente, dedicado a um navegador que não foi o seu legítimo descobridor).

Na seqüência, ao demonstrar o anseio por uma benéfica "integração científica", a qual, segundo suas próprias palavras, representaria uma "evolução" no trato do tema, a voluntária faz menção à ligação profunda existente entre o positivismo e a sociologia – relação de criador e criatura, por assim dizer –, "ponto culminante" da escala enciclopédica comtiana (à revelia da moral?!).

Qual é a sensação da mulher positivista com relação ao atual estado de coisas da sociedade, tendo como parâmetro os ideais postos pelos positivistas em relação às mulheres?			
Cód. 638254	**Cód. 427303**	**Cód. 073828**	**Cód. 429631**
Não me considero uma mulher positivista, por isto minha sensação é de uma mulher que aprendeu lições básicas sobre o altruísmo, a doação, a cooperação e o amor. A minha sensação é a de que todos os seres humanos devem refinar o sagrado que possuem dentro de si e que as pessoas que possuem valores, conhecimentos, capacidade de comunicação e sensibilidade para auxiliar outras a desenvolvê-lo, devem arregaçar as mangas e ir à luta. Eu, como uma mulher privilegiada, por ter sido educada por meio de parâmetros da religião da Humanidade e da psicanálise; e por ter tido uma mãe que viveu a vida se doando, um pai que sempre foi incorruptível, sinto-me responsável por uma parte deste trabalho. A sensação é a de que temos muito a fazer, homens e mulheres	Sinto realmente uma urgência na valorização da espiritualidade, para que se obtenha uma sociedade humana mais focada no bem-estar comum, sem necessidade de recompensas no final da vida. Ou seja – que se amplie o sentido de "viver para outrem", sem outro fim que não seja o bem-estar e a felicidade de toda coletividade.	Somos consideradas a providência moral da sociedade. Mesmo com tantas mudanças na vida atual, cabem muito bem ideais positivistas. A mulher se desgasta de forma extrema prejudicando a Educação da família, o que é péssimo para a sociedade. Quando a mulher tem que prover a sobrevivência, perdem-se irreparáveis valores familiares.	Que em conjunto com os homens e mulheres de diversas religiões, as mulheres positivistas só poderão influenciar através de seus exemplos. Discussões teóricas são importantes, mas nem sempre modificam comportamentos, e sim ações.

Quadro 5 – Pergunta 5 direcionada às voluntárias do CPP e respectivas respostas

COMENTÁRIOS QUADRO 5:

Esta pergunta teve por finalidade perscrutar o quociente projetivo de aplicabilidade do positivismo na visão de seu exponencial feminino, tudo em meio a uma era de multiplicidade de entendimentos e expectativas sociais, culturais, educacionais, filosóficas e políticas, entre outros.

O que se pôde depreender dentre os depoimentos obtidos foi de uma coesão e consistência marcantes. De uma maneira geral, as mulheres envolvidas de uma forma ou de

outra na tradição positivista – uma delas não se diz positivista, e sim fruto de criação positivista (Cód. 638254) – sentem a necessidade de uma transformação do atual estado de coisas da sociedade com urgência, pois vivemos em meio a uma espécie de caos social.

Um outro ponto a ser frisado é que as mulheres deste meio estão com a nítida sensação de que o universo regulado pelo altruísmo, pela religiosidade, pelo cultivo de valores familiares, pela fraternidade, entre outros, depende fundamentalmente de uma ação conjunta, que englobe homens e mulheres em torno de uma atmosfera de sensibilidade aflorada, de caráter nitidamente voltado ao enfoque feminino.

Em decorrência desse pensamento predominante, tornou-se um pouco destoante o único depoimento que ainda indica a posição inteiramente demarcada em relação à esfera de atuação da mulher (Cód. 073828). O acontecimento pode ser em parte explicado – acreditamos – pelo fato de ser esta a mulher mais firmemente em contato com o Centro Positivista do Paraná por agora, fazendo-se presente em suas sessões com mais regularidade, segundo foi possível observar. Ou seja, quanto mais em contato com a tradição, mais distanciado se fica das novas correntes ideológicas.

Por outro lado, a mensagem de que a mulher, em condição de quase igualdade, ou se poderia dizer, de irmandade com os homens, precisa “arregaçar as mangas”, partir para a ação, entrosar-se com integrantes de outras religiões e “influenciar através de seus exemplos”, está por demais clara. Isso em parte é surpreendente, uma vez que a ação positivista sempre teve um caráter purista, ou seja, avesso a aproximações teológicas e/ou metafísicas.

O fato, no entanto, que é sintomático desta movimentação no seio da estrutura positivista, é o da caminhada em direção a uma rede social solidária, que não é de maneira alguma distante do que se pretendeu desde o princípio da elaboração dos seus discursos afins.

Menos distantes ainda são algumas das “inovadoras” acepções filosófico-sociológicas do momento. A sociologia parece mostrar correntemente que realmente surgiu de um pensamento muito próximo a este.

Existe, hoje, dentro da Sociedade Positivista do Paraná, alguma atividade social ou educativa de iniciativa única e exclusiva das mulheres?			
Cód. 638254	**Cód. 427303**	**Cód. 073828**	**Cód. 429631**
Como não freqüento com assiduidade a Sociedade Positivista, não tenho notícias sobre isto. O que eu sei é que estou participando de um projeto que visa educar a sociedade no que tange à sexualidade, como auxiliar de meu pai, criador do projeto, muito mais pela missão de educadora do que de participante da Sociedade Positivista.	Atualmente não sou integrante da Sociedade Positivista do Paraná, porém tenho oportunidade de participar de atividades sociais e educativas em instituição da Secretaria da Saúde do Paraná, em conjunto com outras pessoas, percebendo a capacidade efetiva de 'se doar' e ser solidário, tanto em mulheres como em homens.	Infelizmente, não.	Que seja de meu conhecimento, não. Não tenho acompanhado as atividades nos últimos seis anos.

Quadro 6 – Pergunta 6 direcionada às voluntárias do CPP e respectivas respostas

COMENTÁRIOS QUADRO 6:

Esta questão envolve algumas intenções díspares. Por primeiro, é preciso salientar o fato de que a simples resposta afirmativa teria como resultado a negação da premissa positivista de que a atuação da mulher é circunscrita ao espaço do lar. Em seguida, a afirmação de que haveria algum comprometimento educacional direto das mulheres no contexto paranaense, e mais fortemente, curitibano. Por fim, a indicação de alguma atividade de iniciativa feminina no universo paranaense e curitibano levaria a mais um espaço de pesquisa de caráter exploratório, ou seja, com emprego de instrumentos similares a esse.

Dito isto, podemos relatar que o resultado não contemplou todas as expectativas postas, mas cumpriu seu papel. Do ponto de vista proporcional, metade das voluntárias assegurou exercer atividade externa de caráter individual, o que prova que a premissa da atividade restrita ao lar tem apelo quase nulo em relação às mulheres positivistas ou, digamos assim, de ascendência positivista.

A outra metade não declarou desempenhar qualquer tarefa de caráter externo, mas lamentou o fato, o que demonstra que não haveria qualquer impeditivo ideológico ou moral para que fosse feita a iniciativa, nem por parte do Centro Positivista do Paraná e nem por impasse pessoal.

Em termos de encontrar um novo filão investigativo, ou seja, uma nova entidade gerida e integrada por componentes positivistas que pudessem vir a encorpar os dados relacionados à pesquisa por via direta, o malogro foi total. Isto não quer dizer, ao menos assim pensamos, que não haja realmente nada mais de personalidade positivista na sociedade curitibana e paranaense. Lidamos com a hipótese de que, mesmo sem ter total consciência da situação vivida, muitas, ou pelo menos algumas das entidades e/ou instituições beneficentes, filantrópicas, assistencialistas, culturais ou educacionais da cidade, apresentam ingredientes constitutivos de base positivista, por razões que procuraremos descobrir, assim que evidenciarmos sua real existência.

É evidente, no entanto, que desconfiamos de tais configurações estarem firmemente ligadas ao campo educacional. Descobrir onde estas pessoas desenvolveram suas atividades escolares nos períodos fundamental e médio pareceu-nos a melhor linha de indução da suspeita.

A mulher é, ainda hoje, o melhor educador possível?			
Cód. 638254	**Cód. 427303**	**Cód. 073828**	**Cód. 429631**
Não concordo com esta dicotomização. Acredito que somos inteiros e incompletos, e por isto homens e mulheres devem se irmanar na função educativa das novas gerações.	Acho temerário e pretensioso fazer tal afirmação, na medida em que no processo educativo as 'visões' feminina e masculina são, a meu ver, complementares. Haja vista que, apesar da necessidade de priorizar a espiritualidade e o amor, não se pode dispensar o estabelecimento de limites bem definidos e de metas racionais, também para o desenvolvimento intelectual. Portanto, eu não diria que apenas a mulher pode ser ótima educadora, mas que pessoas maduras (sejam homens ou mulheres) podem sim ser ótimos educadores.	Sim, apesar de que a mulher na grande maioria das vezes ter de sustentar não só a Educação, mas também a sobrevivência dela e dos filhos, conseguindo conciliar as duas coisas.	Não, conforme respostas anteriores.

Quadro 7 – Pergunta 7 direcionada às voluntárias do CPP e respectivas respostas

COMENTÁRIOS QUADRO 7:

Esta pergunta versou sobre a possível subversão total de pilares da filosofia positivista, pela qual se poderia pôr em cheque a atual real existência de uma doutrina positivista. Na verdade, esta é uma acusação freqüente que se faz ao movimento enfocado, qual seja, a de caminhar em um território ermo, abandonado, onde só se anda de braços dados com o anacronismo e a nostalgia.

Pelo resultado obtido, pôde-se verificar que a dedução acima é ao menos parcialmente verdadeira, com apenas uma das pesquisadas se mantendo fiel às idéias tradicionais (Cód. 073828). As demais pesquisadas voltam a expor as convicções já declinadas, algumas inclusive se colocando contrárias ao teor da questão.

No entanto, é importante que se lembre que, saber se há ou não uma continuidade no vigor dos ensinamentos comtianos no seio da comunidade intimamente ligada à Religião da Humanidade não é nossa principal discussão. O que nos importa realmente investigar no momento é a manutenção de indícios positivistas em meio ao universo educacional da cidade de Curitiba (e do Estado do Paraná, conseqüentemente) no que tange à ação feminina.

Nesse sentido, as respostas obtidas foram de boa repercussão em alguns aspectos. Por primeiro, a característica de “complementaridade” entre as funções educativas de homens e mulheres indica uma tendência à confluência de esforços no sentido de lograr êxito na tarefa. Isso, por si só, é sinal de que a mulher já não é vista como o melhor educador possível, ou melhor, de que já não se dá importância a essas separações por gênero, ou, nos termos de uma das pesquisadas, a essa “dicotomização” (Cód. 638254).

Em seguida, nos demos conta de que há um paradoxo na afirmação anterior. Apesar de não se ver mais tão intensamente a idéia dos gêneros como compartimentos estanques da vida em sociedade, uma das voluntárias da pesquisa, a qual se colocou de forma independente durante o desenvolvimento de todas as respostas do questionário (Cód. 427303), acabou por estabelecer papéis rígidos entre os agentes da “espiritualidade e amor” e os dos “limites e metas racionais”, como se estas funções não pudessem ser intercambiáveis entre os gêneros. Isto nos faz pensar se não seria uma razão a mais para dar-se crédito à teoria de João Cruz Costa acerca de um positivismo brasileiro constante e em “estado difuso” (COSTA, 1956).

Por fim, vimos que ainda há, mesmo que em minoria entre as mulheres, uma persistência da ortodoxia positivista em seus quadros. Se este traço é verificável ainda hoje, mais de cem anos após o auge da disseminação dessa escola filosófica em terras brasileiras, por que, então, se deveria duvidar de uma permanência sua na vida cotidiana em vista de procedimentos escolares? Parece não haver motivos para isso.

1. Qual a visão mais ampla do Positivismo com relação ao papel da mulher na sociedade?	Transcrevo os seguintes trechos do Catecismo Positivista: “Por mais sólidos que sejam os fundamentos lógicos e científicos da disciplina intelectual que a filosofia positiva institui, esse regime severo é demasiado antipático aos espíritos atuais para que ele possa prevalecer sem o apoio irresistível das mulheres e dos proletários” (Comte, p.11); “Toda a existência do Ser Supremo fundando-se no amor, único laço que reúne voluntariamente os seus elementos separáveis, o sexo afetivo constitui naturalmente o representante mais perfeito, e ao mesmo tempo o principal ministro dele. A arte jamais poderá representar a Humanidade de um modo condigno senão sob a forma feminina. Mas a providência moral de nossa Deusa não se exerce só pela ação coletiva do sexo feminino sobre o masculino. Esse ofício fundamental resulta sobretudo da influência pessoal que cada digna mulher desenvolve sem cessar no seio de sua própria família. Do santuário doméstico dimana de contínuo esse santo impulso, único que nos pode preservar da corrupção moral a que sempre nos dispõe a existência prática ou teórica. Sem tais raízes privadas, a ação coletiva da mulher sobre o homem não comportaria, por outro lado, nenhuma eficácia permanente. É também na família que se realiza uma apreciação suficiente do sexo afetivo, do qual cada um de nós só pode conhecer de um modo real os tipos com que vive intimamente. [...] Eis aí como, no estado normal, cada homem acha em torno de si verdadeiros anjos da guarda, ao mesmo tempo ministros e representantes do Ser Supremo”(Comte, p. 120); “[...] a educação deve sobretudo dispor a viver para outrem, a fim de reviver em outrem por outrem, um ser espontaneamente inclinado a viver para si e em si. Esta grande transformação exige o concurso íntimo da mulher e do sacerdote, agindo convenientemente sobre o coração e o espírito” (Comte, p. 300); “A primeira fase, que se estende até a puberdade, deve ser dividida em duas de igual duração, separadas pela dentição normal. Até esse termo é só a mãe que dirige uma Educação inteiramente espontânea, ao mesmo tempo física, intelectual e moral. Posto que o desenvolvimento corporal deva aqui prevalecer, o coração não tarda em tomar uma parte decisiva, que se fará sentir durante toda a existência. O surto das afeições domésticas nesta fase leva já a criança ao primeiro esboço do culto positivo, pela adoração de sua mãe, que lhe representa necessariamente a Humanidade, cuja preponderância distinta, se lhe torna contudo apreciável pela instituição da linguagem. Se estes exercícios naturais dos sentidos e dos músculos forem suficientemente utilizados, sem que se lhes altere a espontaneidade, a vida especulativa e a vida ativa ficarão auspiciosamente esboçadas, subordinando-se sempre à vida afetiva (Comte, p. 301);

2.Houve alguma alteração (adaptação) na doutrina Positivista com relação a este tópico nos últimos tempos, ou os Positivistas permanecem inteiramente fiéis aos ideais de Comte?	Conforme se pode ver, as teorias positivistas são o resultado de conquistas através de uma longa preparação da Humanidade, subordinada à ordem natural universal, independente de vontades exteriores; sua aplicação na prática ainda está por acontecer. Tendo em vista as características de liberdade e de espontaneidade do positivismo, em geral a conversão do homem é mais freqüente, e as famílias de positivistas raramente são constituídas por mãe positivista. Como a Educação dos filhos é, forçosamente, uma atribuição da mãe, a influência do pai fica prejudicada. Entretanto, no Paraná, houve um caso em que, além do pai também a mãe se converteu, constituindo-se uma família numerosa em que a Educação dos filhos obedeceu, dentro do possível, o regime educacional positivista na primeira fase. Como infelizmente não existem ainda colégios positivistas, a Educação fora do ambiente doméstico fica sem a necessária continuidade. Mas, a pesar disso, prevalece sempre a influência da mãe, e no caso, todos os filhos continuam considerando-se simpatizantes, diferentemente das famílias em que a influência da mãe não acompanhou a do pai. A doutrina positivista não é uma invenção de Augusto Comte, e sim, uma conseqüência de descobertas geniais, de leis naturais que, se não fossem por ele, seriam fatalmente descobertas por outro, ou outros. Essa revolução começou no século XIV com o Renascimento, e alcançou seu auge com os eventos da Revolução Francesa, que precipitou o positivismo teórico. Por isso não se pode falar em fidelidade a uma pessoa, e sim, em fidelidade à Humanidade, pois, conforme a ordem natural, se não aceitarmos os ditames das leis, estaremos nos acercando de uma situação cada vez mais anômala, uma espécie de plano inclinado ou “buraco negro”, de onde talvez não haja retorno, justamente no momento histórico do “paraíso” à vista. Em outras palavras, comparando, podemos dizer que as pessoas que usam a vacina anti-rábica não manifestam fidelidade a Pasteur, e sim, à Humanidade, pois, tanto Pasteur, o descobridor da vacina contra a hidrofobia, como Comte, o descobridor da “vacina” contra a degeneração social e moral, são produtos da Humanidade subordinada à ordem natural. A antiga concepção de Deus, que moralizava o homem, contribuiu, sem dúvida, para a revelação da Humanidade, porém, uma vez revelada esta, aquela está ultrapassada e, enquanto não for substituída, só causa males e arrasta para a guerra e para a destruição do planeta.
3. É de consenso a influência exercida pelos Positivistas no ingresso da mulher na vida pública brasileira por meio do magistério, ou esta foi apenas uma concessão do grupo diretamente envolvido no movimento republicano?	De acordo com as leis sociológicas e morais, descobertas e interpretadas pelo fundador do positivismo, o papel social da mulher a coloca numa posição elevada, como membro do poder espiritual. É dela que depende a Educação efetiva do homem, sem a qual a Educação intelectual a cargo do sacerdócio não consegue a necessária moralização social. Cumpre, pois, ao empresariado e ao proletariado unidos, isto é, ao poder temporal, a tarefa de sustentar a mulher e o sacerdócio, isto é, o poder espiritual. Numa sociedade normal, a mãe de família nunca precisará sair de casa para complementar o orçamento doméstico. É um princípio social e moral instituído pelo positivismo que diz: “o homem deve sustentar a mulher”. Entretanto, a liberdade e a espontaneidade, característica da doutrina normal, prescrevem que a mulher que deseje realizar-se fora do lar, onde reside naturalmente o seu campo de ação, e que espontaneamente se incline para isso, não deve ser obstada nem criticada. Porém, esta atitude normal e sadia não deve ser confundida com o espírito feminista em voga hoje, o qual pretende, no fundo, rebaixar a mulher numa pretensa competição, aliás desigual, com o homem.

4.A Educação fundamental brasileira e paranaense, tendo sido intensamente incrementada em um período de extrema relevância do movimento positivista, acabou por ser de alguma maneira responsável pelo que hoje somos em termos de identidade cultural?	A Educação fundamental, nem a brasileira nem a paranaense, teve até agora qualquer influência direta positivista. Pelo contrário, as boas medidas tomadas no curto espaço de tempo em que o ministério da Educação esteve sob as ordens de Benjamim Constant, que faleceu em seguida, ainda no século XIX, produziram muito pouco efeito, visto que a reação teológica não tardou em substituí-la por outras, retrógradas, as quais não só se sustentaram como vêm sendo substituídas por retrogradações metafísicas cada vez mais catastróficas.
5.Existe hoje, dentro da Sociedade Positivista do Paraná, alguma atividade social ou educativa de iniciativa única e exclusiva das mulheres?	A única atividade social positivista no Paraná, liderada por uma mulher, constituiu uma notável tentativa que uniu significativamente o grupo todo; a qual, porém, não teve continuidade, tendo apenas inspirado a criação da entidade paralela ao CPP, ou seja, a "ONG Servidores da Humanidade", a qual ainda está em formação, tendo já seus estatutos registrados em cartório, aguardando a oportunidade de ser ativada com maior número de membros e voluntários necessários.
6.A mulher é, ainda hoje, o melhor educador possível?	Consideramos este item respondido com o que está exposto nos itens anteriores.
7.Qual é a sua opinião com relação ao alardeado movimento da Pós-Modernidade?	Estamos vivendo um período moderno de transição entre duas eras bem distintas, cuja separação começa no século XIV e se prolonga, cada vez mais próxima de um desfecho ainda indefinido: tanto podemos continuar pelo plano inclinado, em direção ao "buraco negro", como podemos reverter e dar início à regeneração e construção da nova realidade social, prevista pelas leis sociais e morais. Dentro dessa longa transição podem-se assinalar muitos "movimentos" menores, os quais aparecem e desaparecem como uma moda do momento. Haja vista para os vários nomes que se vem dando para certas concepções impulsivas, muitas vezes aberrantes como, por exemplo, na arte plástica o abstracionismo, o cubismo, o liberalismo; nos costumes o existencialismo, o hipismo (movimento hippie), etc. Pós-Moderno, em minha opinião, é algo indefinido que surgiu não se sabe por que, onde, nem quando. Tão pouco tem significado social de alguma importância.

Quadro 8 – Questionário endereçado ao presidente do Centro Positivista do Paraná e respectivas respostas

COMENTÁRIOS QUADRO 8:

Na primeira pergunta realizada, temos um fato relevante, revelador e sintomático. O Presidente do Centro Positivista do Paraná se ateve a transcrições de passagens do Catecismo Positivista, sem fazer sequer um comentário de ordem pessoal. Apesar de sabermos que houve toda uma dedicação no estudo do caso, o que levou à escolha de trechos realmente cruciais referentes à questão posta, fez-se a seguinte dedução: nada há que ser inferido acerca do perfil da mulher na sociedade, pois as palavras de Comte a este respeito são totalmente esclarecedoras e cabais.

Aliás, as palavras de Comte são muito objetivas e claras, mas nota-se que os seus direcionamentos já não são seguidos à risca pelas mulheres positivistas, nem por questão de fé e nem por contingências (ver respostas dos quadros anteriores). Este fato talvez seja resultante do desencontro, virtualmente irreversível, entre as diretrizes originais da Educação comtiana e suas variantes pós-adaptativas da realidade brasileira, que as lançaram definitivamente à Educação pública como professoras remuneradas.

Além disso, nota-se mais uma vez a intencionalidade de Comte ao usar o sentimento do “sexo afetivo” para conferir mais apelo a uma situação de vida [positiva] que ele mesmo denominaria de antipática, não fossem as intervenções calorosas. Afora isto, só mesmo a condição de reguladora do espaço do lar para as mulheres cumprirem seu devir na vida.

Com relação à pergunta seguinte, a contundência da afirmação do representante de todos os positivistas do Paraná só veio confirmar o que comentamos com relação à resposta anterior. Não há dúvidas quanto a uma rigidez sistemática dos defensores da doutrina, posto que ela é a demonstração de algo totalmente bem acabado, que não deixa margem para desacertos.

Sendo assim, toda e qualquer adaptação que por ventura tenha sido feita, ou que venha a ser feita, utilizando preceitos positivistas não pode ser e nem será jamais aceita por estes seguidores como algo pertinente à sua doutrina e à sua fé.

Mais adiante, verifica-se que há negação de quaisquer intercorrências educacionais positivistas na vida educacional brasileira, uma vez que ela não se deu – se por ventura ocorreu – de maneira pura, ou seja, através de colégios assumidamente positivistas, o que se dará segundo eles dentro de um futuro certo, ainda que distante.

A situação da mulher fica, então, subentendida como pertencente a um estágio provisório, ao qual elas estão sujeitas por dificuldades de implantação da realidade final, estado este que perdurará enquanto se conviver com a insuficiência de compreensão dos espíritos atuais.

Para a terceira pergunta, depreende-se o fato de que a conciliação lograda pelos positivistas republicanos atendeu a uma conveniência histórica apenas, ficando toda a necessidade de conter a mulher no espaço do lar, com dignidade e sobrevivência asseguradas, para quando chegasse o momento propício.

A disposição da mulher em trabalhar para dar vazão a uma necessidade proveniente de uma capacidade intelectual proeminente, assume, assim, contornos de uma concessão simpática, a qual não deveria ser confundida com uma tarefa sistemática, que demande sacrifícios intensos. Este papel está destinado ao homem, que exerce seu desígnio e completa a humanização do casal.

Apesar de parecer antiquada, esta idéia dá espaço para outras interpretações, que aparentemente se alastram com força, apesar de não mostrarem qualquer tipo de afinidade com o positivismo.

Quanto à quarta pergunta, reservou-se mais uma vez ao pesquisado o direito de externar sua negação. Se mostrarmos ao final do trabalho algum tipo de vínculo entre o positivismo e a Educação brasileira e paranaense, certamente que este não será aceito sem contestação.

Em um momento como o da Proclamação da República no Brasil, em que os positivistas se fizeram tão presentes e determinantes, assumindo cargos diretivos e se envolvendo numa atmosfera na qual o progresso era a válvula mestra, negar que o positivismo tenha estado presente na Educação nos parece um pouco em desacordo com os fatos. A lei n.º 456, de 12 de abril de 1876, mostra, em parte, o que afirmamos. Temos mais facilidade em aceitar, porém, a idéia de que esta não foi exatamente como pretendiam os positivistas. Isto se explica ao menos em parte pela existência de correntes paralelas no período, como o liberalismo e o jacobinismo, que tiveram seu quinhão de participação e também de influência.

De qualquer forma, precisamos nos ater à consideração de que, para todos os efeitos, os positivistas “praticantes” não reconhecem quaisquer traços de sua doutrina no perfil educacional da sociedade paranaense ou brasileira. A ressalva fica por conta da inserção do termo “direta” na descrição do tipo de influência que pode ter sido exercida pelos

ensinamentos comtianos, segundo depoimento do Presidente do Centro Positivista do Paraná. Se não houve nenhuma influência direta, pode ter havido alguma indireta, e isto já é um fato importante, por ora.

No entanto, tenhamos em mente que o atual estado de coisas da Educação no Estado e no país está longe de causar algum tipo de admiração que possa dar margem à aceitação de um legado positivista por parte de seus adeptos. Negar o vínculo com o atual estado de coisas pode ser, por conseguinte, um ato de autodefesa doutrinária.

No tocante à quinta pergunta, indicamos a mesma tentativa, agora bem sucedida, de encontrar um desdobramento concreto das aspirações positivistas entre as mulheres curitibanas e/ou paranaenses em geral. Foi-nos indicada a existência de uma Organização Não Governamental (ONG) que está para ser ativada por elas, o que dá uma indicação de que o positivismo tem reminiscências de alguma forma no espaço de vida social coletiva, ressurgindo de maneira oficial quando dele só se espera um possível "canto do cisne".

Para incrementar nosso trabalho de dedução, partimos da premissa de que há atividades de cunho positivista fora da percepção geral da sociedade, pois, se é possível reunir integrantes para a formação de uma ONG, é porque, de alguma forma, eles já mantinham algum contato ou exerciam alguma tarefa pública perceptível entre eles.

Ainda assim, registramos que não é possível, por agora, interrogar estas pessoas, as quais, por serem tão fiéis à sua crença e persistentes na tarefa de reerguer uma convicção, podem ter sofrido a influência de tais idéias no campo educacional.

No tocante à sexta inquirição, externamos nossa impressão de que uma resposta tão curta e veemente só pode ser advinda da crença na obviedade de seu conteúdo. Como, para os positivistas, o que foi "descoberto" por Comte não é passível de contestações, o pressuposto da perfeita adequação da mulher à tarefa educativa, circunscrita ao espaço do lar, permanece imutável.

Na derradeira pergunta, fomos diretamente ao ponto e fizemos uma provocação, não no sentido de instigar a discórdia, mas naquele de experimentar a fé. A não aceitação de um conceito como o da pós-modernidade, tido como um modismo inconseqüente e irrelevante socialmente, demonstra mais uma vez que não se faz concessões com uma doutrina por parte de seguidores fiéis gratuitamente.

O contraponto, temos que mais uma vez nos lembrar, é a constatação de aspectos pós-modernos no pensamento das mulheres previamente enfocadas. Daí podemos talvez inferir que, primeiro, não se foge da doutrina em questão conscientemente, ao menos. Por outro lado, o contato direto e sistemático com as indicações sociais comtianas talvez leve, ao se confrontar com as novas tendências filosóficas do mundo, a uma adaptação inconsciente que resulta em algo próximo ao pós-modernismo, ou nele mesmo, afinal.

Se assim o for, podemos ver nosso espaço social como um campo fértil para a disseminação de tais idéias.

3.2 O UNIVERSO FEMININO COM A PALAVRA

Após travar contato com a realidade que emana do circunscrito grupo de integrantes do Centro Positivista do Paraná, sentimo-nos impelidos a buscar novas constatações provenientes de círculos culturais e/ou educacionais geridos e integrados por mulheres.

Muito embora não tenha havido qualquer aceno a este respeito em meio aos positivistas convictos, trabalhamos desde muito cedo – pelo menos a partir do período em que empreendemos uma pesquisa para um curso de especialização em História do Brasil [18] – com a hipótese de que o principal centro gerador de cultura e Educação no Estado do Paraná tenha sido o ideário positivista.

Foi então que nos decidimos por buscar subsídios informativos no Centro Paranaense Feminino de Cultura, instituição de caráter cultural e com bases alicerçadas no envolvimento de longa data com o processo educacional da cidade de Curitiba e do Estado do Paraná, por parte de suas integrantes.

Naquela instituição, fomos recebidos desde o primeiro momento com muita consideração e apreço por parte de suas dirigentes e componentes em geral, as quais se autodenominam de “centristas”. [19] Foi ali também que pudemos, ao cruzar informações provenientes dos questionários aplicados à outra instituição com as perguntas destinadas a

[18] Curso de Especialização Lato Sensu em “História do Brasil” – ensino e historiografia, das FIES – Faculdades Integradas “Espírita”, Curitiba – Paraná.
[19] As “centristas” são as componentes do “Centro” Paranaense Feminino de Cultura, que assim se auto-intitulam.

esta, chegar a formar dados substanciais que parecem estabelecer uma conexão inextricável entre sujeitos de uma realidade cada vez mais indicativa de uma complementaridade fundamental.

Antes, no entanto, de declinar diretamente – por meio da análise dos dados da pesquisa de campo efetuada – quais seriam estas ligações conectivas, gostaríamos de trazer mais alguns aspectos dessa inter-relação à apreciação geral. Dentre estes, o primeiro a ser apontado é a data de fundação do Centro Paranaense Feminino de Cultura, 5 de dezembro de 1933. Esta data é sintomática se levarmos em conta que – segundo documento constante de anexo A – o *grupo positivista de Curitiba* foi fundado no ano de 1923, e seu continuador, o *Centro Positivista do Paraná*, data do ano de 1927. Como à época, as iniciativas restritas ao campo de ação feminina eram muito mais sujeitas a oposição do que nos dias de hoje, ao menos de forma aberta, pode-se dizer que se tratam de entidades correlatas, quase que sincrônicas.

O segundo aspecto tem a ver com os estatutos de cada entidade, que demonstram algumas analogias conceituais. O estatuto do C.P.F.C. designa a seguinte finalidade inicial de existência, a qual remonta ao ano de 1933*:*

> Incentivar a cultura da Mulher em todos os ramos, moral, intelectual, artística e fisicamente, envidando esforços para que se torne eficiente nas atividades sociais e domésticas, bem como na vida pública, intelectual e política, lutando contra o preconceito de raça, crença e cor. (C.P.F.C., 2001)

Aí se distinguem duas facetas importantes. A primeira, e que chama imediatamente a atenção, é a inclusão dos termos “moral” e “atividades sociais e domésticas”, que remetem ao arcabouço teórico positivista que prima pelo refinamento estético do papel social da mulher. A segunda, de forma intrigante, é a inclusão de princípios como “vida pública, intelectual e política” e “luta contra o preconceito” que, apesar de se abster da indicação do preconceito voltado à questão do gênero, dá indicações claras de um movimento embrionário, ainda opaco e indefinido, acerca da busca de definição de um espaço novo inerente à mulher.

No caso dos estatutos do C.P.P. (1984), diz-se que o objetivo é “[...] orientar e coordenar os esforços de quantos desejam amar, conhecer e servir à Humanidade, tendo como ideal a sistematização da vida humana, subordinada à Fraternidade Universal, à Ciência

e ao Trabalho [...]" (C.P.P., 1984). Apesar de não ser totalmente análogo, este texto demonstra uma inclinação ao esforço de vida social disciplinada, talvez espelhada na acepção do vocábulo "eficiente", constituinte do estatuto do C.P.F.C.

Antes que, no entanto, façamos quaisquer considerações precipitadas a respeito da confluência de ideais e de motivações educacionais de uma e de outra instituição, vejamos com cuidado as declarações espontâneas de mais essas voluntárias da pesquisa. Nos parece válido, no entanto, lembrar que, das aproximadamente vinte "centristas" contatadas por nós no período precedente à pesquisa, cerca de quinze são ex-professoras. Das seis voluntárias que expressaram sua opinião através das respostas dadas ao questionário proposto, quatro estiveram fortemente ligadas em seu percurso escolar ao IEP (atual IEPPEP), uma não especificou a escola, mas disse ter cursado o magistério (o que a torna uma potencial ex-discente do instituto acima mencionado), e a última preferiu não preencher a ficha referente aos dados pessoais. Isso parece indicar que, de várias maneiras, a Educação gerada na cidade de Curitiba e, conseqüentemente, irradiada a boa parte do Paraná, sempre teve muito a ver com um centro principal, ou seja, o instituto em questão.

Fonte: Foto de Ivana Podolan.

Figura 3 – Capa da Revista Pedagógica do IEP em sua edição comemorativa do Centenário (1976). À direita fachada da sede do CPFC. As duas instituições parecem ter um passado razoavelmente atrelado

Há alguma identificação da senhora com a doutrina positivista? Caso a resposta seja afirmativa, em que grau isto se daria?				
Cód. 583081	**Cód. 036184**	**Cód. 916435**	**Cód. 741582**	**Cód. 847206**
Sim. Estou de acordo com a orientação antimetafísica, antiteológica e também a favor do empirismo.	Não.	Sim. Na medida em que o conhecimento está associado ao cientificismo.	Apenas pelos nomes próprios de família, mas parece haver uma influência positivista.	Deus não é ente obrigatório. É onipresente a todos

Quadro 9 – Pergunta 1 às voluntárias do CPFC e respostas

COMENTÁRIOS QUADRO 9:

Nas respostas dadas à primeira pergunta voltada ao C.P.F.C. e suas integrantes, notou-se uma variedade de tons – se assim se pode dizer – de envolvimento com o objeto proposto.

A finalidade de perguntar logo de saída se há uma identificação com as premissas positivistas em alguma escala esteve atrelada ao compromisso ético de expor o teor da pesquisa, uma vez que um tipo de instrumento menos explícito já havia sido recusado por elas anteriormente (e, a partir dali, corrigimos nossa falha e nosso procedimento).

Como dissemos anteriormente, apesar de não haver o reconhecimento por parte do C.P.P. a respeito de alguma entidade de caráter positivista na cidade e no Estado, isso não quer dizer que não haja alguma correntemente, ao menos em termos extra-oficiais.

A resposta fornecida pela centrista identificada pelo Cód. 583081, nos levou a considerar mais fortemente tal tendência. Mesmo não havendo qualquer tipo de indução ao seu pronunciamento, a referida voluntária demonstrou um conhecimento do positivismo digno de nota. A *Lei dos Três Estados,* de Comte, foi invocada com muita propriedade e, nos arriscaríamos a dizer, com muita intimidade, o que revela algo como um tipo de *herança cultural* [20] familiar.

A seqüência de suas respostas, no entanto, revelam um distanciamento da ortodoxia positivista, o que, longe de ser um desmentido, acenam na direção de um movimento conceitual-ideológico, ao qual, aliás, já nos referimos anteriormente.

[20] Conceito trabalhado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu no livro “Escritos de Educação”, 2004.

Obtivemos, por parte de uma outra voluntária, um direto e sonoro “não”. A assertiva, apesar de não dar margem a análises mais aprofundadas, ao menos por princípio, pode ser o indicativo claro de uma negação feita *a priori*, como verificado em muitos segmentos da sociedade brasileira, em relação à doutrina de Comte.

Por parte de outra voluntária, identificada pelo Cód. 916435, vimos outra premissa comtiana ser contemplada com muita segurança e firmeza. Trata-se da preponderância do cientificismo como parâmetro máximo do conhecimento, mesmo em meio a uma época de relativizações da Ciência e valorização do etéreo, do místico, do esotérico.

A nota não destoante, mas desconcertante, ficou por conta da voluntária de Cód. 847206, a qual se refere a uma não obrigatoriedade do ente Deus, mas apela à sua onipresença. A princípio, tal afirmação nos soa contraditória.

De mais a mais, o conjunto das respostas apresentadas conduz ao entendimento de que, mesmo que não seguido oficial e religiosamente, o positivismo fez ou faz parte da formação dessas pessoas, que conhecem seus preceitos e o defendem ou recusam, mas sempre com fundamentação e conhecimento de causa.

Conseqüentemente, deduzimos que, dentro do universo educacional de que fizeram parte, aí incluídos escolas e ambiente familiar e social em geral, o positivismo se fez presente em maior ou menor grau, refletindo hoje em raciocínios e exteriorizações de ações, as quais partem dele para se efetivar e se materializar.

Qual a sua visão com relação ao papel da mulher na sociedade?				
Cód. 583081	**Cód. 036184**	**Cód. 916435**	**Cód. 741582**	**Cód. 847206**
Acho que a mulher deve tomar parte em todos os setores da sociedade, todo o tipo de trabalho, na área empresarial, universitária, educacional, política, esportiva, em iguais condições ao homem.	Tem que participar mais.	Co-participante.	O papel da mulher na sociedade deve ser de cidadã consciente e terá, ou tem, grande importância, desde que ela saiba conquistar o seu espaço e se faça respeitar pelo conhecimento e experiência, seja racional e não se envolva emocionalmente de maneira a fraquejar na posição conquistada.	Não há tempo a perder. Ação.

Quadro 10 – Pergunta 2 às voluntárias do CPFC e respostas

COMENTÁRIOS QUADRO 10

Com relação à segunda pergunta feita às voluntárias, a qual versa sobre o papel da mulher na sociedade, e que procura obter dados acerca de um comprometimento ou afastamento dos ideais positivistas – os quais já ficaram demonstrados como conhecidos através da pergunta anterior –, notou-se uma relevante padronização de opiniões, o que nos soa como significativo.

Suspeitamos de um processo quase que alquímico, entre os ensinamentos de base positivista e sua exposição a correntes filosóficas e sociológicas posteriores, o que pode ter resultado em uma nova vertente, que se apropria de elementos e os converte de uma maneira quase que natural.

Ao aceitar o fato de que, nesses termos, a análise se torna mais delicada e árida, relatamos que todas as voluntárias indicam a necessidade de uma participação mais efetiva da mulher em todos os setores e âmbitos sociais.

Originando-se desse pressuposto, notamos duas especificidades dignas de comentário. A primeira se refere ao diferencial apontado pela voluntária de Cód. 916435, a qual coloca a mulher como co-participante da esfera social, o que, a princípio, soa como um elemento bastante óbvio. Outrossim, há que se entender que, longe de ser apenas uma

indicação de caráter contingencial, ou seja, ligado ao contingente feminino que responde por aproximadamente cinqüenta por cento da humanidade em números absolutos, esta posição se refere ao caráter associativo, solidário e atuante em conformidade, digno da pós-modernidade.

O segundo diferencial a ser notado provém de uma passagem da resposta concedida pela voluntária de Cód. 741582, a qual se refere a um risco de perda da posição conquistada pela mulher na vida pública em função de uma fragilidade emocional inerente a ela mesma.

Isso remete à acepção comtiana de ser a mulher o gênero emotivo, sentimental, que tem o raciocínio estruturado de maneira sintética e não analítica, o que, aliás, também transparece quando a voluntária discorre sobre a necessidade de a mulher ser "racional" para conquistar seu espaço e ser respeitada.

A acepção mencionada acima, aliás, acabou por mexer concretamente com a formação de mulheres educadoras, as quais, mesmo hoje, em um período de suas vidas em que já se encontram aposentadas – mas até por conta disso, dispõem de tempo para algumas reflexões de âmbito filosófico –, defendem uma homenagem às mulheres inscrita em uma possível redefinição da divisa constante na bandeira nacional. A inclusão do termo "amor" configuraria a tal "homenagem".

Pelo que vimos, não estamos realmente lidando com um fenômeno acabado, e sim que ainda parece contar com várias de suas facetas reunidas, caminhando lado a lado, procurando por algum tipo de definição que, ao final, pode determinar ou não alguma mudança radical de conhecimento e conformação da sociedade que conhecemos.

De qualquer forma, não parece estar havendo mais algum tipo de busca feminista extremada, que disponha homens e mulheres numa frente de batalha acirrada, da qual a vitória de um lado implique necessariamente em derrota do outro. O que parece haver é uma confluência de propósitos, a busca por um equilíbrio, pelo qual o principal interessado tem de ser forçosamente a mulher.

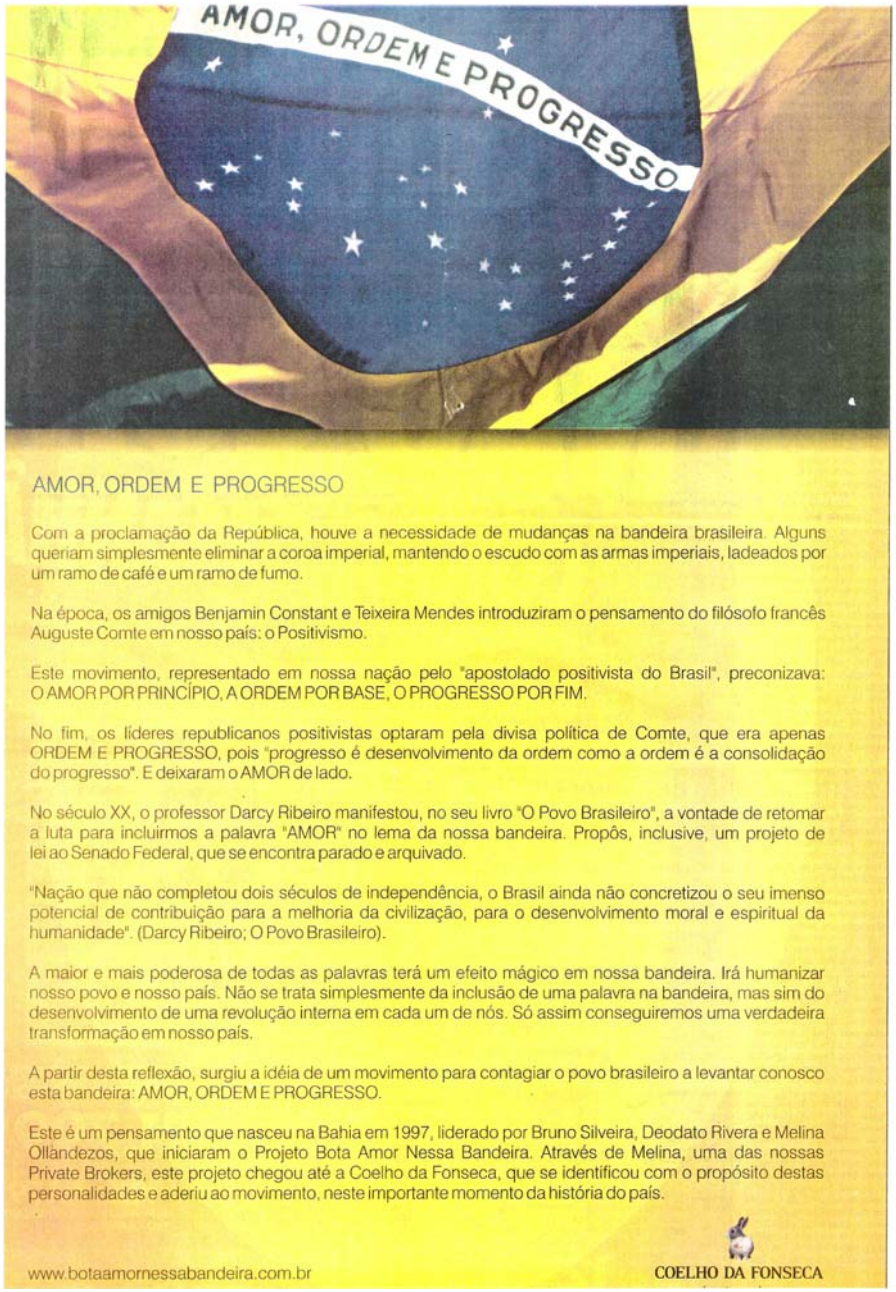


Figura 4 – Matéria do Jornal Folha de São Paulo defendida em sessão do C.P.F.C. por uma centrista. Uma centrista do C.P.F.C. defendeu a idéia de que a inclusão do termo “Amor” na bandeira nacional representaria uma homenagem a todas as mulheres da nação

A senhora considera a atual situação da mulher na sociedade ocidental, melhor ou pior que em outros tempos?				
Cód. 583081	**Cód. 036184**	**Cód. 916435**	**Cód. 741582**	**Cód. 847206**
Melhor, na medida em que participa ativamente de todos os setores da sociedade.	Melhor.	Não melhor que nos tempos primórdios, quando a civilização era matriarcal.	A mulher hoje não é mais a submissa de outros tempos, apesar de que (não é uma generalidade) com suas conquistas, tenha perdido muitas das qualidades inerentes à mulher.	Melhor que em outros tempos.

Quadro 11 – Pergunta 3 às voluntárias do CPFC e respostas

COMENTÁRIOS QUADRO 11:

Com relação à terceira pergunta respondida pelas voluntárias do C.P.F.C., afirmamos que o intuito principal era o de verificar o entendimento das mulheres no que diz respeito à possível constatação de uma realidade inteiramente nova em suas vidas, ou, em contrapartida, uma estagnação que negasse a idéia de processo, de movimento.

O que se viu foi uma indicação de caráter processual se operando no seio da sociedade, embora não necessariamente percebido da mesma forma por todas as depoentes. A maioria exprime uma posição de contentamento com relação à situação da mulher na sociedade, que, se não é perfeita, ao menos teria se modificado para melhor, com uma participação efetiva em todos os segmentos, apesar de todas as dificuldades em fazer tal participação ser preponderante ou mesmo dominante.

Também aqui, todavia, reparamos a infiltração de elementos sutis, que desafiam um pouco a nossa capacidade interpretativa. Um deles é a confissão da voluntária Cód. 916435 acerca de um desejo de ver a sociedade tomar uma configuração em que o feminino se sobreponha ao masculino, com uma configuração do tipo matriarcal, inerente aos primórdios dos grupos humanos (segundo sua própria afirmação).

Esse ideal, embora possa se assemelhar de alguma forma à alegada transição pós-moderna em direção a uma sociedade em que os elementos femininos se difundam indiscriminadamente entre homens e mulheres, revela, na verdade, um caráter masculino de

imposição ativa e, de alguma forma, belicosa, em que um lado deve se sobrepor ao outro, num jogo de forças desgastante e perigoso.

Isso vem a enriquecer ainda mais nossa gama de elementos interpretativos, posto que as facetas de um processo parecem com partículas suspensas no ar, que podem se combinar das mais diversas formas e forjar as mais variadas respostas, não importando a propensão aparentemente natural de seus sujeitos com relação a uma acepção ou a outra.

O outro elemento sutil ora enfocado é a confissão por parte da depoente Cód. 741582 acerca da "perda de qualidades inerentes à mulher", resultante das conquistas logradas no campo de forças existente entre os gêneros.

Dissemos, em outra circunstância, que as mulheres por vezes perdem com a sensação de terem vencido e vice-versa, pois nem sempre o que parece ser bom em definitivo o é. O exemplo acima nos ilustra melhor a questão. É claro que não só as mulheres convivem com esse tipo de risco, como também foi descrito naquela acepção de Marx, mas os homens têm o mundo para si, e autocorrigem sua trajetória sem incorrer em maiores impasses. Já o caso das mulheres é bem diferente. Um erro de cálculo envolverá toda a reconstrução de estratégias, de paradigmas e, principalmente, de expectativas.

A questão aqui proposta, por conseguinte, teve êxito em demonstrar que os discursos são ainda vagos, imprecisos, transitórios e apropriados de lado a lado, conforme as circunstâncias e as oportunidades. Um processo parece mesmo estar em curso, mas a direção em que se concretiza é potencialmente insondável.

Qual a sua avaliação a respeito das idéias orientadoras do mundo atual?				
Cód. 583081	**Cód. 036184**	**Cód. 916435**	**Cód. 741582**	**Cód. 847206**
Neste século, já houve grande evolução no mundo, melhorias em alguns setores e pioras em outros. Precisa haver discernimento.	É importante.	Extremamente consumista e, portanto, inconseqüente, porque não se dá conta de que essa orientação é prejudicial à vida do planeta. A noção vigente de "progresso" nada mais é do que um caminhar rápido para a destruição.	As idéias confusas que nem sempre orientam, muitas vezes utópicas, levam o ser humano imaturo a não encontrar perspectivas; junte-se a isso a divulgação apenas de um mundo agressivo e despido de ideais... o desejo de poder, de ter, são tônicas por demais valorizadas.	Respeito as boas idéias.

Quadro 12 – Pergunta 4 às voluntárias do CPFC e respostas

COMENTÁRIOS QUADRO 12

No caso da pergunta a respeito das idéias orientadoras do mundo atual, o objetivo era saber se, além de tudo aquilo que embasou a vida escolar e acadêmica das voluntárias, as atualizações e possíveis contatos conscientes com correntes filosóficas eram constantes.

O resultado, ao contrário do que se poderia imaginar, foi uma constatação de parâmetros tradicionais, como o próprio positivismo, adaptados principalmente pelo senso comum, de maneira a gerar uma visão de mundo bastante padronizada.

O que dissemos acima pode ser corroborado pelo uso recorrente de termos como "evolução" por parte das voluntárias – este termo foi o mais usado, sem qualquer sombra de dúvida –, "progresso", entre outros, que ajudam a conformar este panorama de positivismo reciclado, aproximadamente.

Outra observação importante é a que dá conta de uma certa influência da ecologia em meio às preocupações dessas pessoas, o que se pode verificar a partir de dizeres

como a da voluntária de Cód. 916435. Ela afirma que o consumismo é prejudicial para a vida "do planeta", e não no planeta, o que está sem dúvida alguma associada a idéias como a hipótese Gaia, defendida entre outras pessoas pelo teólogo Leonardo Boff (1938-).

A mesma voluntária se refere a uma tendência equivocada quanto ao conceito vigente de "progresso"; portanto, não condena a idéia em si, apenas a forma como ela é hodiernamente conduzida.

No contato que tivemos com os integrantes do C.P.P., pudemos observar que a idéia de necessidade de regeneração da vida social é uma constante, e isso também se verifica em frases que resumem o diagnóstico do mundo como "um caminhar rápido para a destruição", da mesma voluntária citada.

Apesar de a crítica ao consumismo ser aparentemente contrária ao neoliberalismo – idéia orientadora mais em voga no mundo hoje – ela é revestida desse cunho ideológico que faz parte da retórica neoliberal, que também inclui "politicamente corretos" e "corporativismos jurídicos" em profusão. [21]

Outra noção contraditória que emana dos choques de culturas formativas é a crítica às utopias (Cód. 741582) como idéias impossíveis de serem realizadas, ao passo que o mundo "despido de ideais" é visto como um dos elementos nocivos do mundo em que vivemos, tudo por parte da mesma pessoa.

Mais uma vez notamos e insistimos na hipótese de um movimento intelectual em processo, inconsciente, mas nem por isso inconsistente, que acarreta uma possível redefinição de metas para o futuro educacional da cidade, do estado, e até do país.

[21] Mais informações no prefácio de Loïc Wacquant para o livro de Bourdieu (2004).

Há espaço para grandes utopias, para sistemas de idéias orientadoras da cultura, no momento presente?				
Cód. 583081	**Cód. 036184**	**Cód. 916435**	**Cód. 741582**	**Cód. 847206**
Sim, o espaço está aberto para novas idéias.	Acredito que sim.	Há. O *Centro Paranaense Feminino de Cultura* e entidades similares são exemplos.	Não, pois é preciso viver o dia a dia. O ser humano deve ser, pela necessidade de sobrevivência, pragmático, sem deixar de acreditar e sonhar com um mundo melhor.	Há espaço às idéias de cultura. Utopia é idéia impraticável.

Quadro 13 – Pergunta 5 às voluntárias do CPFC e respostas

COMENTÁRIOS QUADRO 13

Quanto à especulação sobre as utopias, se há espaço para elas, e como se dará o processo cultural daqui por diante em meio a sociedades cada vez mais complexas e compromissadas com estruturas há muito tempo impostas, nossa idéia foi a de reparar como se lida com o paradigma do fim das utopias e, ao mesmo tempo, com a criação da alardeada rede de solidariedades natural.

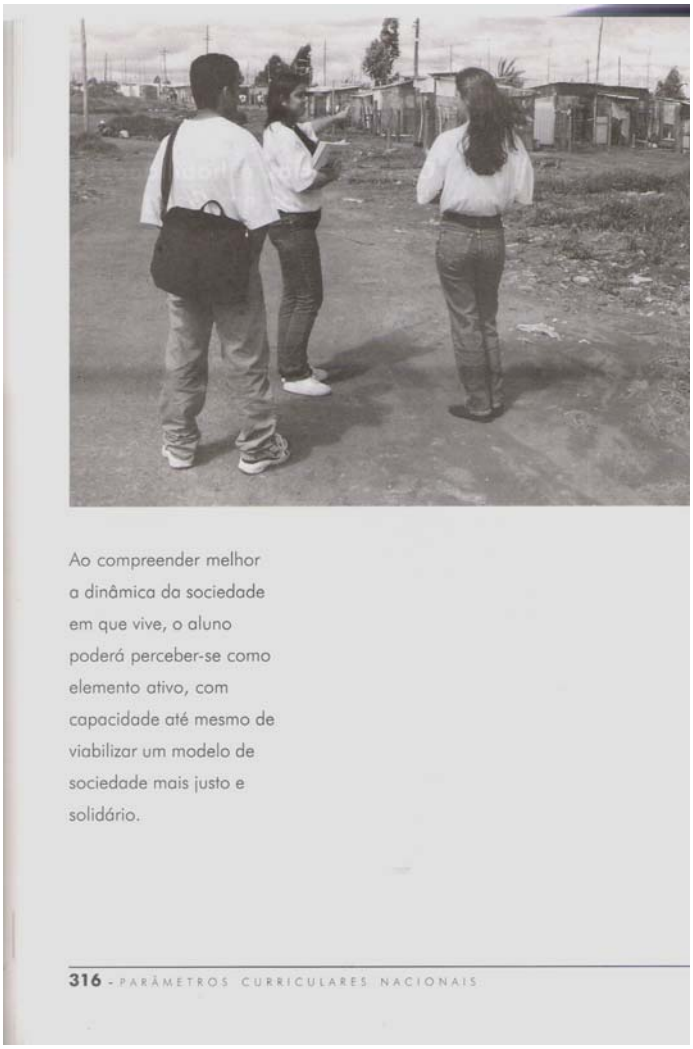
Mais uma vez o resultado foi surpreendente. Se tivermos o cuidado de observar o quadro de respostas da esquerda para a direita – obviamente isso foi só uma coincidência – temos a oportunidade de contemplar uma progressão de maneira bastante ilustrativa. As primeiras respostas apostam em um mundo regido por utopias, por idéias norteadoras audaciosas, de largo e contundente impacto social. A resposta situada na porção central do quadro aponta o próprio C.P.F.C. como um exemplo de entidade utópica, o que tornaria todas as integrantes, concordantes com seus estatutos, como pactuantes dessa visão. Ao transpor o meio do quadro e adentrar a porção direita do mesmo, vislumbra-se uma forma de transição de pensamento, que coloca o pragmatismo como inescapável e o sonho como combustível da *praxis*. Por fim, na extrema direita do quadro vemos a concretização da idéia de que o mundo utópico é impraticável e de que apenas a cultura como conformação estética terá vez deste ponto em diante.

Com a licença do uso desta coincidência esquemática como ilustração do fato dado, salientamos para a observação de que, seja qual for a ordem dos depoimentos em

questão, eles apontam para alguma evidência prática, nem que seja a simples constatação de que o discurso hegemônico obtém sucesso hoje em várias esferas, como aliás não pode deixar de ser, para o próprio prosperar do sistema em vigência.

A noção de “espaço aberto” (Cód. 583081) e o mote do fim das utopias devem realmente estar sempre juntos, para que não se perca de vista a idéia basilar de que a liberdade conduziu à realidade, e não o contrário.

Apesar de não fecharmos a questão, muito pelo contrário, procuramos fomentar a discussão, não nos parece razoável abrir mão desse tipo de consideração, tão bem evidenciada em depoimentos voluntários e não induzidos.



Ao compreender melhor a dinâmica da sociedade em que vive, o aluno poderá perceber-se como elemento ativo, com capacidade até mesmo de viabilizar um modelo de sociedade mais justo e solidário.

316 - PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Fonte: PCN – ensino médio, 1999

Figura 6 – Detalhe de um trecho dos novos Parâmetros Curriculares Nacionais que mostra como o discurso hegemônico fomenta a tal rede de solidariedades

A mulher é, ainda hoje, o melhor educador possível?				
Cód. 583081	**Cód. 036184**	**Cód. 916435**	**Cód. 741582**	**Cód. 847206**
Não sejamos feministas. Homens também podem ser bons educadores.	Sim.	A qualidade do educador não está, nem nunca esteve, no sexo.	A mulher como mãe é, ainda hoje, a melhor educadora, mas o estágio atual sócio-econômico, que ao mesmo tempo dá melhor condição de vida à mulher (estudo e trabalho), nos leva a ter certeza de que o bom educador (não o treinador) é um ser humano e independe do sexo ser bom ou mau em qualquer atividade. Mas é preciso ser o melhor ou procurar ser o melhor.	Ambos serão... com pesquisa e estudo.

Quadro 14 – Pergunta 6 às voluntárias do CPFC e respostas

COMENTÁRIOS QUADRO 14:

Na pergunta ligada diretamente à questão da mulher, a palavra “ainda”, além de buscar um nexo com a tradição doutrinária positivista, também tem a função de analisar o grau de responsabilidade auto-atribuído pelas mulheres ao seu papel educativo, analisando auto-estima e outros componentes pessoais.

O resultado obtido manteve certo padrão de amostragem, com uma voluntária declinando um simples e objetivo “sim” (Cód. 036184), três afirmando que os homens e as mulheres devem ser bons educadores, e uma atribuindo uma situação diferenciada à mulher (Cód. 741582), ao começar pelo seu natural desempenho da tarefa de mãe, como, aliás, está descrito em qualquer manual positivista.

Com a afirmação de que “a qualidade do educador não está nem nunca esteve no sexo”, a voluntária Cód. 916435 nega a tradição positivista que defendeu apenas no primeiro item investigado, quando se posicionou a favor do cientificismo. Nesse caso, entendemos que, dependendo de alguma variável específica do processo de formação educacional do indivíduo, fortalece-se mais um ou outro alicerce do pensamento desenvolvido por Comte, o que pode levar à configuração de positivismos díspares, atrofiados em alguns preceitos e hipertrofiados em outros.

Se isso for verdade, temos aí um indício daquilo que pode ter servido como um fator de enfraquecimento do positivismo clássico e de fortalecimento de algumas de suas características fundadoras, tais como o valor atribuído ao altruísmo, ao sentimento, à importância do aspecto feminino e ao desenvolvimento das solidariedades.

Há, ainda, elementos que podem ser de grande préstimo na análise proposta, como a recusa aberta do feminismo (Cód. 583081), que é certamente um sério tipo de ativismo militante; a percepção da necessidade de ação combinada entre homens e mulheres para a consecução de uma Educação transformadora e crítica, que não parece típica da modernidade, mas da retórica pós-modernista; o componente retórico neoliberal que incita ao compromisso competitivo de “ser o melhor”, ou “procurar ser o melhor” (Cód. 741582), mesmo que seja para uma atividade propensamente reveladora e crítica, como é o caso da Educação.

As idéias lançadas e cultivadas nos dias atuais parecem estar realmente surtindo o efeito desejado em várias instâncias da vida cultural e educacional do país, mesmo naquelas recobertas de certo hermetismo até bem pouco tempo.

Qual é o sentimento da mulher paranaense, em especial a associada ao centro, no tocante ao atual estado de coisas da Educação e da cultura nacional e local?				
Cód. 583081	**Cód. 036184**	**Cód. 916435**	**Cód. 741582**	**Cód. 847206**
Aqui no Paraná estamos esperando nova abertura, porque ainda existe muita mediocridade.	É um sentimento de grande preocupação. Precisamos melhorar o futuro de nossos jovens de menor posse, aumentar o nível dos professores e educadores, e isto só acontecerá aumentando os salários para que possam ter melhor qualidade de vida, assim transmitindo para os alunos confiança e otimismo no futuro.	Não posso responder pela mulher paranaense. Respondendo por mim, digo que continuamos valorizando mais a cultura alheia sem nos aprofundarmos no conhecimento da nossa.	O estado de coisas da Educação e da cultura nos leva a desejar que um novo movimento de renovação aconteça, pois a abertura do "vale-tudo" nos leva a uma Educação e cultura por demais tênue em sua horizontalidade. Todos têm direito a tudo, mas há um caminho a percorrer para a conquista definitiva. Obs. As opiniões aqui emitidas não se generalizam, pois no universo nada é igual e estático. Nenhuma idéia deve ser radical. O equilíbrio sempre será a melhor maneira de se dar ao ser humano uma melhor qualidade de vida. A felicidade sempre será uma utopia.	Há, no estado atual, muito a ser feito. Para tal contamos com professores bem aplicados e preparados para enfrentar essa juventude que vem avançando. É uma boa esperança...

Quadro 15 – Pergunta 7 às voluntárias do CPFC e respostas

COMENTÁRIOS QUADRO 15

Ao serem inquiridas a respeito do atual estado de coisas da Educação nacional e local, conseguimos talvez extrair as melhores respostas para a análise que ora empreendemos.

Antes de qualquer coisa, relatamos dois depoimentos que ainda dão conta de uma percepção por demais apagada do espaço paranaense em meio ao contexto nacional, como já havíamos salientado previamente.

Depoimentos como “Aqui no Paraná estamos esperando nova abertura, porque ainda existe muita mediocridade” (Cód. 583081), levam a crer que o curitibano, e o paranaense de forma geral, sempre se viu como um apartado, um distanciado, desde a época em que a distância física ainda fazia a diferença em relação ao contexto nacional e global, em virtude da não existência do espaço virtual e das comunicações de longo alcance.

Isso pode ter repercutido – e aqui é importante manter o comentário como especulação –, por exemplo, em um apego à tradição positivista de alcance educacional intenso, vista como uma saída tangível da situação de relevância secundária, lhe atribuída de forma exógena. A voluntária identificada pelo Cód. 916435 reforça a impressão sentida, e diz que “continuamos valorizando mais a cultura alheia sem nos aprofundarmos no conhecimento da nossa”. Teria sido a primeira abertura insinuada pela voluntária primeiramente citada o advento do positivismo na esfera local?

Outro elemento de importância é a utilização reiterada do termo “futuro” pela voluntária Cód. 036184. A orientação voltada para o futuro é de caráter notadamente positivista, apesar de fazer parte do jargão popular de quem nunca ouviu falar em positivismo e muito menos em Comte. Isso não desabona o fato, pois, como diz João Cruz Costa, o positivismo permanece no Brasil, ao menos em estado difuso (COSTA, 1956).

O último ponto em questão aqui vem da declaração da voluntária Cód. 741582, de que “nenhuma idéia deve ser radical” e “O equilíbrio sempre será a melhor maneira de se dar ao ser humano uma melhor qualidade de vida”. Apesar de essas noções estarem atreladas aos novos conceitos em voga, como o pós-modernismo e o cosmopolitismo, por exemplo, as expressões remeteram em um momento a Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), que afirmava que toda a virtude está no meio de dois vícios radicais. Desnecessário acrescentar que Aristóteles é um dos pilares do cientificismo positivista e mencionar as relações que se pode estabelecer entre o positivismo e as novas correntes filosóficas e sociológicas.

PERGUNTA 1 **Há alguma relação entre o Centro Paranaense Feminino de Cultura e a tradição Positivista paranaense?**	Não, nenhuma relação entre o CPFC e a tradição positivista. Muitas das atuais associadas foram alunas do Instituto de Educação do Paraná, onde alguns professores falavam sobre o grande professor que tinha sido Dario Velloso. Nem ao menos conhecíamos o Templo das Musas que, quando citado, tinha o encantamento da cultura greco-romana. Algumas das antigas associadas tinham participado das Festas da Primavera, representando personagens do teatro grego e participado do Cortejo de Chloris, como Pompília Lopes dos Santos.
PERGUNTA 2 **Qual a visão mais ampla da instituição com relação ao papel da mulher na sociedade?**	Há um consenso de que os pilares do progresso da mulher estão definidos pelo produto atual e conseqüente status social: A ascensão da mulher somente se dará pela sua conquista do conhecimento e da autonomia, resultantes da vivência da responsabilidade individual e social, assegurando os valores básicos universais. Daí o cuidado do CPFC com as suas programações, com o aperfeiçoamento cultural, coma vivência da arte, com o aprimoramento das relações..
PERGUNTA 3 **Enquanto Centro Feminino voltado às Artes e à Cultura, como se entende o papel a que se destinam as mulheres brasileiras no setor educacional?**	A finalidade atual do Centro prevê para a mulher, em qualquer papel que assuma, “um desempenho social qualificado, resultante do conhecimento atualizado, da sociabilidade apurada e de ações éticas compatíveis”.
PERGUNTA 4 **Em um mundo cada vez mais regulado pela cultura de massa e pela padronização estética comprometida com a idéia do lucro fácil, haverá no futuro espaço para centros como esse?**	O Centro é uma instituição de utilidade pública, sem fins lucrativos, de atividades político-sociais apartidárias, com setenta e três anos de ininterrupto funcionamento, seguindo uma trajetória de propostas e ações em permanentes transformações. Na atualidade, o seu desafio é semelhante a todas as demais instituições não governamentais: Aumentar o número de participantes e parceiros, assumindo novos planos de aprimoramento do seu desempenho cultural para enfrentar as constantes transformações da sociedade contemporânea. As instituições que não mantiverem essa mobilidade desaparecerão por estagnação.
PERGUNTA 5 **Qual é o sentimento da mulher paranaense, em especial a associada ao centro, no tocante ao atual estado de coisas da Educação e da cultura nacional e local?**	Há uma grande preocupação das associadas quanto à crescente expansão da violência em todos os segmentos sociais e consideram a banalização da violência contra a mulher resultado da falta de políticas públicas de proteção ao cidadão. Compreendem que a expansão das redes de Educação, municipais, estaduais e federal não atendem as necessidades das comunidades e desacreditam nos propósitos dos políticos, dadas as evidências do despreparo do sistema educacional que não atende a profissionalização do professor e vencimentos compatíveis com as funções do magistério. Quanto à cultura como um todo, sua opinião é contrária à ação isolada dos órgãos oficiais da Cultura e da Educação por ficar evidente que, trabalhadas separadamente, nem a Educação nem a Cultura atingem a maioria das comunidades. Pelas escolas, existentes na maioria das comunidades, pelo menos alguns destaques culturais eram tratados.
PERGUNTA 6 **A mulher é, ainda hoje, o melhor educador possível?**	A mulher continua sendo a fonte permanente de Cultura e de Educação. Na sociedade contemporânea o melhor educador deixou de ser a mulher ou o homem para serem ambos educadores

PERGUNTA 7 **Qual a sua avaliação a respeito das idéias orientadoras do mundo atual?**	As grandes utopias, por motivos vários, venceram a sua validade. No mundo em que vivemos nossos sonhos de aperfeiçoamento do homem e da qualidade de vida, envolvem tantos desafios que podem ser considerados as utopias a serem realizadas. Poderíamos citá-las entre os ideais de erradicar a pobreza, de implantar a paz entre os países, de educar para a vivência democrática entre os homens. Na atualidade, a grande verdade transmudou-se em ações embasadas na credibilidade, no estofo que forma o Homem e seu caráter exteriorizando-se na cooperação que promove a compreensão, incentiva a tolerância, aperfeiçoa a dinamização da justiça e outros tantos valores absolutos da democracia. Se as utopias eram inatingíveis e os ideais tão grandes que não cabem em uma geração, os sonhos são esperanças, cujas realizações dependem da nossa energia em dinamização a favor do outro que está ao lado.

Quadro 16 – Questionário destinado à Presidente do CPFC

COMENTÁRIOS QUADRO 16

Ao perfazer o mesmo caminho trilhado com relação à pesquisa envolvendo o C.P.P., prosseguimos nossa investigação no C.P.F.C. com um questionário especial destinado à sua presidente.

No estudo deste, pudemos perceber muitas nuances de relevância. Uma delas foi a constatação de que, analogamente ao ocorrido no C.P.P., nem sempre a direção de uma entidade tem total domínio ou consciência do que se passa em meio ao pensamento de seus associados.

Por exemplo, no tocante à primeira pergunta, que indaga sobre uma possível relação entre o C.P.F.C. e a tradição positivista paranaense, houve um distanciamento entre cabeça e membros da entidade. A primeira nega o fato, enquanto as últimas o evidenciam abertamente, em muitos casos.

Apesar disso, foi possível retirar o “sim” em meio ao “não”. Ou seja, mesmo ao achar que não há a ligação insinuada na pergunta, a presidente revelou que “muitas das atuais associadas foram alunas do Instituto de Educação do Paraná”, entidade educacional intimamente ligada com os primórdios da Educação paranaense e, como vimos na abertura deste capítulo, fundada sob uma lei com traços positivistas, em meio a uma época de certa força positivista e cultuada por alguns professores positivistas.

A menção a eventos da tradição positivista aos quais muitas das centristas se fizeram presentes e com participação efetiva, também mostra o aspecto paradoxal da negativa

oficial. A presidente do C.P.F.C., aliás, mescla elementos do neo-pitagorismo com a tradição positivista.

Quanto à segunda pergunta feita, a qual procura saber sobre o posicionamento da instituição acerca do papel da mulher na sociedade, muito pouco se pôde aferir, uma vez que a resposta foi demasiadamente técnica. Assim mesmo, pôde-se depreender um pouco acerca da questão da premência da Educação como instrumento para a autonomia da mulher, o que denota uma mescla de positivismo com um leve feminismo.

Acerca da pergunta que investigava o entendimento das centristas sobre o papel da mulher na Educação, apesar do tecnicismo burocrático da resposta, entendeu-se que a mulher associada ao C.P.F.C. ainda se preocupa deveras com o chamado “desempenho social qualificado”, o qual remete para questões que chamaríamos de “posturais”, na acepção ilustrativa do fato.

Mesmo com a consciência de que o tal “desempenho social qualificado” pode se estender a participações de cunho bastante engajado e efetivo, fica sempre a impressão de que à mulher está reservado um desígnio delicado, “belo” e não integral. A “sociabilidade apurada” e as “ações éticas compatíveis” também passam esse tipo de impressão.

Na quarta pergunta, ligeiramente deslocada do padrão das demais, e forjada com o intuito de criticar abertamente a sociedade atual para que se possa provocar uma reação, favorável ou adversa, obteve-se uma resposta bastante ácida. O termo “enfrentar as constantes transformações da sociedade contemporânea” remete a uma noção de impertinência da transformação, a qual se mostra mais nociva do que benéfica com o passar do tempo.

Se interpretarmos assim, ficaremos diante de uma colocação paradoxal, a qual remete o termo “progresso” para o estado de “mal”, indesejável. Em contrapartida, a afirmação de que “as instituições sem mobilidade desaparecerão por estagnação” requisitam o fluxo, benéfico, voltado para o “bem”. Ficamos, então, diante de uma avaliação transitória, como que num jogo de forças que se opera em níveis de consciência distintos.

A respeito da quinta pergunta, que quer saber a opinião das paranaenses acerca do estado atual de coisas na Educação e na Cultura, ressalta a opinião de que os Órgãos oficiais já não devem centralizar e monopolizar as ações em prol da população. Essa é uma retórica difundida pelas vozes neoliberais – que querem ver o Estado cada vez menos

operante e incapaz de fiscalizar meios particulares poderosos – e que se funde muito bem com o prognóstico pós-moderno de uma rede de solidariedades não ativistas e essencialmente utópicas.

Temos aí a demonstração de que, para quem foi criado sob a influência do altruísmo, não é tão difícil aderir a posições que apelam para a solidariedade, o que é louvável, mas pode ser muito bem canalizado em prol de intenções escusas do modelo social e político vigente.

A sexta pergunta procurou, como já explicado em todas as vezes que foi utilizada anteriormente, perceber o grau de fidelidade a uma idéia estrutural do positivismo e das sociedades tradicionais, o que estabeleceria um vínculo doutrinário inegável.

Apesar de obtermos uma resposta aparentemente ambígua, a interpretação que fazemos é a de que, mesmo tendo originariamente a certeza do pressuposto levantado, o discurso da eliminação das diferenças se tornou tão eficaz que se sobrepõe aos resquícios educacionais formadores. Isto não pode ser desprezado.

Quanto à última pergunta, voltamos a especular sobre filosofias de vida e posturas ideológicas. A resposta obtida foi a de que as utopias não mais existem. Como a presidente afirmou em uma das respostas que a necessidade de atualização das idéias norteadoras do centro é constante, nada mais de acordo.

Temos a nítida impressão de que, para quem foi criado em meio a motivações de cunho até certo grau positivista, entender o mundo como uma rede de solidariedades em prol de ações palpáveis não é nada que fira substancialmente princípios lentamente cultivados. Tentaremos observar esse aspecto adiante.

3.3 Considerações a Partir de Análise Documental

De posse dos subsídios conseguidos por meio das declarações prestadas pelos membros do C.P.P. e do C.P.F.C., fomos capazes de tecer algumas considerações e sustentar algumas argumentações.

Apesar disso, sabemos que o esforço não é suficiente se não levarmos também em consideração alguns dados documentais, sobre os quais não se pode pôr dúvida, ao menos quanto à sua autenticidade e validade.

Tentaremos, portanto, extrair esses dados de fontes diversas, como a lei anteriormente comentada (Lei n.º 456, de 12 de abril de 1876), que deu origem ao Instituto Paranaense, posteriormente transformado em Instituto de Educação do Paraná. Buscaremos também analisar documentos oficiais das entidades pesquisadas, como seus estatutos, publicações de circulação interna ou de tiragem autofinanciada, entre outros.

Comecemos então por uma demonstração de caráter histórico, a qual já foi brevemente iniciada. Diz a Lei n.º 456, em seu artigo 1º, parágrafo 16, que "Um dos professores do instituto será o diretor dos estudos da província, percebendo por isso, além do ordenado respectivo, uma gratificação igual ao ordenado que perceber o professor de uma só cadeira, ainda que lecione em duas".

Note-se, assim, que o Instituto de Educação – que só tomou esse nome na década de 1920 – foi criado como um órgão de importância extrema no contexto do ensino no Paraná, assumindo desde cedo uma função normativa, semelhante àquela exercida pelo Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, capital do Império.

Dessa forma, podemos inferir que, além de ter formado muitas pessoas dentro de padrões tendenciosamente positivistas, o Instituto de Educação irradiou seus parâmetros para muitas das demais organizações de ensino da província, vindo a estender suas características formativas de forma considerável.

É fator de sustentação dessa posição o Artigo 165 do Regulamento Orgânico da Lei n.º 456, que determina:

> [...] de dois em dois meses, em dia determinado pelo presidente da província, com a devida antecedência, os lentes do Instituto são obrigados a se reunirem sob a presidência do diretor geral para discutirem os melhoramentos do ensino. Os professores da capital deverão comparecer, e poderão tomar parte nas mesmas discussões. A ata ou resumo das conferências será organizada por um dos professores do Instituto, e publicada no jornal oficial.

Pela análise do Título V do mesmo Regulamento Orgânico da Lei acima citada, em seu Capítulo I (dos deveres dos professores), notamos, no artigo 102, parágrafo 1º,

uma determinação similar a que Auguste Comte fazia a seus seguidores como sugestão. Lê-se ali que os professores não podem assumir “o exercício de profissão comercial ou de indústria” paralelamente ao professorato.

Todos esses são indícios de que, apesar de não serem abertamente instituídos sob as determinações positivistas, os estabelecimentos de ensino do Paraná tiveram uma configuração influenciada pelas mesmas, o que não é um fato irrelevante. Muitos desdobramentos de ordem social podem decorrer daí.

Do estudo das entidades surgidas bem após a Proclamação da República, mas que refletem de algum modo a Educação estruturada nos tempos descritos e fundamentados pela Lei acima mencionada, uma vez que muitos de seus integrantes estudaram e/ou lecionaram sob suas perspectivas, entendemos que há contribuições marcantes a serem enfocadas.

A primeira delas é a de que, por ter sido fundado em 1927, encampando as atividades de uma outra entidade fundada em 1923, o C.P.P. estava realmente ligado à expectativa ideológica de um momento histórico, que seria de caráter um pouco defasado para a capital, mas plenamente coerente para uma província nova e afastada, ou seja, a do Paraná.

O C.P.F.C., por sua vez, ao surgir somente dez anos após a primeira organização oficial representativa dos positivistas no Paraná, certamente carregou consigo algo daquela ambientação filosófica forte e ativa para o momento, até porque as dificuldades impostas à mulher a levariam forçosamente a um descompasso temporal organizativo, que de maneira alguma deveria ser encarado como anacronismo.

Já por parte da interpretação dos elementos estruturais, recebemos a informação de que o C.P.F.C. tem em seus quadros o número de 137 integrantes, das quais a maioria, ou um grande número delas, é de ex-professoras do Instituto de Educação do Paraná. Ao se analisar sua faixa etária, por nós mantida em sigilo, mas informada precisamente no arrolamento de dados institucionais e pessoais, vimos que, em média, seu exercício da atividade do magistério se deu a partir da década de 1950, ou seja, não demasiadamente distantes de todo o processo positivista mais efervescente que acabou por gerar a entidade da qual hoje fazem parte.

A presidente da entidade, aliás, foi muito influenciada e estimulada em suas aptidões artísticas e culturais – segundo descrito em publicação restrita – por Helena Kolody

(1912-2004), poeta paranaense de grande repercussão e respaldo no Estado, a qual estudou e lecionou no Instituto de Educação, tendo inclusive uma sala com placa em sua homenagem. [22]

Outro incentivador seu teria sido o educador Erasmo Pilotto (1910-1992), que, por ter sido professor de renome, atrelado ao Instituto de Educação, terminou por rebatizá-lo, mudando a sigla do mesmo de IEP para IEPPEP (pela inclusão dos termos Professor Erasmo Pilotto). [23]

Uma outra integrante efetiva do C.P.F.C., ocupante de cargos diretivos em algumas ocasiões, foi também aluna do IEP e é sobrinha de uma educadora paranaense de vulto, a professora Annette Clotilde Portugal Macedo, filha do ex-diretor da Instrução Pública do Paraná, senhor Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo (MELLO; SILVA JR., 2005). Como se pode notar pelo segundo nome de sua filha, Clotilde – seria só uma coincidência? –, a história biográfica e a trajetória geral de vida de Auguste Comte não lhe deviam ser ignoradas. [24]

Assim se vê que muito do que foi ensinado nos lares e escolas de Curitiba e, por extensão, de quase todo o Paraná, deve ter alguma influência do positivismo, pois se esse foi um elemento não oficial da Educação adotada no Estado, seu apelo tomou contornos de eficiência talvez até mais contundente, posto que subliminares.

Agora, isso posto, devemos ter em mente que, apesar de tais influências, digamos, indiretas, não há como se pensar que tudo conflui para a configuração de um Estado fielmente positivista nos dias de hoje. Muito pelo contrário, como se pode atestar pelas críticas de toda ordem contra a doutrina emanadas de todas as partes do país e do mundo, vive-se em um ambiente contrário às pregações dos positivistas, principalmente dos assumidos e ortodoxos.

O que se quer lembrar, no entanto, é que mesmo havendo uma modificação intensa por parte das imposições atuais, o positivismo responde por uma parcela significativa do arcabouço teórico e cultural das mentes formadas no Paraná, o que se revela na hora em

[22] Isso não quer dizer que Helena Kolody tenha sido positivista, mas sim que estudou no IEP na época em que tais influências potencialmente seriam melhor notadas.
[23] Idem com relação a Erasmo Pilotto.
[24] Ao ler-se o livro “Felicidade pela Educação” de autoria de Macedo (1952), acerca da vida de Annette Macedo, pode-se notar, principalmente através de aspectos discursivos, proximidades com o ideário de vida positivista. Vale também notar que o pai de Annette foi diretor geral da instrução pública do Paraná.

que novas influências são trazidas e, por assim dizer, retrabalhadas. É esse o momento em que se verifica uma espécie de “mestiçagem cultural”. [25]

Uma demonstração ilustrativa do que dizemos é a mudança operada na finalidade explícita pelo C.P.F.C., que de 1933 para 1992 – 1992 é momento auge da febre neoliberal –, transformou drasticamente seus parâmetros.

Primeiro vislumbrava-se

> Incentivar a cultura da Mulher em todos os ramos, moral, intelectual, artística e fisicamente, envidando esforços para que se torne eficiente nas atividades sociais e domésticas, bem como na vida pública, intelectual e política, lutando contra o preconceito de raça, crença e cor. (C.P.F.C., 2001)

Depois se passou para o mote “Ampliar o campo cultural da mulher com vistas a um desempenho individual e social qualificado, resultante do conhecimento atualizado, da sensibilidade apurada e de ações éticas compatíveis”.

Como já dissemos antes, uma mudança não traumática para quem é educado e acostumado dentro de parâmetros basilares conciliadores e altruístas.

3.4 A ESCOLA NORMAL DO PONTO DE VISTA NORMATIVO E DO PONTO DE VISTA DA MEMÓRIA

> A tradição oral, mediante a palavra falada, exprime uma verdade poética de conteúdo simbólico; por essa razão, ela é dotada de caráter histórico, porque, enquanto palavra falada, ela é também memória, faculdade que possibilita a celebração dos feitos humanos. (GUIDO, 2004)

Temos falado desde o início de nossas considerações acerca de uma importância crucial da Educação e do Magistério na modificação da sociedade brasileira e ocidental nos últimos tempos, desde a inclusão da mulher em sua esfera prática e pública. Talvez tenhamos dito pouco até agora com base em documentação específica.

[25] Conceito trabalhado pelo historiador Serge Gruzinski na obra “O pensamento mestiço” (2001).

Procuraremos fazê-lo, a partir de agora, utilizando-nos de uma pesquisa substancial a respeito da “Escola Secundária” em Curitiba, o que se estende invariavelmente a todo o Paraná, em maior ou menor grau. É necessário reiterar, mais uma vez, que muito do que dizemos está calcado na observação de discursos, daquilo que é dito em determinadas épocas como fluxo natural do pensamento, sem que muitas vezes se note a carga ideológica ali incutida.

A Escola Normal de Curitiba, desde o século XIX, se mantinha sob alguns pressupostos notadamente positivistas. Quanto ao currículo, por exemplo, ensinava-se em certa instância “ ‘Prendas domésticas’ para as alunas, o que denotava uma tendência a associá-las ao espaço do lar” (ROCHA, 2003, p. 145).

Já na década de 20 do século XX, dizia-se que era necessário, em relação à inteligência das crianças,

> [...] que elas se tornassem independentes, sendo capazes de saber o que era mais necessário à vida e também soubessem identificar causas e conseqüências. Por isso, os professores deveriam ter uma formação profissional rigorosa aliada, contudo, à formação de um espírito sacerdotal. Segundo ele [César Prieto Martinez, Inspetor Geral do Ensino no governo de Caetano Munhoz da Rocha], o magistério deveria ser abraçado por aqueles cujo ideal fosse a grandeza da pátria e não o de fazer fortuna. (ROCHA, 2003, p. 150)

Note-se que aí também surgem muitas prerrogativas que podem ser de cunho positivista. Fala-se, por exemplo, na identificação de “causas e conseqüências”, o que revela uma concepção linear e evolutiva de fatos e acontecimentos possibilitadora de “previsão científica”. Fala-se, também, em “espírito sacerdotal”, o que remete a um conhecido Grã-Sacerdote de um certo Catecismo Positivista, ninguém menos do que Auguste Comte. Por fim, mencionam-se os chamados ideais de “grandeza da pátria”, que são eminentemente positivistas, e os impeditivos de se “fazer fortuna” com a Educação, imputando à tarefa educativa a pecha de atividade econômica complementar, o que está de acordo com a função aceita para as mulheres pela lógica positivista.

Na mesma década acima citada, o professor Lysímaco Ferreira da Costa – primeiro diretor da Escola Normal Secundária de Curitiba a ocupar o novo Palácio da Instrução (Sede da Rua Emiliano Perneta) – dizia que “Cabia à ela [Escola Normal] ministrar um mínimo de conhecimentos ‘concretos e úteis’ capazes de iniciar os paranaenses numa vida

laboriosa e fecunda, transformando cada um deles em um fator real do progresso brasileiro" (COSTA apud ROCHA, 2003, p. 151). Acrescentado a isso, há as palavras de Dorothy Rocha:

> Daí a importância do professor primário, melhor dizendo, da professora primária, pois o próprio Costa reconhecia que como o ofício não possibilitava 'fazer fortuna', os homens estavam desertando das Escolas Normais e fugindo do exercício do magistério primário. Cabia então à mulher o 'sacerdócio do ensino primário' e esta formação deveria ser o objetivo primordial das Escolas Normais. Estas seriam também o santuário educativo das moças da melhor sociedade curitibana (ROCHA, 2003, p. 151)

Veja-se aí a confirmação de que o magistério estava realmente destinado às mulheres de forma premeditada, de que as mulheres levariam sua "vocação" educadora ao espaço público em troca de um pagamento muito mais "simbólico" do que verdadeiramente profissional uma vez que sua função era "sacerdotal", e de que a Escola Normal tinha uma configuração elitista, ao contrário do que se poderia pensar hoje.

Dorothy Rocha, em seu trabalho, infere que "[...] estão evidentes também, em várias passagens, as preocupações do professor Lysímaco com o progresso, a ordem, a disciplina e a obediência" (ROCHA, 2003, p. 153). Apesar de não constar na seqüência tradicional, a repetição dos termos "Ordem e Progresso" não nos soa como coincidência.

Para finalizar essa parte, arrolamos o dado que dá conta de que

> A reurbanização da capital [Curitiba] veio ao encontro do projeto político da burguesia industrial do Estado do Paraná. De Boni define este projeto como civilização: 'democracia, cultura, virtudes, beleza, bem-estar, confraternização, movimento, trabalho, lazer, beleza, enfim, **ordem e progresso**' (1988:14). (DE BONI apud ROCHA, 2003, p. 153–154) [grifo do autor]

Acrescente-se a isso que

> Este projeto político, bem como as expectativas das classes dirigentes em torno das contribuições efetivas dos professores para tornar cada paranaense fator real do progresso brasileiro definiram uma proposta educacional para a Escola Normal que contemplasse o preparo de professores comprometidos com a formação de trabalhadores com bons hábitos morais e mentais, trabalhadores disciplinados, respeitadores da lei, das autoridades e das instituições. (ROCHA, 2003, p. 154),

e nós teremos em parte a confirmação de que essa instituição de ensino era realmente um foco irradiador de comportamento e cabedal instrutivo para todo o Paraná, merecedora, portanto, da maior atenção no que tange à configuração global do Estado. Tentaremos contribuir para isso com recurso a depoimentos que se incluem na metodologia da História Oral.

3.5 ENTREVISTAS COM VOLUNTÁRIAS DO C.P.F.C.

Voluntária código: 784521

1- Qual é a função da Educação, na sua opinião?
R- A Educação é uma vivência que vai construindo aos poucos a personalidade do indivíduo. A função dela é ordenar e concorrer para o desenvolvimento global, total da pessoa. É por isso que é tão difícil lidar com a Educação, porque as mesmas propostas, os mesmos mecanismos, os mesmos materiais, as mesmas técnicas, reagem diferentemente em cada personalidade, até porque a Educação é um processo interior que se realiza com ou sem estímulos, e a proposta da Educação sistemática é uma orientação e um encaminhamento dessa Educação como um todo, entre as diversas facetas que interferem na formação da personalidade.

Análise da resposta:

A resposta apresentada pela voluntária teve uma configuração eminentemente técnica, na qual preponderou a visão de Educação em termos pessoais. O ponto a ressaltar é a questão da Educação sistemática contribuir para a formação da personalidade. Isso tem a ver com o que dizemos em termos de perfil pessoal a partir de exposição a motes filosóficos.

2- Qual é o papel da História, na sua opinião?
R- É um papel de grande importância, porque os fatos e os acontecimentos, apesar de estarem envolvidos com as circunstâncias de cada época e de cada pessoa, são de alguma forma um pressuposto do futuro. Então, o papel da História é não só como memória, como fixação e conhecimento dessa memória, como é também uma ferramenta que pode concorrer para que fatos sejam modificados, sejam aperfeiçoados ou deixem de existir, dadas às circunstâncias de

cada época e as conquistas e realizações do Homem durante cada época. Se bem que se saiba que as realizações do Homem são também produto de uma série de circunstâncias.

Análise da resposta:

Ficou evidenciada uma noção acerca de História que se pauta pelos fatos e pelos nomes de vulto, o que é uma característica positivista. Há, também, a inclinação a se pensar na História como modo de se prever o futuro, o que corresponde ao mesmo viés formativo.

3- A senhora estudou no IEP? Em caso afirmativo, qual tipo de visão era difundido acerca da mulher e da professora na sociedade?

R- Sim. É um papel de extrema importância, importância básica na formação do Homem e na formação da sociedade. Porque aquela era uma Educação muito aberta, ao menos com relação à época em que eu estive por lá. Tínhamos um conhecimento muito grande de filosofia, de sociologia, e com debates a respeito da posição da mulher e da grande importância de a mulher ter um contato com o mundo exterior, digamos, fora do seu lar, onde a mulher pudesse ter uma visão mais eclética, menos direcionada, do desenvolvimento da sociedade, da progressão do desenvolvimento humano, e o estudo era muito aprofundado. Na minha época, os professores eram grandes pensadores, e isso dava um atendimento individualizado. Havia, no meu tempo, uma proposta de individualização da Educação com atendimento das potencialidades de cada aluno, e então nós tínhamos paralelamente ao curso dois grandes campos de estudo, que eram o Centro de Cultura Júlia Wanderley, onde se estudava Arte e Literatura de modo individualizado e independente e onde os próprios alunos trabalhavam assuntos sem orientação do professor, e então surgiam idéias novas, etc.. Ou o Curso Superior de Pedagogia, no qual se fazia uma busca na bibliografia de grandes pensadores e se chegava a solucionar alguns problemas sociais.

Análise da resposta:

Vê-se bem que a mulher instruída pelo IEP se sentia como se o mundo as convidasse a fazer parte de uma nova era, qual seja, a de inclusão do sexo feminino na nobre tarefa de educar o homem e a sociedade, por extensão. Alguns termos como “progressão do desenvolvimento humano” também não dão muitas margens à negação do ideário positivista.

4- A senhora via coerência entre o que era propagado em termos de função educacional da mulher e a conduta pessoal dos educadores?

R- Isso era muito diversificado. Alguns professores tinham essa visão. Eu fui aluna na época do Curso de Formação de Professores. Foi um período muito rico, com a presença de professores muito especiais. Isso depois se modificou, não sei se para melhor ou não, mas perdeu-se em projeção, que levava à realização do que os professores pretendiam. Basta dizer que houve uma eleição para orador da turma na qual um décimo da turma, aproximadamente, dizia que o Homem representaria a mulher, e a luta foi muito grande. E uma mulher venceu a disputa para ser a oradora da turma. Então era muito aberto; havia esse produto dessa época, de trabalhar, de estudar, ser independente, tentar posições pelo conhecimento. Era essa a proposta, ou seja, da mulher vencer pelo conhecimento. Alguns professores da minha época eram casados com professoras e eu vejo que não havia contundência. Se havia um cerceamento de direitos da mulher isso não era visível, pois nós, que éramos na maioria mulheres, éramos incentivadas a seguir para o interior, para sairmos de casa e ir dar aulas, a ter uma leitura mais avançada, etc.. Nós líamos, por exemplo, Madame Beauvoir. Eram livros que eram orientados pelos professores. Então, aqueles que eram mais chegados à turma, eram professores progressistas. Então, eu me sinto, ainda, o produto daquele ensino.

Análise da resposta:

Aqui há que se destacar algumas questões. A primeira delas é, inversamente ao encaminhamento do texto, a noção de se sentir produto de um tipo de ensino. Isso permite pensar que as filosofias trabalhadas ao longo da vida estudantil de uma pessoa têm realmente o poder de doutriná-la, moldando caráter e personalidade. A segunda é a utilização do termo “progressistas”, que remete ao envolvimento entre o positivismo e o marxismo, mais uma vez. Apesar de a palavra “progresso” ser um marco distintivo do positivismo, “progressista” é algo plenamente identificável com o marxismo, com o avanço social. Outro fato digno de nota é a aproximação do universo de formação das educadoras curitibanas com o universo conceitual francês, que mesmo não sendo o de Comte, denota uma ligação forte com aquele país em termos intelectuais. A terceira diz respeito à possível confluência de interesses que fez com que muitos educadores de renome rumassem para o interior daquele estabelecimento de ensino, criando uma época áurea de efervescência cultural, justamente quando se queria incentivar o papel da mulher educadora. Por fim, há que se pensar no quanto se incentivou a partida de mulheres educadoras para várias partes do Estado após receberem a formação em magistério pelo IEP. Se uma boa parte delas aceitou o desafio, então não seria de se estranhar que o estabelecimento tenha sido o grande disseminador educacional do Estado.

5- Que idéia a senhora faz acerca da filosofia positivista?

R- Eu não conheço o positivismo, mas sei o que ele fez no Paraná. Ele rompeu muitas barreiras, pois o estudo era muito fechado, e em Curitiba nós tivemos muito tempo ainda um saber mais ligado aos núcleos religiosos do que propriamente uma Educação laica. Então, agora nós sabemos que no Colégio Estadual eles permaneceram e saíram aqueles que discordavam da situação em tela. Então, o Instituto de Educação era considerado um estabelecimento revolucionário para os costumes da época. Olhando agora eu considero isso, porque para lá foi a turma do Dario Veloso. Ele saiu do Colégio Estadual e foi com um grupo, então se considerava que era a dissensão de um grupo. Só mais tarde é que eu vim a saber essa questão. Eu mesma participei sem saber disso, porque uma vez eu dei um concerto de declamação numa loja maçônica. Então, era um negócio raro na época. Eu declamei doze números de poesia de autores portugueses, brasileiros, franceses, num congresso maçônico. Eu fui levada por um professor do Instituto de Educação, com conivência da minha mãe – eu já não tinha mais pai – sem que nunca houvesse uma explicação. O que eu levava era uma poesia de fundo religioso muitas vezes, uma poesia sempre de fundo moral muito bom, mas, eu ter ido com esse professor declamar numa loja maçônica mostra a abertura que havia. Ao mesmo tempo, eu ia com outros professores e declamava numa festa da Academia de Letras onde o assunto era religioso. Então, eu tive essa abertura, que foi muito válida para a minha vida.

Análise da resposta:

Note-se que a entrevistada faz questão de frisar que não conhece o positivismo, mas se contradiz em parte, ao afirmar que sabe o que ele fez no Paraná. Ao se travar contato com alguma doutrina, seja pelo viés do conhecimento científico ou qualquer outro, sempre se pode agregar alguma noção para a vida prática. Outro ponto relevante é a formação católica, a qual – segundo o próprio Comte – facilita a introjeção de certas premissas positivistas. Podemos, também, acrescentar a consciência do distanciamento paranaense dos centros decisórios e mais propriamente culturais do país, o que pode representar um fator de retenção mais perene de doutrinas e costumes por parte de um povo. Há também uma certa miscelânea de conhecimentos, pois Dario Veloso (1869-1937) é apontado como um positivista, enquanto sabe-se que sua inclinação e engajamento eram rumo ao movimento neo-pitagórico. Embora isso ocorra, não invalida nossa idéia de que a miscigenação de elementos, com influência do positivismo, tenha contribuído para formar uma concepção epistemológica nova.

Voluntária código: 847206

1- Na sua opinião, qual a função da Educação?

R- A Educação eu acho que é primordial na vida de todas as pessoas, começando por quem é bem pequeno [nenê quase] a ser educado. Uma coisa que eu acho é que a Educação deve ser provida pelo Governo, gratuitamente, assim como a Saúde.

Análise da resposta:

Percebe-se que a entrevistada tem dois pontos delineados com convicção. O primeiro é o da necessidade de se educar alguém desde o berço, ou seja, a partir do espaço do lar, função essa tradicionalmente atribuída às mulheres. A segunda é a de que o Governo precisa prover a Educação de maneira gratuita, o que pressupõe um Estado forte, contrariamente ao que pregam os liberais e neoliberais, e favoravelmente à República, digamos "firme", dos positivistas.

2- Na sua opinião, qual o papel da História?

R- A História é muito importante. Eu acho que a História precisa ser muito bem conhecida, muito bem estudada, porque a História tem que olhar para trás, para os anos todos que já se foram. Por exemplo, o Brasil tem 506 anos de História. Essa história do Brasil é uma história bem longa, muito interessante e muito diversificada. Porque tem muita gente que condena a atitude dos colonizadores portugueses que chegaram aqui no Brasil, que foram donos do Brasil, que usaram tanto do nosso país. Porque os donos do nosso país eram os índios.

Análise da resposta:

A linearidade da História aos moldes positivistas é mais uma vez um indicativo de que essa filosofia se embrenhou educacionalmente no Brasil, ao menos como aparato metodológico.

3- A senhora estudou no IEP? Em caso afirmativo, qual visão era difundida acerca do papel da mulher e da professora na sociedade?

R- Sim. O papel da mulher é muito importante. Quase todos os professores do Instituto de Educação, quando eu fiz o "magistério", que era um curso para senhoras, eram de grande renome. Helena Kolody, que dispensa comentários, América Sabóia, Emília Ribas, Ester Tourinho, foram todas muito prestativas, conceituadas e adoráveis. Eu fazia dois cursos naquela ocasião. Eu fazia o "Magistério" de manhã [e depois eu consegui uma cadeira num

grupo escolar nas Mercês, onde eu lecionava quando ainda era estudante] e depois eu ia para o "científico", porque eu queria fazer odontologia. Eu tinha professores maravilhosos. As alunas eram todas moças, mas o interessante é que tinha um rapaz que quis ingressar no Instituto [era só ele de homem] porque queria adquirir um conhecimento maior de Português, e a América Sabóia era uma sumidade. Então, o papel da mulher na sociedade é se associar e ser companheira do homem em qualquer ocasião e eventualidade. A família do meu marido era toda católica, e ele também, então quando eu o conheci ele estava no primeiro ano de medicina, e ele ia à Igreja.

Análise da resposta:

Mais uma vez foram identificadas aí as características arroladas pela voluntária do depoimento anterior: professores e professoras do IEP eram de grande renome; o contingente de alunos do magistério era praticamente todo suprido por mulheres; os homens que se interessavam em fazer o curso de magistério tinham objetivos outros que não o de seguirem a carreira docente; o catolicismo sempre esteve a balizar a vida das jovens estudantes. O que impressiona mais aqui é a certeza de que a mulher tem o papel definido de companheira inconteste do homem, mesmo quando aspira a ser alguém com função pública até dupla, como no caso dessa professora-dentista.

4- A senhora via coerência entre o que era propagado em termos de função educacional da mulher e a conduta pessoal dos educadores?
R- É, aí nem sempre. Às vezes, falar uma coisa é fácil, mas fazer nem tanto. Em geral, a conduta era muito séria e respeitosa, mas havia um ou outro "arrojado demais".

Análise da resposta:

A ressalva que é feita por essa voluntária parece ser a que dá conta da exceção, o que somente vem a ratificar a regra.

5- Que idéia a senhora faz acerca da filosofia positivista?
R- O Augusto Comte, que era francês de Montpellier, tinha uma idéia muito abrangente para a humanidade, o mundo todo, como se uma coisa fosse para todos, igual. Por exemplo, ele queria só uma religião para todos. É uma coisa que me parece difícil. Ele tinha um pensamento utópico, mas quem sabe agora, com o tempo, haja alguma mudança e seu sonho possa se concretizar, não sei.

Análise da resposta:

A entrevistada se colocou frente à questão do positivismo com uma segurança e clareza talvez superiores àquela que demonstrou quando do relato das impressões e vivências pessoais. Nesse ponto, talvez se evidencie aquilo que é cristalizado em termos de conhecimento comum. A recusa da utopia de Comte parece estar em grau subliminar.

Voluntária código : 128954

1- Na sua opinião, qual a função da Educação?

R- A Educação é a formação do indivíduo em toda a sua totalidade. A Educação começa antes de a criança nascer. Eu acho que quando a mãe já se sente grávida e gerando um ser, ela já começa no próprio pensamento dela a transmitir pra essa criança princípios e Educação e valores. Eu acho que a Educação começa aí e, depois, é claro, com o nascimento, com a infância em casa, e a escola, que tem muita participação em tudo isso, mas que deixou, porque eu acho que a escola, de repente, eu não sei... Porque eu sou filha de professora, o meu pai também foi professor, e o meu avô foi um grande professor, mas eu acho que isso é nato. Eu acho que a Educação, nesse tempo mais antigo, porque a minha formação já é de mais tempo, e recebendo em casa, a gente transmitia não só os valores específicos, mas aquela formação de vida. Recebi e tentei passar, pelo menos. Infelizmente eu acho que hoje, para a formação do indivíduo, está faltando alguma coisa aí. Olha, eu não sei se foi a reforma que deixou de lado muita coisa boa, e mesmo a formação dos próprios professores. A reforma a que eu me refiro é a Lei n.º 5692/71. E também não é só a mudança. Às vezes a pessoa encara o escrito de forma diferente e não absorve aquela mudança da forma como deveria ser, e daí passa a atuar diferente. Eu tenho a impressão de que foi a partir daí. O currículo, por exemplo, foi tirado alguma coisa, foi apresentado outra que às vezes não tinha tanto valor, porque era muito bom... Veja, eu sinto uma falta muito grande aqui de um estudo mais profundo sobre o nosso Paraná, sobre a nossa gente, a nossa cultura, a nossa civilização, a nossa formação. Essas grandes figuras que já passaram e foram grandes e estão esquecidas aí, não se fala mais. Então eu acho que a história do Paraná era necessário voltar.

Análise da resposta:

A voluntária repassa mais uma vez a idéia de que a Educação é algo fundamental, que se inicia na base familiar e que depois se refletirá nos aspectos profissionais e pessoais do indivíduo. É interessante, no entanto, notar que a entrevistada faz menção a uma

possibilidade de introjeção alterada, senão equivocada, de pressupostos contidos em lei que, talvez, possa ser estendida aos discursos filosóficos. Isso fica patente quando da menção à Lei n.º 5692/71, da Educação no Brasil. A história é precocemente abordada, e já de maneira que evidencia inclinações ao positivismo.

2- Na sua opinião, qual o papel da História?

R- O papel da História é muito importante. Eu acho que a História traz tudo o que já foi e você fica tomando conhecimento do que já passou, até de séculos atrás. Eu acho que ela é importante na vida da pessoa, porque às vezes o estudante não dá o devido valor na hora, mas mais tarde ele vai se certificar do quanto foi importante aquilo para ele. Com o amadurecimento dele ele vai perceber a importância das pessoas que nos antecederam e que nos ajudaram, e nos deixaram um legado de coisas maravilhosas que estão aí, e que às vezes a gente não toma nem conhecimento.

Análise da resposta:

A História é encarada pelo prisma da continuidade, dos legados e heranças.

3 - A senhora estudou no IEP? Em caso afirmativo, qual tipo de visão era difundido acerca do papel da mulher e da professora na sociedade?

R- Não, eu apenas trabalhei lá. Eu acho que era dada uma total liberdade para nós, como mulheres, para trabalhar – e depois nós trabalhávamos mais com mulheres também. Eu trabalhei no primeiro grau (ensino fundamental) e dava aulas de 4ª à 8ª séries, onde havia mais meninos, adolescentes. Mas o meu forte foi depois no Curso de Magistério, e esse tinha só mulheres. Porque eu me lembro que a minha mãe me contava que quando ela fez o Curso de Magistério, em Ponta Grossa, havia muitos homens. À época, eles faziam muito a Escola Normal, os homens e gostavam. A época da minha mãe remonta aos anos 20 do século XX.

Análise da resposta:

Como essa voluntária não estudou no IEP, mas foi profissional da instituição citada, cremos ser pertinente atentar para o fato de que isso reflete, em termos de amostragem, o contingente do C.P.F.C.. Trata-se de um ambiente formado por muitas ex-alunas e ex-professoras do IEP, muitíssimas ex-alunas e ex-professoras ligadas ao Curso Normal, mesmo que não do IEP ou mesmo de instituições da cidade, e poucas mulheres que não tenham, de alguma forma, feito parte deste universo. Estão corroboradas as noções de que o curso de magistério era para mulheres, assim como o “científico” era para homens, o que

denota uma separação de funções sociais clara. Também é resgatada a informação de que, originalmente, todo o magistério, assim como qualquer outra função pública, ficava a cargo de homens.

4- A senhora via coerência entre o que era propagado em termos de função educacional da mulher e a conduta pessoal dos educadores?
R- Sim, existia coerência, claro. As propostas eram bem definidas. As professoras eram muito boas, e de várias matérias, como as práticas, que tínhamos textos que eram repassados, didática, e era bem observada essa parte. Nós trabalhávamos muito mais mulheres ali dentro, e trabalhávamos mais com mulheres. O intuito nessa época era esse, porque nós já tínhamos passado por uma revolução, da mulher, do trabalho, da posição da mulher no mercado, na parte educacional e mesmo do lar. Houve uma mudança muito grande, radical quase, e nessa época a gente já tinha passado por essa reforma. A gente já estava com essa bandeira desfraldada valorizando muito esse lado da mulher. Os profissionais homens também agiam dessa maneira, sem contrariedades, e eu acho que eles aceitavam muito bem essa posição.

Análise da resposta:

As mulheres sentiam que, de alguma forma, já viviam com o usufruto de prerrogativas conquistadas em outros tempos, sendo sua posição social definida e, de certo ponto, óbvia: ela deveria ser respeitada como educadora, função pública das mais respeitáveis, ficando as demais funções a cargo do homem, sem que houvesse aspirações muito mais ambiciosas.

5- Qual a sua visão acerca da filosofia positivista?
R- Olha, eu sou católica, nasci na Igreja Católica, portanto tenho toda uma formação religiosa aí. Então, eu acho que dentro da Religião, existe um otimismo muito grande, e eu sou muito convicta da minha religião. Eu acho essa filosofia que você menciona muito interessante, e boa, mas como eu sou católica eu sigo uma linha ao lado. Eu tenho essa minha formação cristã, que para mim acima de tudo está Deus. Eu não vejo nada a que se possa dar mais valor, o materialismo e outras crenças. Eu acredito que o positivismo não tenha influenciado a Educação no Paraná, porque senão eu saberia explicitamente disso, ao menos no meu caso. Eu sempre estudei em “Colégio de Freiras”, então a formação da gente já é essa outra formação. Depois, posteriormente, eu estudei em outros colégios, mas a linha filosófica não era rígida e determinante. Era bem aberto. E, depois, eu voltei para “Colégios de Padres”, porque eu fui

fazer a faculdade católica, onde tinha aula de dogma, de religião, então sempre houve esse fundo religioso na minha formação. As pessoas que vão estudar em “Colégios de Padres” é porque têm essa convicção e pretendem continuar.

Análise da resposta:

Há mais uma vez a convicção de que o conhecimento da doutrina educacional seria de conhecimento delas, caso tivessem estudado sob a égide da mesma. O positivismo é refutado *a priori*, mas continua-se a se insistir na formação católico-cristã.

Voluntária código: 479623

1-Na sua opinião, qual a função da Educação?

R- A função da Educação, eu creio, é a formação integral do indivíduo. Você como mulher exerce a Educação sob dois prismas, um como professora e outro como educadora. Isso eu também fui. Ainda sou; e outro como mãe, não é? A gente forma seres humanos. Então não basta apenas passar informações, sobre a conjuntura histórica, você tem que formar seres humanos com a auto-estima elevada e mentalmente, fisicamente e emocionalmente saudável.

Análise da resposta:

A mulher é mais uma vez vista como principal responsável pela Educação. A Educação tem o papel de formar profissionais, mas principalmente cidadãos de bem, integrais.

2-Na sua opinião, qual o papel da História?

R- O que Freud não explica a História explica. Na realidade, nós somos fruto de eventos, de conjunturas, da estrutura histórica que se desenrolou no passado. Não falo só da história da nossa civilização ou de civilizações que nasceram, cresceram e morreram, além de outras que subsistem. Não falo só da história da civilização como também da história da nossa cidade, do nosso país, da nossa província (Estado); também a história dos nossos ancestrais e a nossa própria história pessoal.

Análise da resposta:

A História reflete, mais uma vez, a idéia de que há um mecanismo em curso, linear, relacionado às civilizações e aos homens em particular. Há uma aproximação entre os conceitos de História e Memória.

3- A senhora estudou no IEP? Em caso afirmativo, qual tipo de visão era difundido acerca do papel da mulher e da professora na sociedade?

R- Não. Eu estudei no Colégio SION e no Sacre Cóeur de Marie. O meu pai tinha posses, então eu estudei em colégios religiosos particulares. Naquela época eram só colégios de padres ou freiras. Eram poucas as instituições laicas. Os colégios religiosos elaboram uma visão de moças de sociedade, educadas para o casamento e com uma base religiosa sólida. Até hoje eu tenho o hábito de rezar todos os dias, mas eu creio que a Educação que eu recebia nesses colégios não preparava para a vida. As moças que saíam do Colégio Normal se formavam e muitas se casavam em seguida. Eu fui a única da minha turma no Sacre Cóeur de Marie que chegou a fazer um Mestrado em História, e depois de casada, ainda uma outra pós-graduação, e lecionar numa universidade pública. Eu fui a única a chegar nesse nível. A minha família era uma família intelectualizada. O meu pai era um advogado muito respeitado, foi Procurador-Geral do Estado. A minha mãe era formada em Direito, teve galeria de artes... A minha tia era professora universitária. Talvez ela tenha desenvolvido essa carreira em função do divórcio – diploma naquela época não era tão importante – ela é uma crítica de arte e historiadora de arte bastante conceituada. Então eu tive um ambiente cultural que favorecia a vida cultural.

Análise da resposta:

A entrevistada demonstra que o papel da mulher era incutido nas escolas de uma forma ou de outra. Nas escolas públicas, de caráter laico, talvez o positivismo tenha se incumbido de ditar as premissas sociais básicas. Nas escolas particulares caras, de caráter religioso e fundamentalmente católico, era a religião que incutia a idéia da função educacional feminina atrelada ao matrimônio e à assistência aos filhos. Ao que parece, positivismo e catolicismo tinham suas afinidades, como já dissemos.

4- A senhora via coerência entre o que era propagado em termos de função educacional da mulher e a conduta pessoal dos educadores?

R- A gente estudou Português, Latim, Literatura, tivemos boas aulas de História e eu sei que eu tinha a vocação para a História desde menina, desde a 3ª série do ginasial, no qual eu ganhei um campeonato de História no colégio. Minha vocação era essa, e me satisfez em muitos aspectos.

Análise da resposta:

A descoberta precoce da vocação pode ter a ver com o ideário político-filosófico apregoado à época.

5- Qual a sua visão acerca da filosofia positivista?

R- É um sistema filosófico criado no século XIX por Augusto Comte. O século XIX foi um século em que as ciências se desenvolveram, com descobertas a partir da Revolução Industrial inglesa, como o barco a vapor de Fulton, a máquina a vapor, a eletricidade, enfim, foi uma época de grandes revoluções científicas, grandes descobertas científicas, e o positivismo foi um ufanismo pelo progresso da ciência e do capitalismo industrial. O meu avô era maçom e era positivista. Eu acho que se você fosse homem, no século XIX, você era maçom e positivista, de modo geral. Principalmente maçom, tanto que os grandes movimentos revolucionários da América Latina foram feitos sob a égide da maçonaria, desde San Martín, Bolívar, até José Bonifácio e Dom Pedro I.

Análise da resposta:

A entrevistada domina o assunto razoavelmente, por conta de conhecimentos trabalhados em sala de aula em virtude da sua função de professora de História. O fator a ser ressaltado é sua ascendência positivista, uma vez que seu avô o foi. A declaração da hegemonia positivista e maçônica junto ao homem do século XIX denota uma tendência educacional que não deve ser menosprezada.

CONCLUSÃO

Após toda a panorâmica delineada nas páginas dos capítulos anteriores e na própria introdução desse trabalho, eis que chegamos ao momento de explicitar algumas conclusões tiradas.

Recorremos como opção teórica a Foucault e a Michel Maffesoli para tentar construir uma ambientação de raciocínio menos atrelada ao procedimento positivista.

Assim sendo, apesar de que, em alguns momentos, nossa interpretação possa parecer inconsistente, ela apenas prima por uma decodificação de nuances inscritas no âmbito do simbólico e, por que não admitir, de intuições presentes no universo do senso comum.

Dito isto, faz-se mister que comecemos o encadeamento de nosso raciocínio conclusivo. Podemos, sem maiores temores, retirar duas constatações fundamentais. A primeira é a de que, a partir do momento estudado, a mulher brasileira começou a fazer parte do mundo público, através de um nicho profissional autêntico, qual seja, o magistério. A segunda é a de que tal fundamentação, ao menos no Brasil, era de cunho positivista, o que faz com que os positivistas estejam ligados ao processo de emancipação feminina, ao menos de forma indireta.

Daí por diante, o que teremos é um fato quase que inteiramente novo na história: A mulher deixa de ser o que foi preponderantemente em escala global, ou seja, uma reclusa mantida nesse estado para assegurar uma moralidade vinculada à procriação dita íntegra, para tornar-se a principal formadora de cidadãos por meio de suas atribuições educacionais.

Reforçamos, portanto, a noção de que a mulher estivera por muito tempo em situação de desvantagem social em relação ao homem, e que seu instrumento de emancipação – até o discutível ponto de emancipação atualmente verificado – foi o magistério, incrementado no Brasil com influência determinante do positivismo, em virtude das discussões afloradas em meio à implantação do regime republicano.

Assim sendo, podemos evidenciar na seqüência o encaminhamento definitivo de nossas reflexões. Parece-nos estabelecida a seguinte configuração de fatos:

Após um longo período de atuação circunscrita a afazeres no âmbito doméstico, eis que as mulheres passaram a fazer parte da vida pública oficial, utilizando-se para tal do magistério como principal via legitimadora.

O positivismo (doutrina filosófica de pressupostos epistemológicos atrelados à cultura iluminista, desenvolvida, entretanto, no século XIX e com desdobramentos que permearam o século XX, além de, até hoje, apesar das resistências indiscriminadas, exercer limites de caráter paradigmático às ciências de uma forma geral), apesar de ser fundamentalmente avesso à participação ativa da mulher fora do espaço do lar, acabou por ser a linha teórica que embasou a adesão das mulheres à atividade professoral, numa leitura lógica que viu a Educação como tarefa inerente ao sexo feminino, primeiramente no ambiente doméstico e posteriormente na escola, que acabaria por se tornar um "segundo lar", tudo isso em meio a uma atmosfera de ambientação republicana no Brasil.

A nação brasileira, fundada em meio a uma forte ascendência cultural européia, teve no positivismo sua mais forte e perene marca de identidade estruturadora, uma vez que esse pensamento está inscrito em sua bandeira no plano concreto e disseminado de maneira difusa no plano abstrato.

Com o correr dos anos, a atividade exercida pelas mulheres professoras em sala de aula acabou por alterar a formação cultural do povo, com a introjeção gradual de elementos de conformação estética inerentes ao *feminino*, ao passo em que as próprias mulheres sofreram uma cooptação cultural, em virtude de ficarem expostas a caracteres sociais aos quais eram quase totalmente alheias. Isso fez com que se delineasse o germe da dita "nova conformação epistemológica mundial", qual seja, a pós-modernidade.

A sociologia, área da pesquisa social vislumbrada pelo ideário positivista, acabou por identificar, no Brasil, o estatuto pós-moderno por excelência, qual seja, uma sociedade sem ativismos utópicos ou políticos radicais, calcada na solidariedade mítica apregoada desde construtos como os freyrianos da "democracia racial", entre outros, justamente em um momento no qual a comunidade científica mundial espera encontrar um parâmetro de legitimação das virtudes da globalização econômica, elaborando conceitos como o "cosmopolitismo" e o "fim da história".

Tal teorização esbarra na decadência dessa visão ufanista de sociedade estereotipada para o Brasil, em decorrência de demandas jurídicas neoliberais que pregam a

corporativização de interesses, o acirramento de conceituações do tipo “politicamente correto”, etc..

De qualquer forma, teríamos como pensar no retorno, futuramente, da função educativa para o interior do lar, ou seja, com a família (entenda-se nesse caso provavelmente a mãe) a exercer o seu papel de outrora. Como já se levou a mulher educadora do lar para a escola, por que não fazer o caminho inverso, levando a mulher educadora da escola de volta para o lar? Essa preocupação é fruto das campanhas do tipo “amigo da escola”, que motiva o trabalho não qualificado no meio escolar, além de certos programas educacionais televisivos, ou, até mesmo, de cursos de caráter não presencial que se proliferam a olhos vistos. Por esse raciocínio, vemos que a emancipação da mulher corre por um fio tênue, o qual pode mesmo estar em um jogo complexo de equilíbrio frente aos interesses masculinos.

No que tange à possibilidade de a mulher ter realmente criado as bases para uma sociedade mais aberta à solidariedade sistêmica, por meio da Educação, que passou a ser por ela disseminada, pudemos retirar duas conclusões razoavelmente claras. A primeira mostra que, se o exemplo negativo das contextualizações imorais ou amorais da atualidade é intenso e deformador, então a recíproca deve ser verdadeira. Queremos dizer que, se no contexto em que a mulher foi inserida no interior das salas de aula na passagem do século XIX para o XX, com o intuito de transmitir a mensagem benéfica e desejável do altruísmo, sua conduta era irretocável por conta de uma vida há tanto tempo preservada do mundanismo exterior, nada mais lógico do que se aceitar uma introjeção em seu público assistente, qual seja, os alunos primários. Foi assim que, acreditamos, formaram-se as bases para a consolidação posterior do discurso pós-moderno.

A segunda, por sua vez, é a que mostra a coexistência de elementos paradoxais na vida contemporânea, quais sejam, uma retórica de solidariedades e de uma nova corrente epistemológica, em conflito com uma hiper valorização do individualismo e do “ter” acima do “ser”. Em nossa opinião, apesar de complexo, isso é coerente, pois uma coisa é pré-condição para a outra. Essas tendências se completam e proporcionam um equilíbrio de forças que impede uma exasperação dos ânimos revoltosos em sociedade.

Inferimos, então, que nossa contribuição pode ser relevante. De acordo com as evidências por nós encontradas e estudadas, a pós-modernidade realmente parece denotar uma mudança em termos de tradição epistemológica. Se ela mereceria ou não esse nome já é uma outra discussão, uma vez que surge não para transformar ou resolver, mas para

conformar e, paradoxalmente, servir de paradigma utópico. A sua utopia é a formação de uma rede de solidariedades fraternal bem em meio a uma vertente capitalista radical e triunfalista, a qual não vê diante de si nenhum obstáculo ideológico ou político.

Enquanto o capitalismo em sua versão neoliberal devasta os horizontes dos desprovidos de instrumental capaz de fazer frente a esse jogo de dominação, uma humanidade unida e que hipoteticamente não deixa o "humano" perecer é vislumbrada, como, aliás, já ocorrera em moldes semelhantes na esfera de atuação do positivismo original do século XIX. Se isso for correto, temos uma esteira de ambigüidades em desenvolvimento, pois se ataca o positivismo para que não se saiba com nitidez de onde vêm as idéias apregoadas como novas, ou como "pós-modernas".

Dessa forma, reiteramos que, apesar de correrrmos o risco de não estarmos absolutamente certos, a entrada da mulher no magistério foi, sem muita margem para dúvidas, uma alteração significativa que deixou marcas substanciais na sociedade ocidental. Isso pode se mensurar pela introjeção de traços do *feminino* como a vida em harmonia ditada pelo assistencialismo, a defesa da natureza de forma sistemática, etc. Lembremo-nos da imagem, e da discussão que ainda se faz hoje acerca da inclusão do termo "amor" na divisa integrante da Bandeira Nacional, nosso maior símbolo patriótico. Aquilo que, para muitos, é tendencialmente visto como um sinal de anacronismo da sociedade brasileira, pode ser, sociologicamente falando, uma prova do encaminhamento pós-moderno brasileiro. Ratificamos, por conseguinte, que tal cenário traz ares de pós-modernidade, da forma como esta é configurada teoricamente.

O que não podemos confirmar é que essa pós-modernidade seja um ponto final, ou mesmo que chegue além de uma parcela muito pouco representativa das sociedades em termos macro. A pós-modernidade é um conceito que parece servir como uma gota de calmante em meio a um mar de aflições.

Para finalizar, não podemos deixar de lembrar que o positivismo parece ter muito a ver com essa disposição geral de coisas. Esse sistema filosófico pregava uma ordenação rigorosa de fundamentos e procedimentos, ordenação essa da qual volta e meia queremos nos afastar, mas à qual estamos fortemente atrelados, passando por idas e vindas. Para interromper esse ciclo de monotonias e assertividades, temperava-se tudo com o sentimento advindo da "natureza amorosa e altruísta" das mulheres. As mulheres, aliás, se firmaram na última versão do positivismo como seres superiores, detentores de uma esperança de regeneração moral da sociedade, posição esta que fica em cheque quando percebemos que

essa superioridade é, na verdade, uma barreira às pretensões femininas de ter direitos naturais sobre o mundo, ordenando-o de forma coesa e equilibrada em relação ao homem.

Mesmo assim, não por acaso, a metodologia de pesquisa pós-moderna parece ter encontrado espaço para o *hiatus irrationalis*, [26] ou "instante obscuro" (e este é um ponto que parece ter lugar permanente) no universo da investigação acadêmica. Se isso soa familiar, então é possível que cores tenham se misturado na aquarela, e que o que é velho tenha ganhado ares de "novo colorido dentro da mesma tela".

[26] Termo criado por Max Weber.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Baby (pesquisa & redação). Grandes Filósofos: biografias e obras. In: **Os pensadores.** São Paulo: Nova Cultural, 2005.

ABRÃO, Bernadette Siqueira (Org. & texto final). História da filosofia. In: **Os pensadores.** São Paulo: Nova Cultural, 2004.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica:** um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação:** a paixão pelo possível. São Paulo: UNESP, 1998.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2004.

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma.** 4. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

BENOIT, Hector. **Sócrates:** o nascimento da razão negativa. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BOFF, Leonardo. **O despertar da águia:** o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRAGATTO FILHO, Paulo. **Pela leitura literária na escola de 1º grau.** São Paulo: Ática, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia:** ensaios. Bauru: EDUSC, 2005.

CARNEIRO, David. **História do Período Provincial do Paraná .** Curitiba: Banestado, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CENTRO PARANAENSE FEMININO DE CULTURA – C.P.F.C. Inauguração da nova sede, 4 a 28 de junho de 2001. Curitiba, Paraná.

CENTRO POSITIVISTA DO PARANÁ – C.P.P. Estatuto do C.P.P. Curitiba, 30 de maio de 1984. 1º Ofício, registro de títulos e documentos.

COMTE, Auguste. Auguste Comte: curso de filosofia positiva; discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; catecismo positivista. Trad. José Arthur Giannotti; Miguel Lemos. In: **Os pensadores.** São Paulo: Nova Cultural, 2005.

_____. Auguste Comte: curso de filosofia positiva; discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; catecismo positivista. Trad. José Arthur Giannotti; Miguel Lemos. In: **Os pensadores.** São Paulo: Nova Cultural, 1983.

COSTA, João Cruz. **O positivismo na República.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

COSTA NETO, Pedro Leão da. Instituições de ensino e pesquisa da filosofia no Brasil e visões do passado nacional: 1930-1964/68. In: PIERONI, Geraldo; DeNIPOTI, Cláudio. **Saberes Brasileiros.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CURYTIBA. **Leis e regulamento da província do Paraná.** Tomo XX. Curityba: Typ. Paranaense da viúva Lopes, 1873.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2004.

DIEZ, Carmen Lúcia Fornari; HORN, Geraldo Balduíno. **Catedrais de cultura e de arame em Curitiba:** mito e metáfora. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., Caxambu, 2000. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0229t.PDF>. Acesso em: 7 jun. 2005.

DUARTE, Newton (Org.). **Sobre o construtivismo.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura:** uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FEDELI, Orlando. **Nos labirintos de Eco.** São Paulo: Veritas, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **História da Sexualidade I:** a vontade de saber. 11. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

GIRARD, René. **A violência e o sagrado.** 2. ed. Trad. Martha Conceição Gambini. São Paulo: Unesp, 1990.

GOERGEN, Pedro. **Pós-modernidade, ética e educação.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço.** Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUIDO, Humberto. **Giambattista Vico:** a filosofia e a educação da humanidade. Petrópolis: Vozes, 2004.

HANSEN, David. Aula ministrada em disciplina especial do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina, em 2006.

HENNING, Leoni Maria Padilha. Divergências e convergências entre Pragmatismo e Positivismo. **Fragmentos de Cultura,** Goiânia, v. 15, n.11, p. 1663-1677, nov. 2005.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos –** o breve século XX – 1914 – 1991. Trad. Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

KANT, Immanuel. **Textos seletos –** resposta à pergunta: o que é esclarecimento? 2. ed. edição bilíngüe. Petrópolis: Vozes, 1985.

LACERDA NETO, Arthur Virmond de. **A sociologia comteana da USP.** Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/sete/Arthur_neto.htm>. Acesso em: 7 jun. 2005.

LALLEMENT, Michel. **História das idéias sociológicas –** das origens a Max Weber. Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopez. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2004.

MACEDO, Annette Clotilde Portugal. **Felicidade pela Educação.** Ensaios pedagógicos da Professora Annette Clotilde Portugal Macedo, coligidos, anotados e publicados por seu pai Dr. F. R. de Azevedo Macedo. Curitiba: Grupo Editor Renascimento do Paraná, 1952.

MAFFESOLI, Michel. **O reencantamento do mundo.** Palestra proferida no Teatro Fernanda Montenegro. Curitiba, 5 set. 2005.

_____. **A contemplação do mundo.** Trad. Francisco Franke Settineri. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

_____. **O conhecimento comum.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

MARTINS, Ana Paula Vosne; TRINDADE, Etelvina Maria de Castro (Org.) **Mulheres na história:** Paraná – séculos 19 e 20. Curitiba: UFPR, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista.** Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MELLO, José Mauricio Santiago de; SILVA JR., José Domingos da. **A mulher na Escola Normal em Curitiba –** Século XIX e Início do Século XX: de Júlia Wanderley Petriche a Annette Clotilde Portugal Macedo. 2005. 87p. Monografia (Especialização em História do Brasil – Ensino e Historiografia) – Faculdades Integradas “Espírita”, Curitiba.

MENDONÇA, Pedro Bertomé de. Augusto Comte. Filósofo e Reformador. jul. 2000. In: CENTRO POSITIVISTA DO PARANÁ. Site oficial da Instituição. Disponível em: <http://www.palm.com.br/cpp/acomte.htm>. Acesso em: 7 jun. 2005.

MÜLLER, Mary Stela. **Normas e padrões para teses, dissertações e monografias.** 5. ed. atual. Londrina: EDUEL, 2003.

NOBLECOURT, Christiane Desroches. **A mulher no tempo dos faraós.** Trad. Tânia Pellegrini. Campinas: Papirus, 1994.

O SORRISO DE MONALISA. Direção de Mike Newell*;* Produção de Elaine Goldsmith-Thomas, Paul Schiff e Deborah Schindler; Roteiro de Lawrence Konner e Mark Rosenthal. Elenco: Julia Roberts, Kirsten Dunst, Julia Stiles, Maggie Gyllenhaal. E.U.A.: Columbia Pictures, 2003. 1 fita de vídeo (125 min.), VHS, son., color.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas.** Trad. Roberta Leal Ferreira. São Paulo: Unesp, 1998.

PIERONI, Geraldo; DeNIPOTI, Cláudio. **Saberes brasileiros.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

REIS, José Carlos. **História & Teoria:** historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **Vestígios da educação feminina no século XVIII em Portugal.** São Paulo: Arte & Ciência, 2002.

ROCHA, Dorothy. Escola Normal Secundária de Curitiba nos anos 20. In: CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora; VECHIA, Ariclê (Orgs). **A escola secundária:** l'enseignement secondaire. São Paulo: Annablume, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil.** 29. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

ROSA, Noel. **Noel Rosa.** Literatura comentada. São Paulo: Abril, 1982.

ROSSLER, João Henrique. Construtivismo e alienação: as origens do poder de atração do ideário construtivista. In: DUARTE, Newton (Org.). **Sobre o construtivismo.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas.** 5. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Filosofia.** São Paulo: Cortez, 1992.

SILVA, Alexsandro; BENVENUTTI, Ana Gilda; SAID, Fábio M.. **Visões do Positivismo no Brasil.** 2001. Monografia (Curso de Filosofia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <http://www.geocities.com/positivismonobrasil/?20057>. Acesso em: 7 jun. 2005.

SOUZA, José Cavalcante de et al. Os Pré-socráticos. In: **Os Pensadores.** São Paulo: Nova Cultural, 2005.

STRATHERN, Paul. **Foucault em 90 minutos.** Trad. Cássio Boechat. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

TISKI, Sérgio. **A questão da religião em Auguste Comte.** Londrina: Eduel, 2006.

_____. **A questão da moral em Augusto Comte.** 2005. 236 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

TREVISAN, Dalton. **Em busca de Curitiba perdida.** 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. Augusto Comte e a mulher: o feminino na primeira república. In: MARTINS, Ana Paula Vosne; TRINDADE, Etelvina Maria de Castro (Org.) **Mulheres na história:** Paraná – séculos 19 e 20. Curitiba: UFPR, 1997.

_____. **Clotildes ou Marias:** mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

UM SÉCULO EM EDUCAÇÃO. **Revista Pedagógica do IEP,** Curitiba, Imprensa Oficial, n. 1, jan./jun. 1978. 38 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A –Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

CONSENTIMENTO INFORMADO

O Prof. José Mauricio Santiago de Mello, Historiador, RG nº 10.006.148-1 (PR), aluno do programa de pós-graduação nível *mestrado* junto à *Universidade Estadual de Londrina* (UEL), sob a orientação da Profª Leoni Maria Padilha Henning, está conduzindo um estudo sobre influência positivista na Educação paranaense.

Eu, _____ , estou sendo convidado a participar deste estudo, tendo sido selecionado em função de atender aos pré-requisitos técnicos definidos no referido estudo. Eu sei que a minha participação nesta pesquisa é *absolutamente voluntária*. Eu tenho o direito de recusar a participar ou desistir em qualquer ponto deste estudo. Minha decisão em participar ou não desta pesquisa não terá nenhum tipo de conseqüência pessoal ou institucional.

Se eu concordar em participar deste estudo, o seguinte ocorrerá: o pesquisador entregar-me-á um questionário; ele passará posteriormente para receber as perguntas devidamente respondidas. Caso seja necessário, o pesquisador encaminhar-me-á uma nova série de perguntas, para fins de complementação. Serei perguntado acerca de minhas impressões pessoais sobre temas relacionados ao *positivismo*. Nada me forçará a algum tipo de constrangimento.

Meus dados serão guardados e utilizados o mais confidencialmente possível. Nenhuma identidade pessoal será usada em qualquer relato ou publicação que possam resultar desse estudo. Nenhum nome será associado ao questionário (a não ser com autorização expressa). Tais documentos serão numerados e somente o pesquisador terá acesso às informações que poderiam associar o número à pessoa. Estas informações ficarão trancadas em um lugar diferente dos questionários.

Se eu tiver alguma questão ou comentário acerca da minha participação neste estudo, eu poderei conversar com o Prof. José Mauricio Santiago de Mello a partir de contato pelo telefone (41) 9969-7861. Caso eu prefira conversar com a orientadora do pesquisador, deverei ligar para a Secretaria do Mestrado em Educação da UEL, cujo telefone é (43) 3371-4071.

Eu conversei com o pesquisador sobre este estudo e foi dada uma cópia deste consentimento para mim. Eu entendi tudo o que li e o que ouvi e tive minhas perguntas respondidas. A participação neste estudo é voluntária. Eu sou livre para recusar estar no estudo ou desistir a qualquer momento.

Data:_____/_____/_____

_____ _____

Assinatura do Participante Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE B – Questionário endereçado às voluntárias do CPP

Caro voluntário.

Este é o instrumento de pesquisa do qual iremos nos utilizar para tentar obter os resultados necessários para um resultado eficiente. Esperamos contar com o máximo de sinceridade nas respostas, pois, assim como deixamos claro no *Termo de Consentimento*, não há possíveis riscos de prejuízo para sua pessoa ou para a instituição a que está ligado. Há sim, esperamos e contamos com isso, uma real possibilidade de ganho, tanto para o meio acadêmico como para a sociedade em geral. Então, vamos lá. Obrigado.

Dados Pessoais:

Idade:_____
Sexo:_____
Tempo a que está vinculado(a) à instituição:_____

QUESTIONÁRIO ENDEREÇADO ÀS MULHERES INTEGRANTES DO CENTRO POSITIVISTA DO PARANÁ:

1- Qual a visão mais ampla do Positivismo com relação ao papel da mulher na sociedade?
2- Há uma inteira concordância sua a este respeito ou você manifestaria algum tipo de idéia reformista, caso achasse possível implementá-la?
3- Você considera que, ainda hoje, a mulher pode ser considerada o baluarte moral da sociedade?
4- Do ponto de vista educacional, qual influência positivista você considera ainda ser plenamente identificável na vida contemporânea?
5- Qual é a sensação da mulher positivista com relação ao atual estado de coisas da sociedade, tendo como parâmetro os ideais postos pelos positivistas em relação às mulheres?
6- Existe hoje, dentro da Sociedade Positivista do Paraná, alguma atividade social ou educativa de iniciativa única e exclusiva das mulheres?
7- A mulher é, ainda hoje, o melhor educador possível?

QUESTIONÁRIO Nº _____

APÊNDICE C –Questionário endereçado ao Presidente do CPP

Caro voluntário.

Este é o instrumento de pesquisa do qual iremos nos utilizar para tentar obter os resultados necessários para um resultado eficiente. Esperamos contar com o máximo de sinceridade nas respostas, pois, assim como deixamos claro no *Termo de Consentimento*, não há possíveis riscos de prejuízo para sua pessoa ou para a instituição a que está ligado. Há sim, esperamos e contamos com isso, uma real possibilidade de ganho, tanto para o meio acadêmico como para a sociedade em geral. Então, vamos lá. Obrigado.

Dados Pessoais:

Idade:_____
Sexo:_____
Tempo a que está vinculado(a) à instituição:_____

ARROLAMENTO DE DADOS HISTÓRICO-INSTITUCIONAIS DO CENTRO POSITIVISTA DO PARANÁ:

1- NOME OFICIAL:
2- DATA DA FUNDAÇÃO:
3- ATUAL NÚMERO DE PARTICIPANTES :
4- NOMES DE COMPONENTES ILUSTRES E/OU PATRONOS:
5- PRINCIPAIS METAS HISTÓRICO-FILOSÓFICAS:
6- PRINCIPAIS METAS ATUAIS:

QUESTIONÁRIO ENDEREÇADO AO PRESIDENTE DO CENTRO POSITIVISTA DO PARANÁ:

1- Qual a visão mais ampla do Positivismo com relação ao papel da mulher na sociedade?
2- Houve alguma alteração (adaptação) na doutrina Positivista com relação a este tópico nos últimos tempos, ou os Positivistas permanecem inteiramente fiéis aos ideais de Comte?
3- É de consenso a influência exercida pelos Positivistas no ingresso da mulher na vida pública brasileira por meio do magistério, ou esta foi apenas uma concessão do grupo diretamente envolvido no movimento republicano?
4- A Educação fundamental brasileira e paranaense, tendo sido intensamente incrementada em um período de extrema relevância do movimento positivista, acabou por ser de alguma maneira responsável pelo que hoje somos em termos de identidade cultural?
5- Existe hoje, dentro da Sociedade Positivista do Paraná, alguma atividade social ou educativa de iniciativa única e exclusiva das mulheres?
6- A mulher é, ainda hoje, o melhor educador possível?
7- Qual é a sua opinião com relação ao alardeado movimento da Pós-Modernidade?

QUESTIONÁRIO Nº _____

APÊNDICE D – Questionário endereçado às voluntárias do CPFC

Caro voluntário.

Este é o instrumento de pesquisa do qual iremos nos utilizar para tentar obter os resultados necessários para um resultado eficiente. Esperamos contar com o máximo de sinceridade nas respostas, pois, assim como deixamos claro no *Termo de Consentimento*, não há possíveis riscos de prejuízo para sua pessoa ou para a instituição a que está ligado. Há sim, esperamos e contamos com isso, uma real possibilidade de ganho, tanto para o meio acadêmico como para a sociedade em geral. Então, vamos lá. Obrigado.

Dados Pessoais:

Idade:_____
Sexo:_____
Tempo a que está vinculado(a) à instituição:_____
Instituições de ensino onde estudou (ensino fundamental, médio ou normal):_____
_____.

QUESTIONÁRIO ENDEREÇADO ÀS MULHERES INTEGRANTES DO CENTRO PARANAENSE FEMININO DE CULTURA:

1- Há alguma identificação da senhora com a filosofia Positivista? Caso a resposta seja afirmativa, em que grau isto se daria?
2- Qual a sua visão com relação ao papel da mulher na sociedade?
3- A senhora considera a atual situação da mulher na sociedade ocidental, melhor ou pior que em outros tempos?
4- Qual a sua avaliação a respeito das idéias orientadoras do mundo atual?
5- Há espaço para grandes utopias, para sistemas de idéias orientadoras da cultura, no momento presente?
6- A mulher é, ainda hoje, o melhor educador possível?
7- Qual é o sentimento da mulher paranaense, em especial a associada ao centro, no tocante ao atual estado de coisas da educação e da cultura nacional e local?

QUESTIONÁRIO Nº _____

APÊNDICE E – Questionário endereçado à Presidente do CPFC

Caro voluntário.

Este é o instrumento de pesquisa do qual iremos nos utilizar para tentar obter os resultados necessários para um resultado eficiente. Esperamos contar com o máximo de sinceridade nas respostas, pois, assim como deixamos claro no *Termo de Consentimento*, não há possíveis riscos de prejuízo para sua pessoa ou para a instituição a que está ligado. Há sim, esperamos e contamos com isso, uma real possibilidade de ganho, tanto para o meio acadêmico como para a sociedade em geral. Então, vamos lá. Obrigado.

Dados Pessoais:

Idade:_____
Sexo:_____
Tempo a que está vinculado(a) à instituição:_____

ARROLAMENTO DE DADOS HISTÓRICO-INSTITUCIONAIS DO CENTRO PARANAENSE FEMININO DE CULTURA:

1. NOME OFICIAL:
2. DATA DA FUNDAÇÃO:
3. ATUAL NÚMERO DE PARTICIPANTES :
4. NOMES DE COMPONENTES ILUSTRES E/OU PATRONOS:
5. PRINCIPAIS METAS HISTÓRICO-FILOSÓFICAS:
6. PRINCIPAIS METAS ATUAIS:
7. INSTITUIÇÕES DE ENSINO ONDE ESTUDOU (ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO OU NORMAL).

QUESTIONÁRIO ENDEREÇADO À PRESIDENTE DO CENTRO PARANAENSE FEMININO DE CULTURA:

1- Há alguma relação entre o Centro Paranaense Feminino de Cultura e a tradição Positivista paranaense?
2- Qual a visão mais ampla da instituição com relação ao papel da mulher na sociedade?
3- Enquanto Centro Feminino voltado às Artes e à Cultura, como se entende o papel a que se destinam as mulheres brasileiras no setor educacional?
4- Em um mundo cada vez mais regulado pela cultura de massa e pela padronização estética comprometida com a idéia do lucro fácil, haverá no futuro espaço para centros como esse?
5- Qual é o sentimento da mulher paranaense, em especial a associada ao centro, no tocante ao atual estado de coisas da educação e da cultura nacional e local?
6- A mulher é, ainda hoje, o melhor educador possível?
7- Qual a sua avaliação a respeito das idéias orientadoras do mundo atual?

QUESTIONÁRIO Nº _____

APÊNDICE F – Registros fotográficos da pesquisa na Igreja Positivista do Brasil. Rio de Janeiro, outubro de 2006. Fotos: J.M. Santiago de Mello & Maria Higina Santiago de Moraes

APÊNDICE G – Registro fotográfico da pesquisa no C.P.F.C. Curitiba, 2006. Fotos: Josélia Mello.

APÊNDICE H – Roteiro de Entrevistas com voluntárias do C.P.F.C.

1- Na sua opinião, qual a função da Educação?

2- Na sua opinião, qual o papel da História?

3- A senhora estudou no I.E.P.? Em caso afirmativo, qual tipo de visão era difundido acerca do papel da mulher e da professora na sociedade?

4- A senhora via coerência entre o que era propagado em termos de função educacional da mulher e a conduta dos educadores?

5- Que idéia a senhora faz acerca da filosofia positivista?

ANEXOS

ANEXO A – Estatuto do Centro Positivista do Paraná

ESTATUTOS DO CENTRO POSITIVISTA DO PARANÁ

ARTIGO 1º - Buscando orientar e coordenar os esforços de quantos desejem amar, conhecer e servir à Humanidade, tendo como ideal a sistematização da vida humana, subordinada à Fraternidade Universal, à Ciência e ao Trabalho, segundo a magistral iniciativa de Augusto Comte, é fundado, com séde e fôro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, o Centro Positivista do Paraná (CPP).

§ 1º - O CPP tem duração indeterminada, representa a continuação das atividades do grupo positivista de Curitiba, iniciadas em 1923 e incorpora o acêrvo da Capela da Humanidade e Biblioteca Positivista existentes.

§ 2º - O CPP, alem da finalidade teórico-filosófica, terá tambem finalidade prática de culto cívico, filantropia e assistencia social.

ARTIGO 2º - O CPP será regido por uma diretoria composta de um presidente, um vice-presidente, um primeiro secretário, um segundo secretário, um primeiro tesoureiro, um segundo tesoureiro e por um conselho de três membros, eleitos ou reeleitos no último mês de cada ano em Assembléia Geral (AG) e empossados nos primeiros sete dias do ano subsequente.

§ 1º - Para a posse da diretoria e conselho eleitos deverá ser convocada uma AG, salvo dispensa a critério da unanimidade dos eleitos ou reeleitos.

§ 2º - Os cargos de diretoria e do conselho serão exercidos sem remuneração.

ARTIGO 3º - As decisões tomadas em AG serão soberanas. As AG convocadas para a eleição e posse, referidas no artigo anterior, serao ordinarias e nao poderao deliberar sôbre outros assuntos. As AG convocadas para tratar de outros assuntos serao extraordinarias.

§ 1º - A convocação das AG ordinarias será atribuição da diretoria e a das extraordinarias será da diretoria ou do conselho, por iniciativa própria ou a pedido de, no mínimo, um terço dos membros do CPP com direito a voto, e, neste caso, a reunião deverá ser presidida e secretariada por membros nomeados ad hoc.

§ 2º - Terão direito a voto, nas AG, os membros que estiverem em dia com suas obrigações perante o CPP.

§ 3º - As deliberações das AG deverão constar de um livro de atas especial, cuja guarda e cuidados serão do primeiro secretário.

§ 4º - Na convocação das AG extraordinarias deverão constar os assuntos sôbre os quais a mesma deverá deliberar.

§ 5º - As AG convocadas para reformar êstes estatutos, para alienar bens do CPP ou para revogar decisao da diretoria ou do conselho, só poderao deliberar com a presença de, no mínimo, dois terços dos membros do CPP com direito a voto.

§ 6º - Nos casos não previstos no parágrafo anterior, as AG poderão deliberar com a presença da maioria absoluta, em primeira convocação, ou com qualquer número em segunda convocação.

ARTIGO 4º - As decisões da diretoria serão tomadas em reuniões, nas quais só poderá deliberar com a presença do presidente em exercicio e um mínimo de três outros membros diretores. Em uma de suas primeiras reuniões, a diretoria deverá fixar um calendario anual de reunioes ordinarias. Assuntos imprevistos e urgentes poderao ser tratados em reunioes extraordinarias, convocadas pelo presidente.

§ 1º - Das reuniões da diretoria poderão participar convidados aprovados pelo presidente, sem direito a voto.

§ 2º - As deliberações da diretoria deverão constar de um livro de atas proprio, cuja guarda e cuidados serao do primeiro secretario.

ARTIGO 5º - A função do conselho será consultiva e de arbitramento.

§ 1º - As reuniões do conselho serão convocadas pelo seu presidente que

ESTATUTOS DE CENTRO POSITIVISTA DO PARANÁ
(continuação)

será o seu membro mais idoso.

§ 2º - As deliberações das reuniões do conselho deverão constar de um livro de atas proprio que ficará sob a guarda do primeiro secretário da diretoria do CPP.

ARTIGO 6º - Para se tornar membro efetivo do CPP, o pretendente deverá submeter à diretoria uma petiçao escrita com a assinatura de dois membro do CPP com direito a voto.

§ Único - Só poderão ser aceitos como membros efetivos do CPP pessoas maiores de 18 (dezoito) anos.

ARTIGO 7 - Os membros que assinam a ata de fundação do CPP, recebem o título de Membro Fundador; os membros que fizerem doaçoes significativas para o CPP, recebem o título especial de Membro Benemérito e, a critério da diretoria, ad referendum de uma AG, qualquer personalidade de destaque do meio local, nacional ou internacional, em vida ou post-mortem, poderá ser agraciada com o título de MEmbro Honorário.

ARTIGO - Os membros inadimplentes poderão ser excluidos dos quadros CPP por decisao da diretoria. A exclusao de um membro do CPP outras razoes deverá ser proposta e aprovada em um AG.

ARTIGO 9 - O CPP será representado ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente pelo presidente em exercício, que tem autoridade para administrar os bens do CPP e, quando prèviamente aprovado em AG, nos termos do § 5º do Artigo 3º, inclusive doar e hipotecar.

ARTIGO 10º - Os membros do CPP não respondem pelos atos, dívidas e obrigações da instituiçao.

ARTIGO 11º - No caso de dissolução do CPP, todos os seus bens serão doados à Igreja Positivista do Brasil, com séde na cidade do Rio de Janeiro, à rua Benjamim Constant, 74.

Registro de Títulos e Documentos
1.º OFÍCIO
Pessoas Jurídicos
JOSÉ MENDES CÂMARGO
Oficial Designado

1.º OFÍCIO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
R. Mons. Celso, 272-cj. 209 Fone 223-7542
JOSE MENDES CAMARGO
Oficial Designado
ADEMAR JOSÉ SIERADZKI
Emp. Juramentado

Apontada sob n.º de ordem 503155
protocolo «A» n.º 14 e REGISTRADA
sob o n.º de ordem 9360 do livro
«A» 6 de Registro Civil de Pessoas
Jurídicas.
Curitiba, 30 de 5 de 19 74

ANEXO B – Ficha Técnica do Centro Paranaense Feminino de Cultura.

Data da fundação: 5 de Dezembro de 1933

Atual número de participantes: 137

Nome de componentes ilustres ou Patronos:

Rosv Pinheiro Lima, Fundadora - Escritora, Advogada, primeira mulher Deputada Federal do Paraná; Ilnah Secundino, Fundadora, Poetisa, Advogada, primeira paranaense na assessoria do Itamarati; Deloê Scalco. Fundadora - médica e professora; Dalila de Castro Lacerda- Escritora, Fundadora da União Cívica do Paraná: Lygia Carneiro - Poetisa e Professora; Maria Tereza Lacerda - Escritora, Professora Universitária; Pompília Lopes dos Santos- Escritora, Poetisa, Professora primeira mulher a assumir uma Cadeira da Academia Paranaense de Letras, Fundadora da Academia Feminina Paranaense de Letras, Fundadora da Sala do Poeta que se tomou Academia Paranaense da Poesia, Fundadora do Soroptimismo Internacional das Américas no Paraná; Leonor Castellano. Escritora, Professora, Primeira mulher a dirigir o Centro de Letras do Paraná, Responsável, junto com Bermair Sávio Costa. pela aquisição da primeira sede própria do Centro Paranaense Feminino de Cultura; Olga de Macedo Guttierrez. Advogada, Professora, Primeira mulher que se dedicou ao encaminhamento de deficientes visuais, no ensino superior; Marita Franca. Advogada, Musicista, Escritora, Poetisa; Juril de Plácido e Silva Camascialli, Jornalista, Professora, Escritora, Fundadora e responsável, há mais de cinqüenta anos da Primeira Coluna Social do Paraná; Helena Kolodv, Poetisa e Professora, Acadêmica da Academia Paranaense de Letras, da Academia Feminina da Letras do Paraná; Hellê Velloso Femandes. Escritora, Professora; Roselys Vellozo Roderjan. Professora, Compositora, Historiadora, Participante e Presidente da Comissão Nacional do Folclore; Bianca Banchi , Violinista, Concertista, Professora; Hidda Hannemann de Campos. Artista Plástica, Pintora; e outras tantas personalidades. Por mais que citássemos precisaríamos do tempo, que não temos, e sempre faltaria alguém ou cometeríamos injustiças irreparáveis.

Palacio da presidencia do Paraná, em 10 de Abril de 1876, 55.º da independencia e do imperio.

ADOLPHO LAMENHA LINS.

(L. S.)

Carta de lei pela qual V. Ex. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial que autorisa o governo da provincia a reintegrar na cadeira da villa do Tibagy ou em outra qualquer, o cidadão Joaquim Pereira de Souza Araujo.

Para V. Ex. ver.

Ernesto de Moura e Brito a fez.

Sellada e publicada na secretaria da presidencia do Paraná, em 10 de Abril de 1876.

Justiniano de Mello e Silva,
Secretario da provincia.

Registrada no livro competente. 2.ª Secção da secretaria da presidencia do Paraná, em 10 de Abril de 1876.

O official, *Ernesto de Moura e Brito.*

LEI N. 456 — DE 12 DE ABRIL DE 1876.

Adolpho Lamenha Lins, bacharel formado em direito, cavalleiro da imperial ordem da Rosa e presidente da provincia do Paraná

Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sanccionei a lei seguinte:

Art. 1.º Fica o presidente da provincia autorisado a reformar o regulamento da instrucção publica, systematisando-o sob as seguintes bases:

§ 1.º Fica creado um instituto de preparatorios com as

cadeiras de grammatica nacional, latim, francez, inglez, allemão, geographia, historia, philosophia, rhetorica, arithmetica e algebra, geometria e trignometria.

§ 2.º As cadeiras de que trata o paragrapho anterior deverão ser accumuladas duas a duas, segundo a ordem que fôr estatuida no regulamento.

§ 3.º Ao instituto de preparatorios será annexada uma escola normal onde se doutrinem as seguintes disciplinas: pedagogia e methodologia, grammatica nacional, arithmetica e geometria, comprehendendo desenho linear, geographia e historia, principalmente a do Brazil.

§ 4.º As cadeiras constitutivas da escola normal serão tambem accumuladas pelos lentes do instituto e o ensino dado simultaneamente.

§ 5.º Os lentes do instituto que leccionarem duas cadeiras terão os vencimentos annuaes de 1:800$000, e aquelles que só leccionarem uma vencerão 1:200$000.

§ 6.º O tyrocinio da escola normal será feito em dous annos.

§ 7.º Terão direito á vitaliciedade, desde a data de seu provimento, os alumnos diplomados pela escola normal.

§ 8.º O presidente concederá annualmente licença até a dez professores da provincia que não sejam vitalicios para frequentarem a escola normal, pagando elles substitutos á sua custa.

§ 9.º Os normalistas providos em qualquer cadeira terão direito a mais um quinto do ordenado que deverão receber, alem da gratificação que lhes couber.

§ 10 Da data do regulamento expedido em virtude da presente lei, as cadeiras primarias que vagarem só serão providas mediante contrato.

§ 11. As cadeiras contratadas serão preenchidas por normalistas quando a requererem, independentemente de concurso, preferidos aquelles que mais aptidão tiverem revelado no curso.

§ 12. Será creado um conselho litterario, que será constituido com os lentes do instituto.

§ 13. Os dous estabelecimentos, secundario e normal, ficarão sob a inspecção do chefe dos estudos da provincia.

§ 14. As cadeiras creadas nos dous cursos serão providas na data da promulgação do regulamento por nomeação livre do presidente da provincia. Todas as nomeações posteriores serão feitas mediante concurso publico.

§ 15. Fica outrosim autorisado o presidente da provincia a fazer as nomeações, remoções, suppressões e classificação das cadeiras de instrucção primaria, em acto continuo á execução do novo regulamento.

§ 16. Um dos professores do instituto será o director dos estudos da provincia, percebendo por isso, alem do ordenado respectivo, uma gratificação igual ao ordenado que perceber o professor de uma só cadeira, ainda que leccione em duas.

§ 17. Serão considerados vitalicios desde a data de sua nomeação os lentes nomeados para as cadeiras dos dous cursos.

§ 18. Os lentes dos dous cursos e os professores vitalicios do ensino primario, perceberão todos os seus vencimentos quando se verifique a suppressão por qualquer motivo, de suas cadeiras, até que se lhes dê destino conveniente á seu requerimento.

§ 19. As escolas primarias e secundarias dos differentes districtos, ficarão sob a fiscalisação de inspectores, que delegados do inspector geral do ensino, serão livre e idoneamente nomeados pelo presidente.

§ 20. O presidente da provincia poderá conservar a subvenção actual do collegio N. S. da Luz e Instituto Paranaense, segundo o contrato existente, modificada quanto ao primeiro, na parte relativa aos professores secundarios que passarão a leccionar no instituto.

Art. 2.° O presidente da provincia fica autorisado a crear cadeiras de instrucção primaria em todas as localidades em que houver essa necessidade, não excedendo por isso a verba votada para instrucção primaria, e bem assim a supprimir aquellas que por insignificante numero de alumnos forém reconhecidas desnecessarias.

Art. 3.° Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem.

O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio da presidencia do Paraná, em de 12 Abril de 1876, 55.° da independencia e do imperio.

ADOLPHO LAMENHA LINS.

(L. S.)

Carta de lei pela qual V. Ex. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial que autorisa o governo da provincia a reformar o regulamento da instrucção publica.

Para V Ex. ver.

Ernesto de Moura e Brito a fez.

Sellada e publicada na secretaria da presidencia do Paraná, em 12 de de Abril 1876.

Justiniano de Mello e Silva,
Secretario da provincia.

Registrada no livro competente. 2.ª Secção da secretaria da presidencia do Paraná, em 12 de Abril de 1876.

O official, *Ernesto de Moura Brito.*

LEI N. 457 — DE 15 DE ABRIL DE 1876.

Adolpho Lamenha Lins, bacharel formado em direito, cavalleiro da imperial ordem da Rosa e presidente da provincia do Paraná

Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial, decretou e eu sanccionei a lei seguinte:

Art. unico. Fica creado um districto de paz na freguezia

ANEXO D – Regulamento orgânico da Instrução pública da província do Paraná.

O presidente da provincia, usando da attribuição que lhe confere o art. 24 § 4.º da lei de 12 de Agosto de 1834 e a lei n. 456 de 12 de Abril de 1876, resolve mandar que se execute o seguinte

REGULAMENTO ORGANICO
DA
INSTRUCÇÃO PUBLICA
DA
PROVINCIA DO PARANÁ

TITULO I
Da instrucção.

CAPITULO I
Da instrucção em geral.

Art. 1.º A instrucção na provincia do Paraná se dividirá em instrucção primaria, normal e secundaria.

Art. 2.º A instrucção dos tres graus será publica ou particular.

Art. 3.º E' garantida em todos os graus a mais completa liberdade de ensino, guardadas as disposições deste regulamento.

Art. 4.º E' obrigatorio o ensino primario nas cidades e mais localidades em que for exequivel este systema.

Art. 5.º A instrucção primaria e secundaria será dada gratuitamente.

Art. 6.º A instrucção será diffundida: 1.º pelas escolas publicas dos tres graus; 2.º por collegios e escolas particulares subvencionados, ou por collegios e escolas particulares não subvencionados.

CAPITULO II
Da instrucção primaria publica.

Art. 7.º Haverá em cada povoado em que verificar-se a existencia de quarenta meninos em condições de aprender,

uma cadeira publica de ensino elementar, a qual poderá ser provisoriamente creada pelo governo sob proposta do conselho litterario, ficando dependente da approvação do corpo legislativo provincial.

Art. 8.º Naquelles logares em que o numero de meninos for inferior ao de que trata o artigo anterior, poderá ser auxiliada a escola particular que existir com uma subvenção correspondente á metade dos vencimentos a que tiverem direito os professores de povoados, sob proposta do conselho litterario.

Art. 9.º O ensino primario elementar compor-se-ha:

1.º De instrucção moral e religiosa.
2.º De leitura e escripta.
3.º De noções geraes de grammatica nacional.
4.º De elementos de arithmetica e desenho linear, comprehendendo o estudo do systema metrico.
5.º De prendas domesticas para o sexo feminino.
6.º De geographia e historia, particularmente da provincia.

Art. 10. As escolas publicas do ensino elementar serão classificadas em tres entrancias do seguinte modo:

1.ª entrancia, cadeiras de povoados e bairros.
2.ª entrancia, cadeiras de villas e freguezias.
3.ª entrancia, cadeiras de cidades.

CAPITULO III

Da instrucção publica secundaria.

Art. 11. A instrucção publica secundaria será dada:

§ 1.º Em um estabelecimento publico de linguas e sciencias preparatorias, o qual fica desde já creado nesta capital com a denominação de — Instituto Paranaense.

§ 2.º Em aulas avulsas nas cidades que mais as exigirem a juizo do conselho litterario

Art. 12. O curso do Instituto comprehenderá as seguintes aulas:

1.ª De grammatica philosophica da lingua nacional e analyse de classicos.
2.ª De grammatica e traducção da lingua latina,

3.ª De grammatica e traducção da lingua franceza.
4.ª De grammatica e traducção da lingua ingleza.
5.ª De grammatica e traducção da lingua allemã.
6.ª De arithmetica e algebra.
7.ª De geometria e trignometria.
8.ª De geographia e cosmographia.
9.ª De historia universal.
10.ª De philosophia racional e moral, comprehendendo a esthetica e a historia da philosophia.
11.ª De rhetorica e poetica.

Art. 13. As aulas secundarias do Instituto serão consideradas avulsas, emquanto não se poder regularisar o curso de humanidades, dividindo-o por annos.

Art. 14. O governo julgando conveniente poderá crear aulas de commercio, de agricultura, ou quaesquer outras de ensino profissional no Instituto, submettendo o seu acto á approvação do corpo legislativo provincial.

CAPITULO IV

Da instrucção normal.

Art. 15. A instrucção normal será dada no Instituto Paranaense, e o seu curso se dividirá em dous annos:

1.º anno: grammatica nacional e pedagogia e methodologia, instrucção moral e religiosa.
2.º anno: arithmetica, geometria, geograhia, historia do Brazil e direito publico.

Art. 16. Os professores do Instituto serão os mesmos do curso normal.

Art. 17. As lições dos dous cursos serão dadas simultaneamente.

Art. 18. Ao Instituto Paranaense será annexada uma escola primaria onde possam exercitar-se no ensino pratico os alumnos da escola normal.

Art. 19. Os alumnos diplomados da escola normal terão direito a ser providos nas escolas que vagarem, de qualquer cathegoria que sejam.

Art. 20 Requerendo dous ou mais normalistas a mesma cadeira, será esta concedida ao que melhores titulos de

capacidade e moralidade apresentar, a juizo do conselho litterario.

Art. 21. A frequencia do segundo anno da escola normal terão direito logo após a promulgação do presente regulamento os que se apresentarem em exame perante os lentes do mesmo curso habilitados nas materias constitutivas do primeiro anno.

Art. 22. Os alumnos diplomados da escola normal serão, desde a data de seu provimento em qualquer cadeira, considerados vitalicios, não podendo ser removidos senão a requerimento seu, ou nos casos dos arts. 79 e 105.

CAPITULO V

Do ensino particular, primario e secundario.

Art. 23. O professor ou fundador de qualquer aula ou collegio particular será obrigado a participar a abertura de seus estabelecimentos na capital ao director da instrucção publica e nos demais logares aos inspectores parochiaes, sob pena de incorrer na multa de 50$ a 100$000, imposta pelo mesmo director, com recurso para o governo da provincia.

Art. 24. Os professores e directores de estabelecimentos particulares são obrigados:

§ 1.º A remetter ao director geral da instrucção publica por intermedio dos inspectores parochiaes, mappas trimensaes de seus trabalhos, declarando o numero de alumnos, grau de aproveitamento, a disciplina e compendios adoptados, e fazendo as observações que entenderem convenientes.

§ 2.º A participar-lhe qualquer alteração que projectem no regimen e character de seus estabelecimentos com a precisa antecedencia.

§ 3.º A dar-lhe parte de qualquer mudança de residencia.

Art. 25. A infracção das obrigações prescriptas no artigo antecedente sujeita o infractor á multa de 20 a 40$000, que será imposta pelo director da instrucção com audiencia do conselho litterario e recurso para o presidente da provincia.

Art. 26. Os professores ou directores de estabelecimentos que derem maus exemplos, ou de qualquer modo contravirem as leis e regulamentos provinciaes da instrucção, serão multados pelo director da instrucção, ouvido o conselho litterario, com recurso para o governo, e no caso de reincidencia dissolvidas as suas aulas ou estabelecimentos.

Art. 27. As multas impostas aos directores ou professores particulares serão communicadas pelo governo á thesouraria provincial, para havel-as executivamente.

TITULO II

Das escolas publicas.

CAPITULO I

Da ordem geral das escolas.

Art. 28. Os exercicios escolares começarão no dia 8 de Janeiro e perdurarão até 30 de Novembro. Não serão interrompidos os trabalhos senão pelos domingos e dias santos, ferias de paschoa, que começam de Domingo de Ramos a Domingo de Paschoa, e feriados declarados por lei.

Art. 29. A instrucção religiosa será dada em um dia da semana determinado pelo professor.

Art. 30. Nas escolas publicas primarias só serão admittidos livros e compendios autorisados pelo conselho litterario.

Art. 31. O ensino será simultaneo por classes. Para divisão das classes e programma do ensino de cada uma o conselho litterario formulará um regimento interno das escolas.

Art. 32. Os alumnos só passarão para as classes superiores depois de aprovados em exames de habilitação que poderão ter logar de tres em tres mezes precedendo convite aos inspectores parochiaes que deverão assistir ao acto.

Art. 33. Haverá annualmente, no mez de Novembro, exames de habilitação para os alumnos que estiverem preparados nas materias da escola. Um mez antes será dirigida na capital ao director da instrucção e nas cidades, villas e parochias, aos inspectores parochiaes, uma relação dos que se acharem em taes circumstancias.

Art. 34. Recebidas essas relações pelo director da instrucção ou inspector parochial, officiarão elles aos professores marcando dia e hora para os exames e convidando um examinador, o qual com o professor respectivo, em presença do mesmo director ou inspector parochial, procederá aos ditos exames.

Ar. 35. Os resultados dos exames serão communicados ao director da instrucção ou aos inspectores parochiaes e publicados pela imprensa.

CAPITULO II

Do material das escolas.

Art. 36. Todos os moveis e utensis, premios e distincções das escolas serão fornecidos pelos cofres provinciaes.

Art. 37. As camaras municipaes fornecerão aos alumnos pobres nas escolas publicas, á requisição do professor, pennas, tinta, papel e compendios necessarios. Sob proposta do conselho litterario, poderá a presidencia mandar fornecer esses objectos, quando não o façam as camaras municipaes.

CAPITULO III

Das matriculas nas escolas.

Art. 38. Todas as escolas deverão ter um livro ou caderno numerado e rubricado pelo director geral, no qual serão matriculados os alumnos, com a especificação de nomes, idade, naturalidade e filiação.

Art. 39. As matriculas nas aulas publicas da provincia serão gratuitas, vedadas, porem, aos seguintes individuos:

§ 1.° Aos que soffrerem molestias contagiosas.
§ 2.° Aos escravos.
§ 3.° Aos menores de 5 annos e maiores de 16.
§ 4.° Aos que tiverem sido expulsos segundo a lei.

CAPITULO IV

Da disciplina e dos premios.

Art. 40. Os professores empregarão com a maior discrição os castigos para com seus alumnos.

Art. 41. Os professores da instrucção primaria só poderão applicar as seguintes penas:

§ 1.° Reprehensão n'aula e particular.
§ 2.° Privação ou restituição de premios que houverem obtido os alumnos.
§ 3.° Castigos que excitem vexames, como ficar de pé ou de joelhos.
§ 4.° Trabalhos fóra das horas escolares.
§ 5.° Communicação aos paes para maiores castigos.
§ 6.° Expulsão da escola, pena que ficará dependente da approvação do conselho litterario, e que só será applicada no caso de incorrigibilidade do alumno.

Art. 42. As penas applicaveis aos alumnos das aulas secundarias avulsas serão as mesmas das escolas primarias. O Instituto Paranaense e a escola normal, confeccionarão o seu regulamento penal.

Art. 43 Os alumnos que se distinguirem por talento, aproveitamento ou moralidade serão premiados pelo professor.

Art. 44. Para cumprimento do artigo anterior os professores remetterão ao director da instrucção, uma lista dos alumnos nas mencionadas circumstancias afim de que este solicite ao governo os recursos convenientes.

TITULO III

Condições para o magisterio publico, exames, nomeações, licenças, vantagens e substituição dos professores.

CAPITULO I

Condições para o magisterio.

Art. 45. Os candidatos ao magisterio publico deverão provar perante o director geral da instrucção:

1.° Serem maiores de 18 annos, mediante certidão ou justificação.
2. Moralidade e isenção de culpa por meio de certidão do parocho e folhas corridas.

3.º Capacidade profissional.

Art. 46. Os professores contratados, emquanto não houverem normalistas graduados, provarão a ultima condição do § 3.º do artigo anterior, com exame feito perante os lentes da escola normal.

Art. 47. Não serão admittidos ao magisterio publico:

§ 1.º Os que houverem sido privados de emprego publico por processo, a que tenham dado causa, falta de conducta civil e moral e desobediencia.

§ 2.º Os que houverem soffrido condemnação por crime de homicidio, roubo, estellionato, furto, peculato, juramento falso, falsidade, rapto, adulterio, estupro ou por crimes contra a moral publica.

§ 3.º Os que soffrerem molestias contagiosas.

Art. 48. O examinando que for reprovado não poderá ser admittido a segundo exame senão seis mezes depois do primeiro, e sendo-o segunda vez, não será novamente admittido á prova senão passados dous annos.

CAPITULO II

Dos concursos.

Art. 49. Ficam sobrestados os concursos das cadeiras da instrucção primaria do sexo masculino, emquanto não houverem alumnos diplomados pela escola normal para preenchel-as.

Art. 50. Logo que houverem alumnos habilitados pela escola normal, serão as cadeiras do sexo masculino, primarias, providas nos termos do artigo anterior.

Art 51. As cadeiras que vagarem d'ora em diante, do ensino primario para o sexo masculino, serão providas por contrato.

Art. 52. Para o provimento das cadeiras do ensino primario do sexo feminino, das secundarias avulsas, das do Instituto Paranaense e da escola normal, se annunciará pela directoria da instrucção publica o concurso por editaes publicados na imprensa por espaço de trinta dias, e durante esse prazo se inscreverão para elle os pretendentes, depois de satisfeitos os requisitos de que trata o capitulo 1.º do presente titulo.

Art. 53. Os concursos para as cadeiras do sexo feminino serão feitos perante os lentes da escola normal, sob a presidencia do director geral.

Art. 54. Serão feitos perante a congregação dos lentes do Instituto Paranaense e da escola normal, sob a presidencia do director da instrucção publica, os concursos para as aulas secundarias avulsas, e do estabelecimento de ensino secundario.

Art. 55. Na vespera do dia annunciado para o concurso o director da instrucção remetterá ao presidente da provincia a lista dos inscriptos para o mesmo concurso acompanhada de todos os esclarecimentos, e titulos dos candidatos.

Art. 56. Os sessenta dias para o processo do concurso serão contados da data da publicação do edital no jornal official, verificando-se aquelle no sexagesimo primeiro dia. Não havendo concurrentes no dia annunciado, designará o conselho litterario novo prazo, o que se communicará ao presidente da provincia.

Art. 57. O governo da provincia, se a cadeira do ensino primario, do sexo feminino, que vagar for de 2.ª ou 3.ª entrancia, não mandará pôr a concurso a cadeira vaga; mas preenchendo-a pela remoção de qualquer professora de 1.ª ou 2.ª entrancia, observada a graduação legal, ordenará então o concurso da ultima inferior na escala, que restar sem preceptora.

Art. 58. O processo pratico dos concursos para as cadeiras do ensino secundario se fará pelo modo estabelecido no regulamento interno do Instituto Paranaense.

Art. 59. Reunidas as provas escriptas e todos os documentos relativos ao concurso, o director da instrucção os remetterá ao presidente da provincia, addiccionando-lhes seu parecer.

Art. 60. Se o presidente aceitar a proposta feita pela commissão examinadora, ordenará a expedição do respectivo titulo : no caso contrario, mandará proceder a novo concurso, com prazo igual ao primeiro.

Art. 61. Em igualdade de circumstancias, preferirá para o provimento das cadeiras :

§ 1.º Os que exhibirem documentos de haver leccionado em qualquer estabelecimento de ensino secundario.

§ 2.º Os professores particulares que tenham praticado o magisterio por mais de tres annos com vantagem provada para a instrucção, a juizo do director geral.

§ 3.º Os filhos legitimos dos professores cujas cadeiras tiverem vagado por fallecimento destes, ou jubilação.

§ 4.º Os que residirem nos logares onde vagarem as cadeiras.

§ 5.º Os que tiverem prestado melhores serviços á provincia em commissões gratuitas, a juizo do presidente da provincia.

Art. 62. As disposições do artigo anterior devem ser applicadas *mutatis mutandis* aos provimentos de um e outro grau.

CAPITULO III

Das vantagens do professor, vencimentos, titulos de vitaliciedade, remoções, accessos, jubilações.

Art. 63. Os actuaes professores que provarem ter exercido com vantagem por tres annos o magisterio, e que cursaram anteriormente ao seu provimento com aproveitamento, sendo approvados, quatro aulas pelo menos de qualquer estabelecimento secundario do imperio, serão considerados vitalicios.

Art. 64. Os professores diplomados pela escola normal terão direito a perceber mais um quinto de seu actual ordenado e serão considerados vitalicios desde a data de seu provimento em qualquer cadeira.

Art. 65 O governo poderá conceder, sob proposta do conselho litterario, uma gratificação que não exceda á quinta parte dos vencimentos marcados na tabella n. 1 aos professores que se houverem distinguido do ensino por mais de quinze annos de serviço effectivo.

Art. 66. Os lentes do Instituto Paranaense serão nomeados na data da execução do actual regulamento, livremente pela presidencia da provincia, e serão vitalicios de conformidade com a lei provincial.

§ unico. Todas as nomeações posteriores serão feitas por concurso, e respeitado o direito á vitaliciedade.

Art. 67. As vagas das cadeiras e impedimento dos lentes do Instituto Paranaense e da escola normal, por qualquer titulo que sejam, serão preenchidas interinamente pelos lentes companheiros, designados pela congregação dos dois cursos.

Art. 68. Os lentes da escola normal serão preferidos nas nomeações interinas para as cadeiras do mesmo curso.

Art. 69. Na hypothese de vaga terá o substituto todos os vencimentos da cadeira substituida.

Art. 70. Havendo simples impedimento do lente proprietario, e percebendo este o ordenado, terá o substituto direito á gratificação da cadeira substituida.

Art. 71. As cadeiras de instucção primaria no caso de impedimento do professor proprietario ou de vaga, serão substituidas por pessoa habilitada nos termos do art. 46.

Art. 72. Os professores do ensino primario não comprehendidos nas disposições dos arts 63 e 64 serão considerados empregados de commissão durante os primeiros cinco annos de serviço effectivo, e demissiveis pelo presidente da provincia, sob proposta do conselho litterario.

Art. 73. Findos os cinco primeiros annos de que trata o artigo antecedente, os professores poderão obter o seu provimento vitalicio, se provarem ter preparado pelo menos um quinto dos alumnos que frequentaram as suas aulas.

Art. 74. Adquirida a vitaliciedade, será ella apostillada na carta de nomeação do professor.

Art. 75. Obtido este provimento definitivo, só perderão os seus logares nos seguintes casos :

§ 1.º Por sentença passada em julgado, proferida pelo poder judiciario, que importe perda de emprego na forma das leis criminaes do imperio.

§ 2.º Por incapacidade physica, intellectual ou moral previamente provada.

§ 3.º Por condemnação passada em julgado em crime de homicidio, roubo, falsidade, adulterio, estupro, rapto, ou crimes contra a moral publica.

§ 4.º Por condemnação imposta pelo conselho litterario, depois de ser submettido a processo perante o mesmo conselho e nos casos do art. 108.

Art. 76. Para acquisição dos titulos de vitaliciedade, provará o professor perante o presidente da provincia, ouvido o conselho litterario :

§ 1.º Que durante os cincos annos contados da data de sua nomeação exerceu o magisterio com assiduidade e proveito dos alumnos.

§ 2.º Que é conceituado e tem dado provas de moralidade.

§ 3.º Que sempre mostrou dedicação e zelo ao ensino de que foi encarregado e se não empregou em outra commissão, genero de vida ou negocio incompativel com o magisterio.

§ 4.º Que não soffreu condemnação por alguns dos crimes especificados no § 2.º do art. 47.

Art. 77. O tempo para os professores que tiverem incorrido nas penas do art. 107 requererem titulo de vitaliciedade será em vez de cinco, seis annos.

Art. 78 Os professores publicos do ensino primario serão classificados na conformidade do art 10 segundo as localidades em que forem estabelecidas as suas cadeiras.

Art. 79. O professor uma vez nomeado para uma cadeira só poderá ser removido :

§ 1.º A requerimento seu.

§ 2.º Por merecimento.

§ 3.º Em virtude de proposta do director da instrucção ouvido o conselho litterario, quando julgar conveniente a remoção de qualquer professor commissionado

§ 4.º Em virtude da representação da camara municipal, autoridades judiciarias do termo, ou paes de familia, contra a sua permanencia, ouvido o conselho litterario

§ 5.º Por faltas, nos termos do art. 106.

Art 80. As remoções por merecimento serão sempre feitas de cadeiras das entrancias inferiores para as superiores pelo presidente da provincia, sob proposta do conselho litterario.

Art. 81. Em igualdade de condições as remoções por accesso serão decididas pela antiguidade dos professores.

Art. 82. As remoções impostas como pena serão de cadeiras de entrancia superior para as de inferior, e os vencimentos estarão sempre na conformidade da entrancia da cadeira occupada.

Art. 83 As remoções por accesso respeitarão a ordem das cadeiras, não sendo possivel passar-se da 1.ª entrancia para a 3.ª

Art. 84. Os professores publicos que tiverem servido por espaço de 25 annos estando impossibilitados de continuarem no magisterio, terão direito á jubilação com os respectivos ordenados. Os que depois de providos vitaliciamente, se inhabilitarem por molestias incuraveis, ou por quaesquer outras justas causas, ouvido o conselho litterario, poderão igualmente ser jubilados com o ordenado proporcional ao tempo de serviço.

Art. 85. Os professores que depois de servirem 25 annos, poderem continuar no magisterio, ouvido o conselho litterario ; e se requererem, permanecerão nas suas cadeiras, percebendo uma gratificação correspondente á 5.ª parte de seus vencimentos.

Art. 86. Contam-se para a jubilação os primeiros cinco annos de que trata o art. 72 deste regulamento.

Art. 87. Não será levado em conta para as jubilações o tempo de licença que obtiverem os professores para tratar

de seus interesses, nem o de suspensões que lhes forem comminadas judicial ou disciplinarmente, ou qualquer outro em que não perceberem ordenados

Art. 88. A impossibilidade para qualquer professor gosar do favor da jubilação será provada em junta medica.

Art. 89. Nas licenças para tratar de sua saude, assim como para estudar na escola normal, terão os professores direito ao seu ordenado. Em todas as outras hypotheses perderão todos os vencimentos.

Art. 90. Quando se derem faltas ou impedimentos nas cadeiras de instrucção elementar, ou secundarias avulsas, serão ellas substituidas por pessoas nomeadas pelo presidente da provincia e proposta do director geral.

Art. 91. Os professores substitutos e interinos estão sujeitos ás disposições deste regulamento, assim como a demissão *ad-nutum* pelo presidente da provincia.

Art. 92. Os professores substitutos terão por vencimentos a gratificação marcada aos proprietarios, e os descontos que soffrerem estes nos seus ordenados.

Art. 93. Os professores contratados terão direito á gratificação dedusida dos vencimentos do proprietario, quando não estiver vaga a cadeira

Art. 84. Os professores contratados continuarão nas suas cadeiras emquanto o governo não poder preenchel-as com alumnos diplomados pela escola normal.

Art. 95. Os professores contratados, substitutos e interinos não perceberão vencimento algum durante seus impedimentos e licenças.

TITULO IV

CAPITULO UNICO.

Dos alumnos mestres.

Art. 96. Os alumnos mestres das cadeiras da provincia continuarão a perceber a gratificação que lhes compete se quizerem frequentar as aulas da escola normal.

Art. 97. Os alumnos mestres da provincia que frequentarem as aulas da escola normal, conservarão as suas gratificações emquanto mostrarem aproveitamento nas aulas, e vocação para o magisterio.

Art. 98 Os lentes da escola normal apresentarão mensalmente ao director da instrucção uma relação dos alumnos mestres habilitados a continuarem a frequencia das respectivas aulas.

Art. 99. Serão demittidos todos os alumnos mestres da provincia que no praso de um mez não se apresentarem ao director da instrucção, requerendo inscripção nas aulas da escola normal.

Art. 100. Fica supprimida a classe das alumnas mestras.

TITULO V

CAPITULO I

Dos deveres dos professores.

Art. 101. O professor publico deve:

§ 1.º Portar-se com brandura e severidade, e fugir de acanhar os alumnos por demasiada rigidez ou arrebatamento.

§ 2.º Ensinar a seus discipulos com amor e zelo.

§ 3.º Procurar inspirar aos seus alumnos os sãos preceitos da moral e da religião.

§ 4.º Enunciar-se de modo a ser comprehendido pelos alumnos.

§ 5.º Guardar nas escolas o silencio, o respeito, a regularidade

Art. 102. E' incompativel com o professorato:

§ 1.º O exercicio de profissão commercial ou de industria.

§ 2.º A accumulação de outros empregos que possam distrahir o professor nas horas de seus trabalhos.

Art. 103 E' prohibido aos professores publicos:

§ 1.º Occuparem-se, ou occupar os alumnos em misteres estranhos ao ensino durante as horas das lições.

§ 2.º Ensinar as materias de suas cadeiras em particular nas horas destinadas para as lições.

§ 3.º Leccionar alumnos de sexo differente.

As professoras não estão comprehendidas neste §, podendo leccionar menores até a idade de 10 annos.

§ 4.º Ausentarem-se nos dias lectivos das localidades onde estiverem as suas escolas, salvo com licença legitimamente obtida dos agentes da inspecção.

Art. 104. Compete aos professores:

§ 1.º Fazer a matricula dos alumnos segundo os modelos que forem offerecidos pelo director da instrucção.

§ 2.º Organisar e remetter aos inspectores parochiaes até o 1.º de Dezembro de cada anno um orçamento das despezas da escola para o anno seguinte.

§ 3.º Remetter com o orçamento um relatorio sobre o estado de suas aulas, vantagens ou inconvenientes que descubram no methodo adoptado.

Poderão neste relatorio os professores discorrer sobre o estado do ensino nas localidades em que se acharem, e sobre os meios que julgarem convenientes para o desenvolvimento da instrucção.

§ 4.º Remetter aos inspectores parochiaes trimensalmente, a contar do 1.º dia do anno, um mappa dos alumnos matriculados com as declarações de idade, filiação, moralidade e aproveitamento.

Art. 105. Os professores devem cumprir todas as outras obrigações que decorrerem das disposições do presente regulamento.

CAPITULO II

Das penas e faltas.

Art. 106. Os professores publicos que por ignorancia, descuido, frouxidão ou má vontade faltarem ao cumprimento de seus deveres, exercendo a disciplina sem criterio, deixando de dar aula sem motivo justificado, ou infringido as disposições do presente regulamento, ficam sujeitos ás seguintes penas:

Admoestação.
Reprehensão.
Multa até quarenta mil réis.
Suspensão de exercicio e de vencimentos até tres mezes.
Remoção para cadeiras inferiores.
Perda de cadeira.

§ 1.º As duas primeiras penas serão impostas pelos inspectores parochiaes, estas e a terceira pelo director geral, as tres ultimas pelo conselho litterario.

§ 2.º O conselho litterario só poderá comminar a pena de perda de cadeira ao professor que não for vitalicio, e mesmo neste caso com recurso necessario para o governo.

§ 3.º Quando o professor for vitalicio, a pena de perda de cadeira só poderá ser imposta pelo presidente da provincia na forma do art. 111 § 9.º

§ 4.º Haverá recurso voluntario de todas as penas para o governo: excepto se forem admoestação ou reprehensão. Desta ultima poderá o professor recorrer para o director geral.

§ 5.º O recurso voluntario deverá ser interposto dentro de oito dias da intimação.

Art. 107. As penas de suspensão e remoção para cadeiras inferiores só poderão ser impostas pelo conselho litterario:

§ 1.º Na reincidencia de actos, pelos quaes o professor tenha sido multado ou suspenso correccionalmente pelo director da instrucção.

§ 2.º Quando o professor der maus exemplos ou inculcar maus principios aos alumnos.

§ 3.º Quando desrespeitar os agentes da inspecção em acto de serviço.

Art. 108. O professor publico, mesmo depois de declarado vitalicio incorrerá na pena de perda de cadeira, nos seguintes casos:

§ 1.º Quando fôr condemnado á pena de galés, ou prisão com trabalho, ou por crime de furto, rapto, estupro, adulterio, ou por algum outro da classe daquelles que offendem a moral publica.

§ 2.° Quando sem causa justificada abandonar sua cadeira durante o prazo de um mez, ou removido não seguir no tempo marcado pelo director geral, para o logar a que foi destinado.

§ 3.° Quando praticar ou fomentar immoralidade entre os alumnos.

Art. 109 As penas impostas aos lentes do Instituto Paranaense só poderão ter effeito depois de approvadas pelo conselho litterario; exceptuando desta regra sómente a pena de admoestação.

Art. 110. O processo dos lentes do Instituto Paranaense e escola normal será estatuido no regimento interno daquelle estabelecimento.

CAPITULO III

Do processo disciplinar.

Art. 111. O processo disciplinar de que trata este regulamento, formar-se-ha pela maneira seguinte:

§ 1.° Dada a queixa ou denuncia perante o director da instrucção, este mandará intimar o professor para no prazo nunca maior de oito dias responder por escripto as accusações que lhe forem feitas, das quaes se lhe deve remetter copia. A portaria e copia serão entregues na capital pelo secretario da instrucção, e nos outros logares pelos inspectores parochiaes, cobrando-se recibo datado do dia da entrega.

§ 2.° Findo o prazo marcado ao professor accusado, entregará este a sua resposta ao respectivo inspector, e residindo na capital ao director da instrucção, mediante recibo. Esta resposta será acompanhada dos documentos que o professor quizer juntar.

§ 3.° No caso de ausencia voluntaria do professor, ou quando este não entregar em tempo sua resposta, proseguir-se-ha á sua revelia.

§ 4.° Com a resposta do professor ou sem ella, nos casos do § antecedente, o inspector parochial transmittirá a sua informação ao director da instrucção.

§ 5.° Colligidas todas as informações officiaes, o director da instrucção as submetterá ao conselho litterario no mais breve prazo.

§ 6.° Se houverem depoimentos de testemunhas os inspectores parochiaes ou o director geral, designarão dia e hora para serem ouvidas as testemunhas, as quaes serão convocadas por carta.

§ 7.° Nos casos do paragrapho anterior os depoimentos das testemunhas serão escriptos pelo amanuense da secretaria da instrucção, e fóra da capital, por pessoa da confiança do inspector parochial em papel rubricado pelo mesmo inspector.

§ 8.° Não querendo as testemunhas depor voluntariamente, o director geral marcará um prazo razoavel ao denunciante, queixoso ou accusado para que em juizo competente apresentem a sua justificação, e as remettam ao director geral para serem juntos ao processo disciplinar. Em caso nenhum se reputará necessario ouvir mais do que seis testemunhas de accusação, e oito de defesa.

§ 9.° Reunidos os depoimentos, ou justificações, e findo o prazo marcado para elles pelo director geral, este convocará o conselho litterario, o qual pronunciará a sua decisão fundamentando-a. Esta decisão, que será assignada pelos membros do conselho litterario, será immediatamente remettida ao presidente da provincia, com todo o processo, e entendendo o governo que foi ella justa, mandará que se cumpra, ou aliás que se renove o julgamento.

Art. 112. A imposição de qualquer pena disciplinar não isenta o culpado de soffrer qualquer outra em que haja incorrido pela legislação em vigor.

Art. 113 As multas impostas aos professores serão communicadas á thesouraria, para que as faça cobrar executivamente, se o multado não recolher a quantia no prazo de trinta dias.

TITULO VI

Da inspecção e direcção da instrucção.

CAPITULO I

Dos agentes da inspecção em geral.

Art. 114. A inspecção e direcção da instrucção em toda a provincia compete :

§ 1.° Ao presidente da provincia.

§ 2.° Ao director geral da instrucção.

§ 3.° Ao conselho litterario.

§ 4.° Aos inspectores parochiaes.

Art. 115. Será organisada a repartição da instrucção com um secretario, um amanuense, um porteiro e um bedel do Instituto.

Art. 116 O secretario e mais empregados da repartição da instrucção servirão em todos os trabalhos que os reclamarem no Instituto e na escola normal.

Art. 117 Todos os empregados da repartição da instrucção publica serão de livre nomeação e demissão do presidente da provincia, ou por proposta do director geral, respeitados os direitos de aposentadoria legalmente garantidos aos funccionarios publicos.

CAPITULO II

Dos agentes da inspecção em particular.

Do director geral da instrucção.

Art. 118. O director geral é o chefe da repartição da instrucção e o intermediario ds sua correspondencia com o governo.

Art. 119. A repartição da instrucção funccionará em logar proprio no Instituto, sob a direcção unica do director ou de quem o substituir nos impedimentos.

Art. 120. Compete ao director da instrucção :

§ 1.° Inspeccionar o Instituto Paranaense e a escola normal, e presidir as sessões de sua congregação.

§ 2.° Convocar extraordinariamente o conselho litterario, presidil-o, e informar com o que lhe occorer.

§ 3.° Dirigir e instruir todos os empregados da instrucção, por si ou pelos inspectores parochiaes

§ 4 Visitar e inspeccionar todas as escolas, collegios, casas de educação e estabelecimentos de instrucção primaria e secundaria publicos e particulares

§ 5. Manter a correspondencia official com todos os serventuarios do ensino.

§ 6.° Prestar ao governo todas as informações que lhe forem determinadas em virtude de regulamento, ordem ou despacho.

§ 7.° Manter a disciplina nas escolas e fazer observar nellas as disposições regulamentares ou instrucções do presidente da provincia.

§ 8.° Fazer annunciar por editaes, depois de authenticados pelo conselho litterario, os concursos para as cadeiras do sexo feminino.

§ 9.° Levar ao conhecimento do governo, com todos os documentos que lhe forem entregues, os requerimentos dos candidatos nas vesperas do concurso.

§ 10. Deferir juramento aos professores nomeados, mandando lavrar o competente termo. Esta attribuição poderá ser delegada aos inspectores parochiaes.

§ 11 Conceder licenças que não excedam de oito dias aos professores e empregados da instrucção publica, fazendo immediatamente communicação ao governo.

§ 12. Propor ao governo :

1.° A creação das escolas, a suspensão dos professores primarios e secundarios avulsos, tudo como dispõe este regulamento.

2.° A nomeação e demissão dos inspectores parochiaes.

3.° Os individuos competentemente habilitados para o magisterio publico, e para as substituições dos professores impedidos, como se preceitúa neste regulamento.

4.° As alterações que a experiencia aconselhar que se devem fazer neste regulamento, depois de ouvido o conselho litterario.

Compete-lhe mais :

§ 13. Admoestar, reprehender multar, suspender até 8 dias disciplinarmente os professores da instrucção primaria e secundaria, avulsos, de accordo com esta lei.

§ 14. Fazer processar, ouvido o conselho litterario, os papeis relativos ás jubilações dos professores, e remettel-os ao presidente da provincia.

§ 15. Submetter ao governo os requerimentos sobre aposentadoria dos empregados da repartição a seu cargo.

§ 16. Exigir as communicações relativas á abertura de aulas e estabelecimentos de instrucção e educação.

§ 17. Conferir os titulos de habilitação aos examinandos do Instituto, escola normal, e aspirantes ao magisterio, segundo os documentos que lhe forem ministrados pela commissão examinadora.

§ 18 Autorisar a experiencia de novos methodos, ouvido o conselho litterario, em uma ou mais escolas, participando-o ao governo.

§ 19 Organisar a tabella da mobilia e utensis que cada escola deve ter, com declaração do valor e duração de cada objecto, e requisital-os do governo.

§ 20. Attestar sobre a moralidade, assiduidade e comportamento dos professores no desempenho de suas obrigações.

§ 21. Apresentar ao presidente da provincia, até o ultimo de Dezembro de cada anno, um relatorio sobre o estado da instrucção publica, indicando as reformas e melhoramentos que julgar convenientes, ajuntando :

1.° Um mappa das escolas primarias e secundarias, publicas e particulares de ambos os sexos, com declaração do numero de alumnos que as frequentam e do nome dos professores.

2.° O orçamento das despezas necessarias para o pessoal e material deste ramo de serviço publico no anno seguinte.

§ 22. Assistir na capital aos exames annuaes dos alumnos das escolas primarias publicas e secundarias, quando julgar conveniente.

§ 23. Ouvir o conselho litterario nas diversas hypotheses, consignadas neste regulamento, e sempre que julgar conveniente aos interesses da instrucção, ou quando lhe for lembrado officialmente por alguns dos membros do conselho.

§ 24. Os officios e requerimentos dirigidos pelos professores primarios e secundarios avulsos ao governo da provincia, subirão por intermedio do director geral que os transmittirá com sua informação, se julgar conveniente.

Art. 121. O director geral será escolhido entre os professores do Instituto.

CAPITULO III.

Do conselho litterario.

Art. 122. O conselho litterario será composto com os lentes do Instituto Paranaense e escola normal, os quaes serão seus membros natos e indemissiveis.

Art. 123. O conselho litterario e a congregação dos lentes do Instituto constituirão uma unica corporação, a qual será presidida pelo director geral, e nos seus impedimentos pelo seu substituto legal.

Art. 124. O conselho litterario terá um secretario de eleição annual.

Art 125. A eleição do secretario do conselho litterario só poderá recahir n'um dos lentes do Instituto e da escola normal, e o cargo será obrigatorio.

Art. 126. Na primeira sessão do conselho em cada anno se procederá á eleição do secretario por escrutinio secreto.

Art. 127. O presidente do conselho litterario só terá o voto de qualidade no conselho.

Art. 128. O conselho fará as suas sessões ordinarias no ultimo dia de cada mez; este sendo santo será a reunião adiada para o dia seguinte.

Art. 129. O conselho só poderá deliberar estando presentes metade e mais um dos seus membros, salvo o caso de julgamento em o qual se exige o conselho pleno.

Art. 130. O conselho tomará parte em todos os negocios em que sua intervenção é exigida por este regulamento.

Art. 131. Compete ao conselho :

§ 1.º Dar parecer sobre todos os assumptos em que for consultado pelo seu presidente.

§ 2.º Propor ao governo da provincia todas as medidas que julgar necessarias para o desenvolvimento do ensino.

§ 3.º Julgar as faltas dos professores.

§ 4.º Processar qualquer de seus membros por faltas commettidas no exercicio do magisterio.

§ 5.º Adoptar os compendios para as aulas primarias e secundarias da provincia.

§ 6.º Louvar os professores, ouvindo o director geral, que se distinguirem pelo seu merecimento.

§ 7.º Examinar e adoptar os melhores systemas praticos do ensino.

§ 8.º Reclamar do governo a creação de escolas publicas, e habilitar o director geral a mandar pôr em concurso as que estiverem vagas.

§ 9.º Organisar semestralmente um mappa dos professores que devem ter accesso, o qual será remettido ao governo.

§ 10. Dar as bases para qualquer reforma ou melhoramento de que carecer a instrucção.

§ 11. Confeccionar os estatutos do Instituto e da escola normal.

§ 12. Determinar os exames annuaes dos alumnos dos dous cursos, secundario e normal

§ 13. Discutir uma memoria historica e relatorio annual das necessidades da instrucção a cargo do estabelecimento, commettido este trabalho a um professor escolhido pelo director geral.

§ 14. Organisar a folha para o pagamento dos lentes do Instituto e escola normal, a qual será assignada pelo secretario.

§ 15. Providenciar sobre tudo o mais que não for attribuição especial do director geral.

Art. 132. O conselho reger-se-ha nas suas reuniões por um regulamento interno, que organisará e sujeitará á approvação do presidente da provincia.

Art. 133. Será convocado extraordinariamente o conselho todas as vezes que algum de seus membros o pedir officialmente ao director geral.

Art. 134. As sessões ordinarias do conselho terão logar independentemente de convocação.

Art. 135. Os membros do conselho litterario serão computados pelo numero dos lentes que estiverem em effectivo exercicio.

CAPITULO IV.

Dos inspectores municipaes.

Art. 136. Os inspectores municipaes serão nomeados pelo presidente da provincia sob proposta do director da instrucção.

Art. 137. Os inspectores municipaes serão escolhidos d'entre as pessoas de reconhecida illustração, e que se tiverem distinguido pelos seus serviços á instrucção.

Art. 138. Haverá um inspector em cada municipio.

Art. 139. Os inspectores empregarão todo o zelo para que sejam fielmente cumpridas as leis e regulamentos da instrucção.

Art. 140. Os inspectores municipaes procurarão:

§ 1.º Adquirir perfeito conhecimento do numero e da situação das escolas primarias e secundarias avulsas, assim como do estado do ensino em cada uma dellas.

§ 2.º Empregar todos os meios possiveis para conhecer os talentos, vocação e conducta dos professores para informar ao director geral.

Art. 141. Os inspectores parochiaes devem inspeccionar as escolas repetidas vezes.

Nestas visitas farão examinar os alumnos, e depois de examinarem o estado da escola, lançarão uma nota no caderno especial que deve existir para este fim. Esta nota será transmittida immediatamente, depois de copiada pelo professor e assignada pelo inspector, ao director geral.

Art. 142. Aos inspectores municipaes cumpre:

§ 1.º Prestar ao director geral, ao conselho litterario ou ao governo da provincia todos os esclarecimentos, informa-

ções e mappas que lhes forem determinados pelos regulamentos, ordem ou despacho.

§ 2.° Admoestar e reprehender aos professores publicos que tiverem faltado aos seus deveres, e dar disso parte ao director da instrucção para applicação de maior pena, quando a gravidade do caso o exija.

§ 3.° Exigir dos professores os mappas trimensaes, e remettel-os ao director do instrucção, com informação sobre a frequencia dos alumnos e comportamento dos professores.

§ 4.° Vedar que se abram escolas e quaesquer estabelecimentos particulares de instrucção não havendo precedido as condições legaes.

§ 5.° Conceder licenças aos professores até tres dias em um mez, dando parte ao director geral.

§ 6.° Assistir aos exames annuaes de habilitação, e nomear examinadores para tal fim.

§ 7.° Apresentar ao director da instrucção até o 1.° de Dezembro de cada anno uma noticia ou relatorio sobre o estado da instrucção no seu municipio, indicando as reformas e melhoramentos que entendam necessarios.

§ 8.° Inventariar os moveis e utensis das escolas publicas.

§ 9.° Abrir, numerar e rubricar todos os livros de matricula e inspecção.

Art. 143. Occupará o cargo de inspector parochial da capital o lente de pedagogia da escola normal.

Art. 144. Todos os officios e requerimentos dirigidos por qualquer professor primario ou secundario avulso subirão por intermedio dos inspectores municipaes, excepto as queixas contra os mesmos inspectores que poderão subir directamemte ao director geral ou ao governo.

CAPITULO V.

Dos empregados da directoria e sua escripturação.

SECÇÃO I

Do secretario.

Art. 145. Ao secretario incumbe :

§ 1.° Redigir toda a correspondencia official, conforme lhe determinar o director da instrucção.

§ 2.° Expedir, de accordo com as ordens da directoria, todos os papeis que corram pela secretaria.

§ 3.° Expedir os titulos e diplomas a cargo da directoria.

§ 4.° Passar ou mandar passar as certidões que forem ordenadas, e subscrevel-as.

§ 5.° Tomar nota do comparecimento diario dos empregados da repartição.

§ 6.° Ter a seu cargo o archivo da instrucção publica.

§ 7.° Zelar a bibliotheca publica.

§ 8.° Preparar toda a correspondencia do Instituto Paranaense e da escola normal.

§ 9.° Auxiliar o secretario do conselho litterario, quando este o solicite da directoria.

SECÇÃO II

Do amanuense.

Art. 146. Ao amanuense compete :

§ 1.° Escrever e registrar os papeis conforme lhe fôr ordenado pelo secretario ou pelo director geral.

§ 2.° Escripturar em livro proprio as ordens de receita e despeza, segundo as instrucções e modelos que lhe forem dadas.

§ 3.° Receber as quantias que forem designadas para as despezas ordinarias do expediente.

§ 4.° Preparar todos os esclarecimentos que demande o relatorio da directoria.

§ 5.° Executar tudo o mais que lhe for ordenado pelo director geral ou pelo secretario.

SECÇÃO III

Do bedel e do porteiro.

Art. 147. Ao bedel e porteiro compete :

§ 1.° Auxiliar os outros empregados na escripturação dos papeis da directoria.

§ 2.° Desempenhar todas as obrigações que lhe forem impostas pelo regulamento interno do Instituto e da escola normal.

§ 3.° Abrir e fechar a casa em que funccionarem a directoria da instrucção, o Instituto e a escola normal.

§ 4.° Promover ao asseio da casa, repartição e aulas.

§ 5.° Prover do que fôr mister para o expediente, fazendo para isto ao director as requisições necessarias, e apresentando mensalmente a conta das despezas com taes objetos, a qual attestada pelo amanuense e rubricada pelo director geral, será paga pela thesouraria provincial á requisição do mesmo director.

§ 6.° Entregar a correspondencia que tiver de ser distribuida na capital.

§ 7.° Executar as ordens dos lentes no que fôr de serviço interno do Instituto e da escola normal.

§ 8.° Fazer chamadas nas aulas dos dous estabelecimentos, e marcar o ponto dos estudantes.

SECÇÃO IV

Da escripturação.

Art. 148. Haverá na repartição da directoria da instrucção os seguintes livros:

Da matricula do Instituto e escola normal.

De posse e juramento dos empregados.

De registro da correspondencia com o presidente da provincia.

De registro das demais correspondencias, comprehendidas as instrucções e ordens que forem expedidas pela directoria.

De ponto dos empregados da directoria.

De actas do conselho litterario.

CAPITULO VI

Da substituição dos empregados da directoria da instrucção.

SECÇÃO I

Art. 149. O director da instrucção será substituido em todos os seus impedimentos pelo inspector parochial da capital, o qual perceberá a gratificação que deixar de vencer aquelle, ou todos os vencimentos quando aquelle nada vença.

Art. 150. Os inspectores parochiaes serão substituidos pelos parochos das respectivas freguezias, excepto o da capital que o será por um dos lentes da escola normal ou do Instituto nomeado livremente pelo presidente da provincia.

Art. 151. Os inspectores parochiaes serão substituidos por pessoa designada pelo director geral, quando os parochos não aceitem o cargo interinamente.

Art. 152. A substituição do secretario da directoria será feita pelo respectivo amanuense.

Art. 153. No impedimento do secretario, do amanuense, e do porteiro, serão estes logares preenchidos interinamente, por nomeação do director geral.

Art. 154. As licenças concedidas aos empregados da directoria da instrucção regular-se-hão pelas disposições relativas aos professores: as aposentadorias regular-se-hão pela lei provincial cabivel aos empregados das repartições publicas.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 155. Sempre que neste regulamento se tratar de professores ou escolas sem designação de sexos, entender-se-hão as disposições extensivas a ambos.

Art. 156. O presidente da provincia expedirá regulamento para tornar-se effectiva nos logares em que julgar conveniente a obrigatoriedade do ensino primario.

Art. 157. E' facultada a dispensa de instrucção religiosa aos acatholicos, á requisição dos paes, podendo os alumnos deixar de assistir aos exercicios religiosos, designados para um dia da semana, segundo o art. 29.

Art. 158. Fica creada na capital uma aula nocturna do ensino primario para os adultos do sexo masculino, a qual funccionará n'um dos salões do Instituto, e será provida por um dos professores primarios da capital com a gratificação

do 300$000 annuaes. As secções dessa escola serão em dias alternados.

Art. 159. E' o logar, e jamais o professor que determina a categoria de qualquer escola publica.

Os vencimentos respectivos se regularão pela categoria da cadeira occupada.

Art 160. As remoções por qualquer titulo que sejam não dão direito á ajuda de custo para as viagens.

Art. 161. Os concursos para o magisterio publico do sexo feminino serão feitos impreterivelmente na capital, e em presença dos lentes da escola normal.

Art. 162. Nas aulas primarias de cidades haverá duas sessões diarias : nas de villas, povoados e bairros uma sessão, que durará das nove horas da manhã até as tres da tarde.

Nas cidades, cada sessão durará tres horas, começando a primeira ás nove horas da manhã e concluindo-se as doze: a segunda começará á uma hora da tarde e se encerrará ás quatro.

Art. 163. Nas aulas publicas primarias e secundarias o dia de quinta-feira será de descanço, podendo ser esse dia substituido segundo o costume do logar por outro da semana.

Art. 164. Considerar-se-ha abandonada, e portanto vaga, a cadeira, cujo professor esteja ausente, ou tenha deixado o exercicio sem participação, por espaço de trinta dias consecutivos.

Art. 165. De dois em dois mezes, em dia determinado pelo presidente da provincia, com a devida antecedencia, os lentes do Instituto são obrigados a se reunirem sob a presidencia do director geral para discutirem os melhoramentos do ensino.

Os professores da capital deverão comparecer, e poderão tomar parte nas mesmas discussões. A acta ou resumo das conferencias será organisada por um dos professores do Instituto, e publicada no jornal official.

Art. 166. O presidente da provincia expedirá instrucções sobre as conferencias de que trata o artigo anterior.

Art. 167. Os professores e empregados da instrucção publica perceberão os vencimentos marcados na tabella.

Art. 168. Os professores receberão os seus vencimentos no thesouro provincial, precedendo attestado do inspector parochial, e os das outras localidades nas repart ções fiscaes respectivas com attestados de frequencia do encarregado da fiscalisação do ensino.

Art. 169 Em uma das salas do Instituto haverá um gabinete de leitura para os alumnos e empregados da instrucção, ficando a livraria a cargo do amanuense da secretaria da instrucção.

Art. 170. O producto das taxas, emolumentos e multas será recolhido ao thesouro provincial, e formará um fundo de reserva para ser applicado ás despezas da instrucção publica.

Art. 171. As camaras municipaes deverão fornecer vestuario, livros e o mais necessario aos alumnos pobres, assim como promover e fiscalisar a execução da lei da obrigatoriedade do ensino.

O governo em regulamento á parte descriminará as funcções que cabem quanto ao ensino ás camaras municipaes.

Art. 172. Emquanto não houver estudantes preparados nas disciplinas do 1.° anno da escola normal e de humanidade, as aulas do 2.° anno daquella, e as differentes destas serão frequentadas como se fossem avulsas para todo e qualquer alumno que as pretender; observando-se os preceitos do regulamento referentes ás matriculas, frequencia e exames.

Art. 173. Até o fim deste anno se considerará completo para os alumnos que frequentarem as cadeiras do primeiro e segundo anno da escola normal, o respectivo tirocinio, se submetterem-se a exame das materias do curso, sendo approvados.

Art. 174. A provincia, emquanto não houver edificios proprios para escolas, dará aos professores da capital casas

com accommodações sufficientes, a juizo do director geral da instrucção publica, para aula e morada dos mesmos professores com suas familias legitimas. Nas demais localidades as casas serão fornecidas, com audiencia dos inspectores municipaes não só aos professores primarios, como aos secundarios segundo a tabella.

Art. 175. O governo poderá admittir permutas de cadeiras entre os professores do ensino primario ou do secundario, não sendo ellas de diversas categorias.

Art. 176. O presidente da provincia poderá conceder licença até a dez professores que requererem com o respectivo ordenado para frequentarem as aulas da escola normal. Estas licenças só poderão ser cassadas sob proposta do conselho litterario.

Art. 177. O governo em acto consecutivo á execução do presente regulamento, poderá fazer as remoções, jubilações, nomeações de professores, creações e suppressões de cadeiras que julgar convenientes.

Art. 178. As cadeiras do Instituto Paranaense e da escola normal serão associadas do seguinte modo:

1.° Grammatica philosophica da lingua naciona e analyse de classicos, á pedagogia e methodologia.

2°. Grammatica, traducção e versão da lingua allemã a igual ensino da lingua ingleza.

3.° Arithmetica e algebra á geometria e trignometria.

4.° Geographia e cosmographia á historia universal e a do Brazil.

5.° Philosophia á noções de direito publico applicado á constituição do imperio.

6.° Grammatica, traducção e versão franceza á rhetorica e poetica.

Art. 179. A cadeira de latim e latinidades não será associada á qualquer outra.

Art. 180. Os professores providos em duas cadeiras, e aquelles que só ensinarem uma terão direito aos vencimentos da tabella n. 1.

Art. 181. Emquanto não for verificada a frequencia das

aulas do Instituto Paranaense, o presidente da provincia nomeará interinamente os professores das respectivas cadeiras.

Art. 182. Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio da presidencia do Paraná, 16 de Julho de 1876. — *Adolpho Lamenha Lins.*